UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PRPPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO - MESTRADO

# ***"EU CHEGUEI NA ESCOLA":*** a inserção de psicólogas escolares na educação básica da rede municipal da cidade de Joinville

Jeferson Andrade

ORIENTADORA: PROFESSORA Dra. Aliciene Fusca Machado Cordeiro

JOINVILLE, 2023

JEFERSON ANDRADE

# ***"EU CHEGUEI NA ESCOLA":*** a inserção de psicólogas escolares na educação básica da rede municipal da cidade de Joinville

"**I ARRIVED AT SCHOOL**": the insertion of school psychologists in basic education in the municipal network of the city of Joinville

**"LLEGÉ A LA ESCUELA**": la inserción de los psicólogos escolares en la educación básica de la red municipal de la ciudad de Joinville

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, Mestrado em Educação, Linha de Pesquisa Políticas Educacionais, Trabalho e Formação Docente, da Universidade da Região de Joinville – Univille – como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, sob orientação da Professora Doutora Aliciene Fusca Machado Cordeiro

JOINVILLE, 2023

Catalogação na publicação pela Biblioteca Universitária da Univille

A553e

Andrade, Jeferson
"Eu cheguei na escola": a inserção de psicólogas escolares na educação básica da rede municipal da cidade de Joinville / Jeferson Andrade; orientadora Dra. Aliciene Fusca Machado Cordeiro. – Joinville: Univille, 2023.

197 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Educação – Universidade da Região de Joinville)

1. Psicologia escolar. 2. Psicologia educacional. 3. Psicólogos escolares. I. Cordeiro, Aliciene Fusca Machado (orient.). II. Título.

CDD 370.15

Elaborada por Ana Paula Blaskovski Kuchnir – CRB-14/1401

**Termo de Aprovação**

**"EU CHEGUEI NA ESCOLA: A Inserção de Psicólogas Escolares na Educação Básica da Rede Municipal da Cidade de Joinville"**

por

Jeferson Andrade

**Banca Examinadora:**

Profa. Dra. Aliciene Fusca Machado Cordeiro
Orientadora (UNIVILLE)

Profa. Dra. Marilda Gonçalves Dias Facci
(UEM)

Profa. Dra. Rosânia Campos
(UNIVILLE)

Dissertação julgada para a obtenção do título de Mestre em Educação, aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Educação.

Profa. Dra. Aliciene Fusca Machado Cordeiro
Orientadora (UNIVILLE)

Profa. Dra. Jane Mery Richter Voigt
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação

## AGRADECIMENTOS

*Há um vilarejo ali*
*Onde areja um vento bom*
*Na varanda, quem descansa*
*Vê o horizonte deitar no chão*
*Pra acalmar o coração*
*Lá o mundo tem razão*
*Terra de heróis, lares de mãe*
*Paraíso se mudou para lá*
*(MARISA MONTE)*

A música sempre embalou minha vida. Aqui peço a licença para escrever em primeira pessoa, pois entendo que este é o momento em que o ‘eu’ deve aparecer, sempre cantarolando, de preferência uma trilha sonora de alguma novela. Mas sempre há uma música e uma história. E é com uma música que traz a sensação de aconchego, de acolhimento, que escolho iniciar uma das partes mais esperadas da dissertação: a hora de agradecer.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer aos meus Guias, àqueles que me regem, me protegem e que possibilitam a vida que eu tenho, a quem eu posso recorrer sempre que possível e necessário. Então que assim seja*, LAROYE EXU, ÈPÀ HEYI OYÁ*.

Ao menino, homem, companheiro, marido de uma vida: saiba, Allec, que te amarei por todos dias e horas que me restam. Sua valentia diária de se posicionar me inspira a caminhar sempre. Sua presença e apoio foram fundamentais para a constituição desta pesquisa.

A minha querida mãe, entenda que tudo que sou hoje é em decorrência daquilo que me ensinou e de que continua me ensinando todos os dias. Diante de sua garra e força, você pode até não ler muito, mas deve se lembrar que sempre foi você a me ensinar a ler e amar. Ao meu estimado pai, que com sua ternura e doçura que conquista a todos, que me ensina o respeito a necessidade de sempre seguir acreditando nos meus sonhos, assim como você faz. E a minha amada vó, sei que estou um pouco maior agora, mas sempre serei aquele garoto que subia na sua

carona da bicicleta e lhe seguia para todos os cantos. Com você, aprendi a nunca desistir, afinal, mesmo em dias ruins, os bons sempre valem a pena.

Faltam-me palavras para expressar minha gratidão à Profª Dra. Aliciene Fusca Machado Cordeiro, a quem chamo carinhosamente de mãe acadêmica. Já se passaram 5 anos desde que me adotaste como seu orientado e filho acadêmico, e não há perspectiva de abandono; Sua ternura, carinho e conhecimento sempre me deixam sem palavras. Obrigado por ter aceitado seguir este caminho comigo; este trabalho não existiria sem tua presença como orientadora.

Como sou uma pessoa de sorte, tenho duas mães acadêmicas. Profª Dra. Mariana Datria Schulze: para mim, tu és uma guia, uma fortaleza. Posso contar contigo, recorrer a ti sempre que necessário. Guardo todas as memórias das vezes em que acreditou em mim e me apoiou durante os momentos mais difíceis durante a graduação. Há, sem dúvida, um pedaço de ti neste trabalho.

Agradeço à banca examinadora, especialmente à profª Dra. Rosânia Campos, que, muito além de uma professora, me concedeu um espaço na pesquisa e acreditou no meu potencial. Ela esteve na banca do meu TCC, e agora, mais uma vez, novamente, meus mais sinceros sentimentos de agradecimento. À profº Dra. Marilda Gonçalves Dias Facci: não sei como expressar o quanto me sinto honrado por tê-la em minha banca, quantos textos lidos de sua autoria, quantas falas vistas. Admiro-a muito e agradeço por aceitar o convite.

A toda a turma XII do mestrado em educação da UNIVILLE, vocês foram bons companheiros de jornada. Lucilene e Ana, guardarei com afeto nossas tardes de estudos e regados a cafés entre as aulas. A todas as professoras do programa, que com força e conhecimento me ensinaram a ser um psicólogo, docente e pesquisador melhor. A Sarah, nossa querida secretária: sem você estaríamos perdidos. Muito obrigado por todo apoio sempre.

Agradeço à CAPES pela bolsa concedida, que foi de suma importância para o andamento da pesquisa. Por fim, agradeço a todos aqueles que vivem, trabalham e atuam na educação.

## RESUMO

A Lei n.º 13.935/2019 representa um marco e uma conquista para a área da Psicologia Escolar e Educacional. Por mais de 19 anos, profissionais da psicologia lutaram por sua aprovação e, agora aprovada, cresce a necessidade de acompanhar a implementação da lei. Essa também é uma preocupação de diversas entidades ligadas à profissão, como o Conselho Federal de Psicologia (CFP); a Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE); a Associação do Ensino em Psicologia (ABEP); entre outras, que demarcam a diligência com os processos que envolvem a referida lei. Importante lembrar que a psicologia e a educação possuem enlaces desde o Brasil colônia – época em que ambas as áreas caminhavam para a sua consolidação. Contudo, é o movimento da psicologia escolar educacional crítica, nascida durante a década de 1980, que estabelece mudanças estruturais importantes para a concepção de prática realizada nesse âmbito. Desse modo, entende-se que é necessário compreender a inserção profissional no campo da psicologia escolar e seus antecedentes, sendo sob este objetivo que o presente trabalho se finda. Para isso, foram realizadas 5 entrevistas a partir de uma perspectiva reflexiva, com profissionais da psicologia que atuam na rede municipal de uma cidade localizada no norte catarinense. A organização e a tabulação dos dados foram realizadas com base na Análise de Conteúdo de Bardin (2011) e Franco (2009). Toda a construção, bem como a argumentação das análises, foi feita com base em autores da Psicologia Histórico-cultural. As análises estão organizadas em três categorias: a primeira, “ANTES DE BATER O SINAL: uma apresentação da trajetória profissional até a escola”, aponta para um cenário de feminização da profissão de Psicologia e evidencia que todas as profissionais iniciaram sua carreira em contexto diferente da educação. Na categoria “QUANDO O SINAL BATE: profissionais adentram as escolas”, percebeu-se que a constituição das relações entre as profissionais da psicologia e docentes vem se dando por meio de expectativas, as quais foram constituídas por meio de um processo histórico; além disso, também expõe às fragilidades formativas das psicólogas escolares, o que dificulta a constituição de um diálogo entre as profissões. Como a primeira mostrou-se incipiente no que diz respeito às discussões em educação, enquanto a segunda mostrou-se distante, já que nenhuma das profissionais entrevistadas realiza cursos de formação continuada, construiu-se a terceira categoria, “ENTRE UM SINAL E OUTRO: a importância da formação inicial e continuada para atuação profissional”, pela qual explicitou-se a necessidade de potencializar a formação inicial e continuada. Os resultados demonstram que a secretária municipal de educação da cidade estudada fez os movimentos para se adequar à Lei, dentro do prazo estabelecido, entretanto para a organização da implementação da Lei nº 13/935\2019 utilizou-se de editais não específicos da educação o que acarretou a contratação de profissionais sem experiência na área de Psicologia escolar. O estudo também verificou a importância de se perceber como vem se constituindo às práticas profissionais das psicólogas escolares e na necessidade do investimento nas formações Iniciais e Continuadas.



**Palavras-chave:** Psicologia Escolar e Educacional, Lei nº 13.935/2019, Educação Básica, Psicologia Histórico-cultural

## ABSTRACT

The Law No. 13,935/2019 represents a milestone and an achievement for the field of School and Educational Psychology. For over 19 years, psychology professionals have fought for its approval, and now that it has been approved, there is a growing need to monitor the implementation of the law. This is also a concern for various entities associated with the profession, such as the Federal Council of Psychology (CFP), the Brazilian Association of School and Educational Psychology (ABRAPEE), the Association for Teaching in Psychology (ABEP), among others, which emphasize diligence in the processes involving the mentioned law. It is important to note that psychology and education have been intertwined since colonial Brazil – a time when both areas were advancing towards their consolidation. However, it is the movement of critical school and educational psychology, born during the 1980s, that establishes important structural changes for the conception of practice in this field. Thus, it is understood that it is necessary to comprehend professional insertion in the field of school psychology and its antecedents, which is the objective of this work. For this purpose, 5 interviews were conducted from a reflective perspective with psychology professionals working in the municipal network of a city located in northern Santa Catarina. The organization and tabulation of data were carried out based on Bardin's (2011) and Franco's (2009) Content Analysis. The construction and argumentation of the analyses were done based on authors from Historical-Cultural Psychology. The analyses are organized into three categories: the first, "BEFORE THE BELL RINGS: an overview of the professional trajectory to school," points to a scenario of feminization in the psychology profession and highlights that all professionals began their careers in a context different from education. In the category "WHEN THE BELL RINGS: professionals enter schools," it was observed that the constitution of relationships between psychology professionals and teachers is shaped by expectations, which were formed through a historical process. It also exposes the formative weaknesses of school psychologists, hindering the establishment of a dialogue between professions. Since the first category proved to be incipient in terms of discussions in education, while the second proved to be distant, as none of the interviewed professionals undergo continuous training courses, the third category was developed, "BETWEEN ONE BELL AND ANOTHER: the importance of initial and continuous training for professional performance," which emphasized the need to enhance both initial and continuous training. The results demonstrate that the studied city conducted a hurried process of organization for the implementation of Law No. 13,935/2019, using non-specific education announcements, resulting in the hiring of professionals without experience in the field of school psychology. The study also highlighted the importance of understanding how the professional practices of school psychologists are being constituted and the need for investment in initial and continuous training.



**Keywords:** School Psychology, Law No. 13,935/2019, Basic Education, Collaborative Work.

## RESUMEN

La Ley Nº 13.935/2019 representa un hito y un logro para el área de Psicología Escolar y Educacional. Durante más de 19 años, los profesionales de la psicología lucharon por su aprobación y, ahora que ha sido aprobada, crece la necesidad de seguir de cerca la implementación de la ley. Esta también es una preocupación de diversas entidades relacionadas con la profesión, como el Consejo Federal de Psicología (CFP), la Asociación Brasileña de Psicología Escolar y Educacional (ABRAPEE), la Asociación de Enseñanza en Psicología (ABEP), entre otras, que subrayan la diligencia en los procesos relacionados con dicha ley. Es importante recordar que la psicología y la educación han estado vinculadas desde la época de Brasil colonia, cuando ambas áreas avanzaban hacia su consolidación. Sin embargo, es el movimiento de la psicología escolar educacional crítica, surgido durante la década de 1980, el que establece cambios estructurales importantes para la concepción de la práctica en este ámbito. Por lo tanto, se entiende que es necesario comprender la inserción profesional en el campo de la psicología escolar y sus antecedentes, siendo este el objetivo final del presente trabajo. Para ello, se realizaron 5 entrevistas desde una perspectiva reflexiva, con profesionales de la psicología que trabajan en la red municipal de una ciudad ubicada en el norte de Santa Catarina. La organización y tabulación de los datos se realizaron utilizando el Análisis de Contenido de Bardin (2011) y Franco (2009). Toda la construcción, así como la argumentación de los análisis, se realizaron en base a autores de la Psicología Histórico-cultural. Los análisis están organizados en tres categorías: la primera, "ANTES DE TOCAR LA CAMPANA: una presentación de la trayectoria profesional hasta la escuela", señala un escenario de feminización de la profesión de Psicología y destaca que todas las profesionales comenzaron su carrera en un contexto diferente al de la educación. En la categoría "CUANDO SUENA LA CAMPANA: los profesionales ingresan a las escuelas", se observó que la constitución de las relaciones entre los profesionales de la psicología y los docentes se está dando a través de expectativas, las cuales se constituyeron a través de un proceso histórico; además, también expone las debilidades formativas de las psicólogas escolares, lo que dificulta la construcción de un diálogo entre las profesiones. Dado que la primera se mostró incipiente en cuanto a las discusiones en educación, mientras que la segunda se mostró distante, ya que ninguna de las profesionales entrevistadas realiza cursos de formación continua, se construyó la tercera categoría, "ENTRE UNA CAMPANA Y OTRA: la importancia de la formación inicial y continua para la actuación profesional", donde se explicitó la necesidad de potenciar la formación inicial y continua. Los resultados demuestran que la ciudad estudiada llevó a cabo un proceso acelerado de organización para la implementación de la Ley Nº 13/935\2019, utilizando editales no específicos de educación, lo que llevó a la contratación de profesionales sin experiencia en el área de Psicología escolar. El estudio también destacó la importancia de comprender cómo se están constituyendo las prácticas profesionales de las psicólogas escolares y la necesidad de invertir en formaciones iniciales y continuas.



**Palabras clave:** Psicología Escolar y Educacional, Ley Nº 13.935/2019, Educación Básica, Psicología Histórico-cultural.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Dissertações/Teses escolhidas para o balanço de produção..... 26

Quadro 02: Estrutura do Encontro com os Profissionais da Psicologia..... 72

Quadro 03: Dados das Profissionais de Psicologia..... 76

Quadro 04: Equipes Previstas para a Rede de Educação Municipal..... 88

Quadro 05: Distribuição das profissionais municipais..... 93

Quadro 06: A questão da formação continuada..... 113

# LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Periodização da história da Psicologia Escolar e Educacional, segundo Barbosa (2011)..... 17

Tabela 02: A Educação na cidade de Joinville\SC..... 23

Tabela 03: Atribuições de Psicólogos Escolares e Educacionais Segundo a ABRAPEE (2020)..... 34

Tabela 04: Atribuições de Psicólogos Escolares e Educacionais Segundo o CFP (2022) ..... 35

Tabela 05: Periodização das ideias Pedagógicas no Brasil..... 37

Tabela 06 - Dados totais quantitativos nacional de psicólogos divididos por gênero..... 78

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIAÇÕES

| | |
|---|---|
| **ABRAPEE** | Associação Brasileira de Psicologia Educacional e Escolar |
| **ACE-FGG** | Associação Catarinense de Ensino - Faculdade Guilherme Guimbala |
| **ANPED** | Associação Nacional de Pós de Graduação e Pesquisa em Educação |
| **CAPES** | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior |
| **CFESS** | Conselho Federal de Serviço Social |
| **CFP** | Conselho Federal de Psicologia |
| **CRP** | Conselho Regional de Psicologia |
| **CNPQ** | Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico |
| **CREPOP** | Centro de Referência Técnica em Psicologia e Política Pública |
| **CRP** | Conselho Regional de Psicologia |
| **FENAPSI** | Federação Nacional de Psicólogos |
| **FUNDEB** | Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação de Valorização dos Profissionais da Educação |
| **IELUSC** | Associação Educacional Luterana de Santa Catarina |
| **SciELO** | Scientific Electronic Library Online |
| **SED** | Secretária Municipal de Educação |
| **PT** | Partido dos Trabalhadores |
| **UFSC** | Universidade Federal de Santa Catarina |
| **UNIVILLE** | Universidade da Região de Joinville |

## SUMÁRIO

**CAPÍTULO 1: TECENDO OS PRIMEIROS CAMINHOS**..... 13

1.1 – O TRILHAR ..... 13

1.2 – PENSANDO O PROBLEMA INICIAL E A POSSÍVEIS NOVAS CONSTRUÇÕES ..... 16

**CAPÍTULO 2: PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL: possibilidade teórica** ..... 32

2.2 – APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO: uma discussão a partir da Psicologia Histórico-cultural ..... 47

2.3 - A CATEGORIA TRABALHO: em defesa de uma perspectiva crítica e colaborativa da Psicologia Escolar e Educacional ..... 53

2.3.2 – O TRABALHO DA PROFISSIONAL DA PSICOLOGIA ESCOLAR: defesa por uma perspectiva crítica..... 57

2.3.2 – A DEFESA PELO TRABALHO COLABORATIVO COM DOCENTES..... 65

**CAPÍTULO 3: TRILHANDO OS CAMINHOS METODOLÓGICOS**..... 70

3.1 – OS FUNDAMENTOS DO PERCURSO ..... 71

3.2 – AS CONVERSAS INICIAIS, ENTREVISTAS E A ORGANIZAÇÃO DA ANÁLISE ..... 73

**CAPÍTULO 4 – ANTES DO BATER O SINAL: uma discussão da trajetória profissional até a escola**..... 78

4.1.1 – ELAS POR ELAS: uma profissão majoritariamente feminina ..... 79

4.1.2 – AS INSERÇÕES PROFISSIONAIS: um percurso anterior à escola..... 83

**CAPÍTULO 5: QUANDO O SINAL BATE: as profissionais adentram os portões escolares** 87

5.1 – "*AÍ EU ME CADASTREI EM UM PROCESSO SELETIVO PARA A PANDEMIA*": o processo de organização e contratação das profissionais..... 88

5.2 – "*A MINHA ESCOLA TINHA JÁ UMA MESINHA JUNTO DA ORIENTAÇÃO, JUNTO DA SUPERVISÃO":* as expectativas que constituem as relações das profissionais da psicologia escolar com a comunidade escolar..... 100

5.3 – *"EU TENTO CONVERSAR COM TODOS ELES, ÀS VEZES NÃO CONSIGO":* as queixas escolares e a constituição da atuação profissional..... 110

**CAPÍTULO 6: ENTRE UM SINAL E OUTRO: a importância da formação inicial e continuada para atuação profissional**..... 122

6.1 – *"DAÍ EU LEMBREI DO ESTÁGIO DE PSICOLOGIA EDUCACIONAL"*: uma discussão acerca da formação inicial..... 123

6.2 – "ÀS VEZES FALTA TEMPO": a importância da formação continuada para atuação em Psicologia Escolar e Educacional ..... 128

**CAPÍTULO 7: O FIM SE TORNA UM COMEÇO: considerações da pesquisa** ..... 131

**REFERÊNCIAS**..... 135

**APÊNDICES**..... 146
APENDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (TCLE) ..... 146
**ANEXOS**..... 147
ANEXO A – PARECER CÔMITE DE ÉTICA ..... 147
ANEXO B – CARTA DE ANUÊNCIA ..... 150
ANEXO C – EDITAL 002-2020 ..... 151
ANEXO D – EDITAL SIMPLICADO 005-2020..... 166

## PRÓLOGO

### *MEUS OITO ANOS*

*Oh! Que saudades que tenho*
*Da aurora da minha vida,*
*Da minha infância querida*
*Que os anos não trazem mais!*
*Que amor, que sonhos, que flores,*
*Naquelas tardes fagueiras*
*À sombra das bananeiras,*
*Debaixo dos laranjais!*
*Como são belos os dias*
*Do despontar da existência!*
*- Respira a alma inocência*
*Como perfumes a flor;*
*O mar é - lago sereno,*
*O céu - um manto azulado,*
*O mundo - um sonho dourado,*
*A vida - um hino d'amor!*
*Que auroras, que sol, que vida,*
*Que noites de melodia*
*Naquela doce alegria,*
*Naquele ingênuo folgar!*
*O céu bordado d'estrelas,*
*A terra de aromas cheia,*
*As ondas beijando a areia*
*E a lua beijando o mar!*
*Oh! dias da minha infância!*
*Oh! meu céu de primavera!*
*Que doce a vida não era*
*Nessa risonha manhã.*
*Em vez das mágoas de agora,*
*Eu tinha nessas delícias*
*De minha mãe as carícias*
*E beijos de minha irmã!*
*Livre filho das montanhas,*
*Eu ia bem satisfeito,*
*De camisa aberto ao peito,*
*- Pés descalços, braços nus -*
*Correndo pelas campinas*
*À roda das cachoeiras,*
*Atrás das asas ligeiras*
*Das borboletas azuis!*
*Naqueles tempos ditosos*
*Ia colher as pitangas,*
*Trepava a tirar as mangas,*
*Brincava à beira do mar;*
*Rezava às Ave-Marias,*
*Achava o céu sempre lindo,*
*Adormecia sorrindo*
*E despertava a cantar!*
*Oh! Que saudades que tenho*
*Da aurora da minha vida,*
*Da minha infância querida*
*Que os anos não trazem mais!*
*Que amor, que sonhos, que flores,*
*Naquelas tardes fagueiras*
*À sombra das bananeiras,*
*Debaixo dos laranjais!*

***(CASIMIRO DE ABREU, 2003)***

# CAPÍTULO 1: TECENDO OS PRIMEIROS CAMINHOS

Escolheu-se o poema “Meus Oito Anos” para abrir a pesquisa na forma de prólogo, pois entende-se que a criança retratada em suas estrofes — aquela que corre atrás das borboletas, de peito aberto, ávida pela vida — assemelha-se com o estado do pesquisador quando se depara com a sua pesquisa, tomando vida.

Ao nomear todos os títulos desta dissertação como capítulos, quer-se que cada um deles represente os momentos que constituíram a pesquisa, desde a primeira ideia de problemática até às considerações finais, que trazem consigo os achados deste estudo e a perspectivas de novas indagações.

Sendo assim, o primeiro capítulo enfoca o processo inicial da pesquisa, no qual apresenta-se um tanto da trajetória profissional do pesquisador, a fim de detalhar os encontros com área da educação, o percurso de construção da problemática e dos objetivos da presente pesquisa, que o movimentou nesses últimos dois anos.

## 1.1 – O TRILHAR

O primeiro dia de aula na escola básica aconteceu no dia 7 de fevereiro de 2005, na Escola de Educação Básica Professora Juracy Maria Brosig, em uma recém-criada sala para estudantes que porventura iriam completar 7 anos naquele ano, o que era o caso. Nesse dia, houve duas companhias, ou poderia chamá-las de companheiras de caminho até a escola: a mãe e a avó. Ambas tinham consciência de que, apesar de já frequentar ambientes escolares por meio da educação infantil, estava com medo; as expressões em seu rosto transpareciam isso.

Vendo isso, a mãe se agachou até uma altura que os olhares se encontrem e disse *“Filho, a mãe volta para te buscar, mas aproveita a escola, aqui você vai aprender tanta coisa que logo é você quem vai estar me ensinando as coisas”,* antes de se despedir de com um abraço.

Dessa maneira, com a certeza de que ela estaria esperando na saída, adentra a sala de aula, que estava perfeitamente decorada com vários animais, flores de E.V.A e, ao centro de um enorme quadro de giz, estavam coladas letras do mesmo material:

“Sejam Bem-Vindos, Alunos, aqui vocês serão felizes” e ao lado, o nome da professora “Erosnilde”.

Pensando em tempos presentes, consegue-se traçar um paralelo entre a frase dita pela mãe e Saviani (2011), quando o autor diz que um dos papéis da escola é a formalização dos conhecimentos historicamente acumulados; e que esses sejam ensinados e apropriados pelas gerações precedentes. Portanto, ela realmente estava correta: estava entrando em um espaço que carrega consigo uma história e uma rede de conhecimentos que são produzidos constantemente em sociedade.

Foi frequentado a mesma escola durante toda a educação básica; foi lá, nos corredores pequenos do “*Jura” — apelido carinhoso, pelo qual é chamado por todos os estudantes que por lá passaram;* que construíram-se a maioria das memórias pessoais: os primeiros amores, a descoberta da sexualidade e a construção dos primeiros posicionamentos de mundo.

Ao final desta caminhada, já no famoso *terceirão*, tomou a decisão de prestar vestibular para Psicologia. Presentemente, ao retomar os motivos que levaram a fazer tal escolha, lembra que a motivação era a possibilidade de trabalhar com o *outro* em diversos contextos. Isso sempre pareceu um tanto atrativo, ainda que naquele momento não sabia exatamente com o que exatamente trabalhar, de que forma fazer, mas sabia que a escolha era pela Psicologia.

Prestou vestibular em 2015, e o início da graduação deu-se no ano seguinte. O percurso formativo possibilitou conhecer as mais diversas áreas dessa ciência, fez com que despertasse o interesse pelas mais diversas áreas e assuntos. Todavia, a partir de 2017, ocorreu uma aproximação com as discussões em educação, potencializada em 2018 com a entrada na pesquisa, através da bolsa de iniciação científica ofertada via Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico (CNPQ).

Como bolsista do Programas Institucionais de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) permaneceu de agosto de 2018 até agosto de 2020, e desenvolveram-se dois projetos intitulados: *“ESTUDANTES COM HISTÓRIA DE DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: suas vozes têm sido ouvidas pelas pesquisas?’’ e “Trabalho e formação docente na educação especial: um estudo sobre a América Latina”.*

A participação nesses dois projetos propiciou a participação em diversos congressos em educação regionais, nacionais e internacionais, nos quais foram apresentados trabalhos em formato de posters e de comunicação.

Nesses dois anos, foi se constituindo a escolha pela área de atuação, consolidada com a produção do trabalho de conclusão de curso que, por sua vez, originou o artigo “O Trabalho Pedagógico do Segundo Professor de Turma da Educação Especial: um estudo das influências no seu decurso profissional” (ANDRADE e CORDEIRO, 2022).

Nesse momento, a entrada no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) já era uma decisão tomada, tendo em vista todo o percurso dentro do campo teórico. Entretanto, em 2020, todos os planos foram drasticamente freados e modificados por conta da pandemia de COVID-19, que de forma avassaladora mudou a rotina das pessoas, dado o alto índice de contágio da doença, as regras sanitárias e os óbitos que gradativamente aumentavam.

Marinho-Araújo *et al*. (2023) apontam uma realidade brasileira alarmante que se origina no descaso e na inaptidão do enfrentamento da pandemia pelo governo federal brasileiro, que por diversas vezes assumiu uma postura negacionista e apostou em medicações sem comprovação científica.

Por conta dessa realidade, as atividades da graduação foram paralisadas, tendo uma volta gradual no segundo semestre de 2020, com os estágios obrigatórios. Desse modo, foi necessária toda uma reorganização por parte da coordenação e dos estudantes, e o término do ano letivo de toda a turma foi alongado, adentrando o ano de 2021.

Com os planos tendo que ser repensados, o presente autor aproximou-se de outros estudos. Durante todo o ano, adentrou as discussões acerca da inserção do psicólogo escolar em escolas públicas, muitas destas motivadas pela entrada no “Observatório do Serviço Social e da Psicologia na Escola”, vinculado ao curso de Psicologia da faculdade Associação Educacional Luterana Bom Jesus/IELUSC.

Deste modo, ao final do ano de 2021, iniciam-se as escritas para a inscrição no PPGE da Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE), afinal, apesar da aproximação com outras discussões, a vontade do mestrado permaneceu intacta. Optou-se pela linha de pesquisa "Políticas Educacionais, Trabalho e Formação Docente”, por conta de toda aproximação que já carregava pelos anos como bolsista de pesquisa no campo do trabalho e formação docente, bem como novas inquietações que surgiram a partir da imersão na área da psicologia escolar.

Com a entrada no PPGE concretizada, iniciou-se uma fase de “aquecimento”, caracterizada pela apropriação inicial do mestrado. Esse, portanto, aconteceu por

meio do início das aulas, os primeiros trabalhos e leituras, bem como os primeiros encontros com a orientadora, que deram origem às inquietações iniciais da pesquisa que, consequentemente, concederam base para a origem do projeto. Ou seja: era a pesquisa e a dissertação tomando forma.

## 1.2 – PENSANDO O PROBLEMA INICIAL E A POSSÍVEIS NOVAS CONSTRUÇÕES

Nos primeiros encontros com a orientadora, existia a pretensão de pesquisar a inserção do psicólogo escolar e os enlaces com o trabalho docente. Ali, reconheceu-se a necessidade de delimitar, afunilar e concretizar de maneira mais precisa o problema de pesquisa. Para isso, realizou-se uma imersão em diversas pesquisas que auxiliaram na definição do problema de pesquisa.

Dessa forma, iniciou-se um aprofundamento histórico na constituição da Psicologia Escolar e Educacional enquanto uma área e campo de atuação da Psicologia. Autoras como Barbosa (2011, 2021) e Antunes (2001, 2007 e 2021) destacam a existência de uma amalgamação entre a história da psicologia e a história da educação. Em certos momentos, ambas áreas se encontram, convergem entre si e se chocam, uma vez que os campos da educação e da formação de professores tiveram um papel significativo na consolidação da Psicologia enquanto ciência autônoma no Brasil.

Tendo em vista essa amalgamação, Barbosa (2011) propõe em sua tese a divisão da história da psicologia escolar e educacional em 7 períodos demonstrados pela tabela a seguir, que conta também com dizeres da autora sobre o período:

Tabela 01: Periodização da história da Psicologia Escolar e Educacional, segundo Barbosa (2011)

| Período | Nomenclatura e ano | Descrição da autora |
|---|---|---|
| Primeiro | Colonização, saberes psicológicos e educação – educando meninos rudes (1500 – 1906) | "[...] Marco inicial a chegada dos portugueses e como marco final a criação do Padagogium em 1906 como um momento inicial de destaque da Psicologia Brasileira" (p. 342) |
| Segundo | Psicologia e outros campos do conhecimento (1906-1930) | "grandes mudanças que ocorrem no Brasil, que mudam a configuração da Psicologia e consequentemente da Psicologia na relação com a educação" (p. 342) |
| Terceiro | Desenvolvimento – A nova escola e os psicologistas na educação (1930 – 1962) | "abrange os movimentados anos 1930, tendo destaque no período a criação de instituições de Psicologia e de Psicologia Aplicada o que se constituiria em cenário favorável para a organização dos profissionais em busca da regulamentação da profissão de psicólogo" (p. 342) |
| Quarto | A psicologia Educacional e a Psicologia "do" escolar" (1962 – 1981) | "A regulamentação marca o início, tem como características a grande produção científica em Psicologia Educacional e psicologia do Escolar e a efetivação de uma "área" específica" (p. 342) |
| Quinto | O período da crítica (1981 – 1990) | "A tese de Maria Helena Souza Patto "psicologia e ideologia, marca o período de crítica"" (p. 342) |
| Sexto | A psicologia educacional escolar e a reconstrução (1990 – 2000) | "Os anos 1990 têm como característica a reconstrução da área da psicologia a partir das denúncias das práticas tradicionais cítricas no período anterior e é também o momento em que são criadas a ABRAPEE e a revista Psicologia Escolar e Educacional " (p. 342) |
| Sétimo | A virada do século: novos rumos? (2000- ) | "principiando nos anos 2000, analisando as produções do período e procurando responder ao questionamento: encontramos novos rumos para a Psicologia Educacional e Escolar?" (p. 343) |

Fonte: Barbosa (2011).

A tabela evidencia a manifestação de vertentes do conhecimento psicológico desde os tempos primordiais da colonização. Nesse contexto, identificou-se a utilização de determinados entendimentos com o intuito de subjugar os povos colonizados, sendo esses considerados selvagens que precisavam de reeducação. Com o movimento histórico, a Psicologia foi tomando forma enquanto uma matéria nos cursos de formação na área da educação e como assunto proeminente em teses de medicina (BARBOSA, 2011).

Com o desenvolvimento da sociedade brasileira, percebe-se uma

> ascensão do capitalismo e expansão dos sistemas nacionais de ensino, surgem ideias liberais, que ideologicamente, colocaram a escola como promotora de igualdades de oportunidade, idealizada para ser o principal dispositivo de produção de uma sociedade justa e democrática, o que logo começa a mostrar fragilidades. O desempenho escolar desigual dos alunos da escola em busca da universalidade, que reproduzia a hierarquia e riqueza e poder ao invés de promover a igualdade e democracia, desafiava (SOUZA e BARBOSA, 2014)

Antunes, Souza e Barbosa (2021, p. 24) entendem que, no bojo destas constantes mudanças sociais, a Psicologia emergiu como um instrumento para o “ajustamento” dos estudantes, sobretudo com a utilização de testes psicológicos e pedagógicos que avaliam suas possibilidades de aprender ou não. Nesse sentido, também suas condições de vida e “estrutura” familiar legitimam-se como uma forma de explicação e de “legitimar o perverso sistema educacional brasileiro”.

Em decorrência disso, manifestou-se uma Psicologia aliada aos interesses da elite, fundamentada em pressupostos higienistas e eugenistas. Tais pressupostos foram utilizados como justificativa para classificar, selecionar e culpabilizar o educando, sua família e suas condições de vida pelos seus próprios fracassos escolares. Tudo isso proporcionou a constituição de uma profissão preocupada em ocupar-se da falta e carências dos sujeitos, atribuindo-lhes a responsabilidade por seus insucessos, excluindo, desta maneira, os fatores sociais, culturais e econômicos que perpassam a trajetória dos sujeitos (SOUZA e BARBOSA, 2014; SOUZA, et al., 2014; ANTUNES, SOUZA E BARBOSA, 2021).

A partir da década de 1980, iniciou-se o momento de crítica, que pode ser entendido como

> um processo de transformação que implica na mudança de pensamento, e por isso, mudança de atitude que anda na contramão da ideologia capitalista e foca o processo de superação do homem no interior da própria sociedade [...] o percurso de crítica que se inicia em 1980 foi uma conquista para a formação, já que ela é resultado de muitas discussões profissionais comprometidas com uma psicologia que rompe com a ideologia dominantes passando a olhar para a escola como um local de transformação e não de ajustamento (FIRBIDA E VASCONCELOS, 2018, p. 9)

Assim, caminhou-se na direção de questionar o que é naturalizado por uma ideologia dominante, de indagar o que está posto como uma verdade imutável. Como salientado por Firbida e Vasconcelos (2018), é nesse momento de crítica que se iniciou o questionamento das ações desempenhadas pelos psicólogos no contexto escolar.

A tese de Maria Helena Souza Patto, publicada em 1981 e intitulada "Psicologia e Ideologia: Uma introdução crítica à psicologia escolar", é considerada um dos marcos no campo escolar da psicologia. No trabalho, a autora explicita o movimento de constituição da psicologia enquanto profissão e como o trabalho de profissionais da psicologia nas escolas estava ocorrendo, evidenciando e questionando o viés ideológico e teórico que estava se infiltrando na constituição das práticas desses profissionais.

Patto (2022) sinaliza que, ao longo de 100 anos de constituição dos saberes da Psicologia, formou-se um campo discursivo fragmentado em diversas abordagens, concebendo-lhe um corpo despedaçado, sem unidade. Para a autora, a Psicologia, dessa forma, acabou surgindo e desenvolvendo-se comprometida com demandas sociais específicas, o que por consequência a encaminhou para uma ideologia também específica:

> Em sua constituição e desenvolvimento, tudo indica que a psicologia é instrumento e efeito das necessidades, geradas, nessa sociedade, de selecionar, orientar e adaptar e racionalizar, visando, em última instância, a um aumento da produtividade (PATTO, 2022, p. 131).

As perspectivas expostas pela citação acima acabam cristalizando-se na Psicologia, de modo que a pesquisa desenvolvida por Patto (2022) demonstra que as profissionais que atuavam em escolas estavam, naquele momento, assumindo posturas reguladoras, controladoras e adaptativas perante os sujeitos da comunidade escolar. É um posicionamento que fica evidente quando a autora traz para o trabalho

a fala das profissionais, as quais, em sua maioria, acabavam relegando a culpa pelo fracasso à escola, aos estudantes e aos docentes, contribuindo assim para a construção de um caráter culpabilizatório desses sujeitos.

No entanto, destaca-se que não se pretende utilizar a mesma elaboração e culpabilização das profissionais da Psicologia, as quais são compreendidas no processo histórico de formação profissional e intelectual daquele momento. Contudo, evidencia-se que a profissão e a ciência psicológica estavam sendo instrumentos para demonstrar as faltas da escola e dos sujeitos que lá estavam. Isso ocorria por meio de indicações de treinamentos que eram necessários aos professores; dos testes que comprovavam as deficiências que causavam o não-aprendizado dos estudantes; e das análises que delimitavam quem eram as famílias desinteressadas pelo processo de escolarização de suas crianças.

No decorrer da evidenciação dessas faltas, acarretou-se o processo de culpabilização dos próprios estudantes, professores e familiares. A partir daí, percebeu-se que ocorria a exclusão de fatores sociais e culturais, e que o enfoque estava sendo dado a elementos puramente biológicos e funcionais. Deste modo, Patto (2000), na pesquisa "A produção do Fracasso Escolar: histórias de submissão e rebeldia", como já indicado, aprofundou a discussão acerca dessas exclusões. O trabalho partiu do entendimento de que não caberia responsabilizar o estudante ou qualquer sujeito de maneira individual pela constituição da trajetória escolar, pois entendeu-se que as circunstâncias políticas, sociais, conjunturais, estruturais e culturais são preponderantes para o desenvolvimento do processo de escolarização.

Dessa maneira, os anos de 1990 e 2000 configuraram-se como momentos de produção de estudos e eventos que visavam consolidar as possibilidades de teorias e práticas de natureza crítica. A criação da Associação Brasileira de Psicologia de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE) e de sua revista de Psicologia Escolar e Educacional sinalizaram a tentativa de criação de um espaço adequado para discussão, publicação e atuação. Nesse mesmo contexto temporal, percebeu-se a expansão do trabalho, abrangendo não apenas o âmbito escolar, mas também espaços relacionados aos processos educativos em geral (SOUZA e BARBOSA, 2014; ANTUNES, SOUZA E BARBOSA, 2021).

Em decorrência de tudo que foi exposto até aqui, considera-se a educação como um dos pilares de constituição da Psicologia, junto à clínica e ao trabalho (ANTUNES, 2008). Por isso, acompanhar a consolidação do campo da psicologia

escolar e educacional é também perceber e documentar as movimentações sociais e políticas que envolvem a área de atuação e pesquisa em psicologia.

A partir de 2000, os profissionais da Psicologia, em conjunto com os profissionais da Assistência Social, começaram a se mobilizar pela aprovação de uma lei que assegurasse a inserção destes profissionais nas escolas da rede pública de educação. Deste modo, surgiu o Projeto de Lei 831, a qual versava sobre a obrigatoriedade da participação de assistentes sociais e psicólogos no quadro das escolas (BRASIL, 2003).

Cabe destacar que todo o processo de aprovação estendeu-se por mais de 19 anos, entre avanços e retrocessos no congresso legislativo. Sousa *et al*. (2021, p. 33), elaboram uma síntese do processo de aprovação da Lei:

> Protocolado na câmara dos deputados, em 31 de outubro pelo deputado José Carlos Elias (PTB/ES), previa apenas a inserção de assistentes sociais nos quadros profissionais das escolas públicas. Quando enviado ao Senado, a psicologia já estava incluída. Nesta casa, com a participação de entidades da Psicologia e do Serviço social o senador Flávio Sarns (PT/PR) apresentou o Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) n 60, de 2007 (PL nº 3.688 de 2000, na Casa de Origem). Aprovado, em 12 de novembro de 2010, por ter sido alterado pelo Senado, retornou à câmara [...] desde 7 de novembro de Julho de 2015 o PL aguardava para ser colocado na ordem do dia do plenário. [...] apresentou requerimento de urgência, que foi aprovado pelo Colégio de Líderes partidos no dia 21 de agosto de 2019 [...] em 12 de setembro o PL foi aprovado; em 8 de outubro o presidente da República Jair Messias Bolsonaro (PSL) vetou integralmente, esse veto (n 37/2019) foi derrubado em sessão conjunta do congresso Nacional em 27 de novembro; em 11 de dezembro a Lei n 13.635/2019 foi promulgada, e por fim, publicada no dia seguinte" (SOUZA *et al*., 2021, p. 33).

Com a Lei publicada, ela se tornou um novo marco para as lutas dos profissionais, sendo o texto final o seguinte:

> **O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do parágrafo 5º do art. 66 da Constituição Federal, a seguinte Lei:
> Art. 1º As redes públicas de educação básica contarão com serviços de psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais.
> § 1º As equipes multiprofissionais deverão desenvolver ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais.
> § 2º O trabalho da equipe multiprofissional deverá considerar o projeto político-pedagógico das redes públicas de educação básica e dos seus estabelecimentos de ensino.
> Art. 2º Os sistemas de ensino disporão de 1 (um) ano, a partir da data de publicação desta Lei, para tomar as providências necessárias ao cumprimento de suas disposições.
> Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação (BRASIL, 2019, grifo do autor)

Com a promulgação da Lei nº 13.935/2019, as lutas travadas pelas classes profissionais de Psicologia e Serviço Social prosseguiram, desta vez com o enfoque nos processos de implementação dessa legislação. Isso se deve ao fato de que os estados e municípios da federação teriam cerca de um ano para começar a organizar esse processo. Contudo, em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) emitiu o alerta de pandemia, causado pelo agravamento de casos ao redor de todo o globo (MARINHO-ARAÚJO et al., 2023).

Marinho-Araújo et al. (2023) entendem que todos os desdobramentos políticos, incluindo as várias decisões questionáveis tomadas pelo Governo Federal, bem como as repercussões sociais e sanitárias ocasionadas pela pandemia, afetaram diretamente as rotinas escolares e, por conseguinte, os processos de implementação da mencionada Lei. Ainda em 2020, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), unidos a outras entidades ligadas às profissões de Psicologia e Assistência Social, lançaram a cartilha “Psicólogas(os) e Assistentes Sociais na rede pública de educação básica: orientações para regulamentação da Lei 13.935/2019”, a fim de auxiliar na articulação entre os conselhos regionais, as prefeituras e governos de estado na possibilidade de implementação da lei. O documento, atualizado em 2022, concentra-se em estabelecer algumas diretrizes relacionadas ao processo de implementação, o qual se mostra bastante complexo.

Em relação aos processos de contratação, defende-se que seja por meio da realização de um concurso público. Entretanto, há uma intensa preocupação por parte de prefeitos e governadores com os gastos e financiamento necessários para realizar as provas, pagar os salários e manter essas equipes multiprofissionais recém-incluídas (MARINHO-ARAÚJO et al., 2023). Contudo, argumenta-se que a aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) (2020) representa uma resposta aos discursos que destacam o excesso de gastos para manter as equipes, tendo em vista que o FUNDEB destina uma porcentagem para o pagamento de profissionais que estão na educação (CRUCES E CALDAS, 2021).

Nas palavras de Marinho-Araújo et al. (2023, p. 16), o “FUNDEB é composto por recursos advindos da arrecadação de vários impostos de cada unidade da federação, acrescidos de uma contribuição da União equivalente a 10% do valor arrecadado”. O atual FUNDEB trouxe algumas modificações em relação à legislação anterior, que permaneceu em vigor de 2007 até 2020. Uma das principais mudanças foi a compreensão de que o fundo agora é um financiamento permanente da educação básica no país e garante o pagamento dos profissionais que atuam na educação, inclusive os profissionais da Lei nº 13.935/2019 (MARINHO-ARAÚJO et al., 2023).

A análise de Antunes, Santos e Barbosa (2021) evidencia que o campo da educação tem se transformado em uma área marcada por tensões e disputas, especialmente no âmbito político, com destaque para questões orçamentárias, sendo o FUNDEB um exemplo ilustrativo desse cenário. Diante disso, torna-se necessário explorar a questão orçamentária dessa política educacional.

O orçamento do FUNDEB é dividido em duas partes; aproximadamente 70% do total do orçamento é destinados ao pagamento de profissionais vinculados às redes de educação, enquanto os 30% restantes são alocados para a manutenção e desenvolvimento da rede. Em 2020, quando aprovado, o texto do FUNDEB (2020) considerava os profissionais da psicologia e da assistência social como integrantes do rol de profissionais da educação, incluindo-os nos 70%. No entanto, um ano depois, em 2021, a Lei nº 14.276 (BRASIL, 2021) foi aprovada, alterando o texto original do FUNDEB e modificando a interpretação mencionada anteriormente. Com essa nova versão, os profissionais da psicologia e da assistência social ficam excluídos da categoria de profissionais da educação, e o pagamento de seus salários é alocado nos 30% do orçamento. Essa mudança pode dificultar a manutenção das equipes,

considerando que é um valor menor e deve ser dividido com outros custos igualmente importantes para o desenvolvimento escolar.

Entende-se que o processo de contratação de profissionais é um dos componentes do processo de implementação da referida política pública, juntamente aos estudos sobre a viabilidade, as consultas públicas, as sessões nas Câmaras, as conversas com as Secretarias de Educação, entre outras ações que possam vir a ser realizadas. Deste modo, acompanhar as movimentações nos âmbitos legislativos municipais e estaduais que surgem a partir da aprovação da Lei nº 13.935/2019 mostrou-se pertinente para que houvesse o entendimento dos desdobramentos que organizam o processo de implementação da lei. Dito isso, o próximo ponto a ser observado é a vasta extensão do território brasileiro. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), os 5.570 municípios que compõem o país agregam em suas redes municipais cerca de 50% das escolas de educação básica. Deste modo, o Brasil se apresenta como

> um país peculiar por ter um território muito vasto em que alguns estados da Federação são maiores em extensão do que muitos países da Europa, por exemplo. Neste sentido, quase não se pode dizer que há um só Brasil, pois temos muitas diferenças geográficas, culturais e sociais, que constituem diferentes "BRASIS". (Barbosa, 2011, p. 291)

Por conta de todas as particularidades delineadas acima, entende-se a necessidade de focar em um contexto específico. Assim, tomou-se a decisão de focalizar o estudo na cidade de Joinville, localizada no estado de Santa Catarina. Atualmente, o estado possui aproximadamente 7.609.601 habitantes (IBGE, 2022). No âmbito da Psicologia, é representado pela 12ª regional do Conselho Regional de Psicologia (CRP-12), que reúne aproximadamente 15.827 profissionais registrados, o que faz dela a 8ª maior regional do país. Destaca-se que Joinville é a maior cidade do estado, contando atualmente com 616.323 habitantes (IBGE, 2022).

A tabela abaixo apresenta algumas informações acerca de aspectos da educação na cidade:

Tabela 02: A Educação na cidade de Joinville\SC

| | |
|---|---|
| Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010] | 97,3 % |
| IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) [2021] | 6,7 |
| IDEB – Anos finais do ensino fundamental (Rede pública) [2021] | 5,6 |
| Matrículas no ensino fundamental [2021] | 73.543 matrículas |
| Matrículas no ensino médio [2021] | 21.749 matrículas |
| Docentes no ensino fundamental [2021] | 3.039 docentes |
| Docentes no ensino médio [2021] | 1.398 docentes |
| Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2021] | 149 escolas |
| Número de estabelecimentos de ensino médio [2021] | 51 escolas |

Fonte: IBGE (2022)[1]

No que se refere à Psicologia, a cidade atualmente conta com 8 cursos de graduação, sendo um deles aberto na década de 1970. Este configura-se como o 2º curso de graduação na área no estado, o qual foi e continua sendo viabilizado pela Associação Catarinense de Ensino – Faculdade Guilherme Guimbala (ACE/FGG).

Apresenta-se como uma das primeiras cidades do estado a se organizar perante a Lei nº 13.935/2019, após o período mais drástico da pandemia de COVID-19. Isso é afirmado com base em uma reunião conjunta realizada na Câmara de Vereadores, no dia 14 de setembro de 2021, por iniciativa do vereador Diego Machado, cuja transmissão está disponível para visualização no YouTube. A reunião contou com a participação de representantes do secretário e da Secretaria de Educação Municipal da cidade de Joinville, uma representante do CRP-12, o secretário de Educação do Estado, supervisor regional de Educação, professores e diretores da rede de Educação Municipal local.

Na ocasião, foi discutida a importância da inserção do profissional de Psicologia no contexto escolar do município, tendo em vista as demandas levantadas pelo legislativo. Essas, por sua vez, abrangem desde questões envolvendo a saúde

[1] Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/joinville/pesquisa/13/0

mental, como suicídio, o uso e abuso de substâncias, até questões de violência, bullying e violências raciais. Destaca-se a fala referida pela vereadora e professora Ana Lúcia Martins (PT), que demonstra a importância deste profissional para um trabalho junto aos professores:

> [...] Porque nós que somos da educação, nós que estamos lá no chão da escola sabemos da importância dessa equipe multiprofissional para que as relações se estabeleçam nesse espaço do aprendizado, da aprendizagem, que elas sejam olhadas também por um profissional da psicologia e da assistência social, porque hoje todos os papéis estão centrados no professor [...] Muitas vezes ele *(o docente)* não vai deixar de fazer as coisas, mas terá (auxílio) de outro profissional, realmente um olhar diferenciado [...] Sobretudo colocando qual é o papel do psicólogo na escola porque às vezes há uma confusão de que o psicólogo vai fazer na escola um atendimento clínico né, e graças a uma conversa antecipada que eu tive com psicólogos hoje eu sei que não é isso, por isso nós devemos ouvir estes profissionais (grifos do autor).

Sendo assim, até este ponto, fica evidente que os vínculos entre a Psicologia e a Educação são tão antigos em território brasileiro quanto a própria profissão. Entende-se que o campo educacional desempenha um papel significativo no processo de consolidação da Psicologia enquanto ciência e profissão. É um campo que se caracteriza por constantes modificações, e que desde o final da década de 1980 está em um momento de defesa de uma teoria e prática críticas, diante dos desafios dos processos de escolarização.

A Lei nº 13.935/2019 representa um marco significativo ao possibilitar a expansão, inserção e permanência dos profissionais junto às equipes de educação em todo o território nacional. Nesse contexto, Joinville tem trabalhado pela implementação e, a partir da fala da vereadora Ana Lúcia Martins descrita acima, entendeu-se que, ao refletir sobre a inserção, torna-se fundamental levar em consideração que a escola já é um local que abriga profissionais docentes em suas múltiplas funções, atribuições e práticas. Em consequência desse entendimento, torna-se evidente a necessidade de adensar teoricamente as possibilidades de colaboração entre profissionais da psicologia e docentes, visando afunilar e estabelecer o objetivo desta pesquisa.

Para realizar esse aprofundamento, optou-se por realizar um levantamento bibliográfico, considerado como um “procedimento inicial de uma pesquisa científica

a fim de que metodologicamente, [...] se aproxime e investigue e conheça a temática ou fenômeno estudado" (MOCHEUTI, 2017, p. 1). O processo inicial de construção do levantamento bibliográfico teve início com a seleção dos bancos de pesquisa. Optou-se por utilizar o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a "Scientific Electronic Library Online" (SciELO) como fontes de referência.

Nos referidos periódicos, pesquisou-se os seguintes descritores, "Psicologia Educacional OR Escolar", "Psicólogo OR Psicóloga OR Psicologia", "Educação Básica" e "Trabalho Docente". A busca obteve um total de 136 trabalhos, sendo 116 na base da CAPES e 20 na base da SciELO. Para aprimorar a qualidade dos resultados, esse número total de produções foi submetido a alguns filtros. O primeiro filtro foi temporal, estabelecendo como referência a data da promulgação da Lei nº 13.935/2019; assim, apenas as pesquisas realizadas após essa data foram consideradas. O segundo filtro abordou as áreas de concentração dos estudos, focando nos Programas de Pós-graduação em Educação e Psicologia, uma vez que ambos são mais alinhados com os objetivos da pesquisa-dissertação.

Feitas as filtragens, obteve-se 22 trabalhos. Mais uma vez houve um processo de triagem com base na leitura dos títulos e resumos, buscando obter uma visão inicial sobre o conteúdo das pesquisas. Entretanto, segundo Maia e Hobold (2014), é preciso levar em consideração que, por vezes, os resumos podem ser construídos de forma inconsistente. Sendo assim, entendeu-se a necessidade de acrescentar a análise dos resultados das pesquisas presentes em dissertações e teses, bem como a leitura completa de todos os artigos. Ao final, chegou-se a um total de 5 trabalhos, todos eles caracterizados como teses ou dissertações. Todos os artigos foram descartados, uma vez que suas temáticas se distanciavam da proposta do balanço de produção. Os trabalhos selecionados estão demonstrados no quadro abaixo:

Quadro 01: Dissertações/Teses escolhidas para o balanço de produção

| TÍTULO | AUTOR | ANO | UNIVERSIDADE |
|---|---|---|---|
| Psicólogo na Educação ou Educação na Psicologia? Lugares De Atuação De Psicólogos E Psicólogas Em Demandas Educacionais Na Cidade De Cuiabá, Mato Grosso | Dayane Aparecida Do Nascimento Cardoso | 2019 | Universidade Federal De Mato Grosso |
| Desmedicalizarte: A Psicologia Escolar Construindo Práticas Desmedicalizantes Com Professoras E Educadoras | Camila Silva Marques Serrati | 2020 | Universidade Federal De Uberlândia |
| Atuação Do Psicólogo Escolar Junto A Professores Da Educação Básica: Concepções E Práticas | Ana Rogelia Duarte Do Nascimento | 2020 | Universidade Federal Da Paraíba (João Pessoa) |
| A dimensão subjetiva da relação entre psicólogo escolar e professores na atuação pedagógica e institucional | Michelle de Faria Nunes | 2021 | Universidade Federal Da Paraíba (João Pessoa) |
| A Queixa Escolar E O Os Gestores Escolares Municipais: Considerações A Partir Da Teoria Histórico-Cultural | Tiago Gonçalves Correa | 2021 | Universidade Federal De Catalão |

Fonte: Desenvolvida pelo Autor (2023)

A leitura dos trabalhos proporcionou um vislumbre inicial dos possíveis rumos que estão sendo traçados quando se enfoca no trabalho colaborativo entre profissionais da psicologia e docentes. Diante dos resultados encontrados nas pesquisas mencionadas no quadro acima, entende-se a existência de abordagens distintas, as quais podem ser entendidas através de práticas com profissionais docentes e práticas para profissionais docentes.

Para embasar essa distinção, fundamenta-se nas discussões de Freire (2017, p. 43) os conceitos de trabalho com e trabalho para, elementos presentes nas reflexões sobre a pedagogia do oprimido. Nesse contexto, destaca-se a preocupação em "apenas apresentar alguns aspectos do que nos parece constituir o que vimos chamando de pedagogia do oprimido, aquela que tem que ser forjada com ele e não para ele".

Entende-se que Freire (2017) faz uma aproximação com um pensamento marxista ao enfatizar que o trabalho é uma das fontes para o processo de humanização e desalienação dos sujeitos. Nesse sentido, quer-se dizer que o trabalho, enquanto uma atividade social, deve ocupar-se da reflexão sobre as causas da opressão, possibilitando ao sujeito a consciência de questionar tais causas e lutar pela sua libertação. Reitera-se que este processo é feito em colaboração com aqueles que dividem o processo de trabalho (FREIRE, 2017). A opressão gera a desumanização, que destitui o poder do sujeito de reconhecer-se diante da sua própria história e nega-lhe a oportunidade de apropriar-se livremente e conscientemente dos conhecimentos historicamente acumulados.

Por outro lado, um discurso opressor caracteriza aquilo que se entende como um "trabalho para". Nessa estrutura, não há o entendimento de uma luta pela libertação, mas sim por sua perpetuação da ótica societária vigente. Há um tensionamento para manter e perpetuar as desigualdades nas quais as relações são constituídas.

Em compensação, em trabalhos com professores, seriam aqueles construídos a partir do encontro entre os saberes de professores e profissionais da psicologia. Isso evidencia que, mesmo com fronteiras delimitadas, com objetos e métodos de atuação, essas áreas podem se encontrar e convergir em prol de pensar uma educação democrática e de construção de conhecimento, considerada a diversidade de estudantes.

Os resultados claramente apontam para essa dicotomia e demonstram que ainda há uma desigualdade entre os profissionais. Entretanto, pontuam as possibilidades de práticas feitas de maneira colaborativa. Mesmo assim, há uma necessidade de aprofundar mais a constituição dessas relações permeadas pelo trabalho.

O percurso feito até aqui possibilitou explorar a história da psicologia escolar e

educacional, compreender as lutas necessárias para a aprovação da Lei nº 13.935/2019 e, consequentemente, o início dos movimentos pela sua implementação e inserção. Estes, por sua vez, resvalam na constituição das relações de trabalho, especialmente junto aos profissionais docentes das escolas. Desse modo, constitui-se a seguinte problemática de pesquisa: Como está acontecendo o processo de inserção de profissionais da psicologia na rede básica de ensino municipal da cidade de Joinville\SC?

A partir desta questão desencadeadora, tem-se como objetivo geral analisar a inserção de psicólogos escolares na rede de Educação Básica Municipal da cidade de Joinville\SC, a partir da ótica de profissionais da psicologia. Esse, por conseguinte, desdobra-se nos seguintes objetivos específicos: 1) Explorar a trajetória dos profissionais da psicologia; 2) Compreender como o trabalho de profissionais da psicologia junto ao ambiente escolar e aos profissionais docentes vem se constituindo; 3) Discutir a importância da formação inicial e continuada para a atuação em Educação.

Diante de tais objetivos, optou-se pela realização de um percurso metodológico qualitativo baseado em uma perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural, com o desenvolvimento de entrevistas de cunho reflexivo. Ao desenvolver essa forma de pesquisa, ocupa-se de "compreender os eventos investigados, descrevê-los e procurar possíveis relações, integrando o individual com o social" (FREITAS, 2002, p. 28).

Partindo do entendimento de que, para estudar os fenômenos humanos, não se pode apenas contemplar suas existências como se fossem inertes ou inerentes, pelo contrário, são produções de sujeitos que falam, possuem voz e vontades, e, portanto, devem ser considerados e ouvidos. Deste modo, cabe ao pesquisador constituir uma pesquisa que possibilite a construção de diálogo, a partir do entendimento de que ambos, pesquisador e pesquisado, são produtores do conhecimento (FREITAS, 2002; SZYMANSKI, 2018).

Diante dessas especificidades que compõem o entendimento acerca do gênero humano, procurou-se construir essa dissertação que se configurou da seguinte maneira: O capítulo 2 tem como objetivo o aprofundamento e adensamento teórico, explorando desde documentos pensados para a atuação no campo da Psicologia Escolar e Educacional emitidos por órgãos que regulamentam a profissão de Psicologia até suas articulações com a Psicologia Histórico-Cultural e a Pedagogia

Histórico-Crítica.

O 3º capítulo refere-se ao percurso metodológico, momento no qual se aprofunda a perspectiva teórica que orienta a constituição das entrevistas e demonstra como foram realizadas as etapas de organização e os procedimentos de tabulação e análise das informações.

O 4º, 5º e 6 º capítulo representam as análises da presente pesquisa e foram denominados, respectivamente, "ANTES DE TOCAR O SINAL: uma apresentação da trajetória profissional até a escola", "QUANDO O SINAL BATE: profissionais adentram às escolas" e "ENTRE UM SINAL E OUTRO: a importância da formação Inicial e continuada". Por fim, encerra-se

## CAPÍTULO 2: PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL: possibilidade teórica

**A Escola é**
Escola é
... o lugar que se faz amigos.
Não se trata só de prédios, salas,
quadros,
Programas, horários, conceitos...
Escola é sobretudo, gente
Gente que trabalha, que estuda
Que alegra, se conhece, se estima.
O Diretor é gente,
O coordenador é gente,
O professor é gente,
O aluno é gente,
Cada funcionário é gente.
E a escola será cada vez melhor
Na medida em que cada um se comporte
Como colega, amigo, irmão.
Nada de "ilha cercada de gente por todos
os lados"
Nada de conviver com as pessoas e
depois,
Descobrir que não tem amizade a
ninguém.
Nada de ser como tijolo que forma a
parede, indiferente, frio, só.
Importante na escola não é só estudar,
não é só trabalhar,
É também criar laços de amizade, É criar
ambiente de camaradagem,
É conviver, é se "amarrar nela"!
Ora é lógico...
Numa escola assim vai ser fácil! Estudar,
trabalhar, crescer,
Fazer amigos, educar-se, ser feliz.
É por aqui que podemos começar a
melhorar o mundo

(**PAULO FREIRE, A ESCOLA, 2003)**

O poema de Paulo Freire expõe que a escola é constituída por gente que trabalha, estuda e vive. Essas pessoas constituem relações fundamentais para entender as possibilidades de práticas no contexto escolar. Nesse sentido, este capítulo teórico tem como objetivo construir as bases conceituais e teóricas que fundamentam esta pesquisa, desde o desenvolvimento do percurso metodológico até as considerações finais.

A primeira parte da escrita deste capítulo baseou-se em documentos orientados para pensar a prática e as atribuições de psicólogos lotados em escolas. Esses documentos foram emitidos pelo CFP e CREPOP, intitulados "Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) na educação básica" (2019) e pela ABRAPEE, "Nota Técnica Sobre Atribuições Da(o) Psicóloga(o) Escolar E Educacional" (2020).

De acordo com Evangelista e Shiroma (2020), a leitura e o estudo de documentos revelam posicionamentos, defesas e direcionamentos incorporados nos conteúdos abordados. Assim, ao iniciar com a referência e a nota técnica, buscou-se expor os direcionamentos técnicos defendidos para a atuação da psicologia frente às demandas escolares.

> Este documento procura abordar a educação básica como direito humano fundamental, em uma perspetiva crítica, pautada pela diversidade humana e protagonista no enfrentamento a preconceitos, racismos, pobreza e distribuição de renda […] Para a atuação da Psicologia na escola na educação, é necessário que as (os) psicólogas (os) trabalhem em consonância com a garantia desse direito universal (CFP, 2019, p. 8)

Para fundamentar as defesas citadas e as articulações teórico-técnicas necessárias, o documento é divido em três eixos os quais discutem as dimensões ético-políticas da atuação profissional, as interlocuções entre psicologia e escola, e, por fim, as possibilidades de atuação neste contexto.

Para o CFP (2019), a escola é tida enquanto um local privilegiado para o processo de socialização das experiências e a produção do conhecimento. No entanto, também é vista como uma instituição que acaba produzindo e reproduzindo contradições, e que nem sempre garante aos estudantes a vivência da plena cidadania. Isto é:

> O cotidiano da escola pública brasileira, em sua complexidade, expressa as condições pragmáticas sobre as quais se constituem as políticas educacionais. Nesse sentido, a escola pública brasileira se configura como um espaço instituído no modelo econômico que insere a Educação como uma importante dimensão para a implementação de um projeto neoliberal (CFP, 2019, p. 25).

A partir desses posicionamentos, reconhece-se que a atuação da Psicologia Escolar deve, de algum modo, estar alinhada às políticas públicas educacionais. Segundo Pasquali, Souza e Lima (2013), o profissional da Psicologia Escolar pode passar a conhecer os compromissos políticos e pedagógicos assumidos por essas políticas, os quais compõem toda a complexidade do fenômeno escolar.

Portanto, defende-se a necessidade de o profissional da Psicologia Escolar conhecer as leis educacionais que regulam e organizam a escola, assim como os currículos municipais, estaduais e nacionais propostos. Dessa maneira, a psicóloga pode compreender e reconhecer o campo no qual atua, considerando suas especificidades. Essa perspectiva destaca a não-neutralidade da Psicologia diante das queixas escolares (CFP, 2019).

Taveiros Brasil (2013) entende que a ideia falaciosa de uma Psicologia neutra esteve embasada, por muito tempo, em um discurso econômico, visando a manutenção da ordem capitalista e, consequentemente, a produção das desigualdades sociais características desse sistema. Pregar a neutralidade, para o autor, fez com que a Psicologia estivesse aliada a um tipo específico de pensamento que buscava o controle da população.

O CFP fundamenta seus argumentos em uma perspectiva que preconiza ir além do aparente, do naturalizado, para entender o que está no cerne das relações econômicas, políticas e sociais que constituem o sistema educacional brasileiro, rompendo com o paradigma da neutralidade. Esse posicionamento é evidenciado nas perspectivas desejadas para a educação, a Psicologia e a Psicologia Escolar e Educacional.

> **À Educação**, almejamos a efetivação da prática democrática, o investimento de recursos orçamentários que garanta a qualidade da escola pública, a garantia dos direitos fundamentais de estudantes e profissionais da educação, o respeito ao processo de aprendizagem e desenvolvimento de todas as crianças, adolescentes e jovens, incluindo aquelas(es) que necessitam de atendimento educacional especializado, estudantes indígenas e de comunidades tradicionais, bem como aquelas(es) que cumprem medidas socioeducativas. **À Psicologia**, almejamos a construção de um conhecimento científico crítico, cuja relação teoria e prática seja indissociável e que se comprometa e se responsabilize, social e politicamente, com a democratização da sociedade, visando a responder às questões que afetam diariamente a vida das pessoas: exclusão social, violência, discriminação, intolerância, desigualdade, dentre outras. **À Psicologia Escolar e Educacional** almejamos um projeto educacional que vise a coletivizar práticas de formação e de qualidade para todos; que lute pela valorização do trabalho do professor e constitua relações escolares democráticas, que enfrente os processos de medicalização, patologização e judicialização da vida de educadores e estudantes; que lute por políticas públicas que possibilitem o desenvolvimento de todos e todas, trabalhando na direção da superação dos processos de exclusão e estigmatização social (CFP, 2019, p. 26)

Com base no posicionamento acima, o trabalho da psicóloga em contexto escolar não nega às diferenças físicas, sociais e culturais; pelo contrário, concentra-se em entendê-las enquanto aspectos que constituem a subjetividade dos sujeitos que acessam a escola. Essa, por sua vez, torna-se local capaz de propiciar a construção de redes de relacionamento, seja com as instituições públicas de saúde e da assistência, ou relacionais; no caso, entre os docentes, estudantes, diretores e família (CFP, 2019; MARTINS, 2020).

Dessa maneira, têm-se os posicionamentos do CFP para a Psicologia e para as profissionais que estão alocadas nesse contexto de atuação. Em relação à Psicologia e às profissionais inseridas nesse cenário de atuação. Diante desse contexto, entende-se a necessidade de demonstrar as atribuições esperadas dessas profissionais, a fim de poder demarcar ainda mais os posicionamentos até aqui elencados.

Atualmente existem dois documentos em âmbito nacional que englobam as atribuições esperadas para Psicólogas Escolares. O primeiro deles é o já citado da ABRAPEE (2020) e o segundo é o emitido pelo CFP e CFESS (2022). Essas atribuições foram pensadas e constituídas com base nas responsabilidades específicas da psicóloga escolar, e também para desempenhar as dúvidas frequentes em relação às práticas profissionais nesse contexto. Para isso, deve-se “analisar os

contextos sociais, escolares, educacionais e o Projeto Político-Pedagógico das Unidades Educacionais atendidas, em articulação com as áreas da Saúde, da Assistência Social, dos Direitos Humanos e da Justiça” (ABRAPEE, 2020, p. 3). Dessa forma, as atribuições são:

Tabela 03: Atribuições de Psicólogos Escolares e Educacionais Segundo a ABRAPEE (2020)

| **Nª a atribuição** | **ABRAPEE (2020)** |
|---|---|
| **1** | Participar da elaboração de projetos pedagógicos, planos e estratégias a partir de conhecimentos da psicologia do desenvolvimento e aprendizagem, na perspectiva da promoção da aprendizagem de todos os alunos, com suas características peculiares, trabalhando em equipes multiprofissionais. |
| **2** | Participar da elaboração de políticas públicas de educação. |
| **3** | Contribuir com a promoção dos processos de aprendizagem, buscando, juntamente com as equipes pedagógicas e multiprofissionais, garantir o direito a inclusão de todas as crianças e adolescentes. |
| **4** | Orientar nos casos de dificuldades nos processos de escolarização. |
| **5** | Realizar avaliação psicológica a partir das necessidades específicas identificadas no processo educativo, que considere a rede de fenômenos presentes. |
| **6** | Orientar as equipes educacionais na promoção de ações que auxiliem na integração da família, do educando, da escola e nas ações necessárias à superação de estigmas que comprometam o desempenho escolar dos educandos. |
| **7** | Propor e contribuir na formação continuada de educadores, a partir das atividades coletivas de cada escola, na perspectiva de constante reflexão sobre as práticas docentes. |
| **8** | . Atuar nas ações e projetos de enfrentamento dos preconceitos, da violência, da patologização, da medicalização e da judicialização na escola. |
| **9** | Propor articulação intersetorial no território, visando à integralidade de atendimento ao município, ao Estado e o apoio às Unidades Educacionais e o fortalecimento da Rede de Proteção Social. |
| **10** | Promover ações, em equipes multiprofissionais, voltadas à escolarização do público da educação especial. |
| **11** | Propor e participar de atividades formativas destinadas à comunidade escolar sobre temas relevantes da sua área de atuação. |
| **12** | Participar da elaboração de projetos de educação e orientação profissional. |
| **13** | Promover ações de acessibilidade. |
| **14** | Propor ações, juntamente com professores, pedagogos, alunos e pais, funcionários técnico-administrativos e serviços gerais e a sociedade de forma ampla, visando a melhorias nas condições de ensino, considerando a estrutura física das escolas, o desenvolvimento da prática docente, a qualidade do ensino, entre outras condições objetivas que permeiam o ensinar e o aprender |
| **15** | Considerar a dimensão de produção da subjetividade, sem reduzi-la a uma perspectiva individualizante, afastando-se do modelo clínico -assistencial; |
| **16** | Buscar conhecimentos técnico-científicos da Psicologia e da Educação, em sua dimensão ética para sustentar uma atuação potencializadora |

Fonte: ABRAPEE (2020)

O segundo documento que contempla as atribuições foi emitido pelo CFP E CFESS (2022) e segue a mesma linha de defesa já citada no documento da ABRAPEE (2020), a fim de consolidar e defender o que se espera de profissionais em contextos escolares.

Tabela 04: Atribuições de Psicólogos Escolares e Educacionais Segundo o CFP (2022)

| **Nª a atribuição** | **CFP (2022)** |
|---|---|
| **1** | Subsidiar a elaboração de projetos pedagógicos, planos e estratégias a partir de conhecimentos da Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem; |
| **2** | Participar da elaboração, execução e avaliação de políticas públicas voltadas à educação; |
| **3** | Contribuir com a promoção dos processos de aprendizagem, buscando, juntamente com as equipes pedagógicas, garantir o direito a inclusão de todas as crianças e adolescentes; |
| **4** | Orientar nos casos de dificuldades nos processos de escolarização; |
| **5** | Realizar avaliação psicológica ante as necessidades específicas identificadas no processo ensino-aprendizado |
| **6** | Auxiliar equipes da rede pública de educação básica na integração comunitária entre a escola, o estudante e a família; |
| **7** | Contribuir na formação continuada de profissionais da educação; |
| **8** | Contribuir em programas e projetos desenvolvidos na escola; |
| **9** | Colaborar com ações de enfrentamento à violência e aos preconceitos na escola; |
| **10** | Propor articulação intersetorial no território, visando à integralidade de atendimento ao município, o apoio às unidades educacionais e o fortalecimento da Rede de Proteção Social; |
| **11** | Promover ações voltadas à escolarização do público da educação especial e pessoas surdas; |
| **12** | Promover relações colaborativas no âmbito da equipe multiprofissional e entre a escola e a comunidade; |
| **13** | Promover ações de acessibilidade; |
| **14** | Propor ações, juntamente com os professores, pedagogos, alunos e pais, funcionários técnico-administrativos e serviços gerais, e a sociedade de forma ampla, visando melhorias nas condições de ensino, considerando a estrutura física das escolas, o desenvolvimento da prática docente, a qualidade do ensino, entre outras condições objetivas que permeiam o ensinar e o aprender |
| **15** | Avaliar condições sócio-históricas presentes na transmissão e apropriação de conhecimentos; e |
| **16** | Sistematizar contribuições teórico-práticas no enfrentamento de preconceitos em relação à população LGBTQIA+, população negra, povos indígenas, imigrantes e outros grupos |

Fonte: CFP (2022)

Percebe-se que as atribuições sofrem poucas alterações entre um documento e outro; pelo contrário, as semelhanças são mais evidentes do que as modificações. Com os posicionamentos e atribuições evidenciados, entendeu-se a necessidade de aprofundar alguns conceitos e temáticas que possibilitam discussão e o aprofundamento da constituição do trabalho da Psicologia escolar.

Desse modo, foi desenvolvido, com base na articulação entre a Psicologia Histórico-Cultural e da Pedagogia Histórico-Crítica, 3 eixos de discussão os quais foram denominados da seguinte forma: "*POSSIBILIDADES PARA PENSAR A ESCOLA E A EDUCAÇÃO DE MANEIRA CRÍTICA E DEMOCRÁTICA: aportes da Pedagogia Histórico-crítica*", "APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO: uma discussão à partir da Psicologia Histórico-cultural" e, por fim, " O TRABALHO: a categoria, os interesses, e a defesa por um trabalho em psicologia escolar crítico e colaborativo". Esse, por sua vez, foram discutidos nas seções abaixo.

## 2.1– *POSSIBILIDADES PARA PENSAR A ESCOLA E A EDUCAÇÃO DE MANEIRA CRÍTICA E DEMOCRÁTICA: aportes da Pedagogia Histórico-crítica*

*"O nexo da educação com a estruturação da sociedade em classes ocorreu em um determinado momento da história humana, dando origem à educação escolar" (SAVIANI, 2021b, p. 241).*

Saviani (2021b) entende que o trabalho, como categoria essencialmente humana, é produzido pelo próprio homem. Através do trabalho, ele garante sua sobrevivência e realiza ações intencionadas perante a natureza, as quais se transformam em matéria-prima para seus instrumentos, além da construção de uma série de conhecimentos que, de alguma forma, precisam ser transmitidos às gerações subsequentes. "Eis por que também se diz que a educação é uma atividade especificamente humana, sendo o homem o produto da educação" (SAVIANI, 2021b, p. 241).

Dessa forma, é necessário adentrar um pouco na história da origem das instituições escolares. No Brasil, Saviani (2021a) aponta que o início da educação

formal deu-se no século XVI (1501 – 1600), coincidindo com o início da colonização e a ocupação das terras pelas expedições portuguesas. A periodização das ideias pedagógicas no Brasil proposta pelo autor consiste em quatro períodos, os quais possuem características e tendências educacionais predominantes.

Tabela 05: Periodização das ideias Pedagógicas no Brasil

| PERIODO | DATAS | FASES |
|---|---|---|
| 1º: Monopólio da vertente religiosa da pedagogia tradicional | 1549 – 1759 | 1. Uma pedagogia brasílica ou o período heróico (1549 – 1599).<br>2. A institucionalização da pedagogia jesuítica ou o período heróico (1599 – 1759) |
| 2º: Coexistência entre as vertentes religiosa e laica da pedagogia tradicional | 1759 – 1932 | 1. A pedagogia pombalina ou as ideias pedagógicas do despotismo esclarecido (1759 – 1827)<br>2. Desenvolvimento da pedagogia Laica: ecletismo, liberalismo e positivismo (1827 -1932) |
| 3º: Predominância da Pedagogia Nova | 1932 – 1969 | 1. Equilíbrio entre a Pedagogia Tradicional e a Pedagogia Nova (1932-1947)<br>2. Predomínio da influência da Pedagogia Nova (1947-1961)<br>3. Crise da Pedagogia Nova e a articulação da Pedagogia Tecnicista (1961 – 1969) |
| 4º: Configuração da concepção pedagógica produtivista | 1969 – 2001 | 1. Predomínio da pedagogia tecnicista, manifestação da concepção analítica da filosofia da educação e concomitantemente desenvolvimento da visão crítico-reprodutivista (1969-1980)<br>2. Ensaios contra-hegemônicos: pedagogias da “educação popular” pedagogias da prática, pedagogias crítico-social dos conteúdos e pedagogia históricos-critica (1980-1991)<br>3. O neoprodutivismo e as suas variantes: neoescolanovismo, neoconstrutivismo e o neotecnicismo. (1991 – 2001) |

Fonte: SAVIANI (2021a)

Conforme destacado por Saviani (2021), cada um dos períodos mencionados carrega consigo uma hegemonia de ideias, as quais nem sempre predominam nas práticas educativas. De maneira geral, conforme Ribeiro (2003, p. 15), o início do período colonial é caracterizado por uma educação humanística voltada especialmente para o aspecto espiritual. Isso se deve ao fato de que uma "sociedade latifundiária, escravocrata e aristocrática, sustentada por uma economia agrícola e rudimentar, não necessitava de pessoas letradas e nem de muitos para governar, mas sim de uma massa iletrada e submissa".

Nesse contexto histórico, devido à sua dependência de Portugal, a educação brasileira ainda estava fortemente vinculada à ideia de catequização do povo, especialmente dos povos originários que habitavam a região. Assim, a educação era restrita a algumas esferas sociais. Por exemplo, a classe dominante, composta por homens, tinha a oportunidade de acesso tanto à educação média quanto à superior. Esta última ocorria fora do país (RIBEIRO, 2003; SAVIANI, 2021a).

> Da educação estava excluído o povo, e graças à Companhia de Jesus, o Brasil permaneceu, por muito tempo, com uma educação voltada para a formação da elite dirigente. Este tipo de educação em muito se adequava ao momento e sobreviveu todo o período colonial, imperial e republicano, sem sofrer modificações estruturais em suas bases (RIBEIRO, 2003, p. 15-16).

A Primeira República (1889–1930) ficou marcada pelas várias propostas educacionais que se empenharam em prol da inovação do ensino, em qualificar e desqualificar aquilo que foi realizado ou preterido no regime anterior (RIBEIRO, 2003; SCHUELER E MAGALDI, 2008), isto é:

> [...] Zombando do passado, as escolas imperiais foram lidas, nos anos finais do século XIX, sob o signo do atraso, da precariedade, da sujeira, da escassez e do “mofo”. Mofadas e superadas estariam idéias e práticas pedagógicas − a memorização dos saberes, a tabuada cantada, a palmatória, os castigos físicos etc. −, a má formação ou a ausência de formação especializada, o tradicionalismo do velho mestre-escola. Casas de escolas foram identificadas a pocilgas, pardieiros, estalagens, escolas de improviso − impróprias, pobres, incompletas, ineficazes (SCHUELER E MAGALDI, 2008, p. 35)

As mudanças propostas na época tinham como objetivo modificar estruturas curriculares visando a inclusão de matérias científicas e a organização da estrutura

escolar. No entanto, com isso, acabou deflagrando-se a falta de infraestrutura para comportar tais iniciativas. Ainda que algumas mudanças tenham sido realizadas, de acordo com Ribeiro (2003), ao fim alguns dos problemas educacionais mantiveram-se, como a falta de matrículas ou de incentivo à educação. Isso aconteceu, sobretudo, em decorrência ao modelo socioeconômico empreendido pelo Brasil durante o período, visto que esse dependia quase que exclusivamente da agricultura e da exportação.

> Numa sociedade agrícola onde os meios de produção eram elementares, só a elite dominante necessitava ser letrada. O governo não se interessava em ampliar a rede secundária, pois a economia não exigia nível médio. A elite, tendo o poder aquisitivo nas mãos, matriculava seus filhos nas escolas particulares, com finalidade de que atingissem o nível superior para serem os futuros administradores do país. Sendo assim, a estrutura educacional não foi alterada neste período (RIBEIRO, 2003, p. 19).

Percebe-se que a organização e as perspectivas das políticas educacionais, assim como a estruturação das escolas, sempre estiveram alinhadas com as demandas e necessidades da época vigente. É evidente que as décadas seguintes foram profundamente influenciadas pelo processo de industrialização do país, que, como consequência, impulsionou o pensamento capitalista. Esse contexto começou a impactar diretamente os interesses em relação à educação no Brasil (RIBEIRO, 2003; SAVIANI, 2021a; SAVIANI, 2021b).

Com o advento do capitalismo como o sistema de produção hegemônico, surge a necessidade de educar os filhos da classe burguesa. Para Saviani (2021b), é a formação dessa classe que impulsiona o surgimento da escola, a qual se submete ao sistema capitalista e à divisão de classes.

> Se antes a educação era comum, sendo definida pelo próprio processo de trabalho, com o surgimento das classes a educação se dividiu entre aquela destinada aos não proprietários e aquela destinada aos proprietários. Os primeiros continuavam a sua educação no próprio processo de trabalho, fora da escola. Os segundos teriam uma educação diferenciada, desenvolvida nas escolas, fora do trabalho, embora igualmente denominada de trabalho (SAVIANI, 2021b, p. 243).

Libâneo, Oliveira e Toschi (2012) observam que os avanços econômicos impostos pelo capitalismo estão diretamente relacionados ao aumento de importância concedido à educação, especialmente no que diz respeito à organização dos sistemas

educacionais, à avaliação e ao orçamento que regem a escola.

As transformações ocorridas no contexto latino-americano a partir da década de 1990 indicam uma subordinação das políticas educacionais às demandas e exigências da produção e do mercado. Atualmente, conforme Libâneo, Oliveira e Toschi (2012), a escola precisa se adaptar para atender às demandas do capitalismo, incorporando diversos modelos e formatos de processos educativos, além de integrar-se ao avanço tecnológico, com o objetivo de formar sujeitos mais qualificados para as necessidades do novo contexto de produção.

Esse processo confere à escola e à educação um papel privilegiado no âmbito do capitalismo, o que pode levá-las a se tornarem produtos e instrumentos desse sistema de produção. É nesse contexto que se inicia a disseminação de ideias que buscam modificar alguns aspectos da escola, tais como:

> […] forçar a escola a mudar suas práticas por causa do avanço tecnológico […] induzem a mudança de atitude do professor e no trabalho docente […] exigem um novo trabalhador, mais flexível, o que provoca certa valorização da educação formadora de novas habilidades […] Modificam os objetivos e as prioridades da escola […] modificações nos interesses, necessidades e valores escolares (LIBÂNEO, 2012, p. 62)

Deste modo, compreende-se que a escola não surge inicialmente para atender aos trabalhadores, mas ao longo do percurso histórico da instituição, ela passa a atender a essa classe. Essa evolução coloca a educação escolar no centro de uma batalha antagônica entre os interesses capitalistas e as demandas da classe trabalhadora. Esses elementos constitutivos da escola levam Saviani (2021c) a afirmar que a neutralidade é impossível. Ou seja, é necessário que a educação escolar assuma um posicionamento diante desses interesses e, de alguma forma, escolha um lado para si e para suas defesas.

Diante desse contexto, a presente pesquisa se posiciona diante desses tensionamentos antagônicos e defende um projeto educacional acessível e de qualidade para a classe trabalhadora. Nesse contexto, a educação é considerada uma prática humanizadora, intencionalmente objetivada, cujo propósito é a transmissão entre os sujeitos da cultura historicamente constituída. A escola, por sua vez, é uma instituição que surge das necessidades geradas pelas sociedades em desenvolvimento (ANTUNES, 2008).

Ao abordar o direito à educação, concorda-se com Saviani (2018) sobre a necessidade de ir além dos aspectos formais, ou seja, para além dos papéis. É crucial encontrar maneiras de garantir a todas as pessoas, independentemente de sua posição social, a oportunidade de acessar o ensino organizado pela escola. Isso deve levar em consideração as desigualdades sociais entre os envolvidos no processo educativo, reconhecendo as limitações e as condições reais das pessoas para assegurar o acesso ao conhecimento formal.

A educação, concebida como uma produção de saber e conhecimento sobre si e sobre o mundo, está situada no que se entende por trabalho imaterial, envolvida na produção do saber sobre a natureza, sobre si mesmo ou sobre a própria cultura. Desse modo, ela está em um processo de imbricação, ou seja, a construção e organização do conhecimento estão constantemente ligadas às formas de apropriação desses conhecimentos. Assim, as pessoas que fazem parte do processo educativo estão interligadas tanto à construção do conhecimento quanto à sua apropriação (SAVIANI, 2011).

O exemplo da sala de aula, dado por Saviani (2011, p. 12), delineia de forma eficaz esse enlace, ao relatar que a

> atividade de ensino, a aula, por exemplo, é alguma coisa que supõe, ao mesmo tempo, a presença do professor e a presença do aluno. Ou seja, o ato de dar aula é inseparável da produção desse ato e de seu consumo. A aula é, pois, produzida e consumida ao mesmo tempo

Com seus próprios objetos de estudo e objetivos, a educação concentra-se no processo de identificação dos conhecimentos historicamente acumulados que precisam ser, de alguma forma, apropriados pelos indivíduos. Simultaneamente, investiga as diversas formas pelas quais essa apropriação pode ocorrer (SAVIANI, 2011).

Ao considerar esses dois aspectos - os conhecimentos que precisam ser apropriados pelos estudantes e as formas pelas quais isso pode acontecer - é importante compreender a "estrutura" na educação escolar. Essa estrutura refere-se à área que se dedica à escolha e organização do ensino dos conhecimentos desenvolvidos por meio da atividade humana em várias áreas do saber, visando o que é fundamental para a apropriação dos estudantes.

Em meio ao exposto, a instituição escolar assume sua importância sendo aquela cujo "papel consiste na socialização do saber sistematizado [...] saber sistematizado não se trata, pois, de qualquer saber. Portanto, a escola diz respeito ao conhecimento elaborado e não ao conhecimento espontâneo [...]" (SAVIANI, 2011, p. 13).

Como instituição, ao longo de sua história, a escola assumiu, por vezes, um papel elitizado e acessível apenas para aqueles que tinham condições financeiras, perpetuando assim as diferenças sociais de uma classe dominante (ANTUNES, 2008). No entanto, a escola transformou-se em um espaço de constantes lutas, especialmente de movimentos sociais que a veem como um ambiente capaz de promover transformações sociais por meio da educação. Iniciou-se, assim, uma incessante luta pela democratização do conhecimento, para que todos tenham acesso aos conhecimentos historicamente acumulados (ANTUNES, 2008; SAVIANI, 2011).

Em consequência desse entendimento, o papel social da escola, conforme delineado por Saviani (2011), consiste em ser a instituição responsável e capaz pela sistematização e organização do conhecimento historicamente acumulado. A escola torna-se o local onde ocorre o trabalho pedagógico, conduzido pelo professor que, junto aos estudantes, os orienta por meio de práticas que propiciarão formas de aquisição desse conhecimento. Essa abordagem deve ser orientada por um currículo capaz de organizar as atividades escolares, considerando sua importância e a real necessidade de apropriação pelos indivíduos.

O CFP (2019) alerta sobre algumas condições que podem afetar e até obscurecer a função social da escola indicada por Saviani (2011). Entende-se que a escola está no centro das tensões, envolvendo questões sociais atuais, a mercantilização da educação e sua transformação em um produto a ser vendido.

> A escola, hoje como um sistema aberto, se constitui em um mercado de serviços, projetos e produtos para os seus usuários, na escola "mercado" se multiplicam as práticas de avaliação de produtos para o controle de qualidade e otimização dos processos, incluídos as avaliações diagnósticas, consideradas práticas de "segurança" que identificam os indivíduos e definem as ações do momento seguinte." (CFP, 2019, p. 32)

Essa invasão da escola por perspectivas que transformam a educação em um produto, digno de ser mensurado em valores, podem converter a escola em um local

pautado pela entrega de resultados, fazendo com que em vez de se tornar um espaço capaz de combater as desigualdades do sistema capitalista, torna-se um local que corrobora com isto.

Guzzo (2003, p. 20), já alertava para a transformação do espaço em um local que

> […] não se posiciona, que não reage, que não desperta para a sua importância como espaço de libertação e conscientização, de revolução e emancipação de crescimento e de vida – uma escola amordaçada que se imobiliza diante da realidade sem conseguir caminhos para sua superação.

Destaca-se que a escola não é uma "entidade", mas sim um organismo vivo composto por pessoas que estabelecem relações entre si e com o contexto no qual a escola está inserida. Portanto, as pessoas que fazem parte da escola precisam conhecer a comunidade, vivenciá-la, compreender suas dificuldades e potencialidades, bem como todas as possibilidades que aquele território apresenta. Afinal, o ensino, a aprendizagem e a organização carecem do conhecimento profundo e do envolvimento naquele espaço.

Assim, é crucial entender a força e a potência que o profissional da psicologia pode ter ao adentrar esse contexto, conforme enfatizado pelo CFP (2019). Espera-se que esse profissional contribua para o acesso, a permanência e o aproveitamento da educação por parte de indivíduos de todas as classes sociais.

Como mencionado na introdução desta pesquisa, o profissional da psicologia não é novidade na educação, pois a psicologia está intrinsecamente ligada à educação desde os primórdios dos saberes psicológicos. Além disso, como profissão, já está presente em algumas escolas antes mesmo da Lei nº 13.935/2019. O que muda a partir da aprovação dessa lei é a obrigatoriedade em todos os estados, aumentando o quantitativo de profissionais e a preocupação sobre sua inserção. Portanto, é necessário realizar algumas reflexões.

A primeira versão do livro "Pedagogia Histórico Crítica: primeiras aproximações", que embasa grande parte deste capítulo, foi escrita em 1984, e Saviani, nesse momento, já se preocupava com a inserção dos profissionais, além dos docentes, dentro das escolas. Portanto, não é uma discussão recente.

Saviani (2011) estava preocupado com as múltiplas visões de mundo e de sujeito que estavam adentrando o espaço escolar por meio dessas novas profissões,

e como isso refletiria nos processos escolares. Diante disso, a preocupação do autor pode ser refletida na seguinte ponderação: "O que a psicologia pode acrescentar à escola e à educação? E a quem ela serve?".

Este trabalho levanta esse questionamento, que será discutido por meio dos dois próximos títulos desta sessão, com o objetivo de aprofundar a visão de sujeito a partir dos processos de desenvolvimento e aprendizagem, e posicionar-se frente à categoria trabalho.

## 2.2 – APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO: uma ótica a partir da Psicologia Histórico-cultural

As relações entre o processo de humanização, desenvolvimento e aprendizagem, conforme discutido nesta seção. O enfoque teórico adotado é baseado na Psicologia Histórico-cultural, utilizando o materialismo histórico-dialético como fundamento.

De acordo com os pressupostos teóricos do materialismo histórico-dialético, o processo de humanização ocorre por meio das interações do ser humano com seu meio ambiente. Luria (2019) destaca que o homem não é meramente um produto passivo desse ambiente; ao contrário, é um sujeito ativo em seu processo de constituição, modificando a natureza de acordo com suas necessidades. Contudo, à medida que realiza essas modificações, o próprio sujeito é modificado.

Engels (1999) enfatiza que é por meio do domínio sobre a natureza que se amplia o acervo de conhecimentos, levando à descoberta de novas ferramentas e símbolos, resultando em formas de conhecimento antes desconhecidas ou não apropriadas pelo homem. Dessa forma, o processo de humanização está intrinsecamente ligado aos processos de desenvolvimento e aprendizagem, que dependem da apropriação de comportamentos complexos historicamente constituídos (MARTINS, 2020).

Assim, não é possível dissociar as relações entre o processo de humanização, desenvolvimento e aprendizagem, pois estão interligados de acordo com a abordagem adotada. Essa perspectiva destaca a importância de compreender o ser humano como um agente ativo em seu próprio desenvolvimento, moldando e sendo

moldado pelo meio social e cultural em que está inserido. Esse entendimento influencia diretamente as práticas educacionais e a atuação dos profissionais da psicologia no contexto escolar.

> Explicações científicas e naturais dos processos elementares e as descrições mentalistas como processos complexos não pode ser transposto até que possamos descobrir o meio pelo qual os processos naturais como a maturação física, e os mecanismos sensórios se entrelaçam aos processos culturalmente determinados para produzir as funções psicológicas. Nós precisamos, por assim dizer, caminhar para fora do organismo objetivando descobrir as fontes das formas especificamente humanas [...] Vigotski gostava de chamar este modo de estudo de psicologia “cultural”, “histórica” ou “instrumental. (LURIA, 2019, p. 26)

O aspecto instrumental citado acima remete ao papel da “natureza” enquanto mediador no processo de constituição das funções psicológicas superiores. Nessas, os sujeitos não apenas respondem aos “estímulos” da natureza, mas assumem um papel ativo nas modificações quando é necessário. Para isso, os sujeitos entram em contato com

> Os instrumentos que o homem usa para dominar seu ambiente e seu próprio comportamento não surgiram plenamente desenvolvidos da cabeça de Deus. Foram inventados e aperfeiçoados ao longo da história social do homem [...] A linguagem carrega consigo os conceitos generalizados, que são fonte de conhecimento humano. Instrumentos culturais especiais, como a escrita e aritmética, expandem enormemente os poderes do homem. (LURIA, 2019, p. 26)

O texto apresenta uma discussão sobre os processos de aprendizagem e desenvolvimento, destacando a complexidade e a historicidade desse último. No entanto, algumas partes podem ser ajustadas para maior clareza e fluidez. Aqui está a versão revisada:

A partir do exposto por Luria (2019), percebe-se a necessidade de esclarecer os processos de aprendizagem e desenvolvimento, pois estão intrinsecamente ligados aos movimentos de constituição do sujeito. Ambos os processos se fundamentam nas relações e podem propiciar o contato com os conhecimentos, instrumentos e signos historicamente constituídos.

Vigotski (2018) concebe o desenvolvimento como um processo complexo e historicamente embasado, compreendendo um início, um meio e diversos períodos, sem um fim determinado cronologicamente. Entretanto, é importante esclarecer que

não há uma duração específica para cada fase do desenvolvimento, ou seja, não se estabelece um tempo fixo para a conclusão de cada ciclo.

Dentro desse contexto complexo, Vigotski (2018) propõe algumas leis gerais do desenvolvimento, tais como o tempo cronológico, ritmos de desenvolvimento, ciclos de desenvolvimento, desproporcionalidade e a lei da metamorfose infantil. A análise e aprofundamento dessas leis serão discutidos para reconhecer suas influências no processo de desenvolvimento humano.

A distinção entre tempo cronológico e tempo de desenvolvimento é crucial. O segundo depende do estágio específico pelo qual o sujeito está passando em seu processo de desenvolvimento. Por exemplo, para uma criança recém-nascida, um mês possui uma relevância maior, pois nesse período podem ocorrer estirões de crescimento, ganhos de peso e aumentos significativos de altura. No entanto, para uma criança de 10 anos, um mês pode não provocar mudanças significativas, tanto em sua estrutura física quanto psicológica (VIGOTSKI, 2018).

A compreensão acerca do tempo de desenvolvimento versus tempo cronológico fornece uma base para refletir sobre o desenvolvimento real dos sujeitos. Vigotski (2018) utiliza o exemplo de uma criança de 2 anos, para a qual se esperariam falas e frases completas conforme o tempo cronológico. No entanto, se a criança ainda não adquiriu a linguagem falada, seu desenvolvimento real pode estar um pouco atrasado em relação à idade cronológica.

> [...] o desenvolvimento não transcorre da mesma forma de tempo, de modo que seu ritmo e velocidade coincidam com o ritmo de curso do tempo astronômico ou cronológico [...] o desenvolvimento não é processo organizado temporalmente de modo simples, mas de forma complexa: seu ritmo não coincide com o ritmo do tempo [...] Pergunta-se: como transcorre o desenvolvimento no tempo? A resposta a isso pode ser dada ainda de forma bem geral. Ele transcorre ciclicamente e ritmicamente [...]. (VIGOSTKI, 2018, p. 22).

Vigotski (2018) enfatiza que o processo de desenvolvimento é dinâmico e processual, escapando da rigidez de etapas lineares. Ele destaca que o desenvolvimento humano não ocorre em linhas retas eternas, mas sim em uma série de ciclos distintos, épocas diferentes e períodos diversos, nos quais o tempo e o conteúdo se manifestam de maneira única.

Os ciclos isolados de desenvolvimento, quando considerados em conjunto, são denominados por Vigotski (2018) como "idades", abrangendo desde o recém-nascido até a idade escolar. Essas idades não possuem uma duração cronológica uniforme, variando conforme as atividades desempenhadas e apropriadas pelas crianças durante esses períodos.

A defesa de um processo caracterizado por esses ciclos, segundo Vigotski (2018), surgiu da observação de diversos aspectos do desenvolvimento, tanto físicos, como crescimento e peso, quanto de funções psicológicas, como atenção e memória. Isso sugere a existência de várias linhas de desenvolvimento que se entrelaçam e ocorrem concomitantemente, apresentando processos de aprendizagem específicos que contribuem para o desenvolvimento.

A relação entre os processos de desenvolvimento e aprendizagem é estabelecida por Vigotski (1998), que destaca que a aprendizagem das crianças começa muito antes de frequentarem a escola. Qualquer situação de aprendizado na escola possui uma história prévia, demonstrando que aprendizagem e desenvolvimento não se limitam à idade escolar. Inicia-se quando a criança vivencia situações que a confrontam com desafios que demandam conhecimentos específicos.

À medida que a criança estabelece relações com seu ambiente, ela entra em contato com elementos disponíveis, como a apropriação de nomes para identificar objetos. Questionamentos, imitações e instruções dos pais são exemplos de situações em que a criança se apropria do conhecimento compartilhado. Vigotski (1998) ressalta que "aprendizado e desenvolvimento estão inter-relacionados desde o primeiro dia de vida" (p. 95).

Desde o nascimento, a criança é inserida em um contexto permeado por adultos, incorporando-se às atividades cotidianas e culturais. A relação entre a criança e os adultos desempenha um papel crucial nesse processo, contribuindo para a constituição dos processos inter e intrapsíquicos. Como destaca Luria (2019, p. 27):

> No começo, as respostas que as crianças dão ao mundo são dominadas pelos processos naturais, especialmente aqueles herdados por heranças biológicas. Mas através da constante mediação dos adultos, processos psicológicos instrumentais começam a tomar forma [...] os adultos, nesse estágio, são agentes externos servindo de mediadores do contato com a criança com o mundo. Mas à medida que as crianças crescem, os processos que eram inicialmente partilhados com adultos acabam por ser executados dentro das próprias crianças. Isto é, as respostas mediadoras ao mundo transformam-se em um processo intrapsíquico. É através desta interiorização dos meios de operação de informação, meios estes historicamente determinados e culturalmente organizados, que a natureza social das pessoas tornou-se igualmente sua natureza psicológica.

Fica evidente que a aprendizagem não tem seu início exclusivamente na idade escolar, mas sim muito antes desse período. De acordo com Vigotski (2019), isso não implica diretamente uma continuidade entre os processos de aprendizagem e desenvolvimento pré-escolar e escolar, indicando que a aprendizagem escolarizada possui uma história própria.

Antes de avançar na discussão dos conceitos, é crucial destacar a relevância da idade pré-escolar para a aprendizagem e o desenvolvimento infantil. Prestes (2010), em sua tese de doutorado, ressalta o papel fundamental da brincadeira nesse estágio da vida da criança, uma perspectiva alinhada com a visão de Vigotski, especialmente quando se trata da brincadeira do faz-de-conta. Nesse contexto, a brincadeira desempenha um papel crucial na satisfação dos impulsos da criança, considerando que, em idades muito precoces, essa atividade pode se confundir com aspectos reais do ambiente circundante.

É importante salientar que a brincadeira do faz-de-conta coloca a criança em situações que estimulam

> Submissão a regras, mesmo que estejam ocultas. Numa brincadeira de faz-de-conta suas ações se submetem às regras da vida real. É por meio da brincadeira que a criança toma consciência das regras de comportamento, expressa suas impressões da vida vivida. (PRESTES, 2010, p. 159).

Outro ponto enfatizado por Prestes (2010, p. 158) é a importância da brincadeira na "passagem de grau etário" e, consequentemente, no desenvolvimento da criança pré-escolar. Nesse contexto, à medida que os motivos das brincadeiras e as necessidades da criança mudam, é esperado que as brincadeiras assumam novas formas e que a criança se envolva em atividades mais elaboradas para satisfazer essas necessidades (VIGOTSKI, 2008).

Esses aspectos ganham destaque ao se pensar na educação infantil como um instrumento vital nos processos educativos, proporcionando às docentes insights sobre os níveis de desenvolvimento da criança. Como afirma Prestes (2010, p. 159): "A brincadeira de faz-de-conta é um novo tipo de atividade que vai criar a zona de desenvolvimento iminente, revelando as tendências do desenvolvimento infantil, desvelando as possibilidades da criança".

O entendimento das zonas de desenvolvimento iminente e de desenvolvimento atual de Vigotski (2019) sistematiza a correlação intrínseca entre os processos de desenvolvimento e aprendizagem. O termo russo "zona blijaichego razvitia" é traduzido por Prestes (2010, p. 173) como "zona de desenvolvimento iminente", uma vez que este conceito abrange o potencial de desenvolvimento próximo que a criança pode alcançar com o auxílio de outros mais competentes, como pais ou professores.

> sua característica essencial é a das possibilidades de desenvolvimento, mais do que do imediatismo e da obrigatoriedade de ocorrência, pois se a criança não tiver a possibilidade de com a colaboração de outra pessoa em determinados períodos da vida, poderá não amadurecer certas funções intelectuais e, mesmo tendo essa pessoa, isso não garante, por si só, o seu amadurecimento

Para Prestes (2010), Vigotski procurou demonstrar que a zona de desenvolvimento iminente engloba aquilo que a criança, o estudante ou o adulto é capaz de realizar com a ajuda de outra pessoa, alguém mais competente que ainda não foi devidamente apropriado. Segundo a autora, aquilo que o sujeito já consegue fazer sem assistência faz parte de seu nível de desenvolvimento atual, que "não apenas revela as funções amadurecidas, mas também 'apalpa' as funções que estão em amadurecimento". Portanto, tudo o que a criança pode realizar sozinha é considerado zona de desenvolvimento real.

De acordo com Vigotski (2018, 2019), o processo de desenvolvimento está intimamente ligado ao surgimento do novo, das novas formações, das possíveis qualificações, que interdependem entre si. Além disso, destaca-se o papel da aprendizagem escolar nesse processo, já que ela proporciona novos rumos para o curso do desenvolvimento da criança, como o reconhecimento do significado das palavras, por exemplo.

> [...] requer o desenvolvimento de uma série de funções como a atenção arbitrária, a memória lógica, a abstração, a comparação e a discriminação, todos esses processos psicológicos sumamente complexos não podem simplesmente ser memorizados, simplesmente assimilados. (VIGOTSKI, 2009, p.246)

Com base no exposto nesta seção, fica evidente a importância dos processos de aprendizado, desenvolvimento e apropriação por parte dos sujeitos, que ocorrem por meio das relações estabelecidas entre as pessoas e com o meio que as conecta de alguma forma. Destaca-se, ainda, a relevância da constituição dessas relações para a apropriação do conhecimento, dos instrumentos e dos signos, os quais são moldados pelos movimentos históricos da sociedade. Somente através da apropriação, do aprendizado efetivo do que é verdadeiramente humano, é que se possibilita o desenvolvimento.

## 2.3 - A CATEGORIA TRABALHO: em defesa de uma perspectiva crítica e colaborativa da Psicologia Escolar e Educacional

Conceituar o que se compreende por trabalho é necessário para o andamento da pesquisa, tendo em vista a importância desse conceito para a Teoria Histórico-cultural, na qual este estudo se embasa. Até aqui, percorreram-se os processos e conceitos de aprendizagem e desenvolvimento. A partir de agora, adentrar-se-á nos processos de constituição das forças de trabalho.

Engels (1999, p. 4) entende que o trabalho vai muito além da produção de riquezas e matérias que se convertem em vendas ou lucros. Sendo ele um processo tipicamente humano, que configura uma condição fundamental para o desenvolvimento da vida do ser humano, "podemos entender que o trabalho criou o próprio homem".

O trabalho, para Frigotto (2007), configura-se como uma categoria "ontocriativa" que, assim como fundamenta, possibilita e cria diversos aspectos que circundam a vida dos seres humanos, como o conhecimento, a ciência, a técnica, a tecnologia, assim como a própria cultura. Sendo assim, o trabalho torna-se uma

substância social comum a todas as produções de mercadorias realizadas pelos seres humanos.

Entretanto, o trabalho não deve ser reduzido ao produto produzido, como se esta fosse uma preocupação primordial. A atenção e a preocupação devem voltar-se para o processo pelo qual aquele produto foi constituído, inclusive pensando nas relações de trabalho que se envolveram para que pudesse ser produzido. Quando se defende que o ser humano é histórico-cultural, que se constitui nas e pelas relações e na apropriação do conhecimento historicamente acumulado, demarca-se a importância de entender o processo histórico envolto na constituição desse sujeito. Sendo assim, entende-se que os modos de trabalho foram se constituindo e sendo influenciados pelo sistema de produção capitalista.

Patto (2000, p. 29) entende que o processo de destituição da nobreza e do clero do poder econômico possibilitou a constituição de um sistema econômico em que, em sua base, tem como fundamento o modo de produção feudal. Este, por conseguinte, “empurrou grandes contingentes das populações rurais para os centros industriais, que gerou os grandes centros urbanos com seus contrastes, que veio coroar o processo de constituição dos estados nacionais e modernos e engendrou uma nova classe dominante – burguesia”.

Resgatar esse momento histórico, sem pretensão de fazer um estudo histórico aprofundado, indica todo o movimento de reorganização da sociedade europeia, que naquele momento propiciou toda uma cadeia de transformação na organização do trabalho. Foi nesse momento que surgiu a figura do “mercador”, profissional que começou a repassar para outros lugares os produtos frutos do trabalho exercido pelos pequenos agricultores e artesãos locais.

Deste modo, Patto (2000, p. 30) postula que o

> mercador comprava os produtos dos artesãos ou do tempo de trabalho não agrícola do campesinato para vendê-los num mercado mais amplo. Nesta nova relação, o artesão transformou-se pouco a pouco num trabalho pago por artigo produzido, principalmente nos cada vez mais frequentes em que o mercador era o fornecedor de matéria-prima e o arrendatário dos instrumentos de produção.

Observa-se, assim, o surgimento da constituição de uma mão de obra assalariada, transformando o produto resultante de um processo de trabalho em uma mercadoria destinada a atender as necessidades de outros. Dessa forma, com base

em Patto (2000), tem-se o entendimento de que a transição do sistema feudal para o capitalismo foi particularmente desafiadora para artesãos e camponeses. Durante esse processo, perderam gradualmente as condições que lhes permitiam negociar diretamente a força de trabalho, resultando na perda de sua independência. Esse fenômeno acarretou o esgotamento de matérias-primas, o esvaziamento de terras, o enfraquecimento de instrumentos de trabalho, culminando na redução das condições de vida e, por conseguinte, no sustento familiar.

Por meio dessas movimentações econômicas e dos novos meios de produção, configura-se uma conjuntura social de miséria. Patto (2000) indica que tal conjuntura alia-se às mudanças ambientais, como pragas e doenças que invadem a sociedade europeia nesse momento. Essas, para Engels (1999), são respostas diretas ao processo de desenvolvimento societário e a todas as mudanças provocadas pelo ser humano diante da natureza.

Sendo assim, esse cenário de alastramento de doenças e pestes não aconteceu ao acaso; ele também foi um produto de todo esse contexto histórico de instauração do sistema capitalista. E esse contexto caótico de miséria é o que possibilita o aparecimento do trabalho assalariado

> O trabalhador assalariado que vende ao mercado de trabalho o único bem que lhe resta, a energia, de seus músculos e cérebro. São eles que vão formar o contingente dos trabalhadores da indústria e as populações pobres das cidades, submetidos a um regime e a um tipo de trabalho que lhes era estranho, mas dos quais não poderiam fugir. São eles que vão trabalhar nas máquinas e nas indústrias extrativas de sol a sol em trocas de salários aquém ou no limite fisiológico da sobrevivência (PATTO, 2000, p. 33)

Portanto, a constituição do capitalismo resulta na transformação das relações, que passam a ser mediadas pelas mercadorias produzidas por um trabalho segmentado e dividido, tornando-se profundamente desiguais. Ao mesmo tempo, surgem detentores dos meios de produção, ou seja, aqueles que adquirem a mão de obra barata e faminta, enriquecendo às custas do trabalho subumano desempenhado pela classe trabalhadora, conforme descrito por Patto (2000).

Nesse contexto, Frigotto (2007, p. 248) compreende que a desigualdade alarmante escancarada pelo capitalismo faz com que as classes sociais (trabalhadores e burguesia) se tornem e se mantenham antagônicas. Essa manutenção do antagonismo propicia a expropriação do trabalho, e, junto a isso, a ciência, a técnica e a tecnologia deixam de ter centralidade como produtoras de

valores de uso para os trabalhadores — respostas a necessidades vitais desses seres humanos — e se transformam em meios de produzir alienação e ampliar o capital dos proprietários privados.

O capitalismo, como sistema voltado ao lucro, instaura uma competitividade entre os diversos setores produtivos presentes na organização da sociedade. Torna-se um sistema que influencia todos os aspectos da vida dos sujeitos ao criar culturas e necessidades de mercadorias, impactando diretamente na constituição das relações entre as pessoas (GUZZO, 2003).

Dessa forma, Guzzo (2003, p. 18) entende que o sistema capitalista 'mercantiliza a vida dos sujeitos' e transforma os produtos necessários à vida em mercadorias precificadas, fazendo com que a existência pareça uma extensa e cansativa competição entre os sujeitos, uma busca interminável pelo que é considerado melhor, frequentemente representado pelos altos preços (KONDER, 2000).

> A cada dia pessoas decidem pelas outras e assumem em seu cotidiano de forma autoritária seus estilos de vida, e necessidades são forjadas no âmbito de um processo invisível de contaminação ideológica. As marcas desta forma de vida se propagam como uma epidemia reproduzindo um cenário de violência e opressão, injustiças e exploração das pessoas entre si nos mais diferentes contextos. (GUZZO, 2003, p. 18)

Ao dividir os processos de produção e criar necessidades atávicas, o sistema capitalista acaba gerando as mais severas desigualdades sociais e constituindo competições em prol da produção. Nesse contexto, faz com que o trabalho assuma uma posição alienada em relação ao desenvolvimento dos sujeitos, retirando da classe trabalhadora o poder de decidir por si e por sua força de trabalho.

Como consequência disso, compreende-se que o conceito de trabalho é primordial para compreender o processo de desenvolvimento, tanto do ser humano individual quanto da constituição da sociedade como um todo. Dessa maneira, o trabalho pode ser tanto uma força produtora de ciência, tecnologia e conhecimento que enriquece e complexifica o modo de vida dos seres humanos, quanto algo que pode ser utilizado pelo sistema de produção como um instrumento que individualiza e aliena os sujeitos.

## 2.3.2 – O TRABALHO DO PROFISSIONAL DA PSICOLOGIA ESCOLAR: defesa por uma perspectiva crítica

A presente seção tem o intuito de dar continuidade às discussões iniciadas anteriormente. Nesse contexto, se na introdução abordou-se brevemente a história da Psicologia Escolar e Educacional, pretende-se aprofundar ainda mais a relação entre as necessidades geradas pelo sistema capitalista e como isso influenciou o desenvolvimento da Psicologia brasileira, incluindo a Psicologia catarinense. Finalmente, isso conduzirá à discussão sobre o trabalho do psicólogo escolar e à defesa de uma atuação crítica.

O que foi mencionado acima faz refletir acerca do destino do conhecimento historicamente acumulado. É fundamental considerar que esse conhecimento gerado através do trabalho humano pode ser apropriado para servir à alienação da classe trabalhadora; ou seja, o conhecimento pode ser utilizado para perpetuar um sistema que promove desigualdades sociais, concentração de poder e dinheiro, e lucro sob a posse de poucas mãos. Contudo, o mesmo conhecimento pode ser empregado na libertação da classe trabalhadora, desde que seja utilizado em prol de sua emancipação.

Dessa forma, compreender como a Psicologia brasileira surgiu e se consolidou em meio a esses tensionamentos é essencial para que, dessa forma, se compreenda o processo histórico de constituição, o que subsidia os posicionamentos feitos na presente pesquisa. Nesse sentido, é importante ressaltar que:

> A Psicologia veio inserir-se num panorama em que a preocupação com a maximização da produção tornava-se um imperativo, contribuindo com a produção de conhecimento e técnicas necessárias ao empreendimento da “racionalização do trabalho” e da “administração científica” do processo produtivo (ANTUNES, 2005, p. 88)

A partir do que é apresentado por Antunes (2005), torna-se perceptível que o progresso da indústria brasileira está associado a um forte investimento econômico em processos produtivos, constituindo-se como terreno fértil para que a Psicologia se fortaleça com a utilização de seus instrumentos para auxiliar nas decisões administrativas em processos científicos.

Percebe-se que a década de 1910, do século XX, no Brasil, foi um momento histórico de grande fomento da luta trabalhista, com diversos movimentos promovidos por essa classe trabalhadora, como greves, a formação dos sindicatos e até mesmo publicações operárias (ANTUNES, 2005).

Na seção anterior, viu-se que uma das primeiras maneiras de controle e dominação da classe trabalhadora foi a produção da desigualdade entre os trabalhadores. Esse movimento foi realizado por meio da redução dos postos de trabalho autônomos, nos quais o trabalhador exercia controle sobre todo o processo de produção e conhecimento. Surgiram, assim, processos de produção segregados em etapas, limitando o conhecimento e ampliando as possibilidades de controle. Entretanto, isto não se mostrou suficiente para garantir o controle, visto que a classe trabalhadora vinha se unindo em prol dos mesmos objetivos.

Dessa maneira, a burguesia passou a procurar novas formas de dissipar esses movimentos. Surgiu, então, um movimento baseado em produções com princípios científicos, pois conforme Antunes (2005, p. 88), entendeu-se que as 'ações — de controle — tinham de ser na sutileza e na abordagem indireta seus melhores trunfos'.

A participação da Psicologia no desenvolvimento dessas ações de contingência é um tanto complexa, uma vez que se trata da década de 20 e 30, do século XX, ou seja, antes da efetivação da Psicologia como profissão no território brasileiro. No entanto, já se caminhava para o desenvolvimento dessa ciência na América Latina e no Brasil. Portanto, não há como ignorar suas contribuições nos momentos de fomentar e referendar tais práticas (ANTUNES, 2005).

Patto (2022, p. 128) pontua que nenhuma ciência é neutra nem desinteressada dos seus resultados, pois o nascimento das ciências está ligado aos movimentos da realidade que podem facilitar ou dificultar o seu processo de constituição. Afinal, toda ciência nasce ligada a interesses históricos, ou seja, toda ciência é motivada historicamente, embora sua natureza científica não resida nessa motivação.

Dito isso,

> A Psicologia agiu essencialmente sobre o “fator humano” da administração industrial, sobretudo na seleção de pessoal e orientação e instrução de profissionais. Com isso, a ciência psicológica tornou-se não apenas fundamentação teórica, mas também produtora de técnicas auxiliares à aplicação da administração científica e da racionalização do trabalho (ANTUNES, 2005, p. 92)

Desse modo, a organização do trabalho propicia o que Antunes (2005) denomina como o 'movimento dos testes', ou seja, o início do uso de testes psicológicos com a finalidade de seleção de pessoas consideradas aptas para as funções. Destaca-se que isso ocorre em meados da década de 1920, mostrando mais uma vez uma Psicologia que se desenvolve alinhada a interesses que não são necessariamente dos trabalhadores.

Nesse contexto, o 'movimento dos testes' começou a articular a Psicologia para o mundo do trabalho por meio dos processos seletivos, que sempre retomam à discussão da organização do trabalho, já que nesse momento utilizava-se de um jargão norte-americano, buscando o 'homem certo para o lugar certo'.

Tudo isso tinha o intuito de aumentar o grau de produtividade das indústrias e ampliar o pensamento que individualiza os trabalhadores. Através dessas seleções, focava-se em aspectos que evidenciam as individualidades e aumentavam os níveis de competição. Dessa forma, tentava-se impedir a constituição de relações solidárias de trabalho, constituindo processos intrinsecamente individuais.

É possível perceber que o processo de individualização dos trabalhadores foi viabilizado também pela constituição de discursos que reiteram a desigualdade. Isso é uma contradição, já que esse tipo de discurso difunde a concepção meritocrática, de que todos os sujeitos teriam chances iguais, e que o crescimento social estaria atrelado somente aos esforços individuais de cada sujeito (PATTO, 2022).

Todos esses movimentos sintetizam o que uma racionalização do trabalho desejava, já que

> Assume o dever de promover uma maior produtividade, tem um claro sentido econômico e, fundamentalmente representa a modernização almejada por setores da sociedade, cuja a inspiração é, em última instância, inserir o Brasil no seio capitalista, expandindo-se no campo da industrialização massiva (ANTUNES, 2005, p. 94).

Percebe-se que o pensamento capitalista foi engendrando-se de tal maneira que o conhecimento e a ciência foram caminhando lado a lado a essa perspectiva de produção. Nota-se, também, que as necessidades são de fato constituídas por esse pensamento, ou seja, a destituição dos movimentos trabalhistas tornou-se uma necessidade perante a demanda crescente de aumento da produção e da individualização do trabalho. Assim, a Psicologia foi se desenvolvendo e auxiliando nesse processo, o que acaba demonstrando o quão significativas são as demandas

econômicas capitalistas para constituição da profissão.

Quando se foca na chegada e consolidação da Psicologia em território catarinense, percebe-se ainda mais nitidamente essa influência econômica:

> A Psicologia começou a se firmar como profissão no Estado de Santa Catarina no final dos anos 1960 e início da década de 1970, quando os primeiros psicólogos se instalaram aqui como profissionais, poucos anos após a aprovação da Lei n. 4.119/62, que regulamenta a profissão de psicólogo no país (SCHNEIDER, 2009, p. 108).

A autora destaca a importância daqueles profissionais tidos como 'desbravadores', os quais eram praticamente 'itinerantes', vindo de outros estados da região sul para trabalhar localmente em Santa Catarina, conforme a demanda. Dessa forma, puderam abrir caminho para o fomento da necessidade da consolidação da profissão nesse território (SCHNEIDER, 2009).

Os primeiros psicólogos de Santa Catarina provêm de outros estados da federação e chegam inicialmente à cidade de Florianópolis (1968), posteriormente em Joinville (1972) — cidade do presente estudo. Essa vinda de profissionais para Santa Catarina aconteceu por meio de instituições como o Detran e as APAES, que começaram a atuar no estado. Tais instituições têm, em suas regulamentações, a obrigatoriedade do profissional da psicologia, portanto surgiu a necessidade da contratação (SCHNEIDER, 2009).

É importante mencionar que, nesse momento histórico, Santa Catarina ainda não dispunha de nenhum curso de formação em psicologia. O primeiro curso implementado foi em Florianópolis, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 1978, e posteriormente, em 1985, na cidade de Joinville, pela Associação Catarinense de Ensino — Faculdade Guilherme Guimbala (ACE-FGG).

Schneider (2009) explicita que a consolidação da psicologia no estado se deu por meio da atividade em empresas e indústrias. Afinal, nesse momento, o estado passava por uma forte investida nessa área econômica de produção, e com isso, foram criados contextos organizacionais para a contratação de profissionais da Psicologia.

Outro movimento percebido é a abertura de clínicas particulares. Nesse momento histórico, os profissionais acabavam trabalhando em mais de um local, geralmente por questões financeiras. Dessa forma, foi consolidada outra grande área

da Psicologia no estado: a clínica (SCHNEIDER, 2009).

Nesse contexto, é possível perceber a existência de uma correlação entre o estabelecimento da Psicologia como profissão e as exigências econômicas do estado de Santa Catarina. Nota-se que é a partir dessas demandas, predominantemente da esfera industrial, que a Psicologia encontrou espaço para contribuir, buscando soluções para os desafios relacionados aos processos de emprego e, consequentemente, auxiliando no processo de expansão desse setor.

É importante perceber que o nascimento e o desenvolvimento da psicologia enquanto profissão estariam submetidos aos interesses produtivos e econômicos do estado. Isso vai ao encontro com o que foi dito até aqui, já que foi por meio da contratação de novos funcionários e da aplicação de teste que a Psicologia catarinense foi ganhando forma e contorno.

Patto (2022, p. 142) é enfática ao pontuar que o modo de se fazer Psicologia em meio a esses contextos, principalmente na organização das cadeias de produção, influenciam diretamente o campo escolar. Os testes, conforme já citado, apareceram em um contexto no qual novas formas de recrutamento de mão de obra eram necessárias, requerendo 'um certo número de aptidões e de traços de personalidade que serão a condição de sua eficiência.'

Contudo, Patto (2022, p. 144) faz pensar quando diz que Binet — considerado o pai dos testes psicológicos — cria condições em escalas para medição e classificação dos sujeitos as quais são elas submetidas, mas que não

> podia supor que estava lançando as bases de um procedimento que seria a principal atividade dos psicólogos durante todo o século: classificar os indivíduos, sobretudo crianças em idade pré-escolar e escolar primária, num outro sentido do termo classificação: para justificar sua distribuição em classes sociais.

Apenas nessa citação da autora, já é possível encontrar dois pontos considerados significativos para o andamento do estudo. O primeiro refere-se à relação com os postulados de Engels (1999), que alerta para o fato de que o desenvolvimento do trabalho e do conhecimento humano acarreta modificações no meio em que, muitas vezes, o ser humano não consegue prever. Por exemplo, Binet não estava pensando na escola quando construiu seus instrumentos de medição; no entanto, em anos posteriores à sua criação, esses instrumentos estavam sendo

utilizados em ambientes escolares, com o objetivo de avaliar estudantes.

É a partir disso que o segundo ponto se desenvolve. Este diz respeito a uma ciência que, por vezes, pode se apresentar como um instrumento sem preocupação social, pois pode contribuir para o desenvolvimento de ferramentas utilizadas para a manutenção da desigualdade e separação populacional, em prol do lucro de uma classe dominante. Mesmo que não estivesse nas intenções do autor utilizar seus instrumentos na escola, é na escola que se inicia o processo de ensino da classe trabalhadora.

O predomínio desse tipo de prática se dá em virtude do sucesso atribuído a

> quantificação quase mágica, realizava o sonho da sociedade industrial capitalista de poder basear-se num critério numérico, objetivo, para classificar seus membros [...] todos eles – os testes – visando aos mesmos fins práticos de classificar, selecionar, prever a adaptabilidade ou o potencial de desajustamento dos indivíduos às diversas funções (e portanto, sua capacidade produtiva), explicar o insucesso escolar, profissional e social e garantir assim, a crença do mito da igualdade de oportunidade. (PATTO, 2022, p. 145 e 146)

Desse modo, a constituição da Psicologia escolar ocorre por meio de vieses quantitativos, individuais, individualizantes e patologizantes. Por muito tempo, a psicologia atribuiu a culpa pelos insucessos escolares aos indivíduos, ou seja, procurava um culpado que pudesse explicar os motivos do fracasso escolar. Nesse contexto, os próprios alunos eram considerados culpados, quando não a família ou até mesmo os professores (PATTO, 2000).

Entende-se que esse tipo de abordagem exclui diversos construtos sociais que fazem parte do processo de ensino-aprendizagem, não levando em consideração as relações que são construídas nesse processo, como as relações aluno-professor, aluno-escola e escola-professor. Quando se diz "individualizante", refere-se à atribuição de culpa e responsabilidade pelo insucesso ao indivíduo.

O termo "patologizante" é crucial, pois denuncia uma abordagem biologizante do processo escolar. Muitas vezes, as dificuldades originadas nas relações do sujeito são convertidas em algo individual, passível de tratamento e culpa, isentando assim qualquer outra discussão. Atribui-se à doença, ao transtorno, a razão pela qual não se tem acesso ao conhecimento (LIMA et al., 2021).

Diante do exposto até aqui, torna-se mais claro o motivo do posicionamento crítico da psicologia escolar e educacional a partir da década de 1980. Isso se deve

ao alinhamento da psicologia com práticas estigmatizantes e patologizantes, sem uma consciência social em seus instrumentos e, principalmente, por ter sido uma ciência capaz de colaborar com a manutenção da ordem social, que é totalmente desigual.

A introdução deste trabalho destaca que o movimento crítico surge exatamente para repensar e reorganizar os movimentos, alinhamentos e perspectivas da psicologia escolar e educacional. Com base em Patto, as autoras Souza e Barbosa (2014, p. 26) entendem que os primeiros direcionamentos dessas perspectivas começaram a se desvencilhar de

> questionamentos sobre déficits psicológicos dos alunos ou dos problemas culturais de familiares, buscou-se perguntar: “Como vivem as famílias das classes populares?” , o “ o que pensam sobre a educação de seus filhos ?” [... Assim o objeto de estudo e trabalho do psicólogo escolar deixa de ser os “problemas de aprendizagem” para a compreensão e superação da produção do “fracasso escolar”.

Levando em consideração todo esse movimento, a partir deste ponto, adentraremos na argumentação acerca do porquê se defende uma atuação crítica em psicologia escolar. Tendo isso em vista, Nascimento (2021) auxilia a pensar no que precisa ser combatido, sendo que o primeiro ponto é a posição da psicologia na sociedade. A autora demonstra que tal posição está relacionada a um profissional que trabalha diretamente na resolução de problemas que os docentes não conseguem resolver, ou um profissional que atua diretamente na ausência: na ausência de aprendizagem, na ausência de interesse, na ausência de motivação.

Collares e Moyses (1997) e Meira (2000) destacam que, para superar uma prática de procurar nas faltas do sujeito respostas para o porquê o estudante não aprende, é necessário adotar uma abordagem que permita identificar, junto à comunidade escolar, suas preocupações, observações e expressões. Dessa forma, pode-se direcionar as ações para o desenvolvimento das potencialidades dos sujeitos que se envolvem nos processos de ensino-aprendizagem.

Para ampliar além da ausência, entende-se que a investigação possa ir até os

> [...]elementos que revelam seu potencial de aprendizagem quando colocado diante de situações-problema, desafios. Com a família e a escola investimos as concepções, as hipóteses, sobre "a queixa", o que fazem para superá-la e quais são suas expectativas. Avaliamos e mobilizamos, portanto, as objetificações, os significados, os sentidos atribuídos ou a serem atribuídos, visando preparação de novas possibilidades (TANAMACHI e MEIRA, 2003, p. 33).

Andrada et al. (2018) entendem que o trabalho do psicólogo escolar está centrado no enfoque e na profundidade, ou seja, em não dissociar as queixas e as vivências escolares do seu contexto. Assim, as queixas ou demandas estão localmente inseridas, sendo atravessadas por diversos fatores sociais presentes nesses cenários. As autoras defendem que o trabalho seja fundamentado na realidade, e a partir dessa realidade surja a possibilidade de traduzi-lo em um trabalho em equipe.

Isso se concretiza considerando que, em equipe, há momentos de troca, discussão e aprofundamento para ir 'além da queixa', nos quais se questiona o naturalizado, reconstrói-se o que já está posto e repensa-se a realidade escolar. Dessa forma, é possível constituir um trabalho multiprofissional, preocupado com o percurso de ensino e aprendizagem.

A profundidade mencionada por Andrada et al. (2018) reflete a complexidade do ambiente escolar, e o trabalho do psicólogo nesse cenário pode e deve ser realizado com todos os membros da comunidade escolar. Ressalta-se que, apesar de trabalhar diretamente com as pessoas que frequentam a escola, é crucial compreender que o problema não é originado pelo sujeito, mas se manifesta por meio dele. Ou seja, é preciso entender que sua origem está nas relações estabelecidas entre os sujeitos e como esses são impactados por questões políticas, históricas e sociais (SOUZA et al., 2014).

> É possível ao profissional da psicologia se constituir como um agente de mudanças e transformações na medida em que tenha claro para si, desde a graduação, qual é seu objeto de ação na escola ou em outros espaços educativos, qual seja, o desenvolvimento das funções psicológicas, da personalidade, do sujeito integral inserido no meio em que constitui. Assim seu alvo deve ser as relações, os sujeitos em contexto datado, histórico, político, econômico, de modo que se desvelam as possibilidades de transformações (ANDRADA, et al. 2018, p. 17)

O trabalho do psicólogo na escola deve contribuir para o desenvolvimento humano, o qual somente a escola pode promover. Para alcançar esse objetivo, é essencial que o profissional tenha clareza das direções de seu trabalho, entendendo suas atribuições e atuando tanto teórica quanto praticamente (GUZZO et al., 2016; ANDRADA et al., 2018).

Assim, é crucial que o profissional tenha uma clareza metodológica, uma visão específica dos sujeitos e, principalmente, compreenda o papel da psicologia nas escolas. A falta de nitidez na estrutura metodológica que orienta a atuação nos espaços educativos favorece a incompreensão dos princípios e propostas da psicologia, submetendo-os ao imperativo da lógica individualista (GUZZO et al., 2016).

O profissional que atua em escolas deve entender que seu papel não é simplesmente transferir os conhecimentos da psicologia para a escola, mas sim estar a serviço da educação e de suas particularidades. Portanto, a lógica de trabalho é a educação e o pleno acesso de todos ao ensino e às produções humanas.

Quando se fala em clareza teórico-metodológica, não se busca reduzir as abordagens em psicologia, pois há diversas possibilidades. Pelo contrário, defende-se uma abordagem crítica que permeie a prática, considerando as questões sociais, culturais e econômicas presentes em todo o processo de escolarização dos indivíduos. Assim, o trabalho é voltado para e pela educação, em colaboração com a escola, os profissionais docentes, estudantes e a comunidade escolar, evitando abordagens individualizadas e quantificadas (GUZZO et al., 2016).

Portanto, o profissional da psicologia na escola pode utilizar uma variedade de instrumentos e abordagens, escolhidos de acordo com as situações, projetos e perspectivas. No entanto, a ênfase deve ser, acima de tudo, na manutenção do percurso educacional dos sujeitos, das famílias e dos professores de maneira crítica, democrática e contextualizada."

### 2.3.2 – A DEFESA PELO TRABALHO COLABORATIVO COM DOCENTES

O trabalho docente, segundo Cordeiro et al. (2022, p. 23), é considerado “uma atividade humana, interativa, constituinte e constituidora de subjetividades”, que se desenrola na prática profissional de indivíduos que atuam em contextos escolares formais ou informais. Portanto, ao falar sobre o trabalho docente, também nos referimos às relações profissionais estabelecidas por essa categoria humana.

Em termos mais simples, o trabalho docente não está limitado à sala de aula ou ao processo formal de ensino, pois envolve atenção, cuidado e outras atividades inerentes à educação (CORDEIRO et al., 2022). Como atividade humana, o trabalho

docente é contextualizado e influenciado pelo seu contexto histórico, sendo diretamente impactado pelo sistema capitalista.

Dessa forma, a organização, planejamento e relações no trabalho docente são moldados pelo modo de produção capitalista, conforme destacado por Antunes (2005). Ele enfatiza a responsabilidade desse sistema na desintegração das relações colaborativas de trabalho, intensificada por discursos de natureza competitiva e individualista. Nesse cenário, a psicologia desempenhou um papel significativo ao utilizar seus conhecimentos para instaurar processos que contribuíram para a individualização da classe trabalhadora.

Um dos setores mais impactados por essa tendência individualista foi o trabalho docente, o que intensificou as relações de poder no interior da escola, a competição entre professores e a escassez de tempo para a construção de diálogo e estratégias educacionais em conjunto (MARINHO-ARAÚJO E ALMEIDA, 2014).

A defesa de uma perspectiva colaborativa no trabalho escolar pode ser uma solução, tanto em relação ao trabalho entre os professores quanto com os profissionais da psicologia. Neste estudo, argumenta-se a favor do trabalho colaborativo entre os profissionais da educação.

O conceito surge como resposta às diversas mudanças sociais ocorridas no contexto brasileiro durante a década de 1990. Passos e André (2016) entendem que, com o início do processo de democratização do ensino, o acesso à escolarização trouxe para os contextos escolares uma nova gama de estudantes com hábitos, linguagem e interesses diversos. Essa entrada de novos tipos de estudantes exigiu uma reformulação completa do processo de ensino, práticas e concepções de aprendizagem.

À medida que os desafios diários surgiam, foram feitas várias tentativas para evitar que o fracasso fosse diretamente atribuído ao estudante, evitando assim um processo de culpabilização. Foram implementadas mudanças no posicionamento da psicologia, que também passou a integrar a formação de professores.

> [...] a concepção de formação que se fazia presente até a há poucos anos era marcada pela racionalização técnica, caracterizada por uma perspectiva transmissiva de conhecimento, que valoriza o docente como especialista e concebe a formação como um treinamento de caráter instrumental e adaptativo, admitindo que os conhecimentos adquiridos serão transmitidos para a pratica [...] tal concepção é inadequada para quem precisa atuar em situações inesperadas, peculiares, urgentes e inusitadas. (PASSOS E ANDRÉ, 2016, P. 12)

Essas considerações levam ao entendimento de como a formação pode contribuir para o processo de 'culpabilização' do sujeito. Passos e André (2016) indicam o desenvolvimento de uma forma de organização para a atuação docente, fundamentada nos contextos escolares e impulsionada por uma reflexão crítica. Isso destaca a necessidade de estabelecer relações profissionais que busquem superar um trabalho individualizado em prol de perspectivas plurais diante das demandas escolares.

O trabalho colaborativo emerge como uma possibilidade para combater perspectivas individualistas de trabalho, fundamentando-se em compromissos voltados para a aprendizagem e o ensino (PASSOS e ANDRÉ, 2016). Destaca-se que o conceito de trabalho colaborativo surge originalmente para discutir o trabalho entre docentes, mas busca-se expandir essa percepção. Passos e André (2016) evidenciam que o conceito nasce das inúmeras mudanças que ocorrem no contexto escolar. Assim, enfrentamos uma nova mudança: a inserção da figura do profissional da psicologia nas escolas.

Ao defender o trabalho colaborativo, entende-se que os profissionais docentes já estão nas escolas, conhecem-nas bem, muitos têm uma longa experiência nesse ambiente, enquanto outros podem ser considerados recém-chegados. Por outro lado, o profissional da psicologia, em diversas cidades do Brasil, incluindo a cidade deste estudo, é uma adição recente ao quadro de funcionários da escola. Portanto, esse pode ser visto como um recém-chegado.

Consequentemente, as relações tendem a se expandir. O que antes era a defesa de um trabalho colaborativo docente agora se torna uma perspectiva de trabalho colaborativo multiprofissional, dado que se tratam de profissões diferentes, com objetos de estudo e formas de trabalho distintas. Bertasso e Anjos (2022) destacam que a relação entre a psicologia, a pedagogia e outras licenciaturas não deve se limitar à resolução de problemas específicos do processo de trabalho pedagógico.

A Psicologia, como ciência e área do conhecimento, segundo Vigotski (2010), não ensina a lecionar, tampouco é a chave para todos os problemas. No entanto, no processo educacional, o conhecimento psicológico pode suscitar possibilidades para a escola e os docentes. Vigotski (2010) alerta que a psicologia não pode ser relegada ao papel de perita, isto é, para dar aval ao trabalho pedagógico, classificando-o como certo ou errado do ponto de vista da ciência. Isso ocorre principalmente porque, de acordo com o autor, não se deve transferir conceitos prontos de outros contextos da Psicologia para tentar encaixá-los nos parâmetros educacionais.

Assim, é necessário que o trabalho da psicologia escolar tenha uma articulação teórico-prática que permita ao profissional compreender os fenômenos escolares. Pontua-se que a psicologia, por não se tratar de uma teoria pedagógica, requer que o profissional se aproprie de alguma para realizar os diálogos necessários (SAWAIA, 2005; BERTASSO e ANJOS, 2022).

Dito tudo isso, a Lei nº 13.935/2019 propõe a inserção dos profissionais em equipes multiprofissionais, que, segundo Souza et al. (2021), devem compreender suas competências técnicas, atribuições e fundamentos éticos e políticos do seu trabalho. Ressalta-se também a necessidade de formação constante, seja ela continuada ou em serviço.

> aspecto importante que se encontra na lei é que a equipe multiprofissional deve atuar em prol da melhoria da qualidade do processo de ensino e aprendizagem, porém, como já salientado, essa atuação necessita de uma abordagem crítica, uma vez que as políticas educacionais têm, cada vez mais, defendido propostas contraditórias à ideia de maior qualidade do processo educacional, suprindo as necessidades e interesses do mercado de trabalho (BERTASSO E ANJOS, 2022, p. 19).

Com o auxílio de Damiani (2008), é possível compreender que, ao falar em trabalho colaborativo, refere-se a um esforço conjunto. Nesse contexto, os profissionais são orientados por objetivos construídos colaborativamente, nos quais seus conhecimentos, formações e especificidades são considerados. Entende-se, inclusive, que as diferenças também impulsionam o estabelecimento de relações igualitárias e não hierárquicas, uma vez que não existe um sujeito que saiba mais ou menos do que outro. Esse posicionamento está em consonância com Vigotski (1998), que argumenta que é nos momentos de grupo, na colaboração e nas atividades realizadas em conjunto que são criadas condições para o desenvolvimento dos

sujeitos, algo que, em um trabalho individual, não seria possível.

A constituição do trabalho colaborativo envolve a criação de um espaço de troca mútua, no qual as relações devem ser horizontais, afastando-se de uma abordagem hierárquica, na qual há aqueles que sabem mais e aqueles que sabem menos (NASCIMENTO, 2021). 'O objetivo é construir uma perspectiva plural e formar comunidades de aprendizagem que compartilhem saberes, concepções e explicações, criando juntas medidas para enfrentar os desafios e avançar' (PASSOS e ANDRÉ, p. 12).

Além disso, é importante considerar a forma como a relação entre o profissional docente e o profissional da psicologia é estabelecida. No caso do profissional da Psicologia escolar, é essencial que suas atribuições estejam claramente delineadas e compreendidas, permitindo-lhe participar das discussões de forma eficaz e intervir diante das demandas. Isso permite identificar momentos nos quais a parceria com os profissionais docentes se torna viável e assegura que essa colaboração esteja alinhada com os estudos da área da psicologia escolar e educacional (NASCIMENTO, 2021; BRAZ AQUINO et al., 2015; GUZZO, MOREIRA E MESALIRA, 2016).

Concorda-se com Braz-Aquino e Gomes (2016, p. 142) que

> [...] os desafios a serem vencidos pelos psicólogos que atuam na educação ainda são marcados pela resistência na construção de parcerias com os profissionais que formam esse espaço, pela falta de reconhecimento da importância desse profissional como integrante da equipe escolar e principalmente, pela compreensão de que é necessário lutar para desconstruir a vinculação de práticas contraditórias desenvolvidas nesse espaço, as quais não correspondem à realidade dos problemas educacionais brasileiros.

Quanto ao profissional docente, é necessário que esteja aberto a trocas e à reflexão de sua prática, assumindo a posição de alguém capaz de reinventar seu trabalho a partir dos saberes já acumulados e daqueles que podem ser construídos e apropriados por meio de interações, tanto com outros docentes quanto com os psicólogos escolares (CANÁRIO, 1998; PASSOS e ANDRÉ, 2016).

## CAPÍTULO 3: TRILHANDO OS CAMINHOS METODOLÓGICOS

*Dizem que o amor acaba, termina. Mas não é verdade. Nada acaba, tudo muda, transforma… Depois da nossa fuga de casa, vem o nosso medo, vem a nossa coragem, vem o salto sem rede… Vi você indo embora, sendo levada de diferentes formas, tantas e tantas vezes. E depois vi você voltando… O que tinha sido vivido, o que tinha ficado para trás, era parte de uma mesma história, de uma mesma vida, de um mesmo sentimento… o amor. E foi então que eu vi nós dois juntos rompendo fronteiras. Do outro lado da fronteira, que sem perceber que nos já tínhamos cruzados.. do lado de cá, dois adultos maduros finalmente libertos daquele fardo pesado.. E agora podemos viver!*
*(LÍCIA MANZO, A VIDA DA GENTE, 2013)*

## 3.1 – OS FUNDAMENTOS DO PERCURSO

A escolha da epígrafe deu-se por conta de todo o processo histórico personificado no tempo, e as mudanças que se ocasionam por conta dele na vida dos personagens citada de forma breve pelo pequeno trecho acima. Sendo assim, a construção deste percurso metodológico leva em consideração o percurso histórico e profissional das psicólogas, para que dessa maneira elas sejam não somente participantes da pesquisa, mas também promotores e precursoras das próprias histórias.

Tendo em vista que o objetivo geral desta pesquisa é analisar a inserção de psicólogas escolares na rede municipal de educação da cidade de Joinville\SC, a partir da ótica de profissionais da psicologia, o percurso metodológico foi pensado e construído com base nisso e articulado a partir de pressupostos da Psicologia Histórico-cultural.

Pires (1997), defende que a perspectiva materialista histórico-dialética é uma possibilidade de superar as dicotomias da sociedade e possibilitar a elaboração do entendimento dos fenômenos, práticas e relações sociais. Diante disso, entende-se o processo histórico como um fenômeno contraditório, constituído a partir das ações dos seres humanos e das sociedades que se formam a partir disto (Gonçalves, 2015).

> A referência básica da análise da Psicologia Sócio-histórica é a historicidade das experiências humanas, bem como das ideias produzidas pelos homens como expressão mediada dessas experiências. Entende-se como experiência humana toda atividade realizada socialmente pelos homens, como forma de atender a suas necessidades, produzindo, dessa forma, a própria existência (GONÇALVEZ, 2015, p. 49).

Segundo Aguiar e Davis (2012), para compreender a historicidade, é necessário levar em consideração os movimentos constitutivos do ser humano, a produção das relações com o meio que as permeiam e possibilitam seu desenvolvimento. Nesse curso, o ser humano depara-se com a natureza e a possibilidade de modificá-la a seu modo. Nesse sentido, não se modifica apenas a natureza, mas incorpora-a na atividade social, o que consequentemente modifica o ser humano. Assim, produz em si uma nova realidade objetiva, que passa a ser também um dos componentes humanos, proveniente da acumulação do

conhecimento historicamente produzido (VIGOSTKI, 1996; DUARTE, 2011).

Enfim, a ideia de historicidade perpassa o entendimento que

> os processos de produção e difusão do conhecimento não podem, numa perspectiva historicizadora do ser humano, ser analisados sob a ótica de um abstrato sujeito cognoscente que interage com os objetos de conhecimento por meio de esquemas próprios da interação biológica que um organismo estabelece com o meio. Seja na produção de um conhecimento socialmente novo, seja na apropriação dos conhecimentos já existentes dos indivíduos, a análise epistemológica precisa caracterizar justamente os elementos que configuram a inevitável historicidade da relação entre sujeito e objeto. (DUARTE, 2011, p, 144)

Desse modo, uma pesquisa que se ocupa da historicidade deve levar em consideração que o conhecimento é produzido pelo homem em determinado momento histórico, e que isto reflete esse dado momento. Consequentemente, os conhecimentos “orientam a ação dos homens e, nesse sentido, modificam e desenvolvem a ação, ao mesmo tempo em que também se modificam” (GONÇALVES, 2015, p. 49). Diante disso, não é possível pensar o sujeito fora ou afastado do seu meio e tempo histórico, afinal, ele constitui e é constituído por ele.

Conforme dito até aqui, ao visar o entendimento do fenômeno, com base histórica, social e cultural, Molon (2008, p. 60), defende que a pesquisa alicerçada na Teoria Histórico-cultural traz em si a possibilidade de defender o

> Método genético, reflexivo e histórico. Com isso, o método é simultâneo ao conhecimento e as suas regras não são arbitrárias, mas sim integradas aos fenômenos psicológicos; por conseguinte ocorre a desfetichização do método, já que o conhecimento não está contido nem no fenômeno investigado nem no instrumento metodológico; tampouco é algo transcendental ou mera descrição, é algo concreto que se descobre no processo de investigação, na mediação entre teoria e método, sujeito e objeto, sujeitos e realidade.

Desse modo, opta-se por uma pesquisa qualitativa, que se utilizará de entrevistas de perspectiva reflexiva, e os dados serão analisados a partir de preceitos da Análise de conteúdo de Bardin (2011) e Franco (2009). Contudo, deve-se salientar que, a partir da próxima seção, cada uma dessas escolhas será aprofundada, dado todo o processo que se transcorreu para a concretização desta pesquisa.

## 3.2 – AS CONVERSAS INICIAIS, ENTREVISTAS E A ORGANIZAÇÃO DA ANÁLISE

O projeto de pesquisa que originou esta pesquisa recebeu parecer positivo do comitê de ética em pesquisa, tendo como número 5.578.300 (ANEXO A). A partir da aprovação, foi realizado o primeiro contato via e-mail com a Secretária de Educação da Cidade de Joinville (SED), o qual consistia em uma breve apresentação pessoal e profissional do pesquisador responsável, bem como a pesquisa, na qual se apontavam os objetivos e o método escolhido. Junto a isso, enviou-se também, em anexo, o projeto completo para leitura.

Após conversas via e-mail, a carta de anuência (ANEXO B) e o telefone do coordenador responsável pelas profissionais da psicologia foram enviados ao pesquisador para que fosse possível começar a conversa diretamente com o coordenador. Foram realizadas algumas trocas com o profissional, as quais consistiam basicamente em uma troca de informações acerca da pesquisa e dos objetivos. O andar das conversas foi o que ocasionou em um convite por parte da secretaria para participar de duas formações com as profissionais da psicologia, que ocorreram nos meses de agosto e setembro de 2022.

Ficou acordado que, além da participação, utilizou-se deste momento para uma apresentação pessoal e da pesquisa, tendo em vista a oportunidade de obter o primeiro contato com as psicólogas[2] da rede municipal. O primeiro encontro aconteceu na subsede do Conselho Regional de Psicologia (CRP), localizado na cidade da pesquisa, e tinha como objetivo discutir as atribuições das profissionais da psicologia em contexto escolar, tinha como base os documentos emitidos pelo CFP.

Logo nos primeiros momentos do encontro, foi concedido um espaço para que se pudesse compartilhar as informações acerca da pesquisa, como por exemplo seus objetivos e como ia se proceder para a realização das entrevistas. Por fim, foi deixado um convite formal, junto a uma cópia do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE A), para as profissionais que lá estavam. O combinado firmou-se no próximo encontro: novamente, iria-se conversar sobre a pesquisa e a participação das profissionais. /

O segundo encontro aconteceu em setembro, em uma faculdade da cidade,

[2] A partir deste momento adotarei a linguagem feminina como a padrão, por conta de que a maioria das profissionais se entende enquanto pretendentes ao gênero feminino.

com a discussão acerca das práticas diárias desenvolvidas pelas profissionais. Novamente, foi concedido um momento para que se pudesse falar sobre a pesquisa, responder questionamentos, caso eles ainda existissem. Como nesse momento surgiram novas dúvidas, combinou-se que as profissionais teriam mais 10 dias para pensar na participação. Transcorridos esses dias, o pesquisador iria entrar em contato via telefone para obter as confirmações.

Ao final de todo esse processo, obteve-se a confirmação de 5 psicólogas. Consequentemente a isso, pode-se iniciar o processo de construção das entrevistas. Os encontros formativos que contaram com a participação do pesquisador foram considerados significativos, afinal entende-se que as profissionais estão imbuídas em um grupo, e que não se deve “nunca perder de vista que os entrevistados numa pesquisa estão sempre situados, num ambiente social; é necessário que algumas informações sejam obtidas sobre a cultura do grupo" (SZYMANSKI, 2011, p. 25).

A escolha pelo uso de entrevista deu-se a partir de uma concepção de Banister et al. (1994), que defende que são instrumentos comumente empregados em pesquisas qualitativas, nas quais a problemática pode ser considerada subjetiva para os outros instrumentos de produção de informação mais fechados. Consequentemente, para utilização da entrevista como instrumento de produção de dados, quis-se uma perspectiva que pudesse conversar com os movimentos da constituição do conhecimento. Portanto, encontrou-se na perspectiva reflexiva uma alternativa.

Além disso, Szymanski (2011) considera a entrevista como uma interação social que vai além de um encontro face a face entre dois ou mais sujeitos. É constituída pelas mais diversas condições, as quais podem influenciar todo o processo de condução da mesma. Afinal, todos aqueles que participam, sejam as entrevistadas ou o entrevistador, trazem consigo suas expectativas, medos e anseios do que virá. Por conta disso, a autora diz que é necessário que o pesquisador se preocupe com as condições estruturais e relacionais para a construção da entrevista.

A partir das questões expostas acima, a perspectiva reflexiva se preocupa com o ambiente e a condução da entrevista, pois é necessário que todos os participantes estejam confortáveis, tendo em vista, que o objetivo primordial desse percurso foi a constituição de um possível novo conhecimento a partir dos encontros de saberes. Foi levado em consideração que não há aquele que sabe menos e aquele que sabe mais, mas sim que são pessoas dispostas a elaborar, conversar e argumentar sobre o

assunto pesquisado (SZYMANKI, 2011).

Perante o exposto até aqui, compreende-se que para organizar o início das entrevistas, o primeiro contato com as profissionais deveria ser direcionado para as escolhas dos espaços nos quais as entrevistas seriam realizadas, bem como os horários e dias da semana, que precisavam ser favoráveis para todas. Diante disso, percebeu-se que as escolhas foram praticamente as mesmas. Como local, ficou decidido as escolas onde trabalhavam; já como horários possíveis, decidiu-se pelo início da tarde ou ao final dela, que correspondiam ao início ou final da jornada de trabalho.

No que se refere à estrutura das entrevistas, salienta-se que a perspectiva reflexiva propõe que a estrutura não seja fechada, mas ainda assim é necessário levar em consideração os objetivos da pesquisa para a elaboração das questões desencadeadora da conversa, uma vez que essas possibilitam o surgimento de novas questões a partir da resposta das profissionais (SZYMANSKI, 2011). Logo, o encontro foi organizado com a seguinte estrutura:

**Quadro 02: Estrutura do Encontro com os Profissionais da Psicologia**

| Objetivo do encontro: analisar a inserção de psicólogos educacionais na rede municipal de educação de uma cidade do norte catarinense a partir da ótica de profissionais da psicologia | |
|---|---|
| **Assunto** | **Pergunta desencadeadora** |
| Inserção na área da Educação | - Você consegue me falar como foi seu caminho até chegar na área de educação? |
| Inserção na Escola | - Como foi chegar à escola no seu primeiro dia? |
| Trabalho com os profissionais docentes | - Como é a organização do seu trabalho junto aos outros profissionais? |

**Fonte: Desenvolvida pelo autor (2023).**

As entrevistas transcorreram de maneira calma, enquanto algumas profissionais haviam organizando uma sala para receber o pesquisador e já

esperavam no local, outras não. Essas primeiramente mostraram a escola, apresentaram os outros profissionais que lá estavam e, por fim, de maneira conjunta, encontrou-se um bom espaço.

Salienta-se que esse momento acompanhando as profissionais da escola não estava programado, mas foi considerado significativo, pois o pesquisador pôde se esquivar um pouco do “estranho”, daquele que vem de fora, ao utilizar desse momento para se aproximar, tendo a possibilidade de, assim, criar um vínculo.

O início das entrevistas é, segundo Szymanski (2011), o momento de aquecimento, no qual

> O ponto de partida para o início da fala do participante, focalizando o ponto que se quer estudar, ao mesmo tempo, ampliando o suficiente para que ele escolha por onde quer começar. Com isso, já teremos um direcionamento das reflexões do entrevistado, o qual será oferecido, inicialmente, um tempo para a sua expressão livre a respeito do tema que quer se investigar (SZYMNASKI, 2011, p. 29)

Nesse momento foram efetuadas as perguntas entendidas como de apresentação: Nome, formação, quanto tempo atua na área da psicologia escolar e tempo de formada. Esse foi, portanto, um momento em que se procurou evidenciar a trajetória profissional das psicólogas. Ao fim do processo de aquecimento, foram repassados junto às profissionais os objetivos da pesquisa, para que então pudessem ser seguidas as demais questões.

A cada novo questionamento, as profissionais seguiam com tempos livres para elaborarem suas respostas. Tendo em vista que a fala “é sempre emotiva, fragmentada que por vezes apresenta algumas lacunas, porém são cheias de significados, que dessa forma enriquecem a pesquisa” (BARBOSA E PROENÇA, 2009), poucas foram as interrupções, sendo essas apenas para perguntar ou aprofundar questões que se mostraram pertinentes.

Ao final das entrevistas, houve a reunião das gravações realizadas nesse momento, e com isso iniciou-se o processo de transcrição das falas na íntegra. Assim que finalizadas as transcrições, houve o envio das mesmas para as profissionais, para que pudessem ser lidas por elas e houvesse a oportunidade de marcar um novo momento, a fim de efetuar alterações e complementações em suas respostas.

A partir do envio das transcrições, as profissionais tiveram cerca de 10 dias corridos para ler e responder se gostariam de marcar um novo momento ou se aquelas

respostas estavam adequadas e iriam ficar daquela maneira. Ao final do prazo, não houve contatos para marcar uma nova data. Desta maneira, iniciou-se o processo de organização dos dados, que ocorreu por meio da Análise de Conteúdo. A análise de conteúdo, segundo Bardin (2011, p. 34), é um conjunto de técnicas de análise de comunicações, sendo “um tratamento da informação contida nas mensagens”.

O trabalho da análise de conteúdo é realizado a partir das inferências das condições que propiciaram aquela fala, portanto é possível ir além da mera descrição ao possibilitar uma análise dos antecedentes das falas e as consequências das mesmas para seus interlocutores (BARDIN, 2011). Franco (2009) defende uma análise em uma concepção crítica, entendendo a linguagem como modo de representação das dinâmicas entre o pensamento e a ação humana.

Desse modo, para que fosse possível pensar as inferências, iniciou-se a leitura flutuante e a concentrada das transcrições, para que o pesquisador pudesse se habituar ao texto. Durante esse processo, foi possível identificar os primeiros indicadores, os quais foram organizados de maneira temática a partir das falas ou ideias presentes no conteúdo da fala das profissionais.

Com os indicadores separados e agrupados, foi possível realizar a construção das seguintes categorias de análise: a primeira foi “**ANTES DO BATER O SINAL:** uma apresentação da trajetória profissional até a escola”; que caracteriza as participantes da pesquisa e discute aspectos que antecedem a contratação e suas inserções profissionais anteriores. A segunda categoria foi denominada de “**QUANDO O SINAL BATE**: as profissionais adentram os portões escolares” que analisou o processo de contratação das profissionais, contratação, suas inserções nas instituições de ensino e constituição de suas práticas profissionais. E a última categoria chamou-se **“ENTRE UM SINAL E OUTRO:** a importância da formação inicial e continuada para atuação profissional**”** momento no qual se debruçou acerca da necessidade de fortalecimento da formação inicial e continuada para a constituição profissional da psicologia escolar.

## CAPÍTULO 4 – ANTES DO BATER O SINAL: uma discussão da trajetória profissional até a escola

És um senhor tão bonito
Quanto a cara do meu filho
Tempo, tempo, tempo, tempo
Vou te fazer um pedido
Tempo, tempo, tempo, tempo
Compositor de destinos
Tambor de todos os ritmos
Tempo, tempo, tempo, tempo
Entro em um acordo contigo
Tempo, tempo, tempo, tempo
Por seres tão inventivo
E pareceres contínuo
Tempo, tempo, tempo, tempo
És um dos deuses mais lindos
Tempo, tempo, tempo, tempo
(ORAÇÃO AO TEMPO, VELOSO, 1979)

O tempo é um mestre caprichoso, como expresso na música de Caetano Veloso (1979), que possibilita acompanhar os mais diversos movimentos na constituição dos fenômenos sociais. Dessa forma, baseando-se em Vigotski (2004), é possível afirmar que, para estudar a inserção de profissionais da psicologia na rede pública de educação, é necessário perceber as relações e as produções desse fenômeno no movimento histórico.

Desse modo, esta categoria entende a necessidade de compreender como se deu a trajetória das profissionais da psicologia, fim de ter-se um vislumbre dos caminhos que possibilitaram suas entradas no contexto escolar. Assim sendo, a categoria perpassa a apresentação das profissionais, as oportunidades de inserção profissional na Psicologia e a importância da formação inicial neste processo de inserção.

### 4.1.1 – ELAS POR ELAS: uma profissão majoritariamente feminina

As entrevistas realizadas proporcionaram a criação de um quadro (Quadro 03) que tem como objetivo apresentar algumas características gerais das profissionais participantes. Tais informações são consideradas relevantes para a análise deste trabalho.

Quadro 03: Dados das Profissionais de Psicologia

| Nome | Gênero | Tempo de Formado | Em qual campo começou atuando? | Já quis atuar na educação antes? |
|---|---|---|---|---|
| **HELENA** | Feminino | 4 anos | Clínica | Não |
| **ANA** | Feminino | 5 anos | Clínica | Não |
| **MANUELA** | Feminino | 2 anos | Saúde | Não |
| **PEDRO** | Masculino | 4 anos | Clínica | Não |
| **LAURA** | Feminino | 2 anos | Clínica | Não |

Fonte: Desenvolvida pelo autor (2023)

O quadro apresenta dados relevantes sobre as profissionais da Psicologia na cidade de Joinville, Santa Catarina. Observa-se que, no momento da pesquisa, 45% dos profissionais na cidade foram representados, totalizando 11 indivíduos. Entre

esses, há uma predominância de mulheres. Essa predominância de profissionais femininas na Psicologia pode ser compreendida como um reflexo do contexto nacional e estadual da profissão, uma tendência que se mantém ao longo das décadas.

Ao analisar a constituição da profissão, nota-se que a presença majoritária de mulheres na Psicologia remonta à regulamentação da profissão no Brasil, na década de 1960, intensificando-se nos anos seguintes. Esse cenário é condizente com a participação feminina tanto nos processos de formação quanto no efetivo exercício profissional.

Atualmente, em 2023, os números do Conselho Federal de Psicologia revelam que 84% dos profissionais da Psicologia no Brasil são mulheres, totalizando 367.336 profissionais em âmbito nacional. Em Santa Catarina, esse percentual cresce ainda mais, atingindo 89% do total de profissionais.

Essa predominância feminina na Psicologia pode ser interpretada como uma característica marcante da profissão, refletindo dinâmicas sociais mais amplas e a significativa contribuição das mulheres para o campo. Essa tendência também pode influenciar a atuação em diferentes áreas, como discutido anteriormente em relação à presença feminina na educação e na colaboração com profissionais docentes.

Pensando em dimensionar ainda melhor esse quantitativo, elaborou-se uma tabela com base nos dados disponíveis para consulta no site do CFP (2023), na qual se incluiu apenas os quantitativos totais que não havia na tabela original.

Tabela 06 - Dados totais quantitativos nacional de psicólogos divididos por gênero

| ESTADO | FEMININO | MASCULINO | NÃO INFORMADO |
|---|---|---|---|
| - | 1 | 0 | 0 |
| - | 19 | 2 | 0 |
| **Acre** | 1.906 | 363 | 110 |
| **Alagoas** | 4.529 | 761 | 27 |
| **Amapá** | 887 | 181 | 170 |
| **Amazonas** | 4.690 | 889 | 193 |
| **Bahia** | 17.903 | 2.868 | 249 |
| **Ceará** | 10.551 | 2.031 | 1.809 |
| **Distrito Federal** | 11.485 | 2.045 | 254 |
| **Espírito Santo** | 7.314 | 1.412 | 66 |
| **Gioás** | 11.158 | 1.450 | 366 |
| **Maranhão** | 3.864 | 683 | 182 |
| **Mato Grosso** | 4.926 | 669 | 343 |
| **Mato Grosso do Sul** | 3.302 | 453 | 1.906 |
| **Minas Gerais** | 42.960 | 7.812 | 141 |
| **Pará** | 3.947 | 697 | 1.423 |
| **Paraíba** | 5.941 | 1.113 | 324 |
| **Paraná** | 18.827 | 2.936 | 5 |
| **Pernambuco** | 13.873 | 2.179 | 379 |
| **Piauí** | 3.353 | 554 | 62 |
| **Rio de Janeiro** | 45.767 | 7.389 | 272 |
| **Rio Grande do Norte** | 4.752 | 960 | 73 |
| **Rio Grande do Sul** | 21.546 | 2.636 | 25 |
| **Rondônia** | 4.005 | 680 | 183 |
| **Roraima** | 856 | 138 | 42 |
| ***Santa Catarina*** | *13.713* | *1.892* | *304* |
| **São Paulo** | 104.042 | 16.485 | 741 |
| **Sergipe** | 2.813 | 559 | 34 |
| **Tocantins** | 1.504 | 238 | 15 |
| *** Exterior** | 21 | 3 | 0 |
| *** Indefinido** | 6 | 0 | 5 |
| **Total** | **370.461** | **60078** | **9703** |

Fonte: Conselho Federal de Psicologia – CFP (2023)

Todas essas informações representam um processo histórico que consolidou a psicologia enquanto uma profissão majoritariamente feminina. Nesse contexto, Oliveira, Costa e Yamamoto (2022) argumentaram que o processo de

> feminização da Psicologia teria forte influência da classe média que passa a direcionar uma quantidade significativa de suas filhas para os cursos de Psicologia, tomados como uma promessa profissional e pessoal para a “condição feminina”. Neste momento, a ideia de que o lugar da mulher não se tratava mais de ser o lar exclusivamente, passando a irradiar para espaços próximos, nos quais o cuidado, a proteção, a ajuda, o asseio e a organização seriam, uma vez mais, suas atribuições, de maneira mais útil, estruturariam essa fase da profissionalização feminina (OLIVEIRA, COSTA E YAMAMOTO, 2022, p15).

É perceptível que, de certa maneira, profissões que no imaginário popular estão associadas ao cuidado e ao zelo foram relegadas às mulheres, como se tais qualidades fossem intrinsecamente e inerentemente ligadas à constituição do gênero feminino.

Isso significa que

> [...] as diferentes instituições e práticas sociais são constituídas pelo gênero (e também os constituem), isso significa que essas instituições e práticas não somente “fabricam” os sujeitos como também são, elas próprias, produzidas (ou engendrada) por representações de gênero, bem como por representações étnicas, sexuais, de classe, etc. [...] (LOURO, 2017, p. 92)

Outra consequência social e histórica das formações e profissões consideradas femininas é o fato de, na maioria dos casos, serem relegadas a profissões consideradas desprestigiadas, como se não fossem tão importantes ou necessárias quanto profissões hegemonicamente masculinas (GATTI, 2019). Isso também acarreta danos na perspectiva salarial, pois entende-se que, em profissões consideradas historicamente femininas, o salário tende a ser menor do que em profissões consideradas masculinas.

Percebe-se, então, que não é apenas o interesse que rege a procura pela formação em psicologia. Há, afinal, construtos sociais ligados a essa área de formação, construtos esses que influenciam diretamente a escolha profissional. Segundo Godim e Barros (2022), por ter se constituído tal imagem, a formação inicial acaba por afastar os homens que são criados para serem provedores, necessitando de melhores ganhos e maior prestígio social.

### 4.1.2 – AS INSERÇÕES PROFISSIONAIS: um percurso anterior à escola

O segundo momento que constituiu esta categoria foi entender como se deu a inserção profissional das participantes da pesquisa, tendo em vista que o quadro da sessão anterior expôs que todas começaram suas carreiras por meio da clínica, um movimento que também se percebe no contexto nacional.

Contudo, antes de adentrar nesse assunto em específico, percebeu-se que a inserção profissional não está apenas relacionada a uma escolha pessoal pela área que mais se identifica. Na verdade, essa inserção está relacionada a diversos fatores que podem ser econômicos, sociais, culturais e pessoais, ou seja, não se toma apenas como uma opção individual das profissionais.

Entende-se que, por estarem no início de suas carreiras, as profissionais acabam transitando entre as áreas da Psicologia. Na pesquisa, é visto que todas as participantes vieram de outros campos de atuação para a escola. Isso, segundo Bastos, Gondin e Borges-Andrade (2010), deve-se à fragilidade do mercado de trabalho e à dificuldade do profissional de fixar-se em apenas um campo de trabalho. Afinal, questões salariais e a estabilidade acabam influenciando na escolha por permanecer ou recorrer a outros campos de atuação.

Considerando a Psicologia como uma profissão que adentrou diversos campos de atuação, as possibilidades de modificação profissional tornam-se possíveis e diversas. Tais modificações de campo de atuação podem acontecer tanto com os profissionais recém-formados — tendo em vista que esses se encontram no período inicial de sua inserção profissional e geralmente procuram uma oportunidade de trabalhar com a psicologia — quanto com profissionais já formados há algum tempo — sendo esses tomados pelo surgimento de novas oportunidades que fazem o profissional repensar seus caminhos profissionais (GODIM E BARROS, 2022).

Essa questão do aparecimento de uma nova oportunidade de trabalho aconteceu com as participantes da pesquisa. Manuela procurava estabelecer-se em Joinville novamente e gostaria de continuar trabalhando com políticas públicas; Helena trabalhava na clínica como autônoma e se dividia com outro trabalho; Ana havia se mudado há pouco para Joinville e atendia há pouco tempo; enquanto Laura e Pedro haviam começado há pouco tempo a atender em clínica. Desse modo, para as profissionais dessa pesquisa, a oportunidade e o aceite para ingressar em um

cargo na prefeitura como psicólogas escolares caracterizou-se como um momento de consolidação da inserção profissional e da necessidade de trabalhar.

Percebeu-se que o processo de escolha não é uma decisão tomada apenas pelo profissional, como se isso dependesse unicamente dele. É um processo decisório que perpassa diversas variáveis, que podem se caracterizar como aspectos mais individuais, como angústias; a ansiedade do que pode acontecer a partir desta decisão; se estão realmente preparadas para assumir determinada função; bem como aspectos físicos, ligados às demandas de trabalho; e aspectos sociais, como vagas e salários (GODIM, BRENDASSOLI E PEIXOTO, 2016; BRITO E MAGALHÃES, 2018; GODIM E BARROS, 2022).

Desse modo, destaca-se a questão econômica do processo. Ao passo que o sistema capitalista de produção não é conhecido pela igualdade de oportunidades, ao preconizar o lucro e a competitividade entre a classe trabalhadora, acaba corroborando para o sentimento de insegurança que afeta profissionais recém-formados. Afinal, a inserção "está apoiada fortemente em fatores de contingências e oportunidades de mercado" (GODIM e BARROS, 2022, p. 75), retirando do sujeito a escolha plena por seus caminhos profissionais.

A partir das entrevistas, foi possível reconhecer que a área clínica acaba configurando-se como aquela que as profissionais procuraram primordialmente após a formação inicial. Na fala de Laura, exemplifica-se como a área clínica é para muitos a primeira opção: *"Após a graduação, eu fui direto atuar na clínica, que era aquilo que eu queria naquele momento".* Nos relatos de Helena e Pedro, evidencia-se que a área clínica surgiu como uma oportunidade de começar a carreira, pois ambos ainda não sabiam de fato qual área seguir, ao contrário de Ana, que escolheu ir para a clínica por um motivo de afinidade. Desse modo, a área clínica acaba se apresentando como a principal fonte de oportunidade de trabalho para as profissionais dessa pesquisa, estando em consonância com os dados nacionais.

Bentivi, Porto e Dias (2022) pontuam que cerca de 70%, um número expressivo dos profissionais da psicologia, estão hoje em atuação dentro da área clínica. Os autores atribuem isso ao desenvolvimento da sociedade e ao aumento da produção de demanda para esse tipo de atendimento. Desse modo, entende-se que a possibilidade de inserção a partir de uma clínica seja de fato mais fácil, principalmente para os recém-formados.

Um dos aspetos que acaba preocupando na área clínica é que, a maioria dos profissionais inseridos neste contexto acabam se submetendo a regimes de trabalhos autônomos, configurados dentro de um movimento que defende a flexibilização do trabalho, a qual pode ser entendida como

> um movimento profícuo no capitalismo contemporâneo, de modo semelhante a outras expressões típicas, como a globalização, as políticas neoliberais, o crescimento do setor de serviços, as redes de empresas, a financeirização da economia e as inovações tecnológicas (TESSARINI et al., 2023, p. 2)

Dessa maneira, percebe-se que a flexibilização se apoia em um discurso que promove maior autonomia de controle por parte do trabalhador, permitindo-lhe escolher a quantidade de horas a serem dedicadas diariamente. Isso, por fim, cria uma falsa sensação de liberdade e controle. Antunes (2018) observa que essa roupagem moderna dos novos modos de trabalho também introduz um novo modelo de contratação, o qual, consequentemente, acarreta na perda dos direitos trabalhistas.

Bentivi, Porto e Dias (2022) afirmam que o contrato autônomo tem implicações na constituição do trabalho, uma vez que nesse tipo de contrato não há garantias dos direitos legais assegurados nos contratos CLT, por exemplo. Desse modo, esse tipo de contrato não proporciona segurança ao profissional, ao contrário do que é propagado ao vender flexibilidade e a possibilidade de trabalhar "quando quiser", excluindo, assim, qualquer responsabilidade do empregador.

Contudo, apesar das carências expostas acima, o número de trabalhadores com contratos autônomos de trabalho só tem aumentado nos últimos anos no país, conforme Bentivi, Porto e Dias (2022). Batomé (2010, p. 179) destaca que "os alunos continuam procurando preferencialmente clínicas e atividades afins, e o mercado parece reconhecer e remunerar apenas os 'autônomos', pagando significativamente menos aos que colocam seus serviços sob o rótulo de 'assalariados'".

Entende-se, diante do exposto, que o discurso fundamentado na produção capitalista, aliado à argumentação de interlocutores, coopta o trabalhador, fazendo-o acreditar em certas falácias que, no final das contas, visam apenas despojar o profissional de sua força de trabalho e de seus direitos legais. Assim, é compreensível porque a clínica, com seu modo autônomo de trabalho, tem se configurado como o

campo de maior inserção profissional, uma vez que proporciona maior flexibilidade de direitos e pagamento.

Compreende-se que existe um discurso de forte teor econômico e social que influencia o processo de inserção profissional, mascarando as verdadeiras intenções por trás desse processo. Dito isso, tais 'facilidades' ajudaram a consolidar a ideia de que a inserção na clínica, além de ser mais fácil, seria também mais rentável.

## CAPÍTULO 5: QUANDO O SINAL BATE: as profissionais adentram os portões escolares

*““VAIS ENCONTRAR O MUNDO”, - disse-me meu pai, à porta do Ateneu, “Coragem para a luta”. Bastante experimentei depois a verdade deste aviso, me despia, num gesto, das ilusões de criança educada exoticamente na estufa de carinho que é o regime do amor doméstico, diferente do que se encontra fora, tão diferente, que parece o poema dos cuidados maternos um artifício sentimental, com a vantagem única de fazer mais sensível a criatura à impressão rude do primeiro ensinamento, têmpera brusca da vitalidade na influência de um novo clima rigoroso.”*

*(O ATENEU, RAUL POMPÉIA, 2004)*

Ao ler “O Ateneu” e, em seguida, assistir a uma peça teatral baseada em tal obra, lembra-se imediatamente da cena de abertura, tanto da peça quanto do livro. Essa cena é representada pela epígrafe deste capítulo, e nela é mostrado o exato momento pelo qual Sérgio ouve de seu pai que lá dentro — do Ateneu —— ele encontraria o mundo. E de certo modo ele encontra, encontra pessoas, encontra amores, conhecimento e se depara com o autoritarismo e a rebeldia, tudo isso tendo como plano de fundo uma escola e todas as suas possibilidades.

Optou-se por utilizar a abertura do livro para abrir a nova categoria de discussão, pois compreendeu-se que os portões da escola se abriram para as profissionais da mesma forma que a porta do Ateneu se abriu para Sérgio, fazendo com que eles adentrem ao local, podendo ouvir, conversar e adentrar as histórias que lá acontecem.

Enquanto nas discussões anteriores debruçou-se sobre os antecedentes até a inserção, a partir de agora, como sugere a epígrafe escolhida, os portões da escola estão abertos, ou seja, segue-se a adiante no fenômeno da inserção, agora tendo em vista os processos políticos, históricos e sociais.

Portanto, o capítulo se dedica a discutir os procedimentos de contratação destes profissionais, a organização da distribuição entre as escolas, às chegadas nas instituições, a constituição das relações com os profissionais docentes e, por fim, a construção de suas práticas profissionais.

## 5.1 – “*AÍ EU ME CADASTREI EM UM PROCESSO SELETIVO PARA A PANDEMIA*”: o processo de organização e contratação das profissionais

A partir do que foi exposto acima, este capítulo tem como propósito demonstrar e analisar o processo de implementação da Lei nº 13.953/2019 na cidade de Joinville. Ele perpassará por diversos processos que compõem toda a implementação. O primeiro aspecto a ser evidenciado e discutido nesta seção são os movimentos realizados pela prefeitura em prol da organização geral, ou seja, os entendimentos da

Secretaria de Educação Municipal acerca da Lei, o que originou os processos de contratação.

Dito isso, instaura-se uma busca pelos indícios que poderiam denotar quando esse processo de fato começou. A partir das entrevistas, foi possível demarcar um início, pois todos os profissionais relatam que foram nomeados em 8 de setembro de 2021. Sendo assim, entende-se que o processo de organização é anterior a essa data, pois compreende-se que, para que houvesse as contratações, algumas decisões precisavam já ter sido tomadas pela prefeitura.

Concebe-se que tais decisões são de natureza puramente organizativa, conferindo robustez à implementação, pois envolvem aspectos relacionados à lotação desses profissionais, desde a quantidade por região e escolas até suas atribuições, e até mesmo como a própria rede vai integrar um profissional que, até aquele momento, não existia nos cargos da cidade.

Nesse momento, destaca-se a ausência de documentos oficiais provenientes da Prefeitura Municipal da cidade sobre esse processo de organização. Tanto o site geral da prefeitura quanto a página da Secretaria de Educação não trazem qualquer menção a movimentações realizadas pelas instâncias supracitadas. Isso gera preocupação, pois não há garantia da efetivação real da política pública se não houver qualquer indício de que isso está acontecendo.

De acordo com Valente e Menezes (2023), defende-se a transparência e o cuidado na implementação de uma política pública, pois compreende-se que o percurso que antecede a efetivação é crucial para uma real democratização da política; ou seja, para que a população tenha efetivo acesso a este serviço. Sendo assim, acompanhar especificamente os movimentos que acontecem nos bastidores do legislativo é de suma importância para a concretização e manutenção dessa nova política pública educacional.

A busca por informações findou em uma reunião, mencionada na introdução desta pesquisa, realizada em 14 de setembro de 2021, ou seja, após a nomeação dos primeiros profissionais contratados. Ressalta-se que a reunião tinha como objetivo discutir a Lei 13.935/2019 no contexto joinvilense, bem como as implicações e necessidades desses profissionais no contexto escolar da cidade.

Participaram da reunião profissionais da SED Municipal e Estadual, professores e diretores da rede pública municipal de educação, uma psicóloga vinculada ao CRP-12 e populares que acompanharam a reunião. Como consequência

disso, pretende-se, com esta seção, explorar e discutir teoricamente o que foi dito na referida reunião pela representante da secretaria de educação municipal:

> [...] Tô tentando aqui projetar a nossa trajetória em relação aos serviços de assistência social e psicologia educacional na rede municipal. Então nós estamos muito envolvidos, desde o início do ano, em função do trabalho de orientação que viemos fazendo junto às instituições de ensino [...] Então dentro do nosso projeto das discussões na rede Municipal nós temos a Lei nº 13.935. A definição dos pólos e a forma de contratação. [... ] (REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2021)

Nesse primeiro trecho da declaração da representante, percebe-se que a organização para a implementação teve início no início de 2021, ou seja, naquele momento já haviam se passado aproximadamente 7 meses desde o início dos trabalhos. Conforme mencionado no início desta seção, é crucial que a prefeitura, assim como qualquer outra instância pública, seja o mais transparente possível em seus processos, compartilhando informações com a população e os profissionais para que estes também possam participar ativamente desse processo.

O trabalho de Souza et al. (2021) destaca a importância da participação popular nos processos de implementação de políticas públicas. As autoras investigaram o processo de discussão e defesa da Lei 13.935/2019 em contexto mineiro, demonstrando a necessidade de um processo transparente, com a participação ativa de entidades profissionais e da população. Elas enfatizam que essa participação enriquece as discussões e defendem a construção de diálogo entre as entidades e as instituições públicas.

De toda forma, ocorreu um processo de organização e contratação anterior à realização da reunião, executado exclusivamente pela prefeitura, sem que a comunidade escolar tivesse conhecimento ou pudesse participar das decisões. Como resultado, a reunião teve a função de expor os planos que já estavam traçados e prontos para serem concretizados, conforme evidenciado na fala a seguir:

> Esse mapeamento hoje, nós iniciamos com vários profissionais na secretaria municipal de educação, mas estamos ainda trabalhando com a ideia de áreas de abrangência, de território. Num segundo momento nos reunimos profissionais da saúde e da assistência para a construção de um documento que possa direcionar o trabalho desses profissionais na Unidade Escolar, e num terceiro momento a gente inclusive já chega nessa demanda de formação dos profissionais da educação, da assistência e da saúde, com intuito de compreender o papel do psicólogo e sobretudo da Psicologia Educacional no contexto da escola regular [...] para que pudéssemos avançar em termos práticos em relação ao trabalho desses profissionais na educação nós chamamos psicólogos e assistentes sociais tanto da Secretaria da Saúde quanto da secretaria da assistência Social para um diálogo e para a construção de um documento [...] nós também temos ciência de como é necessário movimentar a rede, articular a rede a estes alunos que necessitam de um atendimento mais acompanhamento (REPRESENTANTE SECRETÁRIA MUNICIPAL, 2021, grifos dos autores)

A citação acima trata da procura pelo diálogo com psicólogas que estão alocadas em outros campos de atuação, assistência e saúde, para efetuar a escrita de um documento que irá nortear as práticas dos futuros profissionais da psicologia na educação.

Sabe-se que sim, que deve ser realizada uma aproximação com a rede, tendo em vista que uma rede articulada pode garantir um acesso aos atendimentos públicos com qualidade e de maneira mais eficaz, afinal:

> A busca pelo diálogo com as secretarias de saúde e de assistência social, rede de proteção à criança e ao adolescente, conselhos de defesa da, da mulher, do idoso, da pessoa com deficiência, dentre outros, deverá fazer parte da rotina desses (as) profissionais que buscam de forma ampliada garantir um acesso e a permanência dos (as) alunos (as) nas escolas. Afinal, as soluções serão sempre coletivas, reafirmando assim a importância da articulação intersetorial (SOUZA et al., 2021, p. 46).

A citação acima enfatiza a necessidade de uma aproximação intersetorial para o trabalho do psicólogo escolar, considerando as complexas demandas com as quais o profissional se depara diariamente no cotidiano escolar. No entanto, surge a indagação se aquele era o momento adequado para realizar tal aproximação, pois acredita-se que o diálogo deve ser construído pelo psicólogo escolar em sua prática, pautando-se em suas especificidades de atuação.

A Psicologia, como ciência, tem a capacidade de abordar uma ampla gama de fenômenos produzidos pelos seres humanos. Dessa maneira, é uma profissão intrinsecamente ligada a diversas áreas do conhecimento, incluindo educação,

trabalho, clínica tradicional, hospitais, redes de assistência, ONGs, entre outros (GODIM E BARROS, 2022). Portanto, é uma ciência vasta, com múltiplas abordagens que podem compreender o mesmo fenômeno de maneiras diversas. Em decorrência disso, é defendida a necessidade de compreender que as várias áreas da Psicologia possuem suas próprias especificidades, técnicas e modos de trabalho, e com a Psicologia Escolar e Educacional não é diferente.

Nesse contexto, propõe-se uma perspectiva da Psicologia Escolar e Educacional que se preocupe com o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes e de todos os membros da comunidade escolar. Trabalhar com educação torna pertinente ao profissional a apropriação das discussões acerca dos processos de desenvolvimento e aprendizagem, possibilitando a análise das políticas públicas educacionais, sejam elas estruturais, de funcionamento, financiamento, entre outras. Além disso, reconhece-se a necessidade de um profissional capaz de dialogar com os demais profissionais da educação sobre os processos pedagógicos, visando potencializar tanto a ação do docente quanto a da própria escola (ANTUNES, 2008; ANDRADA ET AL., 2018; CRUCES E CALDAS, 2021; ANTUNES, SANTOS E BARBOSA, 2021; MARINHO-ARAÚJO E CAVALCANTE, 2023)

> Nessa perspectiva possibilitar uma formação orientada por uma concepção crítica do desenvolvimento humano que problematiza e questiona o papel e ação da escola, proporciona atuações que buscam intervir a favor do coletivo a partir da construção de espaços de escuta, do fortalecimento de estratégias promotoras de mudança e da ressignificação de sentidos e significados que permeiam as relações na e pela escola (GONÇALVES, 20..., P. 110-111).

Entretanto, não deveria ser incumbência de profissionais psicólogas da saúde e da assistência explicar ou estruturar um documento que engloba as atribuições desses profissionais no campo escolar. Conforme delineado nos parágrafos anteriores, trata-se de um campo com um delineamento próprio, especificidades e preocupações distintas.

Defende-se, portanto, que os processos de implementação sejam transparentes e participativos, contando com a presença ativa de profissionais da área e do campo de atuação, particularmente psicólogas envolvidas em discussões, pesquisas e no trabalho em Psicologia Escolar e Educacional, bem como membros da comunidade escolar. Desta forma, as especificidades do campo podem ser consideradas nas formulações legislativas, evitando a necessidade de a prefeitura

buscar esclarecimentos junto a outros profissionais que atuam em diferentes campos da Psicologia.

O terceiro ponto da fala refere-se à lotação das profissionais e à quantidade de escolas por profissional. Nesse contexto, a representante da secretaria destaca a importância da consideração da quantidade de discentes presentes nas escolas.

> [...] Na sequência, mediante ao total de alunos e pensando, sobretudo [...] de quantos alunos cada profissional ficará responsável, nós temos sim [...] Mas de todo modo nós estamos trabalhando hoje com mil e oitocentos, dois mil, dois e duzentos alunos por dupla (psicólogo e assistência social). (REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2021)

No decorrer da reunião, a representante não apresentou como chegou ao contingente de estudantes, se algum estudo ou cálculo foi realizado para determinar essa quantidade. No entanto, o que se pretende apontar e problematizar é a centralidade do trabalho voltado para o estudante.

Entende-se que há uma marca histórica que se naturalizou na prática da psicologia no campo da educação, que é o foco primordial nos estudantes. Os trabalhos de Patto (2000, 2022) indicam que a Psicologia Escolar e Educacional, por muito tempo, concentrou-se em atendimentos aos estudantes de uma perspectiva individualizante e patologizante, direcionando a explicação e os motivos dos insucessos escolares para o indivíduo. A crítica realizada pela autora em ambos os trabalhos ressalta a necessidade de repensar as práticas escolares.

O que de fato começou a ser mais intensamente questionado na década de 1990. No entanto, embora haja pesquisas demonstrando a efetividade de perspectivas críticas na atuação profissional, entende-se que essa abordagem não se tornou hegemônica no campo educacional. Pelo contrário, ela permanece em constante tensionamento com outras abordagens em educação (SOUZA e BARBOSA, 2014; SAVIANI, 2022).

Focar o trabalho exclusivamente no estudante introduz uma discussão delicada, visto que a formação da psicologia muitas vezes se baseia em práticas 'alicerçadas na ideia do fracasso escolar, por meio da identificação do aluno problema' (ANTUNES, SOUZA E BARBOSA, 2021, p. 24). Portanto, há uma linha tênue que pode resultar em abordagens que individualizam os estudantes dos processos

educacionais, apagando fatores sociais, econômicos e políticos que também influenciam o processo de ensino-aprendizagem.

É crucial ressaltar que o trabalho da psicologia escolar não deve se limitar aos estudantes. As atribuições dos profissionais da psicologia, conforme definido pela ABRAPEE (2020) e pelo CRP (2022), incluem trabalhar com as famílias, os docentes e todos os membros da comunidade escolar. Ao levar em consideração apenas a quantidade de estudantes, corre-se o risco de negligenciar os demais sujeitos que constituem o ambiente escolar e o trabalho da psicologia escolar.

O quarto ponto a ser destacado é a configuração do desenho que a prefeitura pretendia para organizar as equipes multiprofissionais, considerando as escolas da cidade, as regiões e a quantidade de profissionais por instituição. A fala da profissional permite vislumbrar essa intenção:

Quadro 04: Equipes Previstas para a Rede de Educação Municipal

| **JOINVILLE** | |
|---|---|
| **ZONAS HABITACIONAIS** | **QUANTIDADE DE EQUIPES** |
| Norte | 7 equipes (7 psicólogas e 7 Assistentes socais) |
| Leste | 7 equipes (7 psicólogas e 7 Assistentes socais) |
| Oeste | 4 equipes (4 psicólogas e 4 Assistentes socais) |
| Sul | 16 equipes (16 psicólogas e 16 Assistentes socais) |
| **Total** | **34 (34 psicólogas e 34 Assistentes socais) equipes previstas** |

Fonte: Com base na reunião Câmara de Vereadores Municipal (2022)

Por se tratar de uma pretensão, a quantidade apresentada pelo quadro acima ainda não estava concretizada naquele momento. Entretanto, a representante deixa claro que já existiam profissionais contratados, que inclusive já estavam alocados nas escolas municipais. Sendo assim, inicia-se a partir daqui o quinto e último aspecto dessa organização realizada pela prefeitura: o processo de contratação.

No que refere a quantidade atual de profissionais, tem-se a seguinte fala:

> [...] Hoje contamos com 31 profissionais, já estão atuando 17 psicólogos e 24 assistentes sociais [...] os contratos a princípio a gente iniciou com os contratos via edital, temos também dois profissionais efetivos que optaram por sair de outra secretaria e ir para a educação. Estamos sim a princípio iniciando o trabalho via contrato de dois anos, mas a ideia futura de que sim se faça concurso público.

Desse modo, observou-se que faltavam, naquele momento, cerca de 17 psicólogas e 10 assistentes sociais para completar o quadro apresentando de profissionais. A representante da Secretaria Municipal de Educação não concedeu informações acerca de como vinha se dando o processo de contratação. Porém, ao se voltar para os relatos das entrevistas realizadas com os 5 profissionais foi possível identificar de quais editais se tratavam.

Como resultado disso, foram encontrados 2 editais, (ANEXO C e D). Para se aprofundar na compreensão desse processo, foram analisados separadamente, e os relatos das profissionais foram utilizados para dimensionar este processo de inscrição e contratação.

> *[...] eu passei num processo seletivo simplificado que eu tinha me cadastrado na prefeitura. Isso foi em 2021, porque eu tinha me cadastrado em 2020, então nem lembrava. Só que eu me cadastrei porque eu pensava que era pra saúde. Nunca imaginei que era da educação, né? Daí quando eu vi a minha área lá, educação de lá não, cara, eu fiquei apavorado, né? Porque eu não sei, não lembrava de nada (dos conteúdos) [...] (PEDRO)*

> *[...] Quando eu recebi o e-mail eu nem sabia que estava valendo ainda esse seletivo, sendo bem sincera assim, porque fazia bastante tempo, acho que chegou no prazo máximo do seletivo. Quase um ano e oito, um ano e pouco, quase dois anos. Eles podem estender por até mais dois, dependendo do edital, aquela coisa toda E aí chamaram. Daí quando chamaram, eu acreditei que fosse pra saúde daí. Mas beleza, né? Beleza também não tinha experiência na saúde, na política pública, de saúde. Então, de qualquer forma, seria também algo desafiador, ainda mais no período em que estávamos, né?.(período de pandemia) [...] (MANUELA)*

> *[...] Aí eu me cadastrei no processo seletivo para pandemia, para a área da saúde, atendimento de urgência na pandemia. E aí, um ano depois, a prefeitura me mandou verificar se eu gostaria de participar do projeto da educação [...] (ANA)*

As falas acima demonstram como foi o processo de inscrição das profissionais nos editais. As inscrições foram realizadas em 2020, para seletivos da saúde, momento no qual se passava pela pandemia, que desencadeou uma crise sanitária com quase 400 milhões de infectados em todo o mundo, sendo 30 milhões apenas no Brasil. Devido a esse cenário devastador, houve a necessidade de realizar diversas adaptações nos hospitais, Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) para lidar com o aumento constante de casos de infectados.

Dessa maneira, surgiu em um contexto Joinvilense o Edital 002-2020 (JOINVILLE, 2020, p. 1) o qual dispõe

> sobre a admissão de pessoal por tempo determinado, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público e declaração da situação de emergência no Município de Joinville por meio do Decreto Municipal n° 37.630/2020, torna pública a realização de Processo Seletivo Simplificado – PSS para provimento de cargos em caráter temporário, do Quadro Único do Pessoal da Administração Direta e Indireta do Município de Joinville e Hospital Municipal São José

Neste edital, ocorrem as inscrições dos participantes da pesquisa, conforme já mencionado por eles. Trata-se de um edital que concentra sua abordagem na atuação na área da saúde, um aspecto considerado inclusive para a pontuação, conforme indicado na seção 6.1: 'A classificação do Processo Seletivo Simplificado será efetuada mediante somatório de pontos obtidos da contagem de títulos e da experiência hospitalar e profissional' (JOINVILLE, 2020, grifos dos autores).

É evidente neste primeiro edital o quanto as experiências hospitalares e em áreas da saúde são cruciais para a classificação e inscrição, considerando a frequência com que esse termo é reiterado no documento. Compreende-se que esse não é um problema, uma vez que o edital se justifica como um processo de contratação para hospitais e atendimentos de saúde no contexto da Covid-19 na época. Entretanto, é importante ressaltar que estamos lidando com profissionais que atualmente atuam em escolas, mas foram contratados por meio de um edital voltado para a área da saúde.

O segundo edital, 005-2020 (JOINVILLE, 2020, p. 1), foi responsável pela contratação de Laura e difere do primeiro por ser um documento de contratação geral, abrangendo todos os âmbitos de atuação da prefeitura. Destina-se ao provimento de cargos por tempo determinado para atender às necessidades temporárias de excepcional interesse público, sempre no interesse do Município de Joinville, observada a ordem classificatória dos candidatos.

A ordem classificatória deste edital não possui especificidades, ao contrário do primeiro, já que é uma contratação geral, pontuando todos os níveis de pós-graduação (lato sensu ou stricto sensu) na área da psicologia, independentemente do enfoque.

À primeira vista, isso parece ser vantajoso, uma vez que, não sendo tão direcionado a uma especialidade, oferece mais oportunidades para que profissionais

se inscrevam. No entanto, ao enforcar na descrição do cargo de psicólogo no documento, observa-se que o profissional será

> responsável por prestar atendimento psicológico, triando, entrevistando e realizando consultas individuais, coletivas e/ou familiares; desenvolver programas, levantamentos e estudos psicológicos; desenvolver planos terapêuticos, acompanhamentos dos pacientes e orientação às famílias; discutir casos, desenvolver temas de capacitação e realizar visitas domiciliares e atendimentos conjunto, para melhorar a saúde e a qualidade de vida da população; e realizar demais análises técnicas relacionadas à área de formação. (JOINVILLE, 2020, p. 21/22)

As atribuições delineadas nos dois editais, em suas especificidades, podem predefinir as atividades do profissional da psicologia, independentemente do contexto em que atue (LESSA E FACCI, 2011). Ao abordarmos esses processos de contratação, torna-se necessário considerar como outros contextos têm abordado essa questão.

Observa-se que os processos de contratação se mostraram diferenciados em cidades onde já existia alguma legislação específica para a inserção de profissionais de Psicologia nas escolas. A pesquisa de Pandolfi (1999), por exemplo, destaca que a lei específica da cidade de Londrina\PR permite a entrada desses profissionais por meio de editais específicos para a área da educação. No entanto, isso não afasta as dificuldades em relação à consolidação das especificidades da atuação na educação.

Entende-se, no entanto, que o processo de consolidação das especificidades e do próprio campo da Psicologia Escolar e Educacional ocorre por meio de estudos e práticas que evidenciem a importância desse profissional na escola. A pesquisa de Andrada et al. (2018), por exemplo, destaca a consolidação da participação e atuação de profissionais da Psicologia na educação no Distrito Federal como resultado de um percurso defendido por mais de uma década, com importantes interlocuções entre o poder público, a universidade e os profissionais alocados em escolas.

Com base nessas pesquisas, defende-se que, por se tratar da primeira experiência em Joinville, ainda há tempo e maneiras de alterar os próximos editais ou concursos públicos, a fim de abranger as especificidades da Psicologia Escolar e Educacional de maneira mais adequada. Os próximos processos de contratação podem contar com uma participação mais significativa de profissionais e da população, bem como a construção de uma lei municipal que proporcione maiores garantias de continuidade e robustez para a lei nacional ainda muito enxuta.

Entende-se, também, que é uma luta contínua das profissionais e da população, pois somente nos percursos históricos, no questionamento e no posicionamento político de forma crítica, se garante a efetividade das políticas públicas.

Continuando a discussão, ao tentar entender o uso de editais de outros campos, ou sem campo específico, nesses processos de contratação, percebeu-se que não é uma prática isolada da cidade de Joinville, mas que se repete em alguns outros lugares ao longo do território nacional. Ao analisar os editais de algumas cidades da região Nordeste, as autoras Jacinto e Dazzani (2023) perceberam a existência de editais que ainda vinculam a Psicologia Escolar e Educacional a aspectos ligados à psicometria, psicodiagnóstico, avaliação psicológica por meio de testes psicológicos e atendimento psicoterapêutico.

> Os resultados deste estudo demonstram que mesmo quando os cargos são específicos para psicóloga escolar, são constantes os assuntos nas áreas da saúde, clínica psicológica, avaliação psicológica e de outros campos profissionais que não correspondem ao fazer educacional (JACINTO E DAZZANI, 2023, p, 69).

Para Gonçalves (2020), que concentrou sua pesquisa no contexto do Maranhão, há pouco entendimento acerca da importância do profissional da psicologia alocado em escolas. Por conta disso, ocorre que algumas cidades se organizam para contar apenas com apenas um profissional, que fica alocado dentro da secretaria, sem contato direto com o cotidiano escolar.

Uma informação que Gonçalves (2020) trás e que entra em consonância com o contexto Joinvilense é a existência de descrições generalizadas e descontextualizadas das práticas de psicólogas escolares, ou seja, há uma descrição padrão que não leva em consideração aquilo que de fato é pertinente para a atuação dentro do contexto escolar.

> Ausência de informações sobre as funções que devem ser exercidas produzem, como desdobramento, incertezas dos profissionais sobre seus papéis, funções e atribuições construindo uma imagem deste profissional distorcida pela comunidade e pelo próprio psicólogo escolar (GONÇALVES, 2020, p. 126).

A fala da autora suscita reflexões sobre as práticas de contratação em outras localidades, destacando as fragilidades no processo e na compreensão da atuação da psicologia no contexto educacional.

Observa-se que essa prática pode resultar no enfraquecimento da psicologia escolar e educacional na cidade, pois ao concentrar-se exclusivamente em documentos voltados para a saúde, não são considerados os saberes específicos da área educacional, as necessidades de formação para esse campo, nem a experiência prévia em contextos educacionais. Nesse sentido, não há um enfoque adequado na educação.

Guzzo, Mezalira e Moreira (2012) alertam que a transferência de profissionais da saúde para a educação pode gerar desequilíbrio profissional, uma vez que esses profissionais se qualificam para atuar na área da saúde e não em contextos escolares.

Outro ponto de destaque é a ausência de documentos oficiais que poderiam ser consultados acerca dos movimentos realizados pela Secretaria de Educação Municipal (SED). A primeira informação acessada foi a reunião citada ao longo do texto. Contudo, essa reunião ocorreu quando o processo de implementação já estava em andamento e organizado, excluindo a participação da comunidade profissional, escolar e populacional nessas discussões.

Valente e Menezes (2023) argumentam que posturas como essa dificultam o acesso às informações, o que, por sua vez, torna desafiador o acompanhamento da real efetivação das políticas públicas. De todo modo, compreendeu-se que os dois editais utilizados para a contratação das profissionais foram empregados como catalisadores dos procedimentos de implementação da Lei nº 13.935\2019, considerando que o tempo para iniciar o processo estava se esgotando naquele momento.

Por fim, percebeu-se que os processos de contratação organizados pela prefeitura acarretaram algumas consequências para a chegada e a constituição das práticas das profissionais, que serão aprofundadas e discutidas na seção a seguir.

## 5.2 – “*A MINHA ESCOLA TINHA JÁ UMA MESINHA JUNTO DA ORIENTAÇÃO, JUNTO DA SUPERVISÃO”:* as expectativas que constituem as relações das profissionais da psicologia escolar com a comunidade escolar

Conforme mencionado ao final da seção anterior, a partir deste ponto, o objetivo é aprofundar as discussões sobre a chegada das profissionais às escolas e o processo de constituição das relações de trabalho entre as psicólogas e os profissionais docentes.

Ao desenvolver esta dissertação, ficou evidente o quão relevante é compreender o processo de construção histórica para analisar fenômenos sociais. Gonçalves (2015) destaca que as transformações na sociedade provocam modificações políticas, sociais e culturais, gerando alterações nas pessoas e, por sua vez, desencadeando novas mudanças de forma dialética.

Portanto, é fundamental não perder de vista que o próprio ser humano é o impulsionador dessas modificações. No contexto dos movimentos históricos, encontra-se a contradição que se revela significativa para a compreensão da constituição humana e das relações que surgem a partir desse cenário. Dessa forma,

> A modernidade afirmou o sujeito de maneira contraditória. Afirmou-o como individual, racional e natural. E afirmou-o como social, ativo e histórico. As contradições presentes na modernidade engendraram a afirmação e a negação do sujeito, explicitando sua historicidade.(GONÇALVES, 2015, p. 48).

Nessa perspectiva, compreende-se que o processo histórico é dialético e resultado da ação direta dos seres humanos, que constroem a sociedade e são constituídos de diferentes modos pelas relações que nela e com ela estabelecem. Os relatos expostos até aqui representam simultaneamente um produto da produção histórica coletiva e social, assim como algo individual das próprias profissionais.

Desse modo, a constituição do trabalho do psicólogo escolar, no contexto da cidade analisada, não deve ser fragmentada como se estivesse em uma linha de produção. Pelo contrário, essa constituição só é possível de ser analisada levando em consideração os mais diversos fatores que estão imbuídos no processo do trabalho.

Para analisar o fenômeno histórico-social da inserção de profissionais da psicologia em âmbito escolar, foi necessário realizar um aprofundamento na área de psicologia escolar e educacional em âmbito nacional. Dessa forma, pôde-se entender como se deu a constituição do campo e seus movimentos internos para pensar as práticas profissionais contextualizadas em sua historicidade.

Durante esse aprofundamento, observou-se, a partir dos estudos de Patto (2000, 2022); Antunes (2005, 2008); Barbosa (2011); Guzzo (2003) e Martinez (2008), que existem possibilidades de perceber a Psicologia Escolar e Educacional de modo que ela se ocupe de trabalhar com o coletivo escolar e se afaste de perspectivas e práticas que individualizam e patologizam os estudantes, professores e familiares. O profissional da Psicologia pode contribuir para a qualificação das práticas docentes realizadas no âmbito escolar e defender a perspectiva de um desenvolvimento humano crítico e possível, independente das características físicas e biológicas dos sujeitos, levando em consideração todos os aspectos circundantes da vida do sujeito para pensar os processos de ensino-aprendizagem.

Não há como negar que as pesquisas produzidas no campo da Psicologia Escolar Crítica desde a década de 1980 proporcionaram diversas mudanças na concepção da Psicologia Escolar e Educacional, possibilitando o entendimento de alternativas às práticas individualizantes, patologizantes e estigmatizantes. Esses movimentos coadunam com Engels (1999) ao pensar que toda ação humana realizada por meio do trabalho pode modificar as estruturas de pensamentos e ação de uma sociedade, as quais muitas vezes só serão entendidas, percebidas e compreendidas com o passar do tempo.

De todo modo, pontua-se que a perspectiva crítica não se tornou hegemônica na Psicologia Escolar e Educacional, assim como aconteceu na história da própria educação. Pelo contrário, ainda é um campo de disputa, e percebe-se um avanço dentro da Psicologia Escolar de perspectivas biologizantes, que procuram responder de maneira orgânica a desordens fundamentadas no meio social, na própria escola (SOUZA E BARBOSA, 2014; SAVIANI, 2022). Mesmo após mais de 30 anos do fortalecimento das práticas críticas em Psicologia Escolar e Educacional, não é tempo de recuar; deve-se fazer a defesa de uma atuação e inserção de maneira ética e com compromisso social.

Entende-se a necessidade de fazer esses posicionamentos, pois se vale do entendimento que a inserção que atualmente acontece via Lei 13.935\2019 foi possível graças às pesquisadoras, professoras em Psicologia Escolar e Educacional e profissionais que lutaram, e continuam lutando, para que o profissional da Psicologia seja reconhecido como um trabalhador do campo educacional.

Assim sendo, compreender como vem se dando essa chegada e os primeiros contatos com os profissionais docentes das escolas é pertinente para que se possa entender os momentos iniciais de implementação e inserção das psicólogas escolares. Conforme dito na seção anterior desta pesquisa, as profissionais da psicologia foram contratadas via edital não específico da educação. Sendo assim, é um processo que, para Manuela, já começou confuso: *"Eu realmente aceitei porque eu queria voltar para Joinville, mas não sabia como ia funcionar"*. Ana e Pedro compartilham da mesma opinião da colega, de que quando foram chamados para as vagas, esperavam algumas indicações da prefeitura acerca de seus horários de trabalho, de quais seriam as escolas. No entanto, essas informações acabaram vindo de formas "tortas" (sic), conforme os próprios profissionais. Por fim, tem-se a fala de Helena, que finaliza dizendo:

> *Porque nosso primeiro contato, tipo assim, não foi preparado [...] O Ministério Público obrigou e eles chegaram e jogaram as pessoas lá (se referindo a inserção dos profissionais da psicologia e da assistência social). Eles não sabiam quem daria orientação para esse coletivo de gente. Todo mundo foi marcado às 08:30, mas queriam marcar horário diferentes depois, separados, então tinha um monte de gente, todo mundo junto. Então foi bem conturbado o nosso começo na secretaria e segue sendo assim, porque depois das férias, eu entrei em três novas escolas (HELENA).*

Essas falas lançam luz a questões já elencadas na seção acima, de que para dar conta de um prazo estipulado pelo Ministério Público, a Prefeitura tenha lançado mão de um processo específico para se utilizar de editais já em execução, mas isso parece ter acarretado algumas dificuldades ao processo, como a falta de informações mais claras acerca do início de seus trabalhos.

De todo modo, as profissionais iniciaram suas rotinas de trabalho, e com isso estabeleceu-se os primeiros momentos de troca entre as profissionais da psicologia e da docência.

*“A minha escola tinha já uma mesinha junto da orientação, junto da supervisão, lá dentro de uma sala, uma salinha que já era delas, e socaram mais uma mesa lá né? Então eu não fui apresentada, fui direto nos professores. Aí que teve essa questão das impressões que eles já tinham assim [...]então o trabalho, aí a gente teve essa questão de eu ter que eu já sabia que não era um trabalho clínico. Isso eu já tinha na graduação. Muito claro, né? [...] No caso eu estou lá explicando “Olha, mas eu não atendo clinicamente, não faço terapia, então era diferente [...] Mas surge aquelas brincadeiras de “eu já sou o primeiro da fila” “A que bom que chegou, eu já vou encaminhar o fulano, vamos encaminhar o ciclano, né” [...] Aí eu expliquei lá de novo que meu trabalho não é clínico diferente do filme que você vê, é diferente da série que você assiste.”(MANUELA, 2022)*

*Quando eu cheguei, assim, a diretora tava esperando muito né, acho que como aconteceu com os outros colegas, assim, fui bem recebida né [...] A diretora já havia preparado uma salinha para mim e tudo mais, né? [...] Eu fui muito no sentido de falar com ele que não né, que nem precisava dessa salinha, que não pretendia ficar ali [...] Fui apresentada para toda a equipe, busquei conversar com todos, assim de modo geral fui bem recebida (LAURA, 2022).*

*Foi bem difícil porque eu ainda não tinha na cabeça o que era um psicólogo escolar, sabe? Tipo eu não sabia direito o que ele fazia [...] Como eu não sabia direito o que eu ia fazer lá, eu ficava mais quietinho na minha né? A direção querida, geralmente a direção da escola queria que eu atendesse. E daí eu explicava, tentava explicar do meu jeito assim, meio não sabendo que eu não poderia fazer isso né? (PEDRO, 2022).*

*Aí a gente chegou na escola, os diretores não queriam dizer que não sabiam o que a gente veio fazer. A gente dizia que a gente não sabia exatamente o que deveríamos fazer, porque não tínhamos passado nada a não ser a lei que tinha lá os meus itens, mas não especifica (HELENA, 2022).*

*Então quando eles falaram “nossas os psicólogos chegaram”. É maravilhoso, uma que a gente chega com aquela visão de que a gente vai fazer milagre e milagres não acontecem [...] Ela (a Prefeitura) jogou nós numa situação de se vira aí dentro do seu contexto, dentro da tua faculdade que você aprendeu [...] as escolas onde eu entrei entraram naquela que eu estaria analisando os professores e atendendo os alunos encaminhados por todos (ANA, 2022).*

Em consequência, acabou-se contratando profissionais que não tinham nenhum contato prévio com a educação e nem almejavam ocupar este espaço. A fala de Pedro é significativa para indicar as consequências disso, ao reiterar por diversas vezes que não sabia o que iria fazer, nem seu espaço dentro da escola e da própria equipe escolar, o que representa uma dificuldade completa de inserção nesse novo ambiente.

Com base em Marinho-Araújo et al. (2023), conclui-se que esse processo de questionamentos e insegurança pode ter sido gerado em virtude daquilo que as autoras chamam de intercâmbio de profissionais, que consiste basicamente no ato de contratar ou transferir profissionais de outras áreas da psicologia para um campo diferente daquele a que o profissional está habitualmente acostumado. Destaca-se que o processo de transferência ou mudança de campo de atuação é válido em muitas ocasiões; entretanto, entende-se que isso deva vir como uma vontade e necessidade do próprio profissional, o que não ocorreu nesse contexto, tendo em vista que eles se inscreveram em um edital para a saúde.

Todo esse processo pode gerar insegurança e dificuldades ao próprio profissional. Desse modo, postula-se que a contratação de profissionais que pertenciam anteriormente a outros campos de atuação, e que não foram devidamente avisados sobre as mudanças, pode acarretar uma espécie de amalgamação entre as perspectivas, tendo em vista as especificidades apresentadas por cada campo da Psicologia (JACINTO E DAZZANI, 2023). Atribui-se isso ao fato de que, quando um profissional trabalha em uma área clínica, da saúde, do trabalho, ou qualquer outra, há um investimento pessoal e profissional em formação, leituras, questões técnicas e teóricas específicas, pensadas e organizadas para aquele contexto.

Contudo, no momento em que acontece a transferência para a educação, algumas técnicas ou abordagens podem perder sua relevância, pois é entendido que não é possível transpor conhecimentos ou forçar sua adaptação a um campo diferente. Uma forma de atenuar e combater essa transferência de profissionais é a realização de concursos públicos, conforme defendido pelo CFP (2022). A entidade profissional defende a realização de concursos com questões e provas direcionadas para a educação, para que esses profissionais da Psicologia já tenham um conhecimento e interesse prévio na área em questão. Entende-se que o concurso público, ou ao menos um edital específico, direciona o profissional, informa-o e deixa claro as intenções da contratação.

Algumas informações organizadas por Gonçalves (2020, p. 150) acabam coadunando com aquilo que é dito até aqui.

> [...] Os psicólogos que atuam na rede pública de ensino não possuem orientação específica em relação às diretrizes para a realização de suas atividades, baseando-se, por vezes, na descrição das funções estabelecidas nos editais de concurso público [...] A presença do psicólogo escolar na rede pública precisa ser ampliada por meio de concurso para o fortalecimento da categoria em campo fértil de atuação.

Quer-se acrescentar aos dizeres de Gonçalves (2020), expressos acima, que além de haver um apoio na descrição de seus cargos, entende-se que os profissionais da psicologia escolar participantes da pesquisa também acabaram buscando subsídios naquilo que lembravam de suas formações iniciais, aspecto que, aliás, mostrou-se significativo, e será melhor analisado no próximo capítulo deste trabalho.

Adiante, quer-se recapitular o poema de Paulo Freire (2003, p.169), já utilizado no capítulo 2, porém que aqui se mostra pertinente para exemplificar a importância das relações que podem ser constituídas na e pela escola.

> Não se trata só de prédios, salas, quadros,
> Programas, horários, conceitos...
> Escola é sobretudo, gente
> Gente que trabalha, que estuda
> Que alegra, se conhece, se estima.
> O Diretor é gente,
> O coordenador é gente,
> O professor é gente,
> O aluno é gente,
> Cada funcionário é gente.

“Toda essa gente” que o autor relata compõe a comunidade escolar, formando um grupo que aguarda a presença da profissional da psicologia, com quem esses profissionais recém-inseridos começaram a constituir uma relação de trabalho. A Lei 13.935/2019 (BRASIL, 2019) prevê a atuação em uma equipe multiprofissional e interdisciplinar, configurando-se em um trabalho em colaboração com a comunidade escolar, repleta de indivíduos, como é mencionado pelo poema acima (SOUZA et al., 2021).

Ao retomar as falas expressas no início desta seção, é perceptível que se produziu uma certa expectativa em relação ao trabalho do Psicólogo Escolar, recém-chegado neste contexto. De maneira geral, tem-se a seguinte situação: a vontade e uma certa necessidade dos profissionais docentes em encaminhar estudantes específicos para o atendimento individualizado da psicologia escolar, o que gera uma expectativa diante do que o profissional irá fazer para, de alguma forma, ajudar esse estudante.

O primeiro movimento realizado pelas profissionais diante das expectativas expressadas pelos docentes pode ser considerado uma negativa, pois consiste em explicar que a psicologia escolar não se trata exclusivamente de atendimentos individuais, e que possui outras possibilidades. No entanto, elas acabam expressando que não sabem como contrapor essa expectativa, tendo em vista que ainda tinham muitas dúvidas sobre seu próprio trabalho. Ana é enfática e ilustra essa situação: "Eles não sabiam o que eu ia fazer lá, porém eu também não sabia, como eu ia começar a explicar".

A situação que se desenha perante os profissionais docentes acaba se aglutinando com a falta de experiência e clareza das profissionais, que acabam não conseguindo manejar as demandas, apesar de entenderem que a atuação em Psicologia Escolar tem mais possibilidades para além do atendimento individualizado.

Para constituir a argumentação acerca dessa situação e das fragilidades que a acabam constituindo, e que é compartilhada de certo modo entre todas as profissionais, entende-se a necessidade de discutir alguns aspectos, a fim de potencializar a ação das psicólogas escolares.

Primeiramente, é possível reiterar a importância da constituição da relação entre os profissionais da psicologia e da docência. Para Souza et al. (2021), a consolidação destas relações são fundamentais, afinal, é por meio delas que o profissional da Psicologia pode ir se apropriando do dia a dia escolar, tendo em vista que se trata de profissionais acostumados ao "chão" da escola.

Isso faz recordar dos postulados de Vigotski (1998), que defende a importância das relações como fonte de desenvolvimento, haja vista que é a partir da constituição de relações entre os sujeitos que o ser humano pode entrar em contato com o conhecimento historicamente acumulado, conferindo-lhe assim mudanças qualitativas, e nesse caso em específico, ao seu modo de pensar suas práticas.

Ponderar as relações é pensar que elas são constituídas em um contexto, o qual é

> [...] imprescindível considerar a complexidade e as mediações que envolvem as atividades desses profissionais na atual conjuntura de intensificação da crise econômica [...] como a realidade das escolas e suas múltiplas demandas, é heterogênea, multifacetada, contraditória e dinâmica. Reconhecer as múltiplas determinações sociais, históricas, culturais, ideológicas, políticas, econômicas entre outras, assim como as contradições inerentes (ANTUNES, SANTOS E BARBOSA, 2022, p. 27).

Dito isso, o profissional da Psicologia deve apostar nessa relação e em sua consolidação. Para que isso aconteça, entende-se que as profissionais têm de trabalhar com as expectativas que são endereçadas a elas, tendo em vista que essas foram formadas por um processo histórico que consolida, junto ao imaginário do senso comum, a ideia de que a Psicologia é a ciência e a profissão da regulação, aquela que ajeita, que concede as respostas. Isso se dá em decorrência de uma constituição de profissão ligada a saberes médicos, que conferiram aos saberes psicológicos a outorga para dizer quem é educável e quem não é (PATTO, 2000; ANTUNES, 2008; GUZZO, 2012; GONÇALVES, 2020).

É exatamente nesse processo de naturalização daquilo que se espera da Psicologia em âmbito escolar que acabam formando-se as expectativas expressas pelos profissionais docentes quando as psicólogas começam a adentrar a escola. A pesquisa de Nascimento (2020, p.130) sugere que a principal expectativa dos docentes seria que a psicóloga escolar pudesse intervir junto aos estudantes. Isso remete a uma compreensão de atuação da psicologia escolar voltada "para o estudante no sentido de identificar problemas de aprendizagem, comportamentais ou emocionais atribuídos aos estudantes, encaminhando os mesmos para os profissionais ou até realizar terapia no ambiente"

> *O que eles querem assim, do senso que eles têm da situação, é de concertar os alunos que eles estão apresentando dificuldades ou sintomas, coisas que a escola não consegue lidar, que gera esse mal-estar do tipo "o professor não tá conseguindo", não é o suficiente para poder sanar aquele problema então a gente pensa que a gente seria a pessoa ideal para fazer isso. (MANUELA)*

A questão do encaminhamento da criança e/ou adolescente-problema é observada tanto nesta pesquisa quanto na pesquisa de Nascimento (2020),

configurando-se como uma marca significativa da Psicologia Escolar e Educacional. Machado (2003) aponta que a maioria dos encaminhamentos ocorre em decorrência de questões ligadas a dificuldades na aprendizagem e de comportamento.

Percebe-se que essas expectativas em relação ao encaminhamento foram constituídas historicamente e estão carregadas de pensamentos clínicos e psicométricos, orientados diretamente para os sujeitos. O pensamento psicométrico tem origem em argumentos desenvolvidos no contexto europeu, com o objetivo de identificar diferenças individuais que poderiam justificar cargos em empresas ou ajudar a identificar soldados melhor preparados para a guerra, por exemplo. Segundo Patto (2000), esse pensamento foi impulsionado pelo pensamento liberal e capitalista.

O modelo psicométrico foi providencial para um momento histórico específico, principalmente na primeira metade e início da segunda metade do século XX, em que se afirmava que, se todos os sujeitos estavam em posição de igualdade, era necessário encontrar uma explicação para os estudantes que não conseguiam aprender. Como resultado, a psicologia introduziu instrumentos que possivelmente poderiam explicar essa situação, reforçando ainda mais o pensamento e a lógica do fracasso. A psicologia passou a ser vista como um instrumento para identificar as causas e, quem sabe, "ajeitar" o indivíduo (JACINTO E DAZZANI, 2023).

Por outro lado, o modelo clínico, segundo Lima (2005), é uma perspectiva que se guia pela busca e pela identificação de condições de normalidade ou a falta dela. No contexto escolar, ocupa-se da busca, de caráter individual, de respostas que possam justificar os problemas de ordem escolar. Neste sentido, Jacinto e Dazzani (2023, p.72) explanam que

> O modelo clínico repercutiu na atuação escolar em outras instâncias. A contribuição da psicologia para auxiliar casos de problemas de aprendizagem se pautava basicamente na compreensão do sujeito como indivíduo e a atuação centrava-se nas dificuldades individuais

Em decorrência dessa abordagem centrada exclusivamente no indivíduo, mais precisamente no estudante, a Psicologia Escolar e Educacional desenvolveu-se historicamente no campo da regulação humana, da medição e do controle. Essa prática é caracterizada por seus aspectos individualizantes, que buscam nas características do sujeito as razões para suas dificuldades de aprendizagem, visando

regular os estudantes que se desviam da norma esperada (ANTUNES, 2005, 2008; PATTO, 2022).

Conforme Facci (2012, p. 88), "a intervenção dos profissionais da Psicologia tem, muitas vezes, buscado harmonia social, ajustamento e o enquadramento dos homens às normas sociais estabelecidas". A Psicologia, enquanto profissão e ciência, não permaneceu neutra, utilizando-se dessa necessidade para se consolidar como uma ciência necessária às demandas da sociedade (ANTUNES, 2005).

Ambos os modelos de pensamento, de alguma forma, entrelaçaram-se com a Psicologia, constituindo marcas que se cristalizaram no senso comum. Portanto, as expectativas dos profissionais docentes em relação ao trabalho das psicólogas refletem essa construção histórica.

O processo histórico de constituição da Psicologia, ao aliar-se a uma ótica capitalista, propiciou a criação de uma necessidade mercadológica para seu trabalho. Ao consolidar-se como uma ciência que oferece respostas e instrumentos para explicar as origens dos problemas atribuídos aos sujeitos, é compreensível que os profissionais docentes reconheçam e esperem tais características do trabalho das psicólogas.

Assim sendo, o panorama atual é um produto direto desse extenso processo de desenvolvimento histórico, representando a cristalização no senso comum da psicologia como profissão e ciência. Independentemente do campo de atuação, a abordagem ainda tende a enfocar a mensuração, classificação e medição das habilidades, potencialidades e, principalmente, das dificuldades dos sujeitos (CRUCES, 2003).

É crucial destacar que as expectativas expressas pelos profissionais docentes em relação ao trabalho das psicólogas não são necessidades puramente individuais, mas foram moldadas ao longo da constituição histórica da Psicologia. Essas expectativas cristalizaram-se nas relações subsequentes, naturalizando o que se espera do profissional da psicologia.

Além disso, observa-se uma expectativa de atuação do profissional da psicologia respaldada em um modelo clínico. Isso se reflete nas atitudes da equipe escolar, como a reserva de uma sala específica para Ana e a designação de um caderno de estudantes específico para suas intervenções.

Por fim, percebe-se psicólogas que não se sentem preparadas para o trabalho, inseguras quanto ao seu campo de atuação, suas atribuições e o que realmente fazem em um ambiente escolar. Por outro lado, os profissionais docentes possuem expectativas que não correspondem ao que é defendido como psicologia escolar e educacional atualmente. Essa concepção, no entanto, não encontra respaldo na própria história da Psicologia, e as profissionais psicólogas têm o papel de contradizer esse posicionamento hegemônico com argumentos fundamentados em pesquisas e documentos emitidos pelo CFP.

Conforme Gonçalves (2020), é responsabilidade do profissional que atua nas escolas manter-se em constante formação para estar em contato com estudos mais recentes que defendem uma perspectiva de educação inclusiva e emancipadora. Essa abordagem alinha-se com a ideia de Antunes (2008) de que, para contrapor essas expectativas, o profissional da psicologia escolar deve investir em sua formação, demonstrando com confiança suas atribuições e possibilidades de trabalho.

Esse processo histórico indicado aqui ressalta que ainda persistem fortes vestígios de uma psicologia preocupada em explicar, medir e evidenciar as deficiências dos indivíduos. No entanto, é importante destacar que essa perspectiva na escola pode resultar em um trabalho isolado, onde a psicóloga fica confinada em sua sala, limitando-se a ações superficiais para resolver problemas imediatos, sem a devida integração com estudantes e professores, que é o ideal almejado (GONÇALVES, 2020; JACINTO E DAZZANI, 2023). Portanto, é necessário compreender como o trabalho das psicólogas vem sendo constituído, considerando as expectativas expressas neste contexto.

## 5.3 – *“EU TENTO CONVERSAR COM TODOS ELES, ÀS VEZES NÃO CONSIGO”:* as queixas escolares e a constituição da atuação profissional

O trabalho das psicologias escolares foi tomando forma em meio as expectativas demonstradas pelos docentes, com as inseguranças das próprias psicólogas com o novo campo de trabalho e com mudanças ocasionadas pela Prefeitura. Desta forma, as profissionais veem sua atuação profissional iniciar a se constituir a partir das queixas escolares que começam a chegar a elas. A fala de

Manuela vislumbra tal questão.

> *Eu vim trabalhar em uma semana e na outra eu cheguei eu tinha isso aqui — nesse momento a profissional pega em sua gaveta um caderno de capa florida com etiqueta enorme escrito "encaminhamento para a psicóloga" — neste caderno tem todos os nomes de estudantes, família que a direção quer que eu chame, que eu ouça […] como eu só venho uma vez por semana fica difícil (MANUELA)*

Quando se perguntam as motivações pelas quais estavam encaminhando os estudantes, geralmente elas orbitam em torno de temas relacionados com as violências, diagnósticos, transtornos e questões ligadas ao aprendizado. Esse último diz respeito ao campo da desconfiança, das incertezas em que se teria uma situação em que os professores desconfiam que a criança possa "ter algo que precisa ser descoberto".

Desse modo, as queixas escolares são apresentadas para a profissional com uma abordagem individual, muitas vezes com um comum teor patologizante e culpabilizatório, e se espera que de algum modo a psicóloga consiga descobrir o que o estudante tem. O processo patologizante é complexo e diz respeito a biologização de conflitos que se originam de forma social, isto é, reduzir uma problemática que se constitui na relação entre os sujeitos que formam a sociedade para algo puramente individual, a fim de se naturalizar como doenças, expressões da própria vida humana (GOMES, 2019). "Por essa visão de mundo, as circunstâncias sociais, políticas, econômicas, históricas teriam mínima influência sobre a vida das pessoas" (COLLARES E MOYSES, 1994, p. 26).

O expresso acima pode ser percebido nas queixas direcionadas para Helena, por exemplo:

> *A direção quer que a gente arrume, quer que a gente de conta do que o professor não dá ou não sabe o que fazer.ntão, são diversas demandas: de suicídio, aluno se cortando, com depressão, com TDAH, com autismo, que a escola não sabe o que fazer e esperam que a gente dê uma resposta para isso (HELENA)*

Discursos patológicos na educação não são considerados novidade, muito pelo contrário, fazem parte da história da educação, ora menos, ora mais, mas sempre

presentes. Para Luengo (2010), o que vem acontecendo é uma espécie de interpretação errônea de comportamentos que podem ser considerados comuns para o período de desenvolvimento. Portanto, tais comportamentos vêm sendo interpretados como fora do esperado, com base em um discurso de normalidade.

A partir dos anos 2010, para Souza e Barbosa (2014), há um aumento de perspectivas e explicações biologicistas, que nesse momento assumiram uma nova roupagem e se mostram a partir das ciências biológicas ou das “neuropsicologias”, que procuram identificar no interior do indivíduo as causas dos problemas que se apresentam nos ambientes em que se relaciona. Sendo assim, desenvolve-se uma

> necessidade de padronizar, encontrando dentre os fatores ligados à situação um item que figure como explicação cabal, amortizando todos os outros elementos em questão, nos parece premente. Estabelecida e eleita a categoria, por meio de uma categorização simples, tudo o mais se torna passível de exclusão enquanto forma componente do “problema” e solução possível junto ao mesmo como “fato”. (SCARIN e SOUZA, 2020, p. 3)

Em suma, as queixas escolares levadas às psicólogas têm um teor patologizante e, consequentemente, espera-se que elas, as profissionais, de alguma forma lidem com isso e estabeleçam algum tipo de enfrentamento para esses problemas, que por sua vez, aparecem todos os dias e os professores já não sabe mais o que fazer.

entende-se que as práticas profissionais das psicólogas começam a se constituir pelas queixas escolares de teor patologizante. Deste modo, alguns posicionamentos teóricos frente a estes conceitos são necessários. Como práticas profissionais, entende-se toda a gama de ações que têm sido elaboradas pelas psicólogas junto aos profissionais docentes e demais atores escolares, no enfrentamento e manejo das queixas escolares (ANDRADA et al., 2018, MARINHO-ARAÚJO, 2023; JACINTO e DAZZANI, 2023).

Quanto ao conceito de Queixa Escolar, advém das discussões acerca do papel da Psicologia frente aos fenômenos do fracasso escolar. A Psicologia nem sempre esteve, nem mesmo está alinhada a práticas que vislumbrem a diminuição das desigualdades tão proeminentes do país, muitas vezes assumindo interesses da elite, como se fosse um

> instrumento e efeito das necessidades, geradas nessa sociedade, de selecionar, orientar, adaptar e racionalizar, visando, em última instância, a um aumento da produtividade. Nos primórdios da psicologia científica tal afirmação parece especialmente verdadeira em duas de suas áreas: a psicologia do trabalho e a psicologia escolar. (PATTO, 2022, p. 131)

Observa-se que a Psicologia pode ter sido utilizada como um dos instrumentos para justificar o fracasso escolar, especialmente nas classes populares, sob argumentos como a falta de interesse ou a suposta pobreza cultural dos indivíduos provenientes desses contextos, entre outras justificativas (COLLARES E MOISÉS, 1994). Ao aprofundar essas relações e destacar a participação da Psicologia nesses processos de exclusão, Patto (2000, 2022) oferece uma nova perspectiva para compreender a produção do fracasso escolar.

Dentro desse novo entendimento, surge o conceito de Queixa Escolar, inicialmente utilizado por Marilene Proença em um curso de extensão ministrado em 1991 e, posteriormente, aprofundado em sua tese de doutorado em 1996, conforme destacam Souza e Barbosa (2014).

Segundo Souza (1996), as queixas escolares geralmente são direcionadas a estudantes com histórias de fracasso escolar, sintetizando o processo de escolarização desses alunos. A autora argumenta que essas queixas muitas vezes são discursos originados de profissionais da educação ou saúde que, após terem tido contato prévio com o estudante, identificam um problema e buscam explicar as origens e causas dessas problemáticas.

> Há que se reconhecer que até mesmo comportamentos de crianças em idade escolar que não passam de “meras molecagens” ou de falta de limites, ou informação, etc.., estão sendo incluídos no rol de transtornos ou comportamentos dissonantes, e o mais agravante com prescrição de medicamentos para controlar ou curar tais comportamento considerados inadequados (LEONARDO *et al,* 2020, p. 19)

Em vista do que é postulado pelos autores acima, é possível compreender que aspectos comportamentais e de aprendizagem ainda configuram as principais motivações para os encaminhamentos para as profissionais da psicologia. No caso de Manuela, por exemplo, toda semana havia à sua espera um caderno contendo o nome dos estudantes, que porventura estivessem com alguma dificuldade ou apresentassem comportamentos considerados inadequados, e para os quais necessitara-se algum tipo de atendimento. Tem-se como exemplo também Ana, que

quando chegava

> *na escola, uma vez por semana, no dia da escola, chegava já tinha uma lista de coisa para fazer. Na verdade uma lista de estudantes que eu precisava ouvir, que expressaram alguma coisa durante a semana que estive fora, e a diretora acha que eu deveria atender eles , para tentar resolver alguma coisa (ANA, 2022).*

A fala de Ana e a situação que acontece com Manuela vão ao encontro com aquilo que é postulado por Souza (1996) que atribuiu a um longo processo de práticas individualizantes, nas quais acostumou-se a uma psicologia que resolveria, em uma prática individual, problemas constituídos de maneira social. Acostumou-se com uma padronização do sujeito, para que esse se encaixasse em posições que não eram suas, mas eram o que esperava dele.

Deste modo,

> [...] o olhar de toda a comunidade se volta para esse quadro caótico, como se não houvesse saída para o mesmo, e busca achar culpados entre os alunos que se tornaram indisciplinados e violentos, entre as famílias desorganizadas e desestruturadas ou entre os professores mal formados, com a disseminação de uma queixa generalizada que, no entanto, não conduz a lugar algum, pois não se analisam os reais determinantes da situação (LEAL e SOUZA, 2014, p. 23)

Essa vertente da Psicologia que busca explicar de maneira individual ou individualizante corresponde ao modelo clínico de atuação, previamente abordado, e em certos relatos das profissionais, ainda é possível observar uma inclinação para esse tipo de abordagem.

Um exemplo dessa tendência é evidenciado na situação narrada por Ana, onde, ao realizar uma intervenção com estudantes, acabou retirando da sala apenas as alunas indicadas pela coordenação como aquelas que estariam enfrentando problemas de autolesão. Sua intervenção específica, descrita por ela como uma "espécie de terapia de grupo, com meditação e uma conversa", aponta para uma abordagem individualizada da questão.

Além disso, notou-se o uso de práticas que não são inerentes à Psicologia Escolar e Educacional, como a referida "terapia", que pode ser interpretada como uma forma de adotar perspectivas clínicas. Outro aspecto é a seleção apenas das meninas

que já manifestaram a referida questão, o que implica em um envolvimento não coletivo. Em vez de abordar a temática de forma preventiva, envolvendo todos os estudantes e professores, a situação se caracterizou pela segregação daquelas que enfrentam o problema, reforçando a individualização do mesmo (MARINHO-ARAÚJO, 2006; ANDRADA et al., 2018; GONÇALVES, 2020).

Helena também trouxe uma situação que evidenciou a tendência individualizante nas atuações: a forma como lidou com uma situação que denominou como "uma sexualização aflorada por parte das meninas do 7B". Nesse caso, as meninas foram divididas em grupos e submetidas a palestras sobre os perigos da sexualização.

Para Ribeiro, Alexandrismo e Urt (2023), questões relacionadas às discussões de gênero e sexualidade são partes intrínsecas do ambiente escolar e fundamentais para entender o desenvolvimento humano. Diante disso, defende-se uma abordagem que promova a construção de uma cultura democrática, com foco em estudos de desenvolvimento humano e formação pessoal visando à emancipação.

Entende-se que demandas como a apresentada por Helena, que refletem situações cotidianas enfrentadas por outros profissionais da psicologia em suas práticas, estão profundamente vinculadas às discussões de gênero, influenciadas por direcionamentos políticos e opiniões pessoais, como apontado pela pesquisa de Silva e Bahia (2013). Dentro da Psicologia Escolar e Educacional, algumas abordagens que patologizam e individualizam as identidades de gênero e sexualidade, fundamentadas em discursos preconceituosos e machistas, acabam por esvaziar essas discussões no espaço escolar (RIBEIRO, ALEXANDRISMO E URT, 2023).

Nessa situação específica, é possível perceber uma orientação da intervenção para o ajustamento das meninas, o que, segundo Tuleski (2012, p. 117), faz com que a Psicologia assuma uma posição de manutenção de uma sociedade desigual, na qual se tenta

> justificar e explicar os traços de uma natureza humana universal que corresponderia, no plano da sociedade, ao caráter natural da sociedade produtora de mercadorias, o capitalismo; por outro lado, analisar, descrever e medir os traços específicos a cada indivíduo, tanto os traços que resultam em um bom ajustamento à sociedade burguesa, quanto aqueles que originam o desajustamento, sua inaptidão.

Dessa maneira, adotando uma postura crítica em relação à Psicologia Escolar e Educacional, compreende-se que as questões ligadas ao gênero e à sexualidade são fundamentais para o desenvolvimento humano e integram os ambientes educativos, como a escola. Portanto, quando uma queixa é apresentada e tem como foco principal o gênero, ela deve ser abordada de maneira coletiva, por meio de ações que envolvam todos os sujeitos da escola, sem distinção. Essas ações devem visar a superação da culpabilização de algum grupo específico e das desigualdades de gênero reproduzidas nas escolas.

Nesse contexto, é imperativo considerar a Queixa Escolar como um fenômeno multifacetado, formado pelas relações que se estabelecem dentro e fora do ambiente escolar. Desse modo, não há necessariamente um culpado pelo surgimento da queixa, pois ela é resultado de circunstâncias que provocam dificuldades ao longo do processo de escolarização do educando (SOUZA, 1996, 2000; CORRÊA, 2021; FACCI et al., 2021).

Conceber a queixa escolar de forma abrangente significa ir além do que está aparente, do que é expresso superficialmente. Ao entender o processo de desenvolvimento humano como dinâmico, dependente das relações e dos significados construídos entre os sujeitos e o ambiente, é crucial explorar as questões sociais que impactam a consolidação do processo de escolarização dos estudantes. Dessa forma, aspectos como classe social, gênero, etnia, alimentação diária e acesso à saúde devem ser considerados, pois carregam suas próprias influências e posições na sociedade, afetando de diversas formas o processo de apropriação escolar (FACCI et al., 2021).

Destaca-se que as queixas escolares não precisam necessariamente chegar ao profissional da psicologia por meio de outros profissionais. Pelo contrário, é fundamental que o profissional aprenda a perceber e a orientar-se diante do que é observado e percebido.

O movimento de compreender a produção das Queixas Escolares é observado nas abordagens de Pedro e Laura, por exemplo. Pedro utiliza observações em sala de aula e diálogos com os estudantes para conhecê-los, além de interagir com os profissionais docentes nos corredores entre as aulas, coordenação e direção para entender as demandas e pensar em possíveis ações. Laura segue uma abordagem semelhante, dialogando inicialmente com a direção para compreender as demandas, conversando com os professores para entender como seu trabalho está sendo

conduzido e, por fim, interagindo com os estudantes para se apresentar e se integrar à rotina deles.

Esses exemplos contrastam com outras abordagens apresentadas anteriormente, onde as profissionais guiaram-se pela queixa em sua superficialidade, sem um aprofundamento. No caso de Pedro e Laura, a Queixa Escolar se constitui como uma orientação integrada a um contexto escolar amplo, envolvendo todos os atores que fazem parte dele.

Assim, concorda-se com a posição de Leal e Souza (2014, p. 25), que argumentam ser necessário para a Psicologia Escolar

> […] questionar a produção da queixa escolar, a complexibilidade que a envolve, as concepções presentes no ambiente escolar, o cotidiano escolar, as práticas instituídas, bem como a metodologia e os procedimentos didáticos utilizados. É importante deslocar o olhar da criança para o contexto a sua volta para as relações estabelecidas no ambiente escolar.

Dessa forma, é possível inferir que os saberes da psicologia não serão utilizados para corroborar com entendimentos que resultem na exclusão de sujeitos dos processos educacionais. Portanto, a Queixa Escolar pode ser observada no cotidiano, nos momentos de interação, como nas salas de aula, nos intervalos, durante a recreação, em conversas com os alunos, professores, diretores e todos aqueles que fazem parte do ambiente escolar.

Por fim, compreende-se que trabalhar com a Queixa é considerá-la como um fenômeno produzido pelas relações construídas na escola. Além disso, reconhece-se que o trabalho da profissional da psicologia deve ser realizado em conjunto com os outros profissionais de maneira consciente, a fim de compreender os intricados aspectos que geram essas queixas. (TAMANACHI E MEIRA, 2003).

> Escola, professores, pais, amigos, a criança e o próprio psicólogo precisam compreender que a queixa, é apenas a aparência, o nível imediato, que se caracteriza-lo uma representação isenta de análise, cabendo ao psicólogo mediar a compreensão da essência do que foi apresentado como queixa, por meio da investigação/explicação/ ação conjunta. (TAMANACHI e MEIRA, 2003, p. 29)

As entrevistas reiteraram que as queixas escolares chegaram até as psicólogas por meio do encaminhamento das profissionais docentes, configurando-se como um aspecto que media a relação entre as docentes e as psicólogas (SFORNI, 2008). Com base em Coutinho, Oliveira e Barreto (2015), percebe-se a importância de reconhecer os atores envolvidos na constituição da Queixa Escolar e no processo de enfrentamento, fundamentais para o desenvolvimento de práticas críticas e colaborativas.

Nesse sentido, Ana (2022) expressa: "Geralmente eu converso muito com a orientação; são elas que me passam com quem conversar e o que aconteceu durante a semana que estive fora." Uma condição semelhante é relatada por Manuela e Helena, que destacam que as profissionais da direção, coordenação e orientação são responsáveis por repassar as queixas referentes ao que será abordado em suas intervenções.

Diante do exposto pelas profissionais, reforça-se, com base na pesquisa de Corrêa (2018), a importância de os profissionais da psicologia compreenderem o entendimento dos gestores sobre as Queixas Escolares. Esses gestores ocupam uma posição de destaque no cotidiano escolar, sendo atores importantes para as ações das psicólogas escolares.

Assim, os docentes, independentemente do cargo que ocupam na escola, se configuram como profissionais relevantes para a elaboração de práticas colaborativas. As falas de Pedro e Laura evidenciam essa perspectiva.:

> *“Eu gosto sempre de conversar com a diretora antes, de saber a opinião dela, ver o que ela acha, depois eu vejo os estudantes e os professores de sala para entender o que eles querem, para aí pensar no que fazer” (LAURA, 2022)*

> *“[...] Eu sempre passo pela direção, converso com eles, o que eles acharam, se dá pra incluir alguma coisa ou retirar alguma coisa. Depois eu imprimo o projeto e entrego para os professores de cada turno que eu vou atuar. E daí eu peço para eles lerem. E se eles querem que eu acrescente alguma coisa, se eles não concordam com alguma coisa, eu vou modificando de acordo com o que eles pensam também [...]” (PEDRO, 2022)*

A partir de Bertasso e Anjos (2022), compreende-se que, para construir uma colaboração efetiva entre profissionais da psicologia e docentes, é crucial levar em consideração os limites e objetivos de suas respectivas áreas de atuação. Dessa

forma, no momento da construção do diálogo, cada parte pode contribuir com suas possibilidades e ideias, que podem ser transformadas em ações conjuntas e intencionadas. Nesse contexto, torna-se indispensável para a profissional da psicologia escolar conhecer o profissional docente e suas práticas. Defende-se que a aproximação e o estabelecimento de vínculos também devem partir da psicóloga escolar, que não deve apenas esperar que os outros profissionais venham até ela.

De acordo com Nascimento e Aquino (2023), para efetivar um trabalho colaborativo, são necessárias condições de trabalho, como espaços físicos e temporais para conversas, além da integração da profissional da psicologia nas ações pedagógicas visando o fortalecimento das potencialidades do processo de ensino e aprendizagem. Contudo, as dificuldades mais evidentes estão exatamente nessas áreas. Manuela menciona que os encontros com os professores, diretores e orientadores ficam restritos aos corredores e a reuniões breves. Ana e Helena observam a falta de oportunidades e tempo para conversar, e quando isso ocorre, muitas vezes é usado apenas para relatar queixas percebidas na escola.

Ao analisar essas falas, é fundamental ir além da aparência, não considerando a falta de tempo como uma escolha dos profissionais docentes. A estrutura, organização e rotina escolar não dependem apenas dos profissionais, mas são influenciadas por aspectos econômicos, sociais e políticos. Portanto, é necessário que o profissional da psicologia compreenda que o docente é um trabalhador inserido em um sistema que limita seu trabalho, avalia, pune, expõe a múltiplas funções fragmentadas e cria um contexto de competitividade extrema. Essas questões podem ser percebidas na fala de Pedro.

> *Eu os vejo – os professores – tão estressados, tão estressados e lá eles falam a mesma coisa, quase a mesma coisa em cada turma. Eles têm várias turmas ali, eles acabam não criando vínculo. Eu vejo um cansaço dos professores assim extremo. (PEDRO)*

Dessa forma, a profissional da psicologia precisa não apenas conhecer os docentes, mas também estar atenta aos diversos fatores que influenciam o trabalho docente, e que podem impactar diretamente o estabelecimento de suas relações com eles. Antunes, Souza e Barbosa (2021) destacam esses fatores ao explicar que o trabalho dos professores, assim como de quem trabalha nas escolas atualmente, está constantemente sob a ameaça do desemprego, sujeito a mecanismos de controle que

podem ser morais, verbais e, em algumas ocasiões, até mesmo físicos. Os salários frequentemente são baixos, e as condições de trabalho colocam os professores em uma posição de opressão e exploração.

Esse contexto tem um impacto direto no trabalho docente. Os professores, ao perceberem que sua prática profissional está sendo sobrecarregada com novas exigências, veem-se diante de uma realidade que os obriga a adotar diversas estratégias para atender às demandas, como se estivessem perseguindo uma meta. Isso resulta em relatos, como o expressado por Pedro, de docentes que enfatizam as lacunas em seu trabalho, sejam elas relacionadas à falta de tempo, formação insuficiente ou a expressão de inseguranças em relação ao processo de ensino-aprendizagem (MARINHO-ARAÚJO e ALMEIDA, 2021).

Bertasso e Anjos (2022) argumentam que, para compreender a Queixa Escolar em sua totalidade e dinâmica, o psicólogo escolar deve se aproximar dos docentes e conhecer seu trabalho. Isso está em consonância com a perspectiva de Cordeiro *et al.* (2022), que destacam a importância de ouvir os professores para compreender as condições de trabalho necessárias para a consolidação de sua prática.

Nesse momento, os professores não necessitam de outro profissional que lhes diga o que fazer ou aponte suas fraquezas, ou o que deixam de fazer. Pelo contrário, é necessário que os profissionais da psicologia compreendam esse contexto e trabalhem para fortalecer a ação dos docentes.

Finalmente, entende-se que não se deve esperar que outros profissionais saibam o que a Psicologia Escolar faz ou deixa de fazer. É essencial que o próprio profissional da psicologia tenha clareza sobre isso, a fim de orientar sua prática com base nesses princípios. Dessa forma, poderá lidar com as Queixas Escolares de maneira a evitar que sua atuação se torne clínica e individualizante, o que levaria à segregação e à culpabilização dos estudantes.

Quanto às práticas colaborativas para o enfrentamento das queixas escolares, torna-se fundamental que as psicólogas que atuam no ambiente escolar compreendam os diversos fatores que influenciam e organizam o trabalho docente, desde aspectos técnicos, teóricos e legais até questões relacionadas à dinâmica de produção, que permeiam o ambiente escolar. Isso deve ser feito de forma a evitar uma nova forma de culpabilização, desta vez em relação aos docentes. Portanto, a psicóloga que ingressa no ambiente escolar deve adotar uma postura de escuta e diálogo, a fim de compreender as possibilidades e limitações do trabalho docente.

Somente assim poderá transformar a psicologia em uma aliada ao trabalho exercido pelo professor, e um agente potencializador do processo de ensino aprendizagem.

## CAPÍTULO 6: ENTRE UM SINAL E OUTRO: a importância da formação inicial e continuada para atuação profissional

*Nada do que foi será*
*De novo do jeito que já foi um dia*
*Tudo passa, tudo sempre passará*
*A vida vem em ondas, como um mar*
*Num indo e vindo infinito*
*Tudo o que se vê não é*
*Igual ao que a gente viu há um segundo*
*Tudo muda o tempo todo no mundo*

*(LULU SANTOS, COMO UMA ONDA, 1983)*

Escolhe-se começar esse capítulo com um trecho da canção “Como uma Onda” do cantor Lulu Santos (1983), a fim de pensar a escola e a formação constante, são como a própria onda, aquela passível de causar mudanças, propiciar novos desenvolvimentos. Consequentemente, neste capítulo, discute-se, primeiramente, a formação inicial como fundamental para um preparo profissional em que haja compromisso social com a emancipação e a dignidade de todas as pessoas. Um segundo enfoque é a ausência de uma formação continuada que permita reflexões sobre as dimensões pessoais, coletivas e estruturais dos fenômenos-foco do trabalho do psicólogo, podendo contribuir para ações que levem a uma acomodação ao status quo ou, ao compreender a sociedade desigual e injusta em que vivemos, buscar sustentação teórica que permita perceber as contradições sociais que geram alienação, mas também tem possibilidades transformativas para serem gestadas.

## 6.1 – *“DAÍ EU LEMBREI DO ESTÁGIO DE PSICOLOGIA EDUCACIONAL”*: uma discussão acerca da formação inicial

Durante o quinto capítulo desta pesquisa, com base em Antunes (2008), ficou claro que, para otimizar a atuação e as práticas profissionais das psicólogas, é fundamental enfocar a formação inicial e continuada. Considerando a forma como a Lei nº 13.935/2019 tem se destacado como uma ferramenta que facilita a inclusão de profissionais da psicologia em ambientes escolares, torna-se evidente que a discussão sobre a formação se torna ainda mais essencial.

Desse modo, resgata-se que a formação inicial do psicólogo deve dar conta de propiciar ao futuro profissional o conhecimento "psicológico e a capacidade de utilizá-los em diferentes contextos que demandam a análise, avaliação, prevenção e intervenção em processos psicológicos e psicossociais, e na promoção da qualidade de vida" (BRASIL, 2023). Destaca-se a importância de uma formação generalista, que propicie ao estudante contato com os mais diversos campos de atuação em psicologia. É destacada no Artigo 5º das Diretrizes para o Ensino de Psicologia no Brasil (CFP e ABEP, 2018, p. 115) que

> A formação em Psicologia deve ser presencial, generalista, multi e interdisciplinar, baseada na diversidade teórico- metodológica e na pluralidade dos seus campos de atuação, reconhecendo a identidade nacional, respeitando os contextos regionais e atendendo às diferentes necessidades dos indivíduos e populações, de forma inclusiva

A pesquisa de Gonçalves (2018) demonstra que a organização dos currículos de formação inicial, as matrizes, são de suma importância para a construção do perfil de egresso que se almeja. Desse modo, entende-se que a distribuição das disciplinas precisa ter certa organicidade, ou seja:

> [...] uma organização curricular que permitisse uma formação sólida e diversificada, proporcionada por uma estrutura básica, o núcleo comum, organizada em torno de eixos estruturantes, que se constituem em oportunidades de articulação entre as diferentes áreas do conhecimento e a atuação profissional em Psicologia, favorecendo um trabalho coletivo e o atendimento de demandas sociais significativas (MARINHO-ARAÚJO e ALMEIDA, 2014, p. 75)

Pensando nisso, durante a entrevista, foram questionadas às profissionais sobre as disciplinas e experiências realizadas durante a graduação que as auxiliam atualmente em sua prática profissional. Todas as profissionais citaram a importância dos campos de estágio em Psicologia Escolar e Educacional, destacando-os como marcantes em seu processo formativo.

No que se refere às disciplinas apresentadas durante o curso, as respostas de Pedro, Manuela e Laura acabam convergindo ao apontar as mesmas três matérias: Desenvolvimento Humano I e II, Teorias da Aprendizagem e Psicologia Escolar e Educacional.

Dito isso, defende-se a ideia de que o estágio curricular básico ou específico em Psicologia Escolar e Educacional e as disciplinas teóricas que discutem e aprofundam questões ligadas à Educação precisam dialogar entre si. Para isso, ponderam-se alguns pontos. O primeiro busca demarcar a importância do percurso formativo inicial de pelo menos 5 anos, o qual deve equilibrar disciplinas teóricas e práticas curriculares, integrando-as de maneira que os estudantes possam perceber que a teoria e a prática são intimamente convergentes entre si (GONÇALVES, 2018; LIMA, 2018).

Por conta disso concorda-se com aquilo que é defendido por Lima (2018, p. 61), quando a autora postula que:

> Entendemos a relação entre teoria e prática de forma dialética, ou seja, compreendemos teoria e prática são elementos indissociáveis em um mesmo processo formativo, isso quer dizer que ocupamos de um posicionamento contrário a currículos de ensino superior, que ao reproduzirem o paradigma positivista, evidenciam que a teoria pode se encaixar na prática. Empreendemos uma luta contra essa concepção, pois entendemos que com isso as / os estudantes de Psicologia criam uma falsa expectativa de procurar soluções prontas quando estão vivenciando a prática profissional.

E a partir de Asbahr (2014), compreende-se também que a formação precisa interagir com projetos de extensão e pesquisa oferecidos pelas Universidades e Faculdades, tendo em vista a significância desses para a inserção dos estudantes nas comunidades, bem como a possibilidade de pensar a unidade entre a teoria e a prática. Ao analisar o dito pelos/as profissionais, entende-se que as discussões conduzidas pelas disciplinas em sala de aula precisam fornecer aos estudantes conhecimento teórico para compreender a realidade escolar. Segundo Asbahr (2014), espera-se que os estudantes percebam de maneira crítica as possibilidades de atuação neste campo, adquirindo instrumentos e técnicas da Psicologia Escolar e Educacional.

Isso pode ser alcançado por meio de disciplinas e ementas cuidadosamente planejadas para desenvolver o pensamento crítico dos estudantes e integrá-los à comunidade escolar. Defende-se a ideia de que essas disciplinas também devem abordar o compromisso social proposto por Martinez (2003), destacando que o profissional da Psicologia, ao entrar na escola, torna-se mais um profissional da educação. Ele deve, de alguma forma, defender a dignidade humana e o acesso de toda a população a uma educação de qualidade.

Para isso, sustenta-se a concepção de que as discussões em educação precisam ocorrer ao longo da graduação, não apenas no final do curso. Isso permite que os estudantes entrem em contato com as políticas públicas de educação, que regulam currículos, estruturas, financiamentos e até mesmo as avaliações das instituições escolares. É essencial que as discussões em desenvolvimento humano e aprendizagem sejam poderosas, proporcionando ao estudante a compreensão de que é necessário questionar o que está naturalizado e cristalizado nas relações estabelecidas nas escolas (ASBAHR, 2014; LIMA, 2018; ANDRADA et al., 2018).

Caminhando com a discussão, tem-se a demarcação da importância dos estágios básicos e específicos supervisionados para a formação da futura profissional da Psicologia. Para Lima (2018), o estágio significa em si a possibilidade do encontro da teoria e prática, convidando o futuro profissional a assumir uma postura mais ativa em sua formação e nas possibilidades de transformação do campo.

Destaca-se, ainda, que o estágio obrigatório é um importante instrumento para o início da caminhada profissional e das possibilidades de entender os enlaces da teoria e da prática. O estágio proporciona 'um eixo muito importante na formação do profissional dos (as) psicólogos (as), pois possibilita a experiência concreta no exercício da profissão, apoiada e sustentada por profissional experiente como orientador (a)' (CALDAS, SILVA e SOUZA, 2019, p.130).

O CFP (2013) postula que todo estágio curricular obrigatório deve respeitar as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino de Psicologia (2018) que, por sua vez, separa os estágios em dois níveis: os de núcleo comum e os específicos. Esses estágios devem ser distribuídos progressivamente da baixa para a alta complexidade ao longo dos anos de formação.

Dito isso, o estágio deve ir além de um componente da matriz educacional e pode vir a se transformar em vários encontros e enlaces. A integração da teoria com a prática e a interação entre o estudante e o supervisor de estágio são considerados elementos fundamentais para o progresso e a assimilação do conhecimento (GONÇALVES, 2018). No campo legal, é postulado que os estágios devem ser obrigatoriamente supervisionados por um professor com titulação de psicólogo, que tenha experiência na área que supervisionam.

Além disso, os campos devem ser diversos, garantindo um fortalecimento das discussões teórico-práticas dos estudantes, com a visão de participação ativa dos estudantes no campo do trabalho, agindo diretamente com as situações que são características dos locais onde estão inseridos (CRP, ABEP e FENAPSI, 2018).

Para além do campo legal, Gonçalves (2018) defende a perspectiva de que o professor orientador de estágio seja tanto o aspecto positivo de entender quando os estudantes precisam de auxílio, quanto de ser a figura que instiga, que faz pensar e que possibilita aos futuros profissionais a análise dos fenômenos educacionais e as possibilidades de atuação a partir disso.

Com isso, defende-se que esse professor tenha consigo um arcabouço teórico que sustente as práticas críticas, e que isso possa ser apropriado pelos estudantes.

As falas de Pedro e Manuela destacam a importância da figura do professor orientador de estágio ao demonstrarem técnicas e formas de compreensão sobre a Psicologia escolar e educacional que foram aprendidas durante o estágio obrigatório. Esses ensinamentos auxiliaram na reflexão sobre o lugar e o trabalho deles na escola.

> *Lembrei do estágio em psicologia educacional, que a gente fazia no último ano, a professora falava para a gente circular, para gente conhecer as salas, para gente se enturmar, para a gente conhecer o bairro, conhecer o bairro onde a escola estava inserida. Então eu comecei a fazer isso (PEDRO)*

> *A professora pegava bastante no nosso pé, de pensar como um psicólogo escolar, porque às vezes a gente ia para outros caminhos (MANUELA)*

A partir disso, defende-se que o estágio é um processo educativo e não somente uma possibilidade de inserção. Portanto, é de suma importância que o supervisor esteja em consonância com o seu campo escolar, pois dessa maneira pode-se proporcionar ao estudante um contato com conhecimentos historicamente acumulados e produzidos por profissionais da área, relacionados a esse tipo específico de atuação. Isso possibilita uma 'qualificação' nos processos de aprendizagem e desenvolvimento do estudante (VIGOTSKI, 1998).

Assim, o estágio pode ser um instrumento de apropriação do conhecimento teórico para que o estudante possa perceber e interpretar os fenômenos escolares. Segundo Saviani (2011), percebe-se a necessidade de incentivar nos estudantes a vontade e a necessidade de se apropriar desse conhecimento, o que ocorre por meio das disciplinas que compõem os anos teóricos da graduação e que possibilitam um melhor aproveitamento e aprofundamento nos estágios subsequentes.

Por fim, demarca-se a perspectiva defendida por esta pesquisa de que a formação inicial para atuação em campos escolares e educacionais deve propiciar ao estudante de psicologia possibilidades para uma apropriação crítica dos processos escolares e educacionais, para que ele seja capaz de perceber os fenômenos que lá acontecem como produtos da historicidade. Entende-se que todas as pessoas que acessam a escola constituem o processo educativo e são coprodutoras de seu trabalho. Assim, a formação nesse estágio deve dar condições para que o futuro profissional possa trabalhar em prol de um desenvolvimento potente de todos os

sujeitos, compreendendo as especificidades do campo da psicologia escolar e educacional.

## 6.2 – “ÀS VEZES FALTA TEMPO”: a importância da formação continuada para atuação em Psicologia Escolar e Educacional

.

Ao longo desta pesquisa, emergiram diversas dificuldades enfrentadas por profissionais ao se integrarem nas instituições escolares. Esses desafios abrangem desde a insegurança diante de suas atribuições até a habilidade de lidar com as Queixas Escolares apresentadas pelos docentes. Além disso, destaca-se a complexidade em identificar e compreender seus espaços dentro das equipes escolares. Portanto, reforça-se a proposta discutida na seção anterior, que sugere uma formação inicial capaz de fornecer aos estudantes compreensões profundas sobre os fenômenos escolares situados historicamente.

Entretanto, conforme apontado por Marinho-Araújo et al. (2023), reconhece-se que a formação inicial não abrange todos os aspectos necessários, nem é esse o seu propósito. Assim, discute-se que aspectos mais específicos dos campos de atuação devem ser abordados e aprofundados por meio da formação continuada. Seguindo a definição de Gatti (2003), a formação continuada engloba a participação em cursos ou programas de extensão, envolvimento em pesquisas, frequentação de cursos breves ou longos de pós-graduação (lato ou stricto sensu), e, no caso específico da Psicologia, a supervisão com profissionais mais experientes no campo.

A formação continuada, portanto, se configura como um instrumento poderoso para a construção de práticas que fortaleçam as habilidades profissionais, permitindo aos profissionais enfrentar as dificuldades que têm se apresentado.

> A formação continuada em Psicologia Escolar e Educacional, tem um cenário oportuno para promoção de processos de conscientização por se estabelecer aproximações a uma das principais vias de desenvolvimento humano, o trabalho. Entende-se que por meio do aprimoramento contínuo, norteado por articulações teórico-práticas e procedimentos crítico-reflexivos, é possível modificar as relações dos psicólogos escolares com seus contextos de atuação (MARINHO-ÁRAUJO et al., 2023, p. 18)

Diante disso, questionou-se às psicólogas se já haviam feito ou estavam realizando alguma formação continuada na área da Psicologia Escolar. As respostas variaram. Inicialmente, Ana e Helena afirmaram que não, devido à elevada demanda de trabalho, acabam por ficar sem tempo para investir em uma formação continuada. Aqui, observa-se que a questão da falta de tempo, que dificulta o acesso às formações continuadas, é um fator semelhante ao enfrentado pelos docentes.

Conforme indicado por Gatti (2003), essa falta de tempo pode ser atribuída ao excesso de trabalho, frequentemente realizado de maneira solitária. Outro fator que pode contribuir para a construção desse discurso da falta de tempo é o número excessivo de escolas em que as profissionais atuam. Com exceção de Laura, todas as outras são responsáveis por 5 instituições, o que, por si só, representa contextos diferentes, demandas diferentes e equipes diferentes, aumentando assim a carga de trabalho.

O caso de Laura é mais específico. Quando ela entrou na escola, descobriu sua primeira gravidez e, ao final do ano em que retornou ao trabalho, descobriu estar grávida novamente. Para ela, isso fez com que "eu entrasse no papel de mãe; muitas vezes, com os filhos pequenos, acabei não conseguindo participar de nenhum curso de formação, apesar da vontade. No entanto, não parei de ler e de procurar outros profissionais".

Pedro e Helena também expressam a falta de tempo, que vai ao encontro do que foi mencionado anteriormente. Contudo, para ambos, isso dificultou mais a busca por um curso "formalizado e longo", conforme Pedro coloca, mas ainda assim ele consegue realizar alguns cursos online esporádicos. Para Helena, além disso, a escassez de cursos presenciais na cidade contribui para a situação, pois, "eu não me adapto ao ensino a distância, não consigo estudar, não consigo acompanhar. Preciso que seja presencial, e no momento, trabalhando 8 horas diárias, sem poder se afastar, eu não consigo pensar em um mestrado, por exemplo".

Lima (2011) argumenta de maneira crítica sobre a participação de profissionais da Psicologia Escolar em programas de pós-graduação em educação. Ela destaca que a realização de pesquisas nesse contexto permite um adensamento teórico, possibilitando a continuidade e manutenção de uma perspectiva crítica. Lima enfatiza que o envolvimento em cursos de longa duração pode aprofundar as discussões e práticas desses profissionais, promovendo uma visão crítica e emancipadora em relação aos seus campos de atuação.

Marinho-Araújo et al. (2023) expandem essa ideia, sugerindo que a formação continuada pode impulsionar o avanço nas discussões e enfrentamento de temáticas associadas às queixas escolares, como violência, inclusão, educação especial, preceitos de gênero, sexualidade e racial. Eles defendem que essa formação deve ser construída com uma base epistemológica que permita uma abordagem decolonial, questionando as perspectivas predominantemente ocidentais e branco-europeias.

Diante da falta de cursos presenciais e da escassez de tempo, a supervisão emerge como uma solução. Essa prática envolve a troca com um profissional mais experiente na psicologia escolar e é considerada uma ferramenta eficaz de formação continuada (DIEHL, MARASCHIN E TITTONI, 2006). Lima (2011) propõe uma supervisão horizontalizada, onde o supervisor está presente para discutir e qualificar os entendimentos sobre a Psicologia Escolar e Educacional, fomentando vínculos entre profissionais e promovendo transformações nas ações desenvolvidas nas escolas.

A participação em uma formação continuada pensada de maneira crítica, conforme organizada por profissionais mais experientes, possibilita aos psicólogos escolares ir além das contingências materiais impostas. Essa abordagem cria condições de aprendizagem e trabalho, compartilhadas entre os membros da comunidade escolar (MARINHO-ARAÚJO et al., 2023).

Assim, o fortalecimento da formação continuada crítica emerge como um caminho para combater perspectivas biologizantes, estigmatizantes e individualizantes. Essa formação torna-se um instrumento significativo no desenvolvimento e fortalecimento da teoria e prática profissional dos psicólogos escolares. Ela proporciona um espaço para enfrentar as problemáticas sociais que influenciam o processo escolar dos sujeitos, capacitando o profissional a lidar com as Queixas Escolares que surgem em sua prática diária.

## CAPÍTULO 7: O FIM SE TORNA UM COMEÇO: considerações da pesquisa

*FIM*

*Será que cheguei ao fim de todos os caminhos*
*E só resta a possibilidade de permanecer?*
*Será a Verdade apenas um incentivo à caminhada*
*Ou será ela a própria caminhada?*
*Terão mentido os que surgiram da treva e gritaram — Espírito!*
*E gritaram — Coragem!*
*Rasgarei as mãos nas pedras da enorme muralha*
*Que fecha tudo à libertação?*
*Lançarei meu corpo à vala comum dos falidos*
*Ou cairei lutando contra o impossível que antolha-me os passos*
*Apenas pela glória de tombar lutando?*
*Será que eu cheguei ao fim de todos os caminhos...*
*Ao fim de todos os caminhos?*

*(VINICIUS DE MORAES, 1993)*

A pesquisa tinha como objetivo analisar a inserção de psicólogas escolares na rede pública municipal de ensino em Joinville, considerando a implementação da Lei nº 13.935/2019, que possibilitou a presença desses profissionais nas escolas municipais. Anteriormente, a cidade não contava com psicólogos nas equipes escolares.

A pesquisa destacou três aspectos que merecem ênfase. O primeiro refere-se à contratação de profissionais e seus desdobramentos, identificando que, na cidade em estudo, foram utilizados editais não específicos para a área da educação. Esses editais eram originários e orientados para atuação na área da saúde. A partir dessa constatação, torna-se evidente a importância do acompanhamento das contratações de psicólogos escolares, visando garantir que as particularidades desse campo de atuação sejam consideradas na elaboração de editais ou concursos públicos. Isso assegura que o perfil desejado e as atribuições específicas estejam claramente definidos, promovendo a contratação de profissionais comprometidos e interessados em atuar no contexto educacional.

Além disso, é crucial que as Secretarias de Educação (SEDs) que buscam implementar a Lei nº 13.935/2019 estreitem os laços de comunicação com as entidades profissionais e acadêmicas. Isso permitirá a utilização dos conhecimentos historicamente acumulados para estabelecer um processo participativo e transparente. Entende-se que o processo de contratação de psicólogos escolares vai além de procedimentos burocráticos, exigindo que as secretarias desenvolvam um trabalho junto às redes de educação para acolher e integrar essas profissionais.

Considerando a imagem que a psicologia escolar carrega no senso comum, que muitas vezes se distancia do que realmente é demandado no campo, é vital que as secretarias realizem um trabalho informativo junto aos docentes, diretores e equipes escolares. Informar sobre o papel e as contribuições específicas da psicologia escolar no contexto educacional pode ser um instrumento eficaz para promover a ideia de um trabalho colaborativo. Isso ajuda a desmistificar a noção de que a psicologia escolar se limita a lidar apenas com questões relacionadas aos estudantes, fomentando uma abordagem mais abrangente e integrativa.

O segundo ponto destacado refere-se à chegada dos profissionais nas escolas e aos primeiros contatos com os professores. Esses contatos evidenciaram a persistência de uma concepção, enraizada no senso comum, de que a Psicologia, enquanto profissão, tem a função de desenvolver "estratégias" para lidar com

estudantes considerados problemáticos. No contexto das Queixas Escolares, observou-se que estas são muitas vezes percebidas como problemas de aprendizagem, violência, questões de gênero e autolesão. Isso demanda da profissional de psicologia uma intervenção imediata para resolver a problemática.

Assim, percebe-se a continuidade de um pensamento individualizante sobre a Psicologia Escolar e Educacional. Diante dessa perspectiva crítica, é crucial contestar essa visão e fortalecer a compreensão de que a Psicologia Escolar e Educacional não trabalha apenas com os estudantes, visando seu ajustamento, mas sim potencializa as ações desenvolvidas na escola por todos os profissionais. A atuação busca promover o pleno acesso à educação de qualidade. Entretanto, as entrevistas revelaram inseguranças e dúvidas das profissionais em relação às suas atribuições e práticas, dificultando o diálogo com os profissionais docentes.

Outro ponto de destaque é a transformação do campo da educação em um ambiente de disputa. Essa dinâmica não se refere a conflitos físicos, mas sim a uma competição em um sistema que favorece a colaboração. Concordando com Antunes, Barbosa e outros (2022), entende-se que a perda de direitos, a redução de salários e os constantes ataques obrigam a classe docente a se defender continuamente, temendo perder ainda mais espaço nos debates e na participação no contexto escolar.

O que se deseja enfatizar é que a entrada de novos profissionais no cenário escolar pode ser interpretada como mais uma perda desse espaço nos debates, na participação efetiva, e pode representar um acréscimo de vozes a dizer o que os docentes devem ou não fazer. Nesse contexto, é compreensível uma reação defensiva, dificultando a construção de relações colaborativas entre os profissionais.

Portanto, defende-se que os profissionais da Psicologia Escolar devem, inicialmente, concentrar-se na construção de relações com os demais profissionais da escola. É crucial mostrar que a presença não tem como objetivo impor dizeres, achados ou pressionar o docente a fazer algo; ao contrário, a intenção é contribuir para o desenvolvimento do ambiente escolar em colaboração constante com os educadores. Essa abordagem visa criar uma união de forças para lutar por salários melhores, garantias orçamentárias e pela qualidade da educação pública no país.

Chegando ao terceiro ponto, destaca-se a importância da formação inicial e continuada para a constituição das práticas escolares das psicólogas. Com base em Antunes (2008), defende-se a necessidade do fortalecimento das discussões, da manutenção e da organização dos conteúdos de maneira crítica, para que o

profissional tenha fundamentos metodológicos e teóricos para se contrapor às práticas individualizantes e patologizantes.

Para a formação inicial, propõe-se o fortalecimento das disciplinas dedicadas ao estudo e aprofundamento das discussões em educação, permitindo que o futuro profissional se aproprie dos conhecimentos críticos desenvolvidos desde a década de 1980.

No que se refere à formação continuada, entende-se a necessidade de cursos de longa duração que se oponham à lógica do mercado, oferecendo a possibilidade de inserção em discussões, reflexões e na construção do diálogo teórico-prático. A participação das profissionais da Psicologia Escolar em grupos de pesquisa ligados a programas de pós-graduação e em projetos de extensão vinculados a faculdades e universidades é incentivada. Assim, busca-se uma integração entre esses espaços, promovendo um trabalho conjunto em prol da comunidade escolar.

Por fim, reconhece-se que a pesquisa discutida aqui é o início da discussão, considerando que se analisou um processo de inserção ainda muito recente no município de Joinville. Como um dos primeiros do estado a atender à lei, espera-se que avance na construção de uma Psicologia Escolar crítica. Portanto, destaca-se a necessidade de novos estudos que continuem acompanhando a implementação da Lei Nº 13.935/2019 e pesquisas adicionais que abordem a formação inicial e o fortalecimento das formações continuadas para psicólogos escolares.

# REFERÊNCIAS


ABRAPEE. **NOTA TÉCNICA SOBRE ATRIBUIÇÕES DA(O) PSICÓLOGA(O) ESCOLAR E EDUCACIONAL**. São Paulo, p. 1 – 5. 2020.

AGUIAR, W. M. J. A pesquisa em Psicologia Sócio-Histórica: contribuições para o debate medológico. . IN: BOCK, Ana Mercês Bahia; GONÇALVES, Maria da Graça Marchina; FURTADO, Odair (orgs.) **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. São Paulo: Cortez, 2015, P. 157-172.

AGUIAR, W. M. J. DE .; MACHADO, V. C.. Psicologia Sócio-histórica como fundamento para a compreensão das significações da atividade docente. Estudos de Psicologia (Campinas), v. 33, n. 2, p. 261–270, abr. 2016

ANDRADA, Paula C; PETRONI, Ana Paula; JESUS, Juliana Soares e SOUZA, Vera LuciaT. A Dimensão Psicossocial na formação do psicólogo escolar crítico. In: SOUZA, V. L.T, AQUINO F. S.B, GUZZO, R. S. L, MARINHO-ARAUJO, C.M (orgs.). **Psicologia Escolar Crítica: Atuações emancipatórias nas escolas públicas**. Campinas: Alínea. 2018.

ANDRADE, J.; CORDEIRO, A. F. M. O Trabalho Pedagógico do Segundo Professor de Turma da Educação Especial: um estudo das influências no seu decurso profissional. **Revista Educação Especial**, *[S. l.]*, v. 35, p. e24/1–21, 2022.

ANTUNES, M. A. M. **Psicologia e educação em periódicos brasileiros anteriores a 1962**.Psicologia Escolar e Educacional, vol. 6, n. 2, 2002, p. 193-200.

ANTUNES, M. A. M. Psicologia e Educação no Brasil: um olhar histórico-crítico. In.:MEIRA, M. E. M. ; ANTUNES, M. A. M (Orgs.). **Psicologia escolar: teorias críticas**. São Paulo: Caso do Psicólogo, 2003.

ANTUNES, M. A. M. **A Psicologia no Brasil: uma leitura histórica sobre sua constituição**. 2a. ed. São Paulo: Educ/Unimarco, 2005.

ANTUNES, Mitsuko A. M. **Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. Psicologia Escola Educação**, v.12, n. 2, p. 469-475, 2008.

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino; SANTOS, Ruzia Chaouchar dos; BARBOSA, Deborah Rosária. PSICOLOIA E EDUCAÇÃO: sobre as raízes da Lei nº 13.935/2019 e os desafios da psicologia escolar. In: FACCI, Marilda Gonçalves Dias; ANACHE, Alexandra Ayach; CALDAS, Roseli Fernandes Lins. **Por que a psicologia na educação? Em defesa da emancipação humana no processo de escolarização**. 1. Ed. Curitiba: CRV, 2021. Cap. 1, p. 17 – 32

BATOMÉ, Silvio Paulo. A quem nós, psicólogos, servimos de fato?. In: YAMAMOTO, Oswaldo Hajime; COSTA, Ana Ludmila Freire. Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil. Natal: EDUFRN, 2010, p. 169-202.

BARBOSA, D. R.; SOUZA, M. P. R. História da psicologia: contribuições da etnografia e da história oral. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto , v. 17, n. 1, p. 81-91, 2009 .

BARBOSA, D. R. **Estudos para uma história da Psicologia Educacional e Escolar no Brasil**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Lei nº 13.935, de 19 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Brasilia, 2019.

BRASIL. **Lei nº 14.276. Dispões sobre alterações no texto do FUNDEB**. 2021

BRASIL, R. T.. Psicologia escolar: o desafio da crítica em tempos de cinismo. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 16, n. 2, p. 219–227, jul. 2012.

BRAZ AQUINO, F. S.; Lins, R. P. S.; Cavalcante, L. A.; & Gomes, A. R. Concepções e práticas de psicólogos escolares junto a docentes de escolas públicas. Revista Quadrimestral da **Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**. V. 19. Nº 1. 2015, p. 71 – 78.

BENTIVI, Daiane Rose Cunha; PORTO, Juliana Barreiros; DIAS, Liz Martinez Mercês. Características Da INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO E CONDIÇÕES PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL. IN: Conselho Federal de Psicologia. **QUEM FAZ A PSICOLOGIA BRASILERIA? Um olhar para o presente para construir o futuro**. Brasília: CFP, 2022, p. 159 -175.

CACAU, Thaysa Pacheco. **O perfil profissional do psicólogo escolar do Piauí: subsídios para a formação e atuação em uma perspectiva crítica**. 2019. 236 f., il. Dissertação (Mestrado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

CANÁRIO, R. A. A Escola: o lugar onde os professores aprendem. **Psicologia da Educação**, São Paulo, nº 6, 1998, p. 9-27.

CARDOSO, Dayane Aparecida do Nascimento. **Psicólogo Na Educação Ou Educação Na Psicologia? Lugares De Atuação De Psicólogos E Psicólogas Em Demandas Educacionais Na Cidade De Cuiabá, Mato Grosso**. Orientadora: Profa. Dra. Jane Teresinha Domingues Cotrin. Dissertação (Mestrado) – Psicologia, Universidade Federal de Mato Grosso. Mato Grosso, 2019.

CAVALCANTE L.; MARINHO-ARAUJO, C. M. Formação Continuada em Psicologai Escolar e mediação estética: contribuições teóricas e metodológicas. In: MARINHO-ARAUJO, C.M; TEIXEIRA, A. M. B.; CAVALCANTE, L (orgs). **Psicologia Escolar: atuação profissional e a Lei 13.935\2019**. São Paulo: Editora Alinea, 2023.

COLLARES, C. L., & MOYSÉS, M. A. A. **A transformação do espaço pedagógico em espaço clínico (A Patologização da Educação).** Série Ideias, n. 23 , São Paulo, 1994.

COLLARES, C.; MOYSÉS, M.A. Criança silenciadas: as avaliações de inteligência. **Revista Psicologia**. São Paulo, v.8, nº 1,1997.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE PSICOLOGIA; FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PSICÓLOGOS. **Ano da formação em psicologia: revisão das diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em psicologia**. São Paulo: Conselho Federal de Psicologia/Associação Brasileira de Ensino de Psicologia/ Federação Nacional dos Psicólogos, 2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas (os) na Educação Básica**. Brasília: CFP, 2019.

CORDEIRO, A. F. M., HOBOLD, M.S., RAUSCH, R. B., RIBEIRO, S. M. Grupo de estudos e Pesquisa sobre trabalho e a Formação Docente – GETRAFOR (2008-2021): uma síntese da nossa trajetória. IN: CORDEIRO, A. F. M., RAUSCH, R. B., RIBEIRO, S. M, MARQUES, B. A. R., PEREIRA, B. S. R. **Trabalho e Formação Docente: bons ventos impulsionam a pesquisa no GETRAFOR**. 1. Ed. Joinville: Editora Univille . Cap. 1, p. 19-41, 2022.

CRUCES, Alacir Valle; CALDAS, Roseli Fernandes Lins. A PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCAIONAL EM SÃO PAULO: sua história, suas lutas e suas conquistas. In: FACCI, Marilda Gonçalves Dias; ANACHE, Alexandra Ayach; CALDAS, Roseli Fernandes Lins. **Por que a psicologia na educação? Em defesa da emancipação humana no processo de escolarização**. 1. Ed. Curitiba: CRV, 2021. Cap. 4, p. 71-88.

DAMIANI, M.F.. Entendendo o trabalho colaborativo em educação e revelando seus benefícios. São Paulo, ***Educar em Revista*****,** v. **31**, 2008, p. 213-230.

DIEHL, R.; MARASCHIN, C.; TITTONI, J.. Ferramentas para uma psicologia social. **Psicologia em Estudo**, v. 11, n. 2, p. 407–415, maio 2006.

DUARTE, Newton**. Vigotski e o "Aprender a aprender: crítica às apropriações neoliberais e Pós-modernas da Teoria Vigostskiana**. 5 ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

ENGELS, Friedrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem [1876]. In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. Obras escolhidas. São Paulo: Alfa-Omega, 1999.

EVANGELISTA, O; SHIROMA, O. E. Subsídios Teórico-Metodológicos Para O Trabalho Com Documentos De Política Educacional: Contribuições Do Marx. ISMOIn: CÊA, G; RUMMERT, S. M.; GONÇALVES, L. **TRABALHO E EDUCAÇÃO: interlocuções marxistas**. Rio Grande : Ed. da FURG, 2019.

FACCI, Marilda G. D.; VIEIRA, Ana Paula A.; FIRBIDA, Fabiola G. B.; SILVA, Glaucia R. da; BARRETO, Maria da A.; MENDONÇA, Fernando W.; LEAL, Záira F. R. G. Atuação da Psicologia Frente às Queixas Escolares: possibilidades de intervenção. In: FACCI, Marilda Gonçalves Dias; ANACHE, Alexandra Ayach; CALDAS, Roseli Fernandes Lins. **Por que a psicologia na educação? Em defesa da emancipação humana no processo de escolarização**. 1. Ed. Curitiba: CRV, 2021. Cap. 9, p. 167-187.

FACCI, M. G. Teorias Educacionais e Teorias Psicológicas: em busca de uma psicologia Marxista da educação. In: DUARTE, N (org). **Crítica ao fetichismo da Individualidade**. 2. Ed. Ver. São Paulo: Editores Associados, 2012.

FIRBIDA, F. B. G.; VASCONCELOS, M. S. O DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DA PSICOLOGIA ESCOLAR CRÍTICA NO BRASIL. **Psicologia em Estudo**, v. 23, nov/2018.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Brasília: Líber Livro, 2009

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FREITAS, M. T. DE A.. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, p. 21–39, jul. 2002.

FRIGOTTO, G. Fundamentos científicos e tecnológicos da relação trabalho e educação no Brasil de hoje. In: Lima, Júlio C. F. ; Neves, Lúcia M. W. (Org.). ***Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo*** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

GATTI, B. A. Tendências da pesquisa em Psicologia da Educação e suas contribuições para o ensino. In: TIBALLI, E. F. A.; CHAVES, S. M. **Concepções e**

**práticas em formação de professores: diferentes olhares**. Rio de janeiro: DP&A, 2003.

GATTI, B. A. **Formação de professores e carreira: problemas e movimentos de renovação**. Campinas: Autores Associados, 1997.

GATTI, B. Formação Continuada de Professores: A Questão Psicossocial. **Cadernos de Pesquisa**, n 119, p 191-204. 2003

GOMES, S. R. Escolarização Patologizada: Configurações de uma Prática Educacional. 2019. 174 f. Tese (Programa de Pós-Graduação STRICTO SENSU em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia-GO.

GONÇALVES, M. G. M., A Psicologia como ciência do sujeito e da subjetividade: a historicidade como noção básica. IN: BOCK, Ana Mercês Bahia; GONÇALVES, Maria da Graça Marchina; FURTADO, Odair (orgs.) **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. São Paulo: Cortez, 2015, P. 47-67.

GONÇALVES, Marianne Oliveira. **A formação inicial na psicologia escolar: Atuação, perspectivas e desafios da profissionalização**. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

GONDIM, S. M. G., BENDASSOLLI, P., & PEIXOTO L. S. A. A Construção da Identidade Profissional na Transição Universidade-Mercado de Trabalho. In A. B. Soares, L. Mourão, M. M. P. E. Mota (Orgs.), ***O Estudante Universitário Brasileiro: Características Cognitivas, Habilidades Relacionais e Transição para o Mercado de Trabalho*** (pp. 219-234). Curitiba: Appris Editora, 2016.

GONDIM, Sonia; BARROS, Leonardo de Oliveira. A escolha da profissão de psicóloga(o) e a carreira: o que mudou ao longo do tempo?. IN: Conselho Federal de Psicologia. **QUEM FAZ A PSICOLOGIA BRASILERIA? Um olhar para o presente para construir o futuro**. Brasília: CFP, 2022, p. 71 - 85

GUZZO, R. S. L. Formando psicólogos escolares no Brasil, dificuldades e perspectivas. In: WECHSLER, S. M. (Org.). **Psicologia escolar: pesquisa, formação e prática**.Campinas: Alínea, 2001.

GUZZO, Raquel Souza Lobo; MOREIRA, Ana Paula Gomes; MEZZALIRA, Adinete Sousa da Costa. Desafios para o Cotidiano do Psicólogo Dentro da escola: a questão do método. In: DAZZANI, Maria Virgínia; SOUZA, Vera Lúcia Trevisan de. **Psicologia Escolar Crítica: Teoria e Prática nos contextos Educacionais**. São Paulo: Alínea, 2016, p. 21 – 36

GUZZO, Raquel Souza Lobo**.** A Escola Amordaçada e o Compromisso do Psicólogo com este Contexto. In: MARTíNEZ, Albertina Mitjáns (org.). ***Psicologia Escolar e Compromisso Social***. 4. ed. Campinas: Alínea, 2003

JACINTO, P. M. S; DAZZANI, M. V. M. Atribuições e competências para o psicólogo escolar: uma análise do perfil requerido em concurso público. In: MARINHO-ARAUJO, C.M; TEIXEIRA, A. M. B.; CAVALCANTE, L (orgs). **Psicologia Escolar: atuação profissional e a Lei 13.935\2019**. São Paulo: Editora Alinea, 2023.

KONDER, Leandro. O Socialismo e o Indivíduo. In: KONDER, Leandro e BETTO, F. (Orgs.). **O indivíduo no Socialismo**. São Paulo: Perseu. 2000, p. 7 -20.

LEAL, Záira Fátima de Rezende Gonzalez; SOUZA, Marilene Proença Rabello de. O processo de escolarização e a produção da Queixa Escolar – Uma relação antiga, um problema atual. In: LEONARDO, Nilza Sanches Tessaro; LEAL, Záira Fátima de Rezende Gonzalez; FRANCO, Adriana de Fátima. **O processo de escolarização e a produção da Queixa Escolar: reflexões a partir de uma perspectiva crítica em psicologia**. 1. Ed. Maringá: UEM, 2014. Cap. 1, p. 19 – 40

LESSA, P. V. DE .; FACCI, M. G. D.. A atuação do psicólogo no ensino público do Estado do Paraná. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 15, n. 1, p. 131–141, jan. 2011

LIMA, A. O.M.N. BREVE HISTÓRICO DA PSICOLOGIA ESCOLAR NO BRASIL. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 23, n. 42 p. 17-23, jul./set. 2005

LIMA, Cárita Portilho de. **O caminho se faz ao caminhar: propostas de formação para uma atuação crítica em psicologia escolar e educacional**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

LIMA, M. L. C. et al.. DEBATENDO SOBRE MEDICALIZAÇÃO COM DOCENTES EM ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 25, 2021.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar**: **políticas**, **estrutura e organização**. 10. ed. São Paulo : Cortez, 2012.

LUENGO, F. C. ***A vigilância punitiva: a postura dos educadores no processo de patologização e medicalização da infância.*** São Paulo:Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010

LOURO, Guacira Lopes**. Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. PETROPOLIS: Vozes, 1997

MACHADO, A. M. Os psicólogos trabalhando com a escola: intervenção a serviço do

quê? In: M. E. M., Meira & M. A. M., Antunes (Orgs.), ***Psicologia escolar: práticas críticas*.** São Paulo: Casa do Psicólogo. 2003.

MAIA, Tatiane Cristina dos Santos da; HOBOLD, Marcia de Souza. **Estado da arte sobre formação de professores e trabalho docente**. **Psicol. educ.**, São Paulo , n. 39, p. 03-14, dez. 2014 . Disponível em < script=sci_arttext&pid=S1414697520140002000001&lng=pt&nrm=iso>

MARTINEZ, A. M.. Psicologia Escolar e Educacional: compromissos com a educação brasileira. **Psicologia Escolar e Educaciona**l, v. 13, n. 1, p. 169–177, jan. 2009

MARTINHO-ARAÚJO, C.M., ALMEIDA, S.F.C. **Psicologia Escolar: construção e consolidação da identidade profissional**. 4ª Edição, Editora: Alínea, 2014.

MARINHO-ARAUJO, C.M; TEIXEIRA, A. M. B.; CAVALCANTE, L. Lei 13.935: histórico limites e potencialidades para a Psicologia Escolar. In: MARINHO-ARAUJO, C.M; TEIXEIRA, A. M. B.; CAVALCANTE, L (orgs). **Psicologia Escolar: atuação profissional e a Lei 13.935\2019**. São Paulo: Editora Alinea, 2023.

MARTINS, Lígia Márcia. Psicologia histórico-cultural, pedagogia histórico-critica e a desenvolvimento humano. In: MARTINS, Lígia Márcia; ABRANTES, Ângelo Antônio; FACCI, Marilda Gonçalves Dias. **Periodização Histórico-cultural do Desenvolvimento Psíquico: do nascimento à velhice**. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2020, p. 13 -34

MEIRA, M.E.M. Psicologia Escolar: Pensamento Crítico e práticas profissionais. In: TANAMACHI, E.R.; PROENÇA, M.; ROCHA, M. L. **Psicologia e Educação: desafios teórico-práticos**. São Paulo: Casa do Psicologo, 2000, p. 35 -71.

MEIRA, M. E. M., & Antunes, M. A. M (Orgs.). **Psicologia escolar: teorias críticas**. São Paulo: Caso do Psicólogo. 2003a

MEIRA, M. E. M., & Antunes, M. A. M (Orgs.) . **Psicologia escolar: práticas críticas**. São Paulo: Caso do Psicólogo. 2003b

MOCHEUTI, Karina Nonato. **Balanço de produção sobre aprendizagem cooperativa e educação superior**. In: 38ª REUNIÃO NACIONAL ANPED, 2017, São Luís, Anais, São Luís, 2017. 1-6.

MOLON, S. I. Questões metodológicas de pesquisa na abordagemsócio-histórica. **Informática na educação: teoria & prática**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, 2008. DOI: 10.22456/1982-1654.7132.

NASCIMENTO, Ana Rogélia Duarte do. **Atuação do psicólogo escolar junto a professores da educação básica: concepções e práticas**. Orientadora: Fabíola de

Sousa Braz Aquino. Dissertação (Mestrado) em Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba, 2020.

NASCIMENTO, A. R. D.; AQUINO, F. S. B. A inserção de psicólogos escolares em instituições públicas de educação e sua importância na mediação de processos de ensino aprendizagem. In: MARINHO-ARAUJO, C.M; TEIXEIRA, A. M. B.; CAVALCANTE, L (orgs). **Psicologia Escolar: atuação profissional e a Lei 13.935\2019**. São Paulo: Editora Alinea, 2023.

NEVES, Marisa Maria Brito da Justa; MARINHO-ARAUJO, Claisy Maria. A questão das dificuldades de aprendizagem e o atendimento psicológico às queixas escolares. **Aletheia**, Canoas , n. 24, p. 161-170, dez. 2006

NUNES, Michelle de Faria. **A dimensão subjetiva da relação entre psicólogo escolar e professores na atuação pedagógica e institucional.** 2021. xii, 249 f., il. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar)—Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

OLIVEIRA, Isabel Fernandes de; COSTA, Victor César Amorim; YAMAMOTO, Oswaldo. A Psicologia no Brasil: uma história em construção. IN: **Conselho Federal de Psicologia. QUEM FAZ A PSICOLOGIA BRASILERIA? Um olhar para o presente para construir o futuro**. Brasília: CFP, 2022, p. 11 – 41

OTA, Áurea Emi et al . A Inserção do Psicólogo Escolar na Rede Municipal de Ensino de Londrina - PR. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 19, n. 2, p. 30-43, 1999.

PASQUALINI, M. G.; SOUZA, M. P. R. DE .; LIMA, C. P. DE .. Atuação do psicólogo escolar na perspectiva de proposições legislativas. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 17, n. 1, p. 15–24, jun. 2013.

PASSOS, Laurizete Ferragut; ANDRÉ, Marli E. D. A. de. O trabalho colaborativo, um campo de estudo. In: **O coordenador pedagógico e o trabalho colaborativo na escola**. ALMEIDA, Laurinda Ramalho de e PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza. São Paulo: Edições Loyola. 2016, p. 9 -24

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. 2a ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

PATTO, Maria Helena Souza**. Psicologia e ideologia: uma introdução crítica à Psicologia Escolar**. São Paulo: T. A. Queiroz., 2022.

PRESTES, Zoia Ribeiro. Quando não é a mesma coisa: análise de traduções de Lev Semionovitch Vigotski no Brasil: repercussões no campo educacional. 2010. 295 f. **Tese (Doutorado em Educação)-** Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

RIBEIRO, P. R. M.. História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, n. 4, p. 15–30, fev. 1993.

RIBEIRO, Camila Gonçalves. **Atuação de psicólogos escolares na rede pública de ensino no Maranhão**. 2020. 183 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Psicologia/CCH) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2020.

RIBEIRO, T. B.; ALEXANDRINO, R.; URT, S. C. A Atuação do Psicólogos Escolar e Educacional nas discussões de gênero e sexualidade na escola: um enfoque histórico cultural. In: NEGREIROS, F.; ALEXANDRINO, R (orgs). **Psicologia Escolar e Educacional & População LGBTQIA+.** São Paulo: Editora Alinea, 2023.

SANDALL, Hugo; QUEIROGA, Fabiana; GONDIM, Sonia Maria Guedes. Quem somos? Caracterizando o perfil das(OS) psicólogas(os) no Brasil. IN: Conselho Federal de Psicologia. **QUEM FAZ A PSICOLOGIA BRASILERIA? Um olhar para o presente para construir o futuro**. Brasília: CFP, 2022, p. 42 - 53

SAVIANI, Demerval**. Pedagogia histórico-critica: primeiras aproximações**.11.ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia.** Edição Comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2018.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 6ª Edição, Campinas: Editora Autores Associados, 2021a, 472 p

SAVIANI, D. Pedagogia Histórico-critica, educação e Luta de Classes: ensino público, Estado, partido e revolução. In: SAVIANI, D.; DUARTE, N. **Conhecimento Escolar e Luta de Classes: a pedagogia Histórico-critica contra a barbárie**. 1 ed. São Paulo: Autores Associados, 2021 (b).

SAVIANI, D. A Pedagogia Histórico-critica, as Luta de Classes e a educação escolar. In: SAVIANI, D.; DUARTE, N. **Conhecimento Escolar e Luta de Classes: a pedagogia Histórico-critica contra a barbárie**. 1 ed. São Paulo: Autores Associados, 2021 (c)

SCHNEIDER, Daniela Ribeiro. Trajetórias da história da psicologia em Santa Catarina: criação do curso de psicologia na UFSC. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto , v. 17, n. 1, p. 105-118, 2009.

SCHUELER, A. F. M. DE .; MAGALDI, A. M. B. DE M.. Educação escolar na primeira república: memória, história e perspectivas de pesquisa. Tempo, v. 13, n. 26, p. 32–55, 2009

SEIXAS, Pablo de Sousa; YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. Fundamentos dos projetos pedagógicos dos cursos de psicologia no Brasil. In: BARRTEO, Maria da Apresentação e FACCI, Marilda Gonçalves Dias. **Formação em Psicologia: Temas (IM)pertinentes**. Curitiba: CRV. 2019, p. 51-64.

SERRATI, Camila Silva Marques. **DesmedicalizArte: a psicologia escolar construindo práticas desmedicalizantes com professoras e educadoras.** 2020. 176 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020. DOI http://doi.org/10.14393/ufu.di.2021.5012.

SEVERINO, A. J. Ética e pesquisa: autonomia e heteronomia na prática científica**. Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 45, n. 158, p. 776-792, out./dez. 2015.

SFORNI, M. S. F. Aprendizagem e Desenvolvimento: o papel da mediação. In: Vera Lúcia Fialho Capellini; Rosa Maria Manzoni. (Org.). Políticas públicas, práticas pedagógicas e ensino-aprendizagem: diferentes olhares sobre o processo educacional. BauruUNESP/FC/SP: Cultura Acadêmica, 2008

SOUZA, B. P, BARBOSA. D.R. Psicologia Educacional e Escolar: a riqueza de um campo de saber e práticas. IN: DIAS, E. T. D., AZEVEDO, L.P.L (orgs). **Psicologia Escolar e Educacional: percursos, saberes e intervenção.** Paco Editorial. 2014, p.13 – 41.

SOUZA, M. P. R.; LIMA, C. P.; RAMOS,C. J. M.; BARBOSA, D. R.; YAMAMOTO, K. & CALADO, V. A. Atuação do psicólogo na educação: o que pensam pesquisadores brasileiros sobre o tema. In: SOUZA, M. P. R.; SILVA, S. C. & YAMAMOTO, K. (Org.). **Atuação do psicólogo na Educação Básica: concepções, práticas e desafios**. Uberlândia: EDUFU. 2022, p. 47 - 63

SOUZA, Stela Maris Bretas; TONDIN, Celso Francisco; CUNHA, Luiz Henrique de Souza; SILVA, Paulo César Lourenço da. Psicologia e Serviço Social na Educação Básica de Mninas Gerais a parti da Lei nº 13.935/2019: trajetórias e contribuições. In: FACCI, Marilda Gonçalves Dias; ANACHE, Alexandra Ayach; CALDAS, Roseli Fernandes Lins. **Por que a psicologia na educação? Em defesa da emancipação humana no processo de escolarização**. 1. Ed. Curitiba: CRV, 2021. Cap. 9, p. 167-187.

SZYMANSKI, Heloisa (org.). **A entrevista na educação: uma prática reflexiva**. Brasília Liber Livro Editora, 2004. 4ªed. 2011.

TULESKI, S. C. Reflexões sobre a Gênese da Psicologia Cientifica. In: DUARTE, N (org). **Crítica ao fetichismo da Individualidade**. 2. Ed. Ver. São Paulo: Editores Associados, 2012.

VALENTE, T. S.; MENESES, A. B. C. Análise da inserção profissional da Psicologia Escolar na rede pública do estado do Para. In: MARINHO-ARAUJO, C.M; TEIXEIRA, A. M. B.; CAVALCANTE, L (orgs). Psicologia Escolar: atuação profissional e a Lei 13.935\2019. São Paulo: Editora Alínea, 2023.

VIEIRA, D.; CALDAS, R. F. L.. PSICOLOGIA ESCOLAR: INTERLOCUÇÃO ENTRE AS REFERÊNCIAS TÉCNICAS E PUBLICAÇÕES DE PRÁTICAS. **Psicologia Escolar e Educacional,** v. 26, p. e241884, 2022.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VYGOTSKI, Lev Semenovich. **Obras Escogidas – Tomo V: Fundamentos de defectología**. Madrid: Visor, 1997

VIGOTSKI, L. S. O problema e o método de investigação. In: VIGOTSKI, L. S. A **construção do pensamento e da linguagem**. 2a. ed. Tradução de Paulo Bezerra. SãoPaulo: Martins Fontes, 2009. [1a. ed. 1934].p. 1-18.

VIGOTSKI, L. S. Psicologia Pedagógica. Tradução: Paulo Bezerra. 3º edição, São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010.

VIGOTSKI, Lev Semionovich. **Sete aulas de L. S. Vigotski sobre os fundamentos da pedologia**. Organização [e tradução]: Zoia Prestes e Elizabeth Tunes; tradução: Cláudia da Costa Guimarães Santana. Rio de Janeiro: E-Papers, 2018. 176p.

VIGOTSKI, L. S.; LURIA, A.R.; LEONTIEV, A.N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. Tradução: Maria da Pena Villalobos. 16ª edição, São Paulo – Ícone editora, 2019.

# APÊNDICES

## APENDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (TCLE)

Você, profissional está sendo convidado a participar da pesquisa intitulada “INSERÇÃO DE PSICÓLOGOS EDUCACIONAIS NA REDE DE EDUCAÇÃO BÁSICA: a constituição de uma prática colaborativa entre os profissionais da educação”, orientada pela professora Dra. Aliciene Fusca Machado Cordeiro. O objetivo deste estudo é conhecer e analisar a inserção e permanência do profissional da psicologia nas escolas de Joinville/ SC, a partir da visão de psicólogas(os) acerca do seu trabalho na rede pública de educação.

Como participante desta pesquisa, o senhor (a) aceita participar de uma entrevista semiestruturada, de cunho reflexivo, que se dará em três encontros, esses encontros serão gravados em áudio para as posteriores análises. A sua participação nesta pesquisa acontecerá nas datas combinadas com o pesquisador.

Com sua participação nesta pesquisa, o senhor (a) estará exposto a riscos como mínimos ligados a querer ou não responder as questões, ou até mesmo se sentir desconfortável, e caso eles venham a ocorrer, o senhor pode deixar de responder, ou até mesmo remarcar o dia da entrevista, se assim for o seu desejo.

Esta pesquisa tem como benefícios sociais para o trabalho docente, o que poderá trazer uma nova perspectiva de olhar para o pensar a atividade pedagógica dentro da educação especial. A partir da coleta dos dados, será realizada a análise destes e será elaborado um artigo científico e poderá se desdobrar em pesquisa futuras.

Sua participação é voluntária e o senhor (a) terá a liberdade de se recusar a responder quaisquer que lhe ocasionem constrangimento de alguma natureza, é garantido a plena liberdade de você recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma, terá livre acesso aos resultados do estudo e garantido esclarecimento antes, durante e após a pesquisa. É importante saber que não há despesas pessoais para o senhor (a) em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação, pois ela é voluntária pós assinatura.

O pesquisador garante indenização por quaisquer danos causados a você, participante, no decorrer da pesquisa. E garante também a responsabilidade pela salvaguarda de todos os dados da pesquisa seja em arquivo físico ou digital durante um período de 5 anos após o término da pesquisa.

O senhor (a)terá garantia de acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas por meio de telefone e e-mails informados neste documento. O pesquisador responsável por esta investigação é a professora Aliciene Fusca Machado Cordeiro, que poderá ser contactada no e-mail: aliciene_machado@hotmail.com, e no telefone:

É garantido o sigilo e assegurada a privacidade dos envolvidos durante todas as fases da pesquisa, quanto aos dados confidenciais sem a possibilidade de divulgação dos nomes dos participantes em quaisquer mídias. Os resultados deste estudo poderão ser apresentados por escrito ou oralmente em congressos e revistas científicas, sem que os nomes dos participantes sejam divulgados.

A sua participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária e Se o senhor (a) tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Univille, no endereço Rua Paulo Malschitzki, 10, Bairro Zona Industrial, Campus Universitário, CEP 89.219-710 - Joinville/SC, telefone (47) 3461-9235, em horário comercial, de segunda a sexta, ou pelo e-mail comitetica@univille.br.

As informações deste termo são importantes e incluem o contato com o pesquisador responsável pela pesquisa. Orienta-se que você salve como *print* de tela e/ou imprima este documento guardando-o com você.

Após ser esclarecido sobre as informações da pesquisa, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine este consentimento de participação, que está impresso em duas vias, sendo que uma via ficará em posse do pesquisador responsável e esta via com você, participante.

Pesquisadores participantes:
Jeferson Andrade – jefeandrade13@gmail.com (47-99104-1308)

_____
Jeferson Andrade - Pesquisador Responsável

Consentimento de Participação. Eu .....concordo voluntariamente em participar da pesquisa intitulada “INSERÇÃO DE PSICÓLOGOS EDUCACIONAIS NA REDE DE EDUCAÇÃO BÁSICA: a constituição de uma prática colaborativa entre os profissionais da educação”, conforme informações contidas neste TCLE.

Joinville, ___/____/__2022__ .

# ANEXOS

## ANEXO A – PARECER CÔMITE DE ÉTICA

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE UNIVILLE

univille

Plataforma Brasil

### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** INSERÇÃO DE PSICÓLOGOS EDUCACIONAIS NA REDE DE EDUCAÇÃO BÁSICA: a constituição de uma prática colaborativa entre os profissionais da educação

**Pesquisador:** JEFERSON ANDRADE

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 59066122.3.0000.5366

**Instituição Proponente:** FUNDACAO EDUCACIONAL DA REGIAO DE JOINVILLE - UNIVILLE

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 5.578.300

**Apresentação do Projeto:**

Conforme exposto no parecer consubstanciado nº 5.476.346, emitido em 20/06/2022.

**Objetivo da Pesquisa:**

Conforme exposto no parecer consubstanciado nº 5.476.346, emitido em 20/06/2022.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Conforme exposto no parecer consubstanciado nº 5.476.346, emitido em 20/06/2022.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Conforme exposto no parecer consubstanciado nº 5.476.346, emitido em 20/06/2022, porém, o pesquisador responsável informou sua responsabilidade sobre a posse e guarda dos documentos gerados por, pelo menos, 5 anos.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Conforme exposto no parecer consubstanciado nº 5.476.346, emitido em 20/06/2022, no entanto, o pesquisador responsável alterou no TCLE o nome do responsável pela pesquisa e acrescentou os dados de contato com este pesquisador. Ainda, retirou a frase solicitada 'As informações deste termo são importantes e incluem o contato com o pesquisador responsável pela pesquisa. Orienta-se que você salve como print de tela e/ou imprima este documento guardando-o com você.' já que o TCLE será encaminhado impresso para o participante de pesquisa.

**Endereço:** Rua Paulo Malschitzki, nº 10, Bloco B, Sala 119, Campus Bom Retiro
**Bairro:** Zona Industrial **CEP:** 89.219-710
**UF:** SC **Município:** JOINVILLE
**Telefone:** (47)3461-9235 **E-mail:** comitetica@univille.br

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE UNIVILLE

Continuação do Parecer: 5.578.300

**Recomendações:**

Ao finalizar a pesquisa, o (a) pesquisador (a) responsável deve enviar ao Comitê de Ética, por meio do sistema Plataforma Brasil, o Relatório Final (modelo de documento na página do CEP no sítio da Univille Universidade).

Segundo a Resolução 466/12, no item

XI- DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

XI.2 - Cabe ao pesquisador:

d) Elaborar e apresentar o relatório final;

Modelo de relatório para download na página do CEP no sítio da Univille Universidade.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

O projeto "INSERÇÃO DE PSICÓLOGOS EDUCACIONAIS NA REDE DE EDUCAÇÃO BÁSICA: a constituição de uma prática colaborativa entre os profissionais da educação", de CAAE "59066122.3.0000.5366" teve sua(s) pendência(s) esclarecida(s) pelo(a) pesquisador(a) "JEFERSON ANDRADE", de acordo com a Resolução CNS 466/12 e complementares, portanto, encontra-se APROVADO.

Informamos que após leitura do parecer, é imprescindível a leitura do item "O Parecer do CEP" na página do Comitê no sítio da Univille, pois os procedimentos seguintes, no que se refere ao enquadramento do protocolo, estão disponíveis na página. Segue o link de acesso http://www.univille.edu.br/pt-BR/a-univille/proreitorias/prppg/setores/area-pesquisa/comite-etica-pesquisa/status-parecer/645062

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade da Região de Joinville - Univille, de acordo com as atribuições definidas na Res. CNS 466/12, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa proposto.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

**Endereço:** Rua Paulo Malschitzki, nº 10. Bloco B, Sala 119. Campus Bom Retiro
**Bairro:** Zona Industrial **CEP:** 89.219-710
**UF:** SC **Município:** JOINVILLE
**Telefone:** (47)3461-9235 **E-mail:** comitetica@univille.br

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE UNIVILLE

Continuação do Parecer: 5.578.300

| Tipo Documento | Arquivo | Postagem | Autor | Situação |
|---|---|---|---|---|
| Informações Básicas do Projeto | PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1953967.pdf | 06/07/2022 16:24:41 | | Aceito |
| Recurso Anexado pelo Pesquisador | Cartar_resposta.docx | 06/07/2022 16:24:15 | JEFERSON ANDRADE | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TCLE_ATUALIZADO.docx | 22/06/2022 18:31:14 | JEFERSON ANDRADE | Aceito |
| Parecer Anterior | PB_PARECER_CONSUBSTANCIADO_CEP_5476346.pdf | 22/06/2022 18:30:13 | JEFERSON ANDRADE | Aceito |
| Folha de Rosto | folha_De_rosto.pdf | 27/05/2022 09:39:54 | JEFERSON ANDRADE | Aceito |
| Outros | uso_de_voz_e_imagem.pdf | 26/05/2022 16:47:27 | JEFERSON ANDRADE | Aceito |
| Outros | Entrevista.pdf | 26/05/2022 16:47:05 | JEFERSON ANDRADE | Aceito |
| Outros | Questionario.pdf | 26/05/2022 16:46:43 | JEFERSON ANDRADE | Aceito |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador | Projeto.docx | 26/05/2022 16:45:56 | JEFERSON ANDRADE | Aceito |

**Situação do Parecer:**
Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**
Não

JOINVILLE, 12 de Agosto de 2022

**Assinado por:**
**Marcia Luciane Lange Silveira**
**(Coordenador(a))**

# ANEXO B – CARTA DE ANUÊNCIA

Prefeitura de Joinville | EDUCAÇÃO

**CARTA DE ANUÊNCIA**

A Secretaria de Educação do Município de Joinville/SC, representada pela Diretora Executiva de Políticas Educacionais Giani Magali da Silva de Oliveira está de acordo com a condução do projeto de pesquisa "INSERÇÃO DE PSICÓLOGOS EDUCACIONAIS NA REDE DE EDUCAÇÃO BÁSICA: a constituição de uma prática colaborativa entre os profissionais da educação", a ser realizado na Rede Municipal de Ensino de Joinville, sob a responsabilidade do pesquisador Jeferson Andrade. A pesquisa tem como objetivo geral: analisar a inserção de psicólogos educacionais na rede municipal de educação de uma cidade do norte catarinense a partir da ótica de profissionais da psicologia e de professores.

O pesquisador declara que cumprirá o que determina a Resolução 466/2012 (CNS) e complementares.

Informamos que a Secretaria de Educação do Município de Joinville/SC poderá a qualquer fase desta pesquisa retirar essa anuência. Também foi, pelo pesquisador acima mencionado, garantido o sigilo e assegurada a privacidade quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa.

Concordamos que os resultados deste estudo poderão ser apresentados por escrito ou, oralmente, em congressos e periódicos da área da educação, desde que seja mantido o anonimato dos participantes.

Colocamo-nos à disposição para qualquer dúvida que se faça necessária.

Joinville, 28 de junho de 2022.

Giani Magali da Silva de Oliveira
Diretora Executiva de Políticas Educacionais

Secretaria da Educação
Giani Magali da Silva de Oliveira
Diretora Executiva de Políticas Educacionais
Matrícula 15899

Rua Itajaí, 390 - Centro - 89201-090
Contato: (47) 3431-3000 | (47) 3431-3038 | educacao@joinville.sc.gov.br
www.joinville.sc.gov.br

# ANEXO C – EDITAL 002-2020

Secretaria de Gestão de Pessoas

Prefeitura de Joinville

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL 002-2020-SGP**

**ANEXO IV – REQUERIMENTO PARA CONCORRER ÀS VAGAS RESERVADAS**

| **Edital 002-2020-SGP** |
|---|

| **COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO** | |
|---|---|
| Nome do Candidato: | |
| CPF: | Número de Inscrição: |

**VENHO REQUERER** a inscrição como candidato **PESSOA COM DEFICIÊNCIA**, e, **Declaro**, desde já, que preencho os requisitos necessários para deferimento da solicitação, e que as informações e documentos aqui apresentados são verdadeiros. **DECLARO** ciência de que a não apresentação de qualquer documento para comprovar a condição que garante o deferimento da solicitação ou ainda apresentação dos documentos fora dos padrões, prazos e forma solicitados, implicará indeferimento da solicitação.

| **DESCREVER OS DADOS ABAIXO COM BASE NO ATESTADO MÉDICO:** |
|---|

Tipo de deficiência:
Código correspondente da Classificação Internacional de Doença (CID):
Nome do Médico Responsável pelo Atestado:

**ESTE FORMULÁRIO DEVERÁ SER ENVIADO JUNTAMENTE COM O ATESTADO MÉDICO, CONFORME PREVISTO NO EDITAL ITEM 5.**

| Local e Data: | Assinatura |
|---|---|

4.6. O preenchimento correto dos dados no ato da inscrição e a guarda do Comprovante do Formulário Eletrônico de Inscrição é de responsabilidade exclusiva do candidato não sendo admitidas alegações de erro e alterações de dados encerrado o período de inscrições indicado no item 4.3.

4.7. Caso seja necessária qualquer alteração de informação da inscrição efetuada e confirmada, o candidato deverá gerar nova inscrição dentro do período de inscrição estabelecido no item 4.3.

4.8. Em qualquer situação, caso seja verificada a existência de mais de uma inscrição para o mesmo candidato, serão canceladas as mais antigas e considerado válida a última inscrição realizada.

4.9. O candidato que não realizar as correções dos dados no período indicado no item 4.3, será o único responsável pelas consequências advindas de sua omissão. Ao fim do período das inscrições, não será aceito pedido de alteração de qualquer natureza.

4.10. O Município de Joinville não se responsabiliza por inscrições não confirmadas por motivos de ordem técnica dos computadores, falha de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação e de transmissão de dados, falta de energia elétrica, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

4.11. A inscrição do candidato importa no conhecimento e na aceitação tácita das normas e condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos.

## 5. DAS VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PcD)

5.1. Às pessoas com deficiência (PcD) é assegurado o direito de se inscrever neste Processo Seletivo Simplificado desde que as atribuições do cargo pretendido sejam compatíveis com a deficiência e a eles serão reservados o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 20% (vinte por cento) das vagas a serem preenchidas, de acordo com o artigo 37, inciso VIII da Constituição Federal, Lei Federal nº 8.112/1990, Lei Federal n° 13.146/2015, Lei Federal nº 7.853/1989, Decreto Federal nº 3.298/1999, bem como os portadores de visão monocular conforme discriminado neste Edital.

5.2. O primeiro candidato pessoa com deficiência (PcD) classificado no Processo Seletivo Simplificado será convocado para ocupar a quinta vaga aberta, enquanto os demais serão convocados a cada intervalo de vinte vagas providas.

5.3. Consideram-se pessoas com deficiência (PcD) aquelas que se enquadrem nas categorias discriminadas no Artigo 4º do Decreto Federal 3.298/99, da Lei 13.146/15, bem como os portadores de visão monocular.

5.4. O candidato pessoa com deficiência (PcD) deverá enviar, por e-mail para o endereço eletrônico processoseletivo@joinville.sc.gov.br, no período estabelecido no item 4.3, devendo nomear o assunto do e-mail em caixa alta com a palavra VAGA PCD seguido do seu nome e cargo escolhido, bem como anexar em formato PDF os documentos de 1 à 5:

1) Documento pessoal com foto: serão considerados documentos de identificação pessoal: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelo Corpo de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público e da Magistratura; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (com foto);

2) Cadastro de pessoas físicas (CPF);

3) Requerimento preenchido para concorrer às vagas reservadas conforme modelo constante do Anexo IV deste Edital;

4) Laudo Médico comprobatório da deficiência que deverá atender cumulativamente aos seguintes requisitos:

a) Atestar a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças – CID, bem como provável causa da deficiência;
b) Ser emitido assinado por médico devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina (o número do CRM deverá constar no Laudo Médico);
c) Ter sido emitido de forma legível e no máximo há 6 (seis) meses da data de publicação deste Edital.

5.5. A documentação enviada após o encerramento das inscrições, ou em desacordo com o item 5.4, será considerada intempestiva e não será analisada. Neste caso, o candidato não concorrerá as vagas reservadas e figurará na classificação de ampla concorrência.

5.6. Os laudos médicos terão valor somente para este Processo Seletivo Simplificado, não sendo devolvidos aos candidatos.

5.7. As pessoas com deficiência (PcD), resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal 3.289/99, particularmente em seu Artigo 4º, participarão do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere à avaliação e aos critérios de classificação exigidos para os demais candidatos.

5.8. O candidato classificado para as vagas reservadas às pessoas com deficiência, será submetido à avaliação médica ocupacional, após a convocação, para verificação da deficiência e da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo.

5.9. Os candidatos pessoa com deficiência (PcD) classificados, além de figurarem na classificação de ampla concorrência, terão seus nomes publicados na classificação das vagas reservadas, constando em ambas, a pontuação final e classificação ordinal em cada uma das listas.

5.10. O candidato pessoa com deficiência (PcD) cuja classificação permita que seja chamado na primeira convocação, mesmo sem a reserva, não deve ser computado para a reserva a ser cumprida no Processo Seletivo Simplificado, passando-se ao próximo candidato da classificação de ampla concorrência.

5.11. Caso o candidato pessoa com deficiência (PcD) seja considerado inapto para o cargo, será convocado o candidato imediatamente posterior. Vaga reservada e não provida por falta de candidatos pessoas com deficiência (PcD) ou por reprovação dos concorrentes será revertida para a classificação de ampla concorrência.

## 6. DA PROVA DE TÍTULOS

6.1. A classificação do Processo Seletivo Simplificado será efetuada mediante somatório de pontos obtidos da contagem de títulos e da experiência hospitalar e profissional, conforme a fórmula prevista no item 7.1.

6.2. A prova de títulos será de caráter classificatório em que serão avaliados segundo critérios de títulos acadêmicos e experiência profissional.

6.3. Para a atribuição de pontuação por títulos e pela experiência profissional comprovada, serão considerados as especificações e pontos no quadro abaixo:

| Módulo de Formação Acadêmica | |
|---|---|
| **TÍTULOS** | **PONTOS** |
| Pós-graduação em nível de Doutorado | 20 |
| Pós-graduação em nível de Mestrado | 10 |
| Pós-graduação em nível de Especialização | 1 |

| Módulo de Experiência Hospitalar | |
|---|---|
| **EXPERIÊNCIA** | **PONTOS** |
| Entre 1 e 11 meses completos | 10 |
| Entre 12 e 23 meses completos | 20 |
| Entre 24 e 59 meses completos | 30 |
| 60 meses completos ou mais | 40 |

| Módulo de Registro Profissional | |
|---|---|
| **EXPERIÊNCIA** | **PONTOS** |
| Entre 1 e 11 meses completos | 10 |
| Entre 12 e 23 meses completos | 20 |
| Entre 24 e 59 meses completos | 30 |
| 60 meses completos ou mais | 40 |

6.4. Para fins de classificação, serão considerados apenas os títulos de cursos de pós-graduação na área de atuação devidamente reconhecidos pelo Ministério da Educação e comprovados por meio da apresentação de diploma ou certificado com histórico.

6.5. Para fins de comprovação da experiência no cargo serão aceitos:

6.5.1. **Módulo de Experiência Hospitalar** (atuação do cargo pretendido com vínculo empregatício em ambiente hospitalar):

a) Declaração e/ou Certidão de Tempo de Serviço prestado emitido pela empresa contratante, assinada pelo seu representante legal, devidamente identificado, com especificação do cargo ocupado e CPF, contendo timbre, endereço e CNPJ, no qual deverá constar o período completo, ou seja, data de início e data de saída e a função exercida, bem como a descrição das atividades exercidas.

b) Cópia do Contrato de Trabalho no qual deverá constar o período completo, ou seja, data de início e data de saída e a função exercida, com as devidas assinaturas dos responsáveis contratantes;

c) Cópia da Carteira de Trabalho na qual deverá constar o período completo, ou seja, data de início e data de saída e a função exercida, com as devidas assinaturas dos responsáveis contratantes;

d) Em caso de vínculo ativo com o Município de Joinville (Efetivo ou Temporário) será aceito o holerite, relativo ao vínculo, disponível no site do Município de Joinville – Área do Servidor;

e) Os profissionais autônomos deverão apresentar cópia do contrato social da empresa por eles constituída e comprovante de inscrição atual no CNPJ. Nos

documentos deverá constar como objeto social da empresa a atividade do cargo.

6.5.2. **Módulo de Registro Profissional:** Consiste no tempo de inscrição no respectivo conselho profissional, a ser demonstrado mediante apresentação de declaração firmada pelo próprio conselho profissional de Santa Catarina e nos Conselhos de outros estados onde tenha atuado ou tenha tido registro profissional.

6.6. Fica estabelecido o limite de um título de Pós-graduação para fins de pontuação no Módulo de Formação Acadêmica.

6.7. Será considerado todo o período de experiência apresentado para fins de pontuação no Módulo de Registro Profissional e Módulo de Experiência Hospitalar. Os períodos concomitantes de cada módulo serão contabilizados uma única vez.

6.8. O candidato que não tiver Títulos e/ou Experiência poderá participar desta seleção, porém, contará com apenas 0 (zero) pontos no módulo.

6.9. Os documentos comprobatórios, de que trata o item 6.3, deverão ser digitalizados de forma integral, em formato PDF e encaminhado exclusivamente após o ato de convocação previsto no item 9.6. Os títulos serão avaliados por Comissão específica.

6.10. Não serão aceitos documentos encaminhados:

a) em modo diferente do especificado no item 6.4 e 6.5;

b) ilegíveis;

c) fora do prazo do ato convocatório.

6.11. É de responsabilidade do candidato o envio correto da documentação relativa à Prova de Títulos. O Município de Joinville reserva o direito de solicitar documento original para conferência a qualquer tempo.

## 7. DA CLASSIFICAÇÃO

7.1. A prova de títulos será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, sendo atribuído os pontos da tabela do item 6.3 conforme a fórmula abaixo:

| **Pontuação Final** = MFA + MEH + MRP |
|---|

**Onde**:
MFA = Módulo de Formação Acadêmica
MEH = Módulo de Experiência Hospitalar
MRP = Módulo de Registro Profissional

7.2. A classificação geral dar-se-á na ordem decrescente da pontuação final dos candidatos.
7.3. Ocorrendo empate na pontuação final, serão aplicados os critérios sucessivamente:
a) maior idade;
b) maior pontuação referente ao Módulo de Formação Acadêmica;
c) maior pontuação referente ao Módulo de Experiência Hospitalar;
d) maior pontuação referente ao Módulo de Registro Profissional;
e) ordem crescente de inscrição válida.

## 8. DOS RECURSOS

8.1. Serão admitidos pedidos de recursos contra o resultado preliminar.
8.2. Considerando que o Processo Seletivo Simplificado ocorre em razão da situação de emergência causada pela pandemia do coronavírus, o prazo para a interposição dos recursos será de 01 (um) dia útil, a contar do dia subsequente da publicação do ato, devendo o candidato enviar correspondência eletrônica para o endereço processoseletivo@joinville.sc.gov.br, nomeando o assunto do e-mail em caixa alta com a palavra RECURSO seguido do seu nome e cargo escolhido, bem como anexar em formato PDF os documentos contendo os seguintes documentos e requisitos:
a) Documento de identificação pessoal com foto;
b) Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
c) Ser fundamentado com argumentação lógica e clara.
8.3. Não serão aceitos pedidos de recursos interpostos por fac-símile, telex, ou qualquer meio postal, sendo que os intempestivos serão desconsiderados e os inconsistentes ou em desacordo com o modelo, constante no presente Edital, serão indeferidos.
8.4. Serão preliminarmente indeferidos:
a) Pedidos de recursos em que o teor seja desrespeitoso com a Comissão do Processo Seletivo Simplificado;
b) Pedidos de recursos impetrados em desacordo com o item 8.2;
c) Pedidos de recursos intempestivos.
8.5. Após a avaliação pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado, os resultados dos Pedidos de Recursos serão expressos como “Deferido” ou “Indeferido”.
8.6. A listagem com os resultados dos Pedidos de Recursos será publicada no endereço eletrônico www.joinville.sc.gov.br, e dela constará as seguintes informações: cargo, número de inscrição, resultado e decisão.

## 9. DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

9.1. Os candidatos classificados serão admitidos, obedecendo-se rigorosamente à ordem de classificação por cargo.
9.2. O candidato classificado no Processo Seletivo Simplificado e que vier a ser convocado/admitido para o cargo público a que concorreu, será lotado, a critério da Administração Pública, em qualquer das unidades ou órgãos do Município de Joinville, podendo ser removido ou transferido de ofício, a qualquer tempo, no interesse da Administração.
9.3. A classificação neste Processo Seletivo Simplificado não assegura ao candidato o direito de ingresso automático no quadro do Município de Joinville. A admissão temporária é dentro do interesse e conveniência da Administração Pública, observada a ordem de classificação dos candidatos.
9.4. O candidato classificado será convocado quando caracterizar-se a necessidade efetiva para admissão temporária através de publicação em Diário Oficial Eletrônico do Município de Joinville e correspondência enviada por e-mail cadastrado pelo candidato na inscrição.

9.5. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar os atos convocatórios publicados após a homologação do Processo Seletivo Simplificado.

9.5.1. O candidato classificado poderá registrar alteração de seu endereço eletrônico, após homologação final, enviando correspondência eletrônica para o endereço processoseletivo@joinville.sc.gov.br, nomeando o assunto do e-mail em caixa alta com a palavra ALTERAÇÃO E-MAIL seguido do seu nome e cargo escolhido, bem como anexar em formato PDF os documentos contendo os seguintes documentos e requisitos:

a) Documento de identificação pessoal com foto;
b) Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

9.5.2. Em não havendo registro de alteração do candidato de seu endereço eletrônico, considerar-se-á perfeita e acabada a convocação prevista no item 9.4, computando-se o prazo indicado no item 9.6 a partir do dia subsequente da data da publicação em Diário Oficial Eletrônico.

9.6. O candidato terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar do dia subsequente da data da publicação da convocação prevista no item 9.4, para enviar os documentos, digitalizados em formato PDF frente e verso, necessários à sua admissão, no endereço eletrônico sgp.uds.are@joinville.sc.gov.br, devendo nomear o assunto do e-mail em caixa alta com a palavra CONVOCAÇÃO seguido do seu nome e cargo escolhido, composta por:

a) Cédula de Identidade;
b) Documento com número de Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF);
c) Certidão de Quitação eleitoral;
d) Certidão de Nascimento (se solteiro) ou da Certidão de Casamento (se casado);
e) Diploma ou Histórico Escolar e Certificado de Conclusão de Curso Superior emitido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação com habilitação específica na área de atuação, quando expressamente exigida pelo Anexo III deste edital;
f) Registro no respectivo Conselho Profissional de Santa Catarina (SC) ou Órgão de Classe para as categorias ou profissões regulamentadas por lei;
g) Certidão Negativa de Processo Ético-Disciplinar no respectivo Conselho Profissional de Santa Catarina (SC) e nos Conselhos de outros estados onde tenha atuado ou tenha tido registro profissional;
h) Comprovante de quitação da última anuidade vencida do respectivo Conselho ou Certidão Negativa de Débitos;
i) Certificado de quitação do Serviço Militar;
j) Comprovante de endereço residencial (conta de água, luz, telefone residencial ou apresentar declaração de residência);
k) 1 (uma) foto 3x4 colorida recente;
l) Carteira de Trabalho constando os dados pessoais e número da carteira;
m) Número do PIS/PASEP;
n) Preenchimento de declarações fornecidas pelo Município de Joinville;
o) Aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, que será comprovada por meio de Atestado de Saúde Ocupacional – ASO, conforme item 9.9.1.
p) Documentos comprobatórios utilizados na Prova de Títulos disciplinado pelo item 6.

9.7. O não atendimento ao item 9.6 ou a adulteração de qualquer elemento constante da relação de documentos ou a não veracidade de qualquer declaração ou documento apresentado, verificada a qualquer tempo, implicará na eliminação do candidato do certame;

9.8. Ao ser convocado, o candidato deverá fazer a opção entre assumir ou desistir da vaga, não cabendo reclassificação.

9.9. A avaliação da aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo será comprovada após conferência dos documentos descritos no item 9.6 e autorizada mediante encaminhamento enviado ao candidato conforme segue:

9.9.1. **Classificados Ampla Concorrência:** O candidato terá o prazo de 5 dias úteis, a contar do dia subsequente do envio do encaminhamento para o candidato, para envio do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO digitalizado em formato PDF para o endereço eletrônico processoseletivo@joinville.sc.gov.br, devendo nomear o assunto do e-mail em caixa alta com a palavra ASO seguido do seu nome e cargo escolhido, e firmar data de início da admissão.

a) O candidato deverá providenciar em clínicas especializadas em Medicina do Trabalho o ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL – ASO, que deverá ser emitido após encaminhamento da Secretaria de Gestão de Pessoas, expedido por médico do trabalho, de acordo com os seguintes requisitos:
   1. Papel timbrado da empresa com respectivo CNPJ e endereço da clínica, devendo ser localizada no Município de Joinville;
   2. Carimbo com nome do profissional, número do registro no Conselho Regional de Medicina (CRM) e assinatura do médico responsável pela emissão do ASO;
   3. Nome completo do candidato, data de nascimento e cargo pretendido;
   4. Ateste que não se enquadra nas vedações descritas no item 3.1, haja vista que o presente Processo Seletivo Simplificado tem como objetivo promover a classificação de profissionais para atendimento direto ou indireto aos pacientes confirmados ou suspeitos de Coronavírus (COVID-19);
   5. Definição de Apto ou Inapto para assumir o cargo.

b) O Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e os possíveis exames médicos serão de responsabilidade e custos por conta do candidato.

9.9.2. **Classificados Pessoa com Deficiência (PcD):** O candidato classificado nas vagas reservadas às pessoas com deficiência, no prazo de 5 dias úteis, a contar do dia subsequente do envio do encaminhamento para o candidato, deverá submeter-se à avaliação médica promovida pela Secretaria de Gestão de Pessoas – Unidade de Saúde do Servidor, munido de Laudo Médico emitido no máximo há 6 (seis) meses da data de publicação do ATO DE CONVOCAÇÃO, que ateste espécie e grau, ou nível de necessidade especial, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença (CID-10), que verificará sua qualificação conforme o Artigo 4º do Decreto N°. 3.298/99 e Lei nº 13.146/15, bem como os portadores de visão monocular. Caso o candidato não tenha sido considerado pessoa com deficiência figurará na classificação de ampla concorrência. Neste caso o candidato continua inserido na classificação de ampla concorrência.

a) A avaliação médica ocupacional para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo pretendido, de acordo com a legislação em vigor, se dará da seguinte forma:
   1. Caso o candidato não tenha sido considerado pessoa com deficiência, figurará na classificação de ampla concorrência. Neste caso o candidato não será submetido ao exame de Saúde Ocupacional;
   2. O candidato, se aprovado na avaliação médica, será emitida a Declaração de Pessoa com Deficiência e da Compatibilidade com o Cargo. O candidato PcD terá o prazo de 5 dias úteis, a contar do dia subsequente da data de emissão desta declaração, para apresentar o Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) conforme descrito no item 9.9.1 letra “a”.

3. O candidato, se reprovado na avaliação médica que declara a incompatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

9.10. O não cumprimento dos prazos estabelecidos no item 9.9.1 ou 9.9.2 acarretará na eliminação do candidato do certame.

## 10. DO FORO JUDICIAL

10.1. O Foro para dirimir qualquer questão relacionada com o Processo Seletivo Simplificado de que trata este Edital é o da Comarca de Joinville.

## 11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. A homologação do resultado deste Processo Seletivo Simplificado será efetuada por cargo.
11.2. O Edital, as Portarias de Homologação e o resultado final (Ato de Homologação) serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Município de Joinville, onde constarão apenas os candidatos classificados no Processo Seletivo Simplificado.
11.3. Para todos os efeitos, deverá ser considerado o horário oficial de Brasília/DF.
11.4. As disposições e instruções contidas no requerimento de inscrição, avisos e atos constituirão normas que integram o presente Edital.
11.5. Será excluído do Processo Seletivo Simplificado o candidato que:
   a) fizer, em qualquer fase ou documento, declaração falsa ou inexata;
   b) não mantiver atualizado seu endereço eletrônico, conforme item 9.5.1.
11.6. É responsabilidade do candidato apresentar ao médico emissor do Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) as vedações do item 3.1.
11.7. É vedada a inscrição neste Processo Seletivo Simplificado de quaisquer membros da Comissão do Processo Seletivo Simplificado.
11.8. Não será fornecido ao candidato qualquer documento comprobatório de classificação no Processo Seletivo Simplificado, valendo para esse fim, a Portaria de Homologação do Resultado Final.
11.9. O candidato, ao se inscrever, concorda que seu nome, dados de identificação e pontos que tiver obtido na classificação sejam publicados na internet e em qualquer outra mídia de acordo com as exigências legais e ou conveniência da Administração.
11.10. Os casos não previstos, no que tange à realização deste Processo Seletivo Simplificado, serão resolvidos, pelo Município de Joinville.

Joinville (SC), 18 de maio de 2020.

Cinthia Friedrich
Secretária de Gestão de Pessoas

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL 002-2020-SGP**

**ANEXO I – CRONOGRAMA**

| Evento | Data Prevista |
|---|---|
| Publicação do Edital | 18/05/2020 |
| Período de inscrições | 19/05/2020 a 21/05/2020 |
| Publicação das inscrições e resultado preliminar | 21/05/2020 |
| Período de interposição de recursos resultado preliminar | 22/05/2020 |
| Publicação dos resultados dos pedidos de recursos resultado preliminar | 25/05/2020 |
| Publicação do resultado final | 25/05/2020 |

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL 002-2020-SGP**

**ANEXO II – Cargo, Carga Horária, Vagas e Remuneração**

**A. CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL – NÍVEL SUPERIOR**

| Cargo | Carga Horária | Vagas Ampla Concorrência | Vagas PcD[1] | Total de Vagas | Remuneração Base |
|---|---|---|---|---|---|
| Enfermeiro | 220h/mês | Cadastro Reserva - CR | - | CR | R$ 4.895,34 |
| Fisioterapeuta | 180h/mês | 01 | - | 01+ CR | R$ 4.895,34 |
| Fonoaudiólogo | 180h/mês | 01 | - | 01+ CR | R$ 4.895,34 |
| Nutricionista | 220h/mês | 01 | - | 01+ CR | R$ 4.895,34 |
| Psicólogo | 200h/mês | Cadastro Reserva - CR | - | CR | R$ 4.895,34 |
| Terapeuta Ocupacional | 180h/mês | Cadastro Reserva - CR | - | CR | R$ 4.895,34 |

Abreviaturas:
1 - PcD = Pessoa com Deficiência

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL 002-2020-SGP**

**ANEXO III – Atividades, Escolaridade e Requisitos**

**A. CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL – NÍVEL SUPERIOR ~~EM ANDAMENTO~~**

**CARGO: ENFERMEIRO**
**Descrição Sumária:** É responsável por organizar, planejar, coordenar, executar e avaliar os serviços de enfermagem e assistência de enfermagem; coordenar as ações da equipe de enfermagem na assistência ao usuário, avaliando o seu estado de saúde, diagnosticando suas necessidades de cuidados, formulando um plano de cuidados, implementando-o e avaliando-o quanto à sua efetividade na assistência à saúde do cliente, tanto na área ambulatorial quanto nas urgências/emergências; exercer funções de vigilância sanitária, vigilância epidemiológica e saúde do trabalhador; realizar análises técnicas; e coordenar e participar dos diversos programas de saúde propostos pelo Ministério da Saúde.
**Pré-requisito:** Ensino Superior Completo em Enfermagem e Registro no respectivo Conselho Profissional de Santa Catarina (SC) como Enfermeiro em situação regular.

**CARGO: FISIOTERAPEUTA**
**Descrição Sumária:** É responsável por construir o diagnóstico dos distúrbios cinéticos funcionais, prescrevendo condutas fisioterapêuticas, a sua ordenação e indução do paciente; acompanhar a evolução do quadro clínico funcional e as condições para a alta do serviço, aplicando as técnicas fisioterapêuticas para prevenção, readaptação e recuperação de pacientes; desenvolver e implementar programas de prevenção em saúde geral e do trabalho; e realizar demais análises técnicas referentes à área de formação.
**Pré-Requisito:** Ensino Superior Completo em Fisioterapia e Registro no respectivo Conselho Profissional de Santa Catarina (SC) como Fisioterapeuta em situação regular.

**CARGO: FONOAUDIÓLOGO**
**Descrição Sumária:** É responsável por promoção da saúde, avaliação e diagnóstico, orientação, terapia de habilitação e/ou reabilitação, monitoramento e aperfeiçoamento de aspectos fonoaudiológicos envolvidos na função auditiva periférica e central, na função vestibular, na linguagem oral e escrita, na articulação da fala, na voz, na fluência, no sistema miofuncional orofacial e cervical e na deglutição.
**Pré-Requisito:** Ensino Superior Completo em Fonoaudiologia e Registro no respectivo Conselho Profissional de Santa Catarina (SC) como Fonoaudiólogo em situação regular.

**CARGO: PSICÓLOGO**
**Descrição Sumária:** É responsável por prestar atendimento psicológico, triando, entrevistando e realizando consultas individuais, coletivas e/ou familiares; desenvolver programas, levantamentos e estudos psicológicos; desenvolver planos terapêuticos, acompanhamentos dos pacientes e orientação às famílias; discutir casos, desenvolver temas de capacitação e realizar visitas domiciliares e atendimentos conjunto, para melhorar a saúde e a qualidade de vida da população; e realizar demais análises técnicas relacionadas à área de formação.
**Pré-Requisito:** Ensino Superior Completo em Psicologia e Registro no respectivo Conselho Profissional de Santa Catarina (SC) como Psicólogo em situação regular.

**CARGO: NUTRICIONISTA**
**Descrição Sumária:** É responsável por desenvolver, coordenar e implementar programas nutricionais; realizar atendimento ambulatorial, assistência técnica e instrução ao campo de profissionais no âmbito de sua atuação, de modo a possibilitar a recuperação ou a prevenção de deficiências ou doenças por motivos nutricionais; participar e realizar atividades educativas para a qualificação do atendimento; e realizar demais análises técnicas relacionadas à área de formação.
**Pré-Requisito:** Ensino Superior Completo em Nutrição e Registro no respectivo Conselho Profissional de Santa Catarina (SC) como Nutricionista em situação regular.

**CARGO: TERAPEUTA OCUPACIONAL**
**Descrição Sumária:** É responsável por propiciar o desenvolvimento, tratamento e reabilitação de indivíduos ou grupos que necessitem de cuidados, físicos, sensoriais, psicológicos e/ou sociais, de forma a promover e ampliar o seu desempenho, bem estar, autonomia e participação social, bem como por realizar demais análises técnicas relacionadas à área de formação.
**Pré-Requisito:** Ensino Superior Completo em Terapia Ocupacional e Registro no respectivo Conselho Profissional de Santa Catarina (SC) como Terapeuta Ocupacional em situação regular.

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – Edital 002-2020-SGP**

**CONSIDERANDO** a Lei Federal n° 13.979/2020 que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019;
**CONSIDERANDO** a situação causada pela pandemia de COVID-19, torna-se necessário o reforço de servidores temporários na área da saúde, priorizando assim, adoção de medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública resguardando o art. 196 da Constituição Federal.

O Município de Joinville, através da Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso das respectivas atribuições legais, em conformidade com o disposto no inciso IX da Constituição Federal, o art. 113 da Lei Orgânica do Município, bem como no inciso II do artigo 2° da Lei Complementar n° 230/2007 que dispõem sobre a admissão de pessoal por tempo determinado, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público e declaração da situação de emergência no Município de Joinville por meio do Decreto Municipal n° 37.630/2020, torna pública a realização de Processo Seletivo Simplificado – PSS para provimento de cargos em **caráter temporário,** do Quadro Único do Pessoal da Administração Direta e Indireta do Município de Joinville e Hospital Municipal São José, regido pelas normas estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

## 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo Simplificado destina-se ao provimento de cargo por tempo determinado a fim de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, sempre no interesse do Município de Joinville, observada a ordem classificatória dos candidatos.
1.2. O Processo Seletivo Simplificado será realizado sob a responsabilidade da Secretaria de Gestão de Pessoas do Município de Joinville, coordenado por Comissão específica, obedecidas as normas do presente Edital.
1.3. O Edital, seus anexos, bem como em eventuais alterações e comunicações serão publicados no Diário Oficial do Município de Joinville. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar, no endereço eletrônico www.joinville.sc.gov.br, a publicação de todos os atos referentes a este Processo Seletivo Simplificado.
1.4. O Processo Seletivo Simplificado terá validade de 08 (oito) meses a contar da data do ato de homologação do resultado final, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Município de Joinville.
1.5. Os documentos relacionados a seguir são parte integrante do presente Edital de Processo Seletivo Simplificado:
Anexo I – Cronograma;
Anexo II – Cargo, Carga Horária, Vagas e Remuneração;
Anexo III – Atividades, Escolaridade e Requisitos;
Anexo IV – Requerimento para concorrer às Vagas Reservadas;

## 2. DOS CARGOS

2.1. Os cargos objetos deste Processo Seletivo Simplificado, as respectivas vagas, carga horária, remuneração, atividades, escolaridade e requisitos estão indicados nos anexos II e III.
2.2. Os candidatos classificados poderão ser convocados para (atender a necessidade temporária de excepcional interesse público) o preenchimento das vagas que vierem a surgir no Quadro Único do Pessoal da Administração Direta e Indireta do Município de Joinville e/ou Hospital Municipal São José, dentro do prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado.
2.3. São requisitos legais para o ingresso no serviço público municipal e especificamente deste Edital,

devendo o candidato atender e comprovar cumulativamente no ato da convocação, apresentando prova de:

a) ter nacionalidade brasileira, ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado das prerrogativas dos Decretos números 70.391 de 12 de abril de 1972 e 70.436 de 18 de abril de 1972 e Artigo 12, § 1º da Constituição Federal do Brasil;
b) encontrar-se no pleno gozo de seus direitos civis e políticos;
c) estar quite com as obrigações eleitorais e, se do sexo masculino, também com as militares;
d) cumprir as regras estabelecidas neste Edital;
e) ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos;
f) ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, que será comprovada por meio de Atestado de Saúde Ocupacional;
g) não ter sofrido pena de demissão ou de destituição de cargo público, no Município de Joinville ou outro ente público, nos últimos 05 (cinco) anos;
h) não exercer outro emprego, cargo, ou função pública e não possuir aposentadoria, no serviço público, em qualquer das esferas de governo, ressalvadas as exceções constitucionais, apresentando declaração própria sobre essa condição;
i) ter sido classificado no Processo Seletivo Simplificado e possuir todos os requisitos específicos exigidos para o cargo na forma estabelecida do Anexo III.
j) não possuir restrições listadas no item 3 deste Edital (DAS VEDAÇÕES).

## 3. DAS VEDAÇÕES

3.1. Considerando que o presente Processo Seletivo Simplificado tem como objetivo promover a classificação de profissionais de nível superior para atendimento direto ou indireto aos pacientes confirmados ou suspeitos de Coronavírus (COVID-19), fica vedada a admissão de candidatos com as seguintes restrições:

a) possuir idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos;
b) diabetes insulino-dependente;
c) apresentar doenças respiratórias crônicas;
d) cardiopatas;
e) hipertensão;
f) gestantes ou lactantes de crianças até 1 (um) ano de idade;
g) outras afecções que deprimam o sistema imunológico.

## 4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. A inscrição será efetuada, exclusivamente, via *internet*, através do endereço eletrônico www.joinville.sc.gov.br.

4.2. Não haverá cobrança de taxa de inscrição para este Processo Seletivo Simplificado.

4.3. Considerando que o Processo Seletivo Simplificado ocorre em razão da situação de emergência causada pela pandemia do coronavírus, o período das inscrições é das 08h00min do dia 19/05/2020 até 08h00min do dia 21/05/2020.

4.4. A etapa de inscrição é composta pelo cadastro dos dados pessoais, seleção do cargo e títulos que se refere este Processo Seletivo Simplificado no Formulário Eletrônico de Inscrição disponível no endereço citado no item 4.1.

4.5. A conclusão da inscrição fica condicionada ao preenchimento e a confirmação do Formulário Eletrônico de Inscrição que deverá gerar o comprovante de inscrição. É responsabilidade do candidato realizar a impressão, gravar e/ou enviar para o seu próprio e-mail o Formulário Eletrônico de Inscrição.

serviços essenciais prestados no hospital e orientando a Residência Médica.
**Pré-Requisito:** Ensino Superior Completo em Medicina, Registro no respectivo Conselho Profissional de Santa Catarina (SC) em situação regular e Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Otorrinolaringologia.

**CARGO: MÉDICO PLANTONISTA RADIOLOGISTA**
**Descrição Sumária:** É responsável pela realização de exames, diagnósticos e emissão de laudos de exames radiográficos, ultrassonográficos gerais e específicos, tomografias e ressonâncias, empregando técnicas específicas da medicina, a fim de promover a proteção, a recuperação e a reabilitação da saúde, respeitando e colaborando no aperfeiçoamento de normas e procedimentos operacionais, participar das reuniões necessárias ao desenvolvimento técnico-científico, promover incremento na qualidade do atendimento médico, melhorando a relação médico-paciente e observar os preceitos éticos no decorrer da execução de suas atividades, elaboração de escalas de trabalho na área, visando a racionalização, o conforto e a segurança dos pacientes e da equipe e elaboração de protocolos, contribuindo com os serviços essenciais prestados no hospital e orientando a Residência Médica.
**Pré-Requisito:** Ensino Superior Completo em Medicina, Registro no respectivo Conselho Profissional de Santa Catarina (SC) em situação regular e Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Radiologia e Diagnóstico por Imagem.

**CARGO: MÉDICO PLANTONISTA RADIOTERAPEUTA**
**Descrição Sumária:** É responsável pela avaliação, diagnóstico, proposição de tratamento e aplicação de radioterapia em pacientes com câncer, acompanhando a evolução e determinando a prescrição da dose terapêutica, objetivando a melhora do quadro do paciente, respeitando e colaborando no aperfeiçoamento de normas e procedimentos operacionais, participar das reuniões necessárias ao desenvolvimento técnico-científico, promover incremento na qualidade do atendimento médico, melhorando a relação médico-paciente e observar os preceitos éticos no decorrer da execução de suas atividades, elaboração de escalas de trabalho na área, visando a racionalização, o conforto e a segurança dos pacientes e da equipe e elaboração de protocolos, contribuindo com os serviços essenciais prestados no hospital e orientando a Residência Médica.
**Pré-Requisito:** Ensino Superior Completo em Medicina, Registro no respectivo Conselho Profissional de Santa Catarina (SC) em situação regular e Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Radioterapia.

**CARGO: MÉDICO PLANTONISTA UROLOGISTA**
**Descrição Sumária:** É responsável pelo atendimento de referência e de emergência, procedendo aos exames complementares, diagnósticos, orientações de trabalho e acompanhamento de pacientes portadores de doenças das vias urinárias, bem como, a realização das intervenções cirúrgicas eletivas e de urgência e emergência, realizar exames em urodinâmica e endoscopia urinária baixa, e contribuição em programas preventivos, reuniões e outros que possibilitem a melhoria das condições gerais de saúde da população, respeitando e colaborando no aperfeiçoamento de normas e procedimentos operacionais, participar das reuniões necessárias ao desenvolvimento técnico-científico, promover incremento na qualidade do atendimento médico, melhorando a relação médico-paciente e observar os preceitos éticos no decorrer da execução de suas atividades, elaboração de escalas de trabalho na área, visando a racionalização, o conforto e a segurança dos pacientes e da equipe e elaboração de protocolos, contribuindo com os serviços essenciais prestados no hospital e orientando a Residência Médica.

**Pré-Requisito:** Ensino Superior Completo em Medicina, Registro no respectivo Conselho Profissional de Santa Catarina (SC) em situação regular e Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Urologia.

**C. CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL – NÍVEL SUPERIOR – MUNICÍPIO DE JOINVILLE**

**CARGO: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL - 100/200 HORAS/MÊS**
**Descrição Sumária:** É responsável pela preparação e aplicação de aulas para turmas de Educação Infantil da rede Municipal de Ensino, propiciando a construção de conhecimentos pertinentes às suas diversas áreas, acompanhando o desempenho, de modo a possibilitar a construção de situações de aprendizagens significativas; e, atualização do sistema de monitoramento de notas e frequência regularmente.
**Pré-Requisito:** Ensino Superior, de graduação plena, em curso de Licenciatura de Pedagogia, nos termos da Resolução CNE/CP nº 1 de 15 de maio de 2006, do Conselho Nacional de Educação; ou Pedagogia ou Normal Superior com habilitação específica na área de atuação, em Faculdade/Universidade com Registro no MEC.

**CARGO: PROFESSOR DE 1º AO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL – SÉRIES INICIAIS**
**Descrição Sumária:** É responsável pela preparação e aplicação de aulas para turmas do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, propiciando a construção de conhecimentos referentes às diversas áreas que envolvem a aprendizagem, acompanhando o desempenho, de modo a possibilitar a assimilação e afixação do conhecimento, e, atualização do sistema de monitoramento de notas e frequência regularmente.
**Pré-Requisito:** Ensino Superior, de graduação plena, em curso de Licenciatura de Pedagogia, nos termos da Resolução CNE/CP nº 1 de 15 de maio de 2006, do Conselho Nacional de Educação; ou Pedagogia ou Normal Superior com habilitação específica na área de atuação, em Faculdade/Universidade com Registro no MEC.

**CARGO: PROFESSOR DO 6º AO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL – CIÊNCIAS DA RELIGIÃO**
**Descrição Sumária:** É responsável pela gestão da sala de aula, trabalhando os conteúdos de sua área de atuação de forma dinâmica e variada, possibilitando o desenvolvimento intelectual do aluno, preparando-o para atuação responsável na sociedade, e, atualização do sistema de monitoramento de notas e frequência regularmente.
**Pré-Requisito:** Ensino Superior e Licenciatura Plena específica em Ciências da Religião ou Ensino Superior e Licenciatura Plena em Filosofia, em Faculdade/ Universidade com registro no MEC.

**CARGO: PROFESSOR DO ENSINO FUNDAMENTAL – ARTE**
**Descrição Sumária:** É responsável pelo planejamento e realização de atividades para as turmas do Ensino Fundamental, propiciando a construção do conhecimento referente as diversas linguagens que envolve o ensino da Arte, e, atualização do sistema de monitoramento de notas e frequência regularmente.
**Pré-Requisito:** Ensino Superior e Licenciatura Plena específica em Arte em Faculdade/ Universidade com registro no MEC.

**CARGO: PROFESSOR DO ENSINO FUNDAMENTAL – INGLÊS**
**Descrição Sumária:** É responsável pela gestão da sala de aula, trabalhando os conteúdos de sua área de atuação de forma dinâmica e variada, possibilitando o desenvolvimento intelectual do aluno, preparando-o para atuação responsável na sociedade, e, atualização do sistema de monitoramento de notas e frequência regularmente.
**Pré-Requisito:** Ensino Superior e Licenciatura Plena específica em Letras/Inglês em

Faculdade/Universidade com registro no MEC.

**D. CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL - NÍVEL MÉDIO – MUNICÍPIO DE JOINVILLE**

**CARGO: AUXILIAR DE EDUCADOR (FORMAÇÃO MAGISTÉRIO)**
**Descrição Sumária:** É responsável pelo suporte ao professor na execução de atividades pedagógicas junto a crianças e adolescentes; pela coordenação das atividades de lazer na ausência deste; acompanhamento e orientação nas necessidades básicas de alimentação, higiene e segurança dos alunos, de modo a colaborar no cumprimento dos objetivos dos diversos programas desenvolvidos. O auxiliar de educador poderá atender aos alunos com deficiência e transtornos globais de desenvolvimento, dependentes nas atividades de vida diária (higiene, alimentação e locomoção).
**Pré-Requisito:** Ensino Médio – Magistério.

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL 005-2020-SGP**

**ANEXO IV – REQUERIMENTO PARA CONCORRER ÀS VAGAS RESERVADAS**

| **Edital 005-2020-SGP** |
|---|

| **COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO** | |
|---|---|
| Nome do Candidato: | |
| CPF: | Número de Inscrição: |

**VENHO REQUERER** a inscrição como candidato **PESSOA COM DEFICIÊNCIA**, e, **Declaro**, desde já, que preencho os requisitos necessários para deferimento da solicitação, e que as informações e documentos aqui apresentados são verdadeiros. **DECLARO** ciência de que a não apresentação de qualquer documento para comprovar a condição que garante o deferimento da solicitação ou ainda apresentação dos documentos fora dos padrões, prazos e forma solicitados, implicará indeferimento da solicitação.

| **DESCREVER OS DADOS ABAIXO COM BASE NO ATESTADO MÉDICO:** |
|---|

Tipo de deficiência:
Código correspondente da Classificação Internacional de Doença (CID):
Nome do Médico Responsável pelo Atestado:

**ESTE FORMULÁRIO DEVERÁ SER ENVIADO JUNTAMENTE COM O ATESTADO MÉDICO, CONFORME PREVISTO NO EDITAL ITEM 5.**

| Local e Data: | Assinatura |
|---|---|

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL 005-2020-SGP**

**ANEXO III – Atividades, Escolaridade e Requisitos**

**A. CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL – NÍVEL SUPERIOR**

**CARGO: ASSISTENTE SOCIAL**
**Descrição Sumária:** É responsável pela prestação e administração dos serviços sociais nas diversas áreas: educação, saúde, habitação, assistência e no âmbito organizacional, elaboração de projetos, diagnósticos e pesquisas na área de serviço social, planejamento social, orientações individuais e de grupos.
**Pré-Requisito:** Ensino Superior Completo em Serviço Social e Registro no respectivo Conselho Profissional de Santa Catarina (SC) como Serviço Social em situação regular.

**CARGO: ENFERMEIRO**
**Descrição Sumária:** É responsável por organizar, planejar, coordenar, executar e avaliar os serviços de enfermagem e assistência de enfermagem; coordenar as ações da equipe de enfermagem na assistência ao usuário, avaliando o seu estado de saúde, diagnosticando suas necessidades de cuidados, formulando um plano de cuidados, implementando-o e avaliando-o quanto à sua efetividade na assistência à saúde do cliente, tanto na área ambulatorial quanto nas urgências/emergências; exercer funções de vigilância sanitária, vigilância epidemiológica e saúde do trabalhador; realizar análises técnicas; e coordenar e participar dos diversos programas de saúde propostos pelo Ministério da Saúde.
**Pré-Requisito:** Ensino Superior Completo em Enfermagem e Registro no respectivo Conselho Profissional de Santa Catarina (SC) como Enfermeiro em situação regular.

**CARGO: FISIOTERAPEUTA**
**Descrição Sumária:** É responsável por construir o diagnóstico dos distúrbios cinéticos funcionais, prescrevendo condutas fisioterapêuticas, a sua ordenação e indução do paciente; acompanhar a evolução do quadro clínico funcional e as condições para a alta do serviço, aplicando as técnicas fisioterapêuticas para prevenção, readaptação e recuperação de pacientes; desenvolver e implementar programas de prevenção em saúde geral e do trabalho; e realizar demais análises técnicas referentes à área de formação.
**Pré-Requisito:** Ensino Superior Completo em Fisioterapia e Registro no respectivo Conselho Profissional de Santa Catarina (SC) como Fisioterapeuta em situação regular.

**CARGO: FONOAUDIÓLOGO**
**Descrição Sumária:** É responsável por promoção da saúde, avaliação e diagnóstico, orientação, terapia de habilitação e/ou reabilitação, monitoramento e aperfeiçoamento de aspectos fonoaudiológicos envolvidos na função auditiva periférica e central, na função vestibular, na linguagem oral e escrita, na articulação da fala, na voz, na fluência, no sistema miofuncional orofacial e cervical e na deglutição.
**Pré-Requisito:** Ensino Superior Completo em Fonoaudiologia e Registro no respectivo Conselho Profissional de Santa Catarina (SC) como Fonoaudiólogo em situação regular.

**CARGO: MÉDICO CARDIOLOGISTA**
**Descrição Sumária:**É responsável pelo atendimento médico na área de cardiologia, procedendo aos exames, diagnóstico, orientações de tratamento e acompanhamento de pacientes, bem como pela contribuição em programas preventivos que possibilitem melhores condições de saúde à população e na participação e realização de atividades educativas para a qualificação do atendimento, prestar

serviços de saúde mediados por tecnologias e realizar demais análises técnicas referentes à área de formação.
**Pré-Requisito:** Ensino Superior Completo em Medicina, Registro no Conselho Profissional de Santa Catarina (SC) em situação regular e Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Cardiologia.

**CARGO: MÉDICO CIRURGIÃO PLÁSTICO**
**Descrição Sumária:** É responsável pelo atendimento médico na área de cirurgia plástica realizando os exames, diagnóstico e procedimentos cirúrgicos aos pacientes, encaminhados por médicos das especialidades básicas e outros serviços, seguindo as diretrizes técnicas estabelecidas pela instituição, a fim de promover e restabelecer a saúde e o bem-estar do paciente, prestar serviços de saúde mediados por tecnologias e realizar demais análises técnicas referentes à área de formação.
**Pré-Requisito:** Ensino Superior Completo em Medicina, Registro no Conselho Profissional de Santa Catarina (SC) em situação regular e Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Cirurgia Plástica.

**CARGO: MÉDICO CIRURGIÃO PLÁSTICO FISSURA LABIAL**
**Descrição Sumária:** É responsável pelo atendimento de referência, realizando exames, diagnósticos, orientações de tratamento e acompanhamento de pacientes queimados que necessitem de tratamento da fase aguda e/ou cirurgia reparadora, assistência a pacientes internados que necessitem de intervenção da especialidade da cirurgia plástica, reparadora e microcirurgia, bem como, pela contribuição em programas preventivos, reuniões e outros que possibilitem a melhoria das condições gerais de saúde da população, respeitando e colaborando no aperfeiçoamento de normas e procedimentos operacionais, participar das reuniões necessárias ao desenvolvimento técnico-científico, promover incremento na qualidade do atendimento médico, melhorando a relação médico-paciente e observar os preceitos éticos no decorrer da execução de suas atividades, elaboração de escalas de trabalho na área, visando a racionalização, o conforto e a segurança dos pacientes e da equipe e elaboração de protocolos, contribuindo com os serviços essenciais prestados no hospital e orientando a Residência Médica, prestar serviços de saúde mediados por tecnologias e realizar demais análises técnicas referentes à área de formação.
**Pré-Requisito:** Ensino Superior Completo em Medicina, Registro no Conselho Profissional de Santa Catarina (SC) em situação regular e Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Cirurgia Plástica.

**CARGO: MÉDICO CIRURGIÃO VASCULAR**
**Descrição Sumária:** É responsável pelo atendimento médico na área de cirurgia vascular realizando os exames, diagnóstico e procedimentos cirúrgicos aos pacientes, encaminhados por médicos das especialidades básicas e outros serviços, seguindo as diretrizes técnicas estabelecidas pela instituição, a fim de promover e restabelecer a saúde e o bem-estar do paciente, prestar serviços de saúde mediados por tecnologias e realizar demais análises técnicas referentes à área de formação.
**Pré-Requisito:** Ensino Superior Completo em Medicina, Registro no Conselho Profissional de Santa Catarina (SC) em situação regular e Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Cirurgia Vascular.

**CARGO: MÉDICO CLÍNICA MÉDICA**
**Descrição Sumária:** É responsável pelo atendimento médico ambulatorial, procedendo aos exames, diagnóstico, orientações de tratamento e acompanhamento de pacientes, inclusive no domicílio bem como pela contribuição em programas preventivos que possibilitem melhores condições de saúde à população e na participação e realização de atividades educativas para a qualificação do atendimento, prestar serviços de saúde mediados por tecnologias e realizar demais análises técnicas referentes à área de formação.

**Pré-Requisito:** Ensino Superior Completo em Medicina e Registro no Conselho Profissional de Santa Catarina (SC) em situação regular.

**CARGO: MÉDICO DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA**
**Descrição Sumária:** É responsável pela prestação de cuidados médicos primários à saúde, dentro do contexto de atendimento integral aos indivíduos e às famílias, realizando ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, estabelecendo vínculos com a comunidade, atuando junto à equipe multidisciplinar e participando e realizando atividades educativas junto aos profissionais da equipe e comunidade, prestar serviços de saúde mediados por tecnologias e realizar demais análises técnicas referentes à área de formação.
**Pré-requisito:** Ensino Superior Completo em Medicina e Registro no Conselho Profissional de Santa Catarina (SC) em situação regular.

**CARGO: MÉDICO DERMATOLOGISTA**
**Descrição Sumária:** É responsável pelo atendimento médico na área de dermatologia realizando os exames, diagnóstico e procedimentos, inclusive cirúrgico, aos pacientes, encaminhados por médicos das especialidades básicas e outros serviços, seguindo as diretrizes técnicas estabelecidas pela instituição, a fim de promover e restabelecer a saúde e o bem-estar do paciente, prestar serviços de saúde mediados por tecnologias e realizar demais análises técnicas referentes à área de formação.
**Pré-Requisito:** Ensino Superior Completo em Medicina e Registro no respectivo Conselho Profissional de Santa Catarina (SC) em situação regular e Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Dermatologia.

**CARGO: MÉDICO ENDOCRINOLOGISTA**
**Descrição Sumária:** É responsável pelo atendimento médico na área de endocrinologia, procedendo aos exames, diagnóstico, orientações de tratamento e acompanhamento de pacientes, encaminhados por médicos das especialidades básicas e outros serviços, seguindo as diretrizes técnicas estabelecidas pela instituição, bem como pela contribuição em programas preventivos que possibilitem melhores condições de saúde à população e na participação e realização de atividades educativas para a qualificação do atendimento, prestar serviços de saúde mediados por tecnologias e realizar demais análises técnicas referentes à área de formação.
**Pré-Requisito:** Ensino Superior Completo em Medicina, Registro no respectivo Conselho Profissional de Santa Catarina (SC) em situação regular e Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Endocrinologia.

**CARGO: MÉDICO FISIATRA**
**Descrição Sumária:** É responsável pelo atendimento médico a pacientes de qualquer faixa etária com incapacidade funcional, devido a uma doença, traumatismo, acidente ou mal formação congênita. Especialidade que se ocupa do diagnóstico e terapêutica de diferentes entidades tais como as subsequentes a patologias traumática, a lesões do sistema nervoso central e periférico, orto-traumatológicas, cardio-respiratórias, reumatológicas, vasculares periféricas, pediátricas entre outras. Aplica diferentes estratégias terapêuticas que vão prevenir ou reduzir as múltiplas consequências clínicas das doenças agudas e crônicas, proporcionando melhor qualidade de vida, independência e autonomia, prestar serviços de saúde mediados por tecnologias e realizar demais análises técnicas referentes à área de formação.
**Pré-Requisito:** Ensino Superior Completo em Medicina, Registro no respectivo Conselho Profissional de Santa Catarina (SC) em situação regular e Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Medicina Física e Reabilitação.

**CARGO: MÉDICO GASTROENTEROLOGISTA**
**Descrição Sumária:** É responsável pelo atendimento médico na área de gastroenterologia realizando os exames, diagnóstico e procedimentos, inclusive cirúrgico, aos pacientes, encaminhados por médicos das especialidades básicas e outros serviços, seguindo as diretrizes técnicas estabelecidas pela instituição, a fim de promover e restabelecer a saúde e o bem-estar do paciente, prestar serviços de saúde mediados por tecnologias e realizar demais análises técnicas referentes à área de formação.
**Pré-Requisito:** Ensino Superior Completo em Medicina, Registro no respectivo Conselho Profissional de Santa Catarina (SC) em situação regular e Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Gastroenterologia.

**CARGO: MÉDICO GASTROENTEROLOGISTA PEDIATRA**
**Descrição Sumária:** É responsável pelo atendimento médico ambulatorial de referencia, procedendo aos exames, diagnósticos, orientações de tratamento e acompanhamento de pacientes bebês, crianças e adolescentes, portadores de doenças do aparelho digestivo, bem como pela contribuição em programas preventivos, reuniões e outros que possibilitem a melhoria das condições gerais de saúde da população, prestar serviços de saúde mediados por tecnologias e realizar demais análises técnicas referentes à área de formação.
**Pré-Requisito:** Ensino Superior Completo em Medicina, Registro no respectivo Conselho Profissional de Santa Catarina (SC) em situação regular e Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Gastroenterologia Pediátrica.

**CARGO: MÉDICO GERIATRA**
**Descrição Sumária:** É responsável pelo atendimento médico na área de geriatria, procedendo aos exames, diagnóstico, orientações de tratamento e acompanhamento de pacientes, bem como pela contribuição em programas preventivos que possibilitem melhores condições de saúde à população e na participação e realização de atividades educativas para a qualificação do atendimento, prestar serviços de saúde mediados por tecnologias e realizar demais análises técnicas referentes à área de formação.
**Pré-Requisito:** Ensino Superior Completo em Medicina, Registro no respectivo Conselho Profissional de Santa Catarina (SC) em situação regular e Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Geriatria.

**CARGO: MÉDICO GINECOLOGISTA/OBSTETRA**
**Descrição Sumária:** É responsável pelo atendimento médico na área de ginecologia, inclusive obstétrico, procedendo aos exames, diagnóstico, orientações de tratamento e acompanhamento de pacientes, bem como pela contribuição em programas preventivos que possibilitem melhores condições de saúde à população e na participação e realização de atividades educativas para a qualificação do atendimento, prestar serviços de saúde mediados por tecnologias e realizar demais análises técnicas referentes à área de formação.
**Pré-Requisito:** Ensino Superior Completo em Medicina, Registro no respectivo Conselho Profissional de Santa Catarina (SC) em situação regular e Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Ginecologia e Obstetrícia.

**CARGO: MÉDICO GINECOLOGISTA/PATOLOGIA DE COLO**
**Descrição Sumária:** É responsável pelo atendimento médico na área de ginecologia, especificamente patologia de colo procedendo aos exames, diagnóstico, orientações de tratamento e acompanhamento de pacientes, inclusive cirúrgico, bem como pela contribuição em programas preventivos que possibilitem melhores condições de saúde à população e na participação e realização de atividades educativas para a qualificação do atendimento, prestar serviços de saúde mediados por tecnologias e realizar demais análises técnicas referentes à área de formação.

**Pré-Requisito:** Ensino Superior Completo em Medicina, Registro no respectivo Conselho Profissional de Santa Catarina (SC) em situação regular e Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Ginecologia e Obstetrícia.

**CARGO: MÉDICO INFECTOLOGISTA**
**Descrição Sumária:** É responsável pelo atendimento médico na área de infectologia realizando os exames, diagnóstico e procedimentos aos pacientes, encaminhados por médicos das especialidades básicas e outros serviços, seguindo as diretrizes técnicas estabelecidas pela instituição, a fim de promover e restabelecer a saúde e o bem-estar do paciente, prestar serviços de saúde mediados por tecnologias e realizar demais análises técnicas referentes à área de formação.
**Pré-Requisito:** Ensino Superior Completo em Medicina, Registro no respectivo Conselho Profissional de Santa Catarina (SC) em situação regular e Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Infectologia.

**CARGO: MÉDICO MASTOLOGISTA**
**Descrição Sumária:** É responsável pelo atendimento médico na área de mastologia, procedendo aos exames, diagnóstico, orientações de tratamento e acompanhamento de pacientes, inclusive cirúrgico, bem como pela contribuição em programas preventivos que possibilitem melhores condições de saúde à população e na participação e realização de atividades educativas para a qualificação do atendimento, prestar serviços de saúde mediados por tecnologias e realizar demais análises técnicas referentes à área de formação.
**Pré-Requisito:** Ensino Superior Completo em Medicina, Registro no respectivo Conselho Profissional de Santa Catarina (SC) em situação regular e Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Mastologia.

**CARGO: MÉDICO MEDICINA DO TRABALHO**
**Descrição Sumária:** É responsável pela realização de exames admissionais, periódicos e demissionais, bem como pela coordenação e realização de diagnósticos e desenvolvimento de normas e procedimentos relativos a medicina do trabalho, objetivando implementar ações que vizam a promoção da saude ocupacional e melhores condições de trabalho, prestar serviços de saúde mediados por tecnologias e realizar demais análises técnicas referentes à área de formação.
**Pré-Requisito:** Ensino Superior Completo em Medicina, Registro no respectivo Conselho Profissional de Santa Catarina (SC) em situação regular e Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Medicina do Trabalho.

**CARGO: MÉDICO NEUROLOGISTA**
**Descrição Sumária:** É responsável pelo diagnóstico e tratamento de problemas inerentes às doenças do Sistema Nervoso Central e Periféricos, por meio de medicamentos, a fim de buscar a saúde e o bem-estar do paciente, bem como pela contribuição em programas preventivos, reuniões de modo a promover a qualidade de vida da população em sua área de atuação, prestar serviços de saúde mediados por tecnologias e realizar demais análises técnicas referentes à área de formação.
**Pré-Requisito:** Ensino Superior Completo em Medicina, Registro no respectivo Conselho Profissional de Santa Catarina (SC) em situação regular e Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Neurologia.

**CARGO: MÉDICO NEUROLOGISTA PEDIÁTRICO**
**Descrição Sumária:** É responsável pelo atendimento médico de crianças e adolescentes, na área de neurologia, realizando os exames, diagnóstico e procedimentos aos pacientes, encaminhados por médicos das especialidades básicas e outros serviços, seguindo as diretrizes técnicas estabelecidas pela instituição, a fim de promover e restabelecer a saúde e o bem-estar do paciente, prestar serviços

de saúde mediados por tecnologias e realizar demais análises técnicas referentes à área de formação.
**Pré-Requisito:** Ensino Superior Completo em Medicina, Registro no respectivo Conselho Profissional de Santa Catarina (SC) em situação regular e Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Neurologia Pediátrica.

**CARGO: MÉDICO OFTALMOLOGISTA**
**Descrição Sumária:** É responsável pelo atendimento médico na área de oftalmologia realizando os exames, diagnóstico e procedimentos, inclusive cirúrgico, aos pacientes, encaminhados por médicos das especialidades básicas e outros serviços, seguindo as diretrizes técnicas estabelecidas pela instituição, a fim de promover e restabelecer a saúde e o bem-estar do paciente, prestar serviços de saúde mediados por tecnologias e realizar demais análises técnicas referentes à área de formação.
**Pré-Requisito:** Ensino Superior Completo em Medicina, Registro no respectivo Conselho Profissional de Santa Catarina (SC) em situação regular e Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Oftalmologista.

**CARGO: MÉDICO ORTOPEDISTA TRAUMATOLOGISTA**
**Descrição Sumária:** É responsável por realizar consultas médicas especializadas e cirurgias de média complexidade em ortopedia, orientando ou encaminhando a outros serviços, a fim de promover e restabelecer a saúde e o bem-estar do usuário, bem como, dar suporte técnico ao programa /serviço de orteses e próteses, seguindo as diretrizes técnicas estabelecidas pela instituição. Participação em atividades educativas aos profissionais da atenção básica, inclusive na modalidade de matriciamento, prestar serviços de saúde mediados por tecnologias e realizar demais análises técnicas referentes à área de formação.
**Pré-Requisito:** Ensino Superior Completo em Medicina, Registro no respectivo Conselho Profissional de Santa Catarina (SC) em situação regular e Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Ortopedia e Traumatologia.

**CARGO: MÉDICO OTORRINOLARINGOLOGISTA**
**Descrição Sumária:** É responsável por executar atividades correspondentes à sua respectiva formação atendimento, diagnóstico e tratamento de patologias da orelha média e nas infecções de vias aéreas superiores de pacientes encaminhados por médicos de especialidade básica e outros, orientando e encaminhando quando necessário a outros serviços, a fim de promover e restabelecer a saúde e o bem-estar da população, prestar serviços de saúde mediados por tecnologias e realizar demais análises técnicas referentes à área de formação.
**Pré-Requisito:** Ensino Superior Completo em Medicina, Registro no respectivo Conselho Profissional de Santa Catarina (SC) em situação regular e Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Otorrinolaringologista.

**CARGO: MÉDICO PATOLOGISTA**
**Descrição Sumária:** É responsável pelo atendimento médico na área de patologia realizando a investigação epidemiológica dos óbitos de causa natural e/ou mal definidas, através de necrópsia cirúrgica, autópsia verbal, análise de material histológico, exame físico, produzindo a declaração de óbito e laudos complementares para elucidação diagnóstica dos óbitos, segundo as diretrizes técnicas estabelecidas pela instituição e legislação, a fim de dar subsídios aos gestores para planejar as ações de controle e restabelecer a saúde e o bem estar da população, prestar serviços de saúde mediados por tecnologias e realizar demais análises técnicas referentes à área de formação.
**Pré-Requisito:** Ensino Superior Completo em Medicina, Registro no respectivo Conselho Profissional de Santa Catarina (SC) em situação regular e Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Patologia.

**CARGO: MÉDICO PEDIATRA**
**Descrição Sumária:** É responsável pelo atendimento médico de crianças e adolescentes, realizando consultas, procedendo aos exames, avaliações, diagnósticos, orientações, encaminhamentos e tratamentos, bem como atuando junto a equipe de saúde em ações de promoção e proteção à saúde da criança e adolescente. Participação e realização de atividades educativas para a qualificação do atendimento, prestar serviços de saúde mediados por tecnologias e realizar demais análises técnicas referentes à área de formação.
**Pré-Requisito:** Ensino Superior Completo em Medicina, Registro no respectivo Conselho Profissional de Santa Catarina (SC) em situação regular e Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Pediatria.

**CARGO: MÉDICO PLANTONISTA CIRURGIA GERAL**
**Descrição Sumária:** É responsável por prestar atendimento cirúrgico a pacientes nas unidades de pronto atendimento tomando as providências necessárias, solicitando exames ou internações, realizando intervenções cirúrgicas, utilizando os recursos técnicos e materiais, responsabilizando-se integralmente pelos mesmos; integrar a equipe multidisciplinar no trabalho, respeitando e colaborando no aperfeiçoamento de normas e procedimentos operacionais, proporcionando atendimento humanizado.
**Pré-Requisito:** Ensino Superior Completo em Medicina, Registro no respectivo Conselho Profissional de Santa Catarina (SC) em situação regular e Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Cirurgia Geral.

**CARGO: MÉDICO PLANTONISTA PEDIATRA**
**Descrição Sumária:** É responsável por prestar atendimento de urgência e emergência a crianças e adolescentes identificados de acordo com o protocolo de acolhimento com classificação de risco instituído pelo gestor, responsabilizando-se integralmente pelos mesmos; integrar a equipe multidisciplinar no trabalho, respeitando e colaborando no aperfeiçoamento de normas e procedimentos operacionais, proporcionando atendimento humanizado.
**Pré-Requisito:** Ensino Superior Completo em Medicina, Registro no respectivo Conselho Profissional de Santa Catarina (SC) em situação regular e Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Pediatria.

**CARGO: MÉDICO PNEUMOLOGISTA**
**Descrição Sumária:** É responsável pelo atendimento médico na área de pneumologia realizando os exames, diagnóstico e procedimentos, inclusive cirúrgico, aos pacientes, encaminhados por médicos das especialidades básicas e outros serviços, seguindo as diretrizes técnicas estabelecidas pela instituição, a fim de promover e restabelecer a saúde e o bem-estar do paciente, prestar serviços de saúde mediados por tecnologias e realizar demais análises técnicas referentes à área de formação.
**Pré-Requisito:** Ensino Superior Completo em Medicina, Registro no respectivo Conselho Profissional de Santa Catarina (SC) em situação regular e Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Pneumologia.

**CARGO: MÉDICO PSIQUIATRA**
**Descrição Sumária:** É responsável pelo atendimento médico na área de psiquiatria aos pacientes nos diferentes ciclos vitais, desenvolvendo planos terapêuticos adequados, orientando os familiares e equipes de saúde no cuidado com saúde mental. Participar nos programas de prevenção, controle de agravos e reabilitação psicossocial em práticas individuais e de grupo, conforme a política de saúde mental instituída no município bem como pela contribuição em programas preventivos que possibilitem melhores condições de saúde à população e na participação e realização de atividades educativas para a qualificação do atendimento, prestar serviços de saúde mediados por tecnologias e realizar

demais análises técnicas referentes à área de formação.
**Pré-Requisito:** Ensino Superior Completo em Medicina, Registro no respectivo Conselho Profissional de Santa Catarina (SC) em situação regular e Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Psiquiatra.

**CARGO: MÉDICO REUMATOLOGISTA**
**Descrição Sumária:** É responsável pelo atendimento médico na área de reumatologia, procedendo aos exames, diagnóstico, orientações de tratamento e acompanhamento de pacientes, encaminhados por médicos das especialidades básicas e outros serviços, seguindo as diretrizes técnicas estabelecidas pela instituição, bem como pela contribuição em programas preventivos que possibilitem melhores condições de saúde à população e na participação e realização de atividades educativas para a qualificação do atendimento, prestar serviços de saúde mediados por tecnologias e realizar demais análises técnicas referentes à área de formação.
**Pré-Requisito:** Ensino Superior Completo em Medicina, Registro no respectivo Conselho Profissional de Santa Catarina (SC) em situação regular e Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Reumatologia.

**CARGO: MÉDICO ULTRASSONOGRAFISTA**
**Descrição Sumária:** É responsável pela realização de exames de auxílio diagnóstico vasculares de média complexidade, ao operacionalizar equipamento de ecografia com Doppler, bem como pela contribuição em programas preventivos, reuniões de modo a promover a qualidade de vida da população em sua área de atuação, prestar serviços de saúde mediados por tecnologias e realizar demais análises técnicas referentes à área de formação.
**Pré-Requisito:** Ensino Superior Completo em Medicina, Registro no respectivo Conselho Profissional de Santa Catarina (SC) em situação regular e Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Diagnóstico por Imagem – Ultrassonografia Geral.

**CARGO: MÉDICO UROLOGISTA**
**Descrição Sumária:** É responsável pelo atendimento médico na área de urologia realizando os exames, diagnóstico e procedimentos cirúrgicos aos pacientes, encaminhados por médicos das especialidades básicas e outros serviços, seguindo as diretrizes técnicas estabelecidas pela instituição, a fim de promover e restabelecer a saúde e o bem-estar do paciente, prestar serviços de saúde mediados por tecnologias e realizar demais análises técnicas referentes à área de formação.
**Pré-Requisito:** Ensino Superior Completo em Medicina, Registro no respectivo Conselho Profissional de Santa Catarina (SC) em situação regular e Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Urologia.

**CARGO: NUTRICIONISTA**
**Descrição Sumária:** É responsável por desenvolver, coordenar e implementar programas nutricionais; realizar atendimento ambulatorial, assistência técnica e instrução ao campo de profissionais no âmbito de sua atuação, de modo a possibilitar a recuperação ou a prevenção de deficiências ou doenças por motivos nutricionais; participar e realizar atividades educativas para a qualificação do atendimento; e realizar demais análises técnicas relacionadas à área de formação.
**Pré-Requisito:** Ensino Superior Completo em Nutrição e Registro no respectivo Conselho Profissional de Santa Catarina (SC) como Nutricionista em situação regular.

**CARGO: PSICÓLOGO**
**Descrição Sumária:** É responsável por prestar atendimento psicológico, triando, entrevistando e realizando consultas individuais, coletivas e/ou familiares; desenvolver programas, levantamentos e estudos psicológicos; desenvolver planos terapêuticos, acompanhamentos dos pacientes e orientação

às famílias; discutir casos, desenvolver temas de capacitação e realizar visitas domiciliares e atendimentos conjunto, para melhorar a saúde e a qualidade de vida da população; e realizar demais análises técnicas relacionadas à área de formação.
**Pré-Requisito:** Ensino Superior Completo em Psicologia e Registro no respectivo Conselho Profissional de Santa Catarina (SC) como Psicólogo em situação regular.

**CARGO: TERAPEUTA OCUPACIONAL**
**Descrição Sumária:** É responsável por propiciar o desenvolvimento, tratamento e reabilitação de indivíduos ou grupos que necessitem de cuidados, físicos, sensoriais, psicológicos e/ou sociais, de forma a promover e ampliar o seu desempenho, bem estar, autonomia e participação social, bem como por realizar demais análises técnicas relacionadas à área de formação.
**Pré-Requisito:** Ensino Superior Completo em Terapia Ocupacional e Registro no respectivo Conselho Profissional de Santa Catarina (SC) como Terapeuta Ocupacional em situação regular.

**B. CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL – NÍVEL SUPERIOR – HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ**

**CARGO: CIRURGIÃO DENTISTA BUCO-MAXILO FACIAL**
**Descrição Sumária:** É responsável por realizar biópsias, emitir diagnósticos, prescrever medicamentos, promover o tratamento de patologias relacionadas à Odontologia Bucomaxilo Facial, como: anatomia do terço médio e inferior da face; infecções de origem dental; periapicopatias; cistos e tumores benignos dos maxilares e dos tecidos moles da face das afecções do seio maxila; traumatologia bucomaxilo facial; tratamento ortodôntico-cirúrgico das deformidades dento faciais; cuidado de enxertos para reposição de osso perdido ou atrofiado na boca (maxilar e mandíbula); das alterações das articulações temporomandibulares; anestesia local da região bucomaxilo facial; realizar pré-operatório em cirurgias diversas; frenectomia; cirurgias pré-protéticas; fraturas e luxação da ATM; reconstrução facial; cirurgias de dentes inclusos; problemas de apneia do sono; respeitando e colaborando no aperfeiçoamento de normas e procedimentos operacionais, participar das reuniões necessárias ao desenvolvimento técnico-científico, promover incremento na qualidade do atendimento profissional, melhorando a relação com o paciente e observar os preceitos éticos no decorrer da execução de suas atividades, elaboração de escalas de trabalho na área, visando a racionalização, o conforto e a segurança dos pacientes e da equipe e elaboração de protocolos, bem como pela elaboração e implantação de programas de treinamentos internos na área, participação em equipes multidisciplinares, supervisão teórica e programas de prevenção, visando à capacitação profissional e o atendimento eficaz no seu campo de atuação; orientação à Residência Multiprofissional.
**Pré-Requisito:** Ensino Superior Completo em Odontologia, Registro no respectivo Conselho Profissional de Santa Catarina (SC), Especialização em Cirurgia e Traumatologia Bucomaxilo Facial com Registro no Conselho.

**CARGO: MÉDICO CIRURGIÃO CABEÇA - PESCOÇO**
**Descrição Sumária:** É responsável pelo atendimento à pacientes que necessitem de cirurgia de cabeça e pescoço, tomando as providências necessárias, solicitando exames e/ou internações, realizando intervenções cirúrgicas eletivas e de urgência e emergência, utilizando os recursos técnicos e materiais, corrigir seqüelas ou lesões e/ou estabelecer diagnóstico cirúrgico, visando o pleno restabelecimento do paciente, respeitando e colaborando no aperfeiçoamento de normas e procedimentos operacionais, participar das reuniões necessárias ao desenvolvimento técnico-científico, promover incremento na qualidade do atendimento médico, melhorando a relação médico-paciente e observar os preceitos éticos no decorrer da execução de suas atividades, elaboração de escalas de trabalho na área, visando a racionalização, o conforto e a segurança dos pacientes e da equipe e elaboração de protocolos, contribuindo com os serviços essenciais prestados no hospital e

orientando a Residência Médica.
**Pré-Requisito:** Ensino Superior Completo em Medicina, Registro no respectivo Conselho Profissional de Santa Catarina (SC) em situação regular e Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Cirurgia de Cabeça e Pescoço.

**CARGO: MÉDICO PLANTONISTA ANESTESIOLOGISTA**
**Descrição Sumária:** É responsável pelo atendimento anestésico à pacientes que serão submetidos a procedimentos cirúrgicos, atendimentos pré, trans e pós-operatórios e pela clínica da dor, respeitando e colaborando no aperfeiçoamento de normas e procedimentos operacionais, participar das reuniões necessárias ao desenvolvimento técnico-científico, promover incremento na qualidade do atendimento médico, melhorando a relação médico-paciente e observar os preceitos éticos no decorrer da execução de suas atividades, elaboração de escalas de trabalho na área, visando a racionalização, o conforto e a segurança dos pacientes e da equipe e elaboração de protocolos, contribuindo com os serviços essenciais prestados no hospital e orientando a Residência Médica.
**Pré-Requisito:** Ensino Superior Completo em Medicina, Registro no respectivo Conselho Profissional de Santa Catarina (SC) em situação regular e Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Anestesiologia.

**CARGO: MÉDICO PLANTONISTA CARDIOLOGISTA**
**Descrição Sumária:** É responsável pelo atendimento de referência, realizando exames, diagnósticos, orientações de tratamento e acompanhamento de pré e pós-operatório, bem como a realização de ecocardiografia e pela contribuição em programas preventivos, reuniões e outros que possibilitem a melhoria nas condições gerais de saúde da população, respeitando e colaborando no aperfeiçoamento de normas e procedimentos operacionais, participar das reuniões necessárias ao desenvolvimento técnico-científico, promover incremento na qualidade do atendimento médico, melhorando a relação médico-paciente e observar os preceitos éticos no decorrer da execução de suas atividades, elaboração de escalas de trabalho na área, visando a racionalização, o conforto e a segurança dos pacientes e da equipe e elaboração de protocolos, contribuindo com os serviços essenciais prestados no hospital e orientando a Residência Médica.
**Pré-Requisito:** Ensino Superior Completo em Medicina, Registro no respectivo Conselho Profissional de Santa Catarina (SC) em situação regular e Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Cardiologia.

**CARGO: MÉDICO PLANTONISTA CIRURGIÃO COLO-PROCTOLOGISTA**
**Descrição Sumária:** É responsável pelo atendimento de referência, realizando os exames necessários e cirurgias, diagnósticos, orientações de tratamento e acompanhamento de pacientes que necessitem de avaliação e realização de cirurgia procto-coloretal, doenças do intestino, do reto e do ânus, doenças inflamatórias e tumores intestinais, bem como, pela contribuição em programas preventivos, reuniões e outros que possibilitem a melhoria das condições gerais de saúde da população, respeitando e colaborando no aperfeiçoamento de normas e procedimentos operacionais, participar das reuniões necessárias ao desenvolvimento técnico científico, promover incremento na qualidade do atendimento médico, melhorando a relação médico paciente e observar os preceitos éticos no decorrer da execução de suas atividades, elaboração de escalas de trabalho na área, visando a racionalização, o conforto e a segurança dos pacientes e da equipe e elaboração de protocolos, contribuindo com os serviços essenciais prestados no hospital e orientando a Residência Médica.
**Pré-Requisito:** Ensino Superior Completo em Medicina, Registro no respectivo Conselho Profissional de Santa Catarina (SC) em situação regular e Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Cirurgia Geral, Cirurgia do Aparelho Digestivo e Coloproctologia.

**CARGO: MÉDICO PLANTONISTA CIRURGIA GERAL**
**Descrição Sumária:** É responsável pelo atendimento cirúrgico à pacientes eletivos e em situações de urgência e emergência, tomando as providências necessárias, solicitando exames e/ou internações, realizando intervenções cirúrgicas, utilizando os recursos técnicos e materiais, corrigir seqüelas ou lesões e/ou estabelecer diagnóstico cirúrgico, visando o pleno restabelecimento do paciente, respeitando e colaborando no aperfeiçoamento de normas e procedimentos operacionais, participar das reuniões necessárias ao desenvolvimento técnico-científico, promover incremento na qualidade do atendimento médico, melhorando a relação médico-paciente e observar os preceitos éticos no decorrer da execução de suas atividades, elaboração de escalas de trabalho na área, visando a racionalização, o conforto e a segurança dos pacientes e da equipe e elaboração de protocolos, contribuindo com os serviços essenciais prestados no hospital e orientando a Residência Médica.
**Pré-Requisito:** Ensino Superior Completo em Medicina, Registro no respectivo Conselho Profissional de Santa Catarina (SC) em situação regular e Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Cirurgia Geral.

**CARGO: MÉDICO PLANTONISTA CIRURGIÃO GERAL/TRANSPLANTE**
**Descrição Sumária:** É responsável pelo atendimento cirúrgico à pacientes eletivos e em situações de urgência e emergência, tomando as providências necessárias, solicitando exames e/ou internações, realizando intervenções cirúrgicas, utilizando os recursos técnicos e materiais, corrigir seqüelas ou lesões e/ou estabelecer diagnóstico cirúrgico, realizando também o atendimento cirúrgico à pacientes que necessitem de transplante, procedendo à captação de órgãos, respeitando e colaborando no aperfeiçoamento de normas e procedimentos operacionais, participar das reuniões necessárias ao desenvolvimento técnico-científico, promover incremento na qualidade do atendimento médico, melhorando a relação médico-paciente e observar os preceitos éticos no decorrer da execução de suas atividades, elaboração de escalas de trabalho na área, visando a racionalização, o conforto e a segurança dos pacientes e da equipe e elaboração de protocolos, contribuindo com os serviços essenciais prestados no hospital e orientando a Residência Médica.
**Pré-Requisito:** Ensino Superior Completo em Medicina, Registro no respectivo Conselho Profissional de Santa Catarina (SC) em situação regular e Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Cirurgia Geral ou Cirurgia do Aparelho Digestivo ou RQE em Urologia com habilitação em transplantes.

**CARGO: MÉDICO PLANTONISTA CIRURGIÃO VASCULAR**
**Descrição Sumária:** É responsável pelo atendimento de referência e cirúrgico à pacientes eletivos e de urgência e emergência, realizando exames (Ultrassonografia), diagnóstico, orientações de tratamento e acompanhamento a pacientes que necessitem de procedimentos cirúrgicos e ambulatoriais envolvendo o sistema cardiovascular, bem como, pela contribuição em programas preventivos, reuniões e outros que possibilitem a melhoria das condições gerais de saúde da população, respeitando e colaborando no aperfeiçoamento de normas e procedimentos operacionais, participar das reuniões necessárias ao desenvolvimento técnico científico, promover incremento na qualidade do atendimento médico, melhorando a relação médico paciente e observar os preceitos éticos no decorrer da execução de suas atividades, elaboração de escalas de trabalho na área, visando a racionalização, o conforto e a segurança dos pacientes e da equipe e elaboração de protocolos, contribuindo com os serviços essenciais prestados no hospital e orientando a Residência Médica.
**Pré-Requisito:** Ensino Superior Completo em Medicina, Registro no respectivo Conselho Profissional de Santa Catarina (SC) em situação regular e Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Cirurgia Vascular.

**CARGO: MÉDICO PLANTONISTA CLÍNICA MÉDICA**
**Descrição Sumária:** É responsável pelo atendimento clínico à pacientes em situação de urgência e emergência, tomando as providências necessárias, solicitando exames e/ou internações, responsabilizando-se integralmente pelo tratamento clínico dos mesmos. Atender prioritariamente os pacientes de urgência e emergência identificados de acordo com o protocolo de acolhimento, com classificação de riscos praticados pelo enfermeiro acolhedor, integrar a equipe multidisciplinar no trabalho, respeitando e colaborando no aperfeiçoamento de normas e procedimentos operacionais, participar das reuniões necessárias ao desenvolvimento técnicocientífico da Unidade de Urgência de Emergência; promover incremento na qualidade do atendimento médico, melhorando a relação médico-paciente e observar os preceitos éticos no decorrer da execução de suas atividades, elaboração de escalas de trabalho na área, visando a racionalização, o conforto e a segurança dos pacientes e da equipe e elaboração de protocolos, contribuindo com os serviços essenciais prestados no hospital e orientando a Residência Médica.
**Pré-Requisito:** Ensino Superior Completo em Medicina, Registro no respectivo Conselho Profissional de Santa Catarina (SC) em situação regular e Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Clínica Médica.

**CARGO: MÉDICO PLANTONISTA HEMATOLOGISTA**
**Descrição Sumária:** É responsável pelo atendimento em hematologia, bem como pelos tratamentos hemoterápicos, hematológicos e oncológicos, respeitando e colaborando no aperfeiçoamento de normas e procedimentos operacionais, participar das reuniões necessárias ao desenvolvimento técnico-científico, promover incremento na qualidade do atendimento médico, melhorando a relação médico-paciente e observar os preceitos éticos no decorrer da execução de suas atividades, elaboração de escalas de trabalho na área, visando a racionalização, o conforto e a segurança dos pacientes e da equipe e elaboração de protocolos, contribuindo com os serviços essenciais prestados no hospital e orientando a Residência Médica.
**Pré-Requisito:** Ensino Superior Completo em Medicina, Registro no respectivo Conselho Profissional de Santa Catarina (SC) em situação regular e Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Hematologia e Hemoterapia.

**CARGO: MÉDICO PLANTONISTA HOSPITALISTA**
**Descrição Sumária:** É responsável pelo acompanhamento clínico à pacientes graves internados nas unidades hospitalares, aplicando as condutas definidas nos protocolos assistenciais, preenchimento da documentação para internação hospitalar, acompanhando os trabalhos da equipe de clínica médica, visando agilizar os processos de realização de exames complementares, pedidos de avaliação médica e alta de pacientes clínicos internados, respeitando e colaborando no aperfeiçoamento de normas e procedimentos operacionais, participar das reuniões necessárias ao desenvolvimento técnico-científico, promover incremento na qualidade do atendimento médico, melhorando a relação médico-paciente e observar os preceitos éticos no decorrer da execução de suas atividades, elaboração de escalas de trabalho na área, visando a racionalização, o conforto e a segurança dos pacientes e da equipe e elaboração de protocolos, contribuindo com os serviços essenciais prestados no hospital e orientando a Residência Médica.
**Pré-Requisito:** Ensino Superior Completo em Medicina, Registro no respectivo Conselho Profissional de Santa Catarina (SC) em situação regular e Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Clínica Médica.

**CARGO: MÉDICO PLANTONISTA INFECTOLOGISTA**
**Descrição Sumária:** É responsável pelo diagnóstico, tratamento e acompanhamento dos pacientes acometidos por doenças infecciosas, pela elaboração e divulgação regularmente de relatórios, comunicando à autoridade máxima da instituição e às chefias de todos os setores do hospital, a

situação do controle das infecções hospitalares, promovendo o amplo debate na comunidade hospitalar. Elaboração, implementação e supervisão de normas e rotinas técnico-operacionais, visando limitar a disseminação de agentes presentes nas infecções em curso no hospital, por meio de medidas de precaução e de isolamento. Atuação e cooperação com o setor de treinamento, com visitas aos setores, com o objetivo de obter capacitação adequada do quadro de funcionários e profissionais no que diz respeito ao controle das infecções hospitalares, bem como, a elaboração do regimento interno da Comissão de Controle de Infecção Hospitalar, respeitando e colaborando no aperfeiçoamento de normas e procedimentos operacionais, participar das reuniões necessárias ao desenvolvimento técnico-científico, promover incremento na qualidade do atendimento médico, melhorando a relação médico-paciente e observar os preceitos éticos no decorrer da execução de suas atividades, elaboração de escalas de trabalho na área, visando a racionalização, o conforto e a segurança dos pacientes e da equipe e elaboração de protocolos, contribuindo com os serviços essenciais prestados no hospital e orientando a Residência Médica.
**Pré-Requisito:** Ensino Superior Completo em Medicina, Registro no respectivo Conselho Profissional de Santa Catarina (SC) em situação regular e Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Infectologia.

**CARGO: MÉDICO PLANTONISTA INTENSIVISTA**
**Descrição Sumária:** É responsável pelo atendimento clínico à pacientes críticos no hospital, desenvolvimento de rotinas médicas na unidade, visando um suporte à vida do paciente, através do emprego de monitoramento clínico associado à tecnologia, respeitando e colaborando no aperfeiçoamento de normas e procedimentos operacionais, participar das reuniões necessárias ao desenvolvimento técnico - científico, promover incremento na qualidade do atendimento médico, melhorando a relação médico - paciente e observar os preceitos éticos no decorrer da execução de suas atividades, elaboração de escalas de trabalho na área, visando a racionalização, o conforto e a segurança dos pacientes e da equipe e elaboração de protocolos, contribuindo com os serviços essenciais prestados no hospital e orientando a Residência Médica.
**Pré-Requisito:** Ensino Superior Completo em Medicina, Registro no respectivo Conselho Profissional de Santa Catarina (SC) em situação regular e Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Medicina Intensiva.

**CARGO: MÉDICO PLANTONISTA NEFROLOGISTA**
**Descrição Sumária:** É responsável pelo atendimento de referência, realizando exames, diagnósticos, orientações de tratamento e acompanhamento de pacientes que necessitem de atendimento nefrológico, bem como, atendimento nefrológico à pacientes internados nas unidades do hospital, realização de transplante renal e contribuição em programas preventivos, reuniões e outros que possibilitem a melhoria das condições gerais de saúde da população, respeitando e colaborando no aperfeiçoamento de normas e procedimentos operacionais, participar das reuniões necessárias ao desenvolvimento técnico científico, promover incremento na qualidade do atendimento médico, melhorando a relação médico-paciente e observar os preceitos éticos no decorrer da execução de suas atividades, elaboração de escalas de trabalho na área, visando a racionalização, o conforto e a segurança dos pacientes e da equipe e elaboração de protocolos, contribuindo com os serviços essenciais prestados no hospital e orientando a Residência Médica.
**Pré-Requisito:** Ensino Superior Completo em Medicina, Registro no respectivo Conselho Profissional de Santa Catarina (SC) em situação regular e Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Nefrologia.

**CARGO: MÉDICO PLANTONISTA NEUROLOGISTA**
**Descrição Sumária:** É responsável pelo atendimento à pacientes com patologias neurológicas, bem como, pela rotina clínica destes pacientes, diagnosticando doenças e lesões orgânicas do sistema nervoso, realizando exames clínicos, de imagem e subsidiários, para estabelecer o plano terapêutico, tais como: realização de punção lombar e punção suboccipital, interpretação de TAC de crânio, ressonância magnética de crânio e medula espinhal, angio-TC encefálica e cervical, angio-RM encefálica e cervical, arteriografia de vasos cranianos e cervicais, Doppler transcraniano, ecografia de carótidas. Respeitar e colaborar no aperfeiçoamento de normas e procedimentos operacionais, participar das reuniões necessárias ao desenvolvimento técnicocientífico, promover incremento na qualidade do atendimento médico, melhorando a relação médicopaciente e observar os preceitos éticos no decorrer da execução de suas atividades, elaboração de escalas de trabalho na área, visando a racionalização, o conforto e a segurança dos pacientes e da equipe e elaboração de protocolos, contribuindo com os serviços essenciais prestados no hospital e orientando a Residência Médica.
**Pré-Requisito:** Ensino Superior Completo em Medicina, Registro no respectivo Conselho Profissional de Santa Catarina (SC) situação regular e Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Neurologia.

**CARGO: MÉDICO PLANTONISTA OFTALMOLOGISTA**
**Descrição Sumária:** É responsável pelo atendimento oftalmológico à pacientes eletivos e de urgência e emergência, solicitando exames e/ou internações, diagnosticando e realizando tratamento clínico e cirúrgico, respeitando e colaborando no aperfeiçoamento de normas e procedimentos operacionais, participar das reuniões necessárias ao desenvolvimento técnico-científico, promover incremento na qualidade do atendimento médico, melhorando a relação médico-paciente e observar os preceitos éticos no decorrer da execução de suas atividades, elaboração de escalas de trabalho na área, visando a racionalização, o conforto e a segurança dos pacientes e da equipe e elaboração de protocolos, contribuindo com os serviços essenciais prestados no hospital e orientando a Residência Médica.
**Pré-Requisito:** Ensino Superior Completo em Medicina, Registro no respectivo Conselho Profissional de Santa Catarina (SC) em situação regular e Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Oftalmologia.

**CARGO: MÉDICO PLANTONISTA ONCOLOGISTA**
**Descrição Sumária:** É responsável pelo tratamento clínico ao paciente oncológico, com conhecimento em quimioterapia, solicitando exames complementares para o diagnóstico, indicando tratamento radioterápico e/ou cirúrgico, bem como, pela contribuição em programas de proteção à saúde, para melhoria das condições de saúde da população atingida, respeitando e colaborando no aperfeiçoamento de normas e procedimentos operacionais, participar das reuniões necessárias ao desenvolvimento técnico-científico, promover incremento na qualidade do atendimento médico, melhorando a relação médico-paciente e observar os preceitos éticos no decorrer da execução de suas atividades, elaboração de escalas de trabalho na área, visando a racionalização, o conforto e a segurança dos pacientes e da equipe e elaboração de protocolos, contribuindo com os serviços essenciais prestados no hospital e orientando a Residência Médica.
**Pré-Requisito:** Ensino Superior Completo em Medicina, Registro no respectivo Conselho Profissional de Santa Catarina (SC) em situação regular e Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Oncologia Clínica.

**CARGO: MÉDICO PLANTONISTA ONCOLOGISTA CIRURGIÃO**
**Descrição Sumária:** É responsável pelo atendimento ao paciente oncológico, com conhecimento em quimioterapia e radioterapia, solicitando exames complementares para o diagnóstico, indicando

tratamento e realizando tratamento cirúrgico, respeitando e colaborando no aperfeiçoamento de normas e procedimentos operacionais, participar das reuniões necessárias ao desenvolvimento técnico-científico, promover incremento na qualidade do atendimento médico, melhorando a relação médico-paciente e observar os preceitos éticos no decorrer da execução de suas atividades, elaboração de escalas de trabalho na área, visando a racionalização, o conforto e a segurança dos pacientes e da equipe e elaboração de protocolos, contribuindo com os serviços essenciais prestados no hospital e orientando a Residência Médica.
**Pré-Requisito:** Ensino Superior Completo em Medicina, Registro no respectivo Conselho Profissional de Santa Catarina (SC) em situação regular e Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Cancerologia Cirúrgica.

**CARGO: MÉDICO PLANTONISTA ORTOPEDISTA**
**Descrição Sumária:** É responsável pelo atendimento à pacientes com traumas gerais e fraturas, no aparelho locomotor e doenças ortopédicas, solicitando, realizando e analisando exames, diagnosticando, propondo e acompanhando o tratamento clínico e cirúrgico, visando o pleno restabelecimento do paciente, respeitando e colaborando no aperfeiçoamento de normas e procedimentos operacionais, participar das reuniões necessárias ao desenvolvimento técnico-científico, promover incremento na qualidade do atendimento médico, melhorando a relação médico-paciente e observar os preceitos éticos no decorrer da execução de suas atividades, elaboração de escalas de trabalho na área, visando a racionalização, o conforto e a segurança dos pacientes e da equipe e elaboração de protocolos, contribuindo com os serviços essenciais
prestados no hospital e orientando a Residência Médica.
**Pré-Requisito:** Ensino Superior Completo em Medicina, Registro no respectivo Conselho Profissional de Santa Catarina (SC) em situação regular e Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Ortopedia e Traumatologia.

**CARGO: MÉDICO PLANTONISTA ORTOPEDISTA TUMORES ÓSSEOS**
**Descrição Sumária:** É responsável pelo atendimento à pacientes com patologias ortopédicas e lesões ósseas e oncologia ortopédica no aparelho locomotor, solicitando, realizando e analisando exames, diagnosticando, propondo e acompanhando o tratamento clínico e cirúrgico, visando o pleno restabelecimento do paciente, respeitando e colaborando no aperfeiçoamento de normas e procedimentos operacionais, participar das reuniões necessárias ao desenvolvimento técnico-científico, promover incremento na qualidade do atendimento médico, melhorando a relação médico-paciente e observar os preceitos éticos no decorrer da execução de suas atividades, elaboração de escalas de trabalho na área, visando a racionalização, o conforto e a segurança dos pacientes e da equipe e elaboração de protocolos, contribuindo com os serviços essenciais prestados no hospital e orientando a Residência Médica.
**Pré-Requisito:** Ensino Superior Completo em Medicina, Registro no respectivo Conselho Profissional de Santa Catarina (SC) em situação regular e Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Ortopedia e Traumatologia.

**CARGO: MÉDICO PLANTONISTA OTORRINOLARINGOLOGISTA**
**Descrição Sumária:** É responsável pelo atendimento, diagnóstico e tratamento eletivo e de urgência de patologias da orelha externa, média e interna, e nas afecções das vias aéreas superiores, cavidade oral, faringe e laringe de pacientes encaminhados por médicos de especialidade básica e outros serviços a fim de promover e restabelecer a saúde e o bem-estar da população. Participar das reuniões necessárias ao desenvolvimento técnico-científico, promover incremento na qualidade do atendimento médico, melhorando a relação médico-paciente e observar os preceitos éticos no decorrer da execução de suas atividades, elaboração de escalas de trabalho na área, visando a racionalização, o conforto e a segurança dos pacientes e da equipe e elaboração de protocolos, contribuindo com os

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – Edital 005-2020-SGP**

O Município de Joinville, através da Secretaria de Gestão de Pessoas, torna público que realizará Processo Seletivo Simplificado para provimento de cargos em **caráter temporário,** do Quadro Único do Pessoal da Administração Direta e Indireta do Município de Joinville e Hospital Municipal São José, conforme dispõe o art. 37, Inciso IX da Constituição Federal de 1988, o art. 113 da Lei Orgânica do Município e a Lei Complementar nº 230 de 10 de abril de 2007, que se regerá pelas normas estabelecidas neste Edital e Anexos I, II, III e IV.

## 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo Simplificado destina-se ao provimento de cargo por tempo determinado a fim de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, sempre no interesse do Município de Joinville, observada a ordem classificatória dos candidatos.

1.2. O Processo Seletivo Simplificado será realizado sob a responsabilidade da Secretaria de Gestão de Pessoas do Município de Joinville, coordenado por Comissão específica, obedecidas as normas do presente Edital.

1.3. O Edital, seus anexos, bem como em eventuais alterações e comunicações serão publicados no Diário Oficial do Município de Joinville. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar, no endereço eletrônico www.joinville.sc.gov.br, a publicação de todos os atos referentes a este Processo Seletivo Simplificado.

1.4. O Processo Seletivo Simplificado terá validade de 01 (um) ano a contar da data do ato de homologação do resultado final, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Município de Joinville.

1.5. Os documentos relacionados a seguir são parte integrante do presente Edital de Processo Seletivo Simplificado:
Anexo I – Cronograma;
Anexo II – Cargo, Carga Horária, Vagas e Remuneração;
Anexo III – Atividades, Escolaridade e Requisitos;
Anexo IV – Requerimento para concorrer às Vagas Reservadas.

## 2. DOS CARGOS

2.1. Os cargos objetos deste Processo Seletivo Simplificado, as respectivas vagas, carga horária, remuneração, atividades, escolaridade e requisitos estão indicados nos anexos II e III.

2.2. Os candidatos aprovados e classificados poderão ser convocados para (atender a necessidade temporária de excepcional interesse público) o preenchimento das vagas que vierem a surgir no Quadro Único do Pessoal da Administração Direta e Indireta do Município de Joinville e/ou Hospital Municipal São José, dentro do prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. São requisitos legais para o ingresso no serviço público municipal, devendo o candidato atender e comprovar cumulativamente no ato da convocação, apresentando prova de:

a) ter nacionalidade brasileira, ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado das prerrogativas dos Decretos números 70.391 de 12 de abril de 1972 e 70.436 de 18 de abril de 1972 e Artigo 12, § 1º da Constituição Federal do Brasil;
b) encontrar-se no pleno gozo de seus direitos civis e políticos;
c) estar quite com as obrigações eleitorais e, se do sexo masculino, também com as militares;
d) cumprir as regras estabelecidas neste Edital;
e) ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos;

f) ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, que será comprovada por meio de Atestado de Saúde Ocupacional, conforme o item 8.9;
g) não ter sofrido pena de demissão ou de destituição de cargo público, no Município de Joinville ou outro ente público, nos últimos 05 (cinco) anos;
h) não exercer outro emprego, cargo, ou função pública e não possuir aposentadoria, no serviço público, em qualquer das esferas de governo, ressalvadas as exceções constitucionais, apresentando declaração própria sobre essa condição;
i) ter sido classificado no Processo Seletivo Simplificado e possuir todos os requisitos específicos exigidos para o cargo na forma estabelecida do Anexo III.

## 3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. A inscrição será efetuada, exclusivamente, via *internet*, através do endereço eletrônico www.joinville.sc.gov.br.
3.2. Não haverá cobrança de taxa de inscrição para este Processo Seletivo Simplificado.
3.3. O período das inscrições é das **08h00min** do dia **15/07/2020** até **08h00min** do dia **24/07/2020.**
3.4. A etapa de inscrição é composta pelo cadastro dos dados pessoais, seleção do cargo e títulos que se refere este Processo Seletivo Simplificado no Formulário Eletrônico de Inscrição disponível no endereço citado no item 3.1. O envio dos documentos comprobatórios deverão ser de acordo com o item 8.6.
3.5. A conclusão da inscrição fica condicionada ao preenchimento e a confirmação do Formulário Eletrônico de Inscrição que deverá gerar o comprovante de inscrição. É responsabilidade do candidato realizar a impressão, gravar e/ou enviar para o seu próprio e-mail o Formulário Eletrônico de Inscrição.
3.6. O preenchimento correto dos dados no ato da inscrição e a guarda do Comprovante do Formulário Eletrônico de Inscrição é de responsabilidade exclusiva do candidato não sendo admitidas alegações de erro e alterações de dados encerrado o período de inscrições indicado no item 3.3.
3.7. Caso seja necessária qualquer alteração de informação da inscrição efetuada e confirmada, o candidato deverá gerar nova inscrição dentro do período de inscrição estabelecido no item 3.3.
3.8. Em qualquer situação, caso seja verificada a existência de mais de uma inscrição para o mesmo candidato, serão canceladas as mais antigas e considerado válida a última inscrição concluída.
3.9. O candidato que não realizar as correções dos dados no período indicado no item 3.3, será o único responsável pelas consequências advindas de sua omissão. Ao fim do período das inscrições, não será aceito pedido de alteração de qualquer natureza.
3.10. O Município de Joinville não se responsabiliza por inscrições não confirmadas por motivos de ordem técnica dos computadores, falha de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação e de transmissão de dados, falta de energia elétrica, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.
3.11. A inscrição do candidato importa no conhecimento e na aceitação tácita das normas e condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos.

## 4. DAS VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PcD)

4.1. Às pessoas com deficiência (PcD) é assegurado o direito de se inscrever neste Processo Seletivo Simplificado desde que as atribuições do cargo pretendido sejam compatíveis com a deficiência e a eles serão reservados o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 20% (vinte por cento) das vagas a serem preenchidas, de acordo com o artigo 37, inciso VIII da Constituição Federal, Lei Federal nº 8.112/1990, Lei Federal n° 13.146/2015, Lei Federal nº

7.853/1989, Decreto Federal nº 3.298/1999, bem como os portadores de visão monocular conforme discriminado neste Edital.

4.2. O primeiro candidato pessoa com deficiência (PcD) classificado no Processo Seletivo Simplificado será convocado para ocupar a quinta vaga aberta, enquanto os demais serão convocados a cada intervalo de vinte vagas providas.

4.3. Consideram-se pessoas com deficiência (PcD) aquelas que se enquadrem nas categorias discriminadas no Artigo 4º do Decreto Federal 3.298/99, da Lei 13.146/15, bem como os portadores de visão monocular.

4.4. O candidato pessoa com deficiência (PcD) deverá enviar, por e-mail para o endereço eletrônico processoseletivo@joinville.sc.gov.br, no período estabelecido no item 3.3, devendo nomear o assunto do e-mail em caixa alta com a palavra VAGA PCD PSS 005-2020 seguido do seu nome, bem como anexar em ARQUIVO ÚNICO em formato PDF os documentos de 1 à 5:

1) Documento pessoal com foto: serão considerados documentos de identificação pessoal: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelo Corpo de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público e da Magistratura; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (com foto);

2) Cadastro de pessoas físicas (CPF);

3) Requerimento preenchido para concorrer às vagas reservadas conforme modelo constante do Anexo IV deste Edital;

4) Laudo Médico comprobatório da deficiência que deverá atender cumulativamente aos seguintes requisitos:

a) Atestar a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças – CID, bem como provável causa da deficiência;

b) Ser emitido assinado por médico devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina (o número do CRM deverá constar no Laudo Médico);

c) Ter sido emitido de forma legível e no máximo há 6 (seis) meses da data de publicação deste Edital.

4.5. A documentação enviada após o encerramento das inscrições, ou em desacordo com o item 4.4, será considerada intempestiva e não será analisada. Neste caso, o candidato não concorrerá as vagas reservadas e figurará na classificação de ampla concorrência.

4.6. Os laudos médicos terão valor somente para este Processo Seletivo Simplificado, não sendo devolvidos aos candidatos.

4.7. As pessoas com deficiência (PcD), resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal 3.289/99, particularmente em seu Artigo 4º, participarão do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere à avaliação e aos critérios de classificação exigidos para os demais candidatos.

4.8. O candidato classificado para as vagas reservadas às pessoas com deficiência, será submetido à avaliação médica ocupacional, após a convocação, para verificação da deficiência e da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo.

4.9. Os candidatos pessoa com deficiência (PcD) classificados, além de figurarem na classificação de ampla concorrência, terão seus nomes publicados na classificação das vagas reservadas, constando em ambas, a pontuação final e classificação ordinal em cada uma das listas.

4.10. O candidato pessoa com deficiência (PcD) cuja classificação permita que seja chamado na primeira convocação, mesmo sem a reserva, não deve ser computado para a reserva a ser cumprida no Processo Seletivo Simplificado, passando-se ao próximo candidato da

classificação de ampla concorrência.

4.11. Caso o candidato pessoa com deficiência (PcD) seja considerado inapto para o cargo, será convocado o candidato imediatamente posterior. Vaga reservada e não provida por falta de candidatos pessoas com deficiência (PcD) ou por reprovação dos concorrentes será revertida para a classificação de ampla concorrência.

## 5. DA PROVA DE TÍTULOS

5.1. A classificação do Processo Seletivo Simplificado será efetuada mediante somatório de pontos obtidos da contagem de títulos e de curso complementar, conforme a fórmula prevista no item 6.1.

5.2. A prova de títulos será de caráter classificatório em que serão avaliados segundo critérios de títulos acadêmicos e curso complementar.

5.3. A atribuição de pontuação para os cargos de nível superior e nível médio serão considerados as especificações e pontos por módulo nos quadros abaixo:

| Módulo de Formação Acadêmica | |
|---|---|
| **TÍTULOS** | **PONTOS** |
| Pós-graduação em nível de Doutorado | 30 |
| Pós-graduação em nível de Mestrado | 20 |
| Pós-graduação em nível de Especialização | 10 |

| Módulo de Curso Complementar | |
|---|---|
| **TÍTULOS** | **PONTOS** |
| Curso de formação Continuada em Língua Brasileira de Sinais – Libras, com carga horária miníma de 80 horas | 10 |

5.4. Para fins de classificação no Módulo de Formação Acadêmica, serão considerados apenas os títulos de cursos de pós-graduação na área do cargo pretendido devidamente reconhecidos pelo Ministério da Educação e comprovados por meio da apresentação de diploma ou certificado com histórico.

5.5. Para fins de classificação no Módulo de Curso Complementar, serão considerados os cursos promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por secretarias de educação em Cursos de Formação Continuada em Língua Brasileira de Sinais – Libras, com carga horária miníma de 80 horas e comprovados por meio da apresentação de diploma ou certificado com histórico.

5.6. Fica estabelecido o limite de um título por módulo para fins de pontuação.

5.7. O candidato que não tiver Títulos e/ou Curso Complementar poderá participar desta seleção, porém, contará com apenas 0 (zero) pontos no módulo.

5.8. Os documentos comprobatórios, de que trata o item 5.3, deverão ser digitalizados de forma

integral, em ARQUIVO ÚNICO em formato PDF e encaminhado exclusivamente após o ato de convocação previsto no item 8.6.

5.9. Será automaticamente eliminado do Processo Seletivo Simplificado o candidato que encaminhar os documentos:

a) em modo diferente do especificado no item 5.4, 5.5 e 5.8;

b) ilegíveis;

c) fora do prazo do ato convocatório.

5.10. É de responsabilidade do candidato o envio correto da documentação relativa à Prova de Títulos para avaliação por Comissão específica.

5.11. O Município de Joinville reserva o direito de solicitar documento original para conferência a qualquer tempo.

## 6. DA CLASSIFICAÇÃO

6.1. A prova de títulos será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, sendo atribuído os pontos da tabela do item 5.3 conforme a fórmula abaixo:

| **Pontuação Final** = (MFA x 3) + (MCC) |
|---|

**Onde:**
MFA = Módulo de Formação Acadêmica
MCC = Módulo de Curso Complementar

6.2. A classificação geral dar-se-á na ordem decrescente da pontuação final dos candidatos.
6.3. Ocorrendo empate na pontuação final, serão aplicados os critérios sucessivamente:
a) maior idade;
b) maior pontuação referente ao Módulo de Formação Acadêmica;
c) maior pontuação referente ao Módulo de Curso Complementar;
d) ordem crescente de inscrição válida.

## 7. DOS RECURSOS

7.1. Serão admitidos pedidos de recursos contra o resultado preliminar.
7.2. O prazo para a interposição dos recursos será de 02 (dois) dias úteis, a contar do dia subsequente da publicação do ato em Diário Oficial Eletrônico do Município de Joinville, devendo o candidato enviar correspondência eletrônica para o endereço processoseletivo@joinville.sc.gov.br, nomeando o assunto do e-mail em caixa alta com a palavra RECURSO PSS 005-2020, seguido do seu nome e cargo escolhido, bem como anexar em ARQUIVO ÚNICO em formato PDF contendo os seguintes documentos e requisitos:

a) Documento de identificação pessoal com foto;
b) Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
c) Ser fundamentado com argumentação lógica e clara.

7.3. Não serão aceitos pedidos de recursos interpostos por fac-símile, telex, ou qualquer meio postal, sendo que os intempestivos serão desconsiderados e os inconsistentes ou em desacordo com o modelo, constante no presente Edital, serão indeferidos.

7.4. Serão preliminarmente indeferidos:

a) Pedidos de recursos em que o teor seja desrespeitoso com a Comissão do Processo Seletivo Simplificado;
b) Pedidos de recursos impetrados em desacordo com o item 7.2;
c) Pedidos de recursos intempestivos;
d) Pedidos de alteração ou inclusão dos Títulos informados no Formulário Eletrônico de Inscrição.

7.5. Após a avaliação pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado, os resultados dos Pedidos de Recursos serão expressos como "Deferido" ou "Indeferido".

7.6. A listagem com os resultados dos Pedidos de Recursos será publicada no endereço eletrônico www.joinville.sc.gov.br, e dela constará as seguintes informações: cargo, número de inscrição, resultado e decisão.

## 8. DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

8.1. Os candidatos classificados serão admitidos, obedecendo-se rigorosamente à ordem de classificação por cargo.

8.2. O candidato classificado no Processo Seletivo Simplificado e que vier a ser convocado/admitido para o cargo público a que concorreu, será lotado, a critério da Administração Pública, em qualquer das unidades ou órgãos do Município de Joinville, podendo ser removido ou transferido de ofício, a qualquer tempo, no interesse da Administração.

8.3. A classificação neste Processo Seletivo Simplificado não assegura ao candidato o direito de ingresso automático no quadro do Município de Joinville. A admissão temporária é dentro do interesse e conveniência da Administração Pública, observada a ordem de classificação dos candidatos.

8.4. O candidato classificado será convocado quando caracterizar-se a necessidade efetiva para admissão temporária através de publicação em Diário Oficial Eletrônico do Município de Joinville e correspondência enviada por e-mail cadastrado pelo candidato na inscrição.

8.5. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar os atos convocatórios publicados após a homologação do Processo Seletivo Simplificado.

8.5.1. O candidato classificado poderá registrar alteração de seu endereço eletrônico, após homologação final, enviando correspondência eletrônica para o endereço processoseletivo@joinville.sc.gov.br, nomeando o assunto do e-mail em caixa alta com a palavra ALTERAÇÃO E-MAIL PSS 005-2020 seguido do seu nome e cargo escolhido, bem como anexar em ARQUIVO ÚNICO em formato PDF contendo os seguintes documentos e requisitos:

a) Documento de identificação pessoal com foto;
b) Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

8.5.2. Em não havendo registro de alteração do candidato de seu endereço eletrônico, considerar-se-á perfeita e acabada a convocação prevista no item 8.4, computando-se o prazo indicado no item 8.6 a partir do dia subsequente da data da publicação em Diário Oficial Eletrônico.

8.6. O candidato terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar do dia subsequente da data da publicação da convocação prevista no item 8.4, para enviar os documentos, digitalizados de forma integral em ARQUIVO ÚNICO em formato PDF, necessários à sua admissão, no endereço eletrônico sgp.uds.are@joinville.sc.gov.br, devendo nomear o assunto do e-mail em caixa alta com a palavra **CONVOCAÇÃO PSS 005-2020** seguido do seu nome, composta por:

a) Documentos comprobatórios utilizados na Prova de Títulos disciplinado pelo item 5;
b) Cédula de Identidade;
c) Documento com número de Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF);
d) Certidão de Quitação eleitoral;
e) Certidão de Nascimento (se solteiro) ou da Certidão de Casamento (se casado);
f) Diploma ou Histórico Escolar e Certificado de Conclusão de Curso Superior emitido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação com habilitação específica na área de atuação, quando expressamente exigida pelo Anexo III deste edital;
g) Registro no respectivo Conselho Profissional de Santa Catarina (SC) ou Órgão de Classe para as categorias ou profissões regulamentadas por lei;
h) Certidão Negativa de Processo Ético Disciplinar no respectivo Conselho Profissional de Santa Catarina (SC) e nos Conselhos de outros estados onde tenha atuado ou tenha tido registro profissional;
i) Comprovante de quitação da última anuidade vencida do respectivo Conselho ou Certidão Negativa de Débitos;
j) Certificado de quitação do Serviço Militar;
k) Comprovante de endereço residencial (conta de água, luz, telefone residencial ou apresentar declaração de residência);
l) 1 (uma) foto 3x4 colorida recente;
m) Carteira de Trabalho constando os dados pessoais e número da carteira;
n) Número do PIS/PASEP;
o) Preenchimento de declarações fornecidas pelo Município de Joinville;

8.7. O não atendimento ao item 8.6 ou a adulteração de qualquer elemento constante da relação de documentos ou a não veracidade de qualquer declaração ou documento apresentado, verificada a qualquer tempo, implicará na eliminação do candidato do certame;

8.8. Ao ser convocado, o candidato deverá fazer a opção entre assumir ou desistir da vaga, não cabendo reclassificação.

8.9. A avaliação da aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo será comprovada após conferência dos documentos descritos no item 8.6 e autorizada mediante encaminhamento enviado ao candidato conforme segue:

8.9.1. **Classificados Ampla Concorrência:** O candidato terá o prazo de 5 dias úteis, a contar do dia subsequente do envio do encaminhamento para o candidato, para envio do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO digitalizado em formato PDF para o endereço eletrônico processoseletivo@joinville.sc.gov.br, devendo nomear o assunto do e-mail em caixa alta com a palavra ASO seguido do seu nome e cargo escolhido, e firmar data de início da admissão.

a) O candidato deverá providenciar em clínicas especializadas em Medicina do Trabalho o ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL – ASO, que deverá ser emitido após encaminhamento da Secretaria de Gestão de Pessoas, expedido por médico do trabalho, de acordo com os seguintes requisitos:
   1. Papel timbrado da empresa com respectivo CNPJ e endereço da clínica, devendo ser localizada no Município de Joinville;
   2. Carimbo com nome do profissional, número do registro no Conselho Regional de Medicina (CRM) e assinatura do médico responsável pela emissão do ASO;
   3. Nome completo do candidato, data de nascimento e cargo pretendido;
   4. Definição de Apto ou Inapto para assumir o cargo.
b) O Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e os possíveis exames médicos serão de

responsabilidade e custos por conta do candidato.

8.9.2. **Classificados Pessoa com Deficiência (PcD):** O candidato classificado nas vagas reservadas às pessoas com deficiência, no prazo de 5 dias úteis, a contar do dia subsequente do envio do encaminhamento para o candidato, deverá submeter-se à avaliação médica promovida pela Secretaria de Gestão de Pessoas – Unidade de Saúde do Servidor, munido de Laudo Médico emitido no máximo há 6 (seis) meses da data de publicação do ATO DE CONVOCAÇÃO, que ateste espécie e grau, ou nível de necessidade especial, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença (CID-10), que verificará sua qualificação conforme o Artigo 4º do Decreto N°. 3.298/99 e Lei nº 13.146/15, bem como os portadores de visão monocular. Caso o candidato não tenha sido considerado pessoa com deficiência figurará na classificação de ampla concorrência. Neste caso o candidato continua inserido na classificação de ampla concorrência.

a) A avaliação médica ocupacional para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo pretendido, de acordo com a legislação em vigor, se dará da seguinte forma:
   1. Caso o candidato não tenha sido considerado pessoa com deficiência, figurará na classificação de ampla concorrência. Neste caso o candidato não será submetido ao exame de Saúde Ocupacional;
   2. O candidato, se aprovado na avaliação médica, será emitida a Declaração de Pessoa com Deficiência e da Compatibilidade com o Cargo. O candidato PcD terá o prazo de 5 dias úteis, a contar do dia subsequente da data de emissão desta declaração, para apresentar o Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) conforme descrito no item 8.9.1 letra "a".
   3. O candidato, se reprovado na avaliação médica que declara a incompatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

8.10. O não cumprimento dos prazos estabelecidos no item 8.9.1 ou 8.9.2 acarretará na eliminação do candidato do certame.

## 9. DO FORO JUDICIAL

9.1. O Foro para dirimir qualquer questão relacionada com o Processo Seletivo Simplificado de que trata este Edital é o da Comarca de Joinville.

## 10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. A homologação do resultado deste Processo Seletivo Simplificado será efetuada por cargo.

10.2. O Edital, as Portarias de Homologação e o resultado final (Ato de Homologação) serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Município de Joinville, onde constarão apenas os candidatos classificados no Processo Seletivo Simplificado.

10.3. Para todos os efeitos, deverá ser considerado o horário oficial de Brasília/DF.

10.4. As disposições e instruções contidas no requerimento de inscrição, avisos e atos constituirão normas que integram o presente Edital.

10.5. Será excluído do Processo Seletivo Simplificado o candidato que:

a) fizer, em qualquer fase ou documento, declaração falsa ou inexata;
b) não mantiver atualizado seu endereço eletrônico, conforme item 8.5.1.

10.6. É vedada a inscrição neste Processo Seletivo Simplificado de quaisquer membros da Comissão do Processo Seletivo Simplificado.
10.7. Não será fornecido ao candidato qualquer documento comprobatório de classificação no Processo Seletivo Simplificado, valendo para esse fim, a Portaria de Homologação do Resultado Final.
10.8. O candidato, ao se inscrever, concorda que seu nome, dados de identificação e pontos que tiver obtido na classificação sejam publicados na internet e em qualquer outra mídia de acordo com as exigências legais e ou conveniência da Administração.
10.9. Os casos não previstos, no que tange à realização deste Processo Seletivo Simplificado, serão resolvidos, pelo Município de Joinville.

Joinville (SC), 14 de julho de 2020.

Cínthia Friedrich
Secretária de Gestão de Pessoas

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL 005-2020-SGP**

**ANEXO I – CRONOGRAMA**

| Evento | Data Prevista |
|---|---|
| Publicação do Edital | 14/07/2020 |
| Período de inscrições | 15/07/2020 a 24/07/2020 |
| Publicação das inscrições e resultado preliminar | 27/07/2020 |
| Período de interposição de recursos resultado preliminar | 28/07/2020 e 29/07/2020 |
| Publicação dos resultados dos pedidos de recursos resultado preliminar | 30/07/2020 |
| Publicação do resultado final | 30/07/2020 |

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL 005-2020-SGP**

**ANEXO II – Cargo, Carga Horária, Vagas e Remuneração**

**A. CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL – NÍVEL SUPERIOR**

| Código | Cargo | Carga Horária | Vagas Ampla Concorrência | Vagas PcD[1] | Total Vagas | Remuneração Base |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 0021 | Assistente Social [2] | 180h/mês | Cadastro Reserva - CR | - | CR | R$ 4.895,34 |
| 0043 | Enfermeiro [2] | 220h/mês | Cadastro Reserva - CR | - | CR | R$ 4.895,34 |
| 0066 | Fisioterapeuta [2] | 180h/mês | Cadastro Reserva - CR | - | CR | R$ 4.895,34 |
| 0067 | Fonoaudiólogo [2] | 180h/mês | Cadastro Reserva - CR | - | CR | R$ 4.895,34 |
| 0084 | Médico Cardiologista | 120h/mês | Cadastro Reserva - CR | - | CR | R$ 6.133,99 |
| 0087 | Médico Cirurgião Plástico | 120h/mês | Cadastro Reserva - CR | - | CR | R$ 6.133,99 |
| 0377 | Médico Cirurgião Plástico Fissura Labial | 120h/mês | Cadastro Reserva - CR | - | CR | R$ 6.133,99 |
| 0088 | Médico Cirurgião Vascular | 120h/mês | Cadastro Reserva - CR | - | CR | R$ 6.133,99 |
| 0089 | Médico Clínica Médica | 120h/mês | Cadastro Reserva - CR | - | CR | R$ 6.133,99 |
| 0654 | Médico da Estratégia de Saúde da Família | 220h/mês | Cadastro Reserva - CR | - | CR | R$ 12.267,84 |
| 0090 | Médico Dermatologista | 120h/mês | Cadastro Reserva - CR | - | CR | R$ 6.133,99 |
| 0091 | Médico Endocrinologista | 120h/mês | Cadastro Reserva - CR | - | CR | R$ 6.133,99 |
| 0379 | Médico Fisiatra | 120h/mês | Cadastro Reserva - CR | - | CR | R$ 6.133,99 |
| 0093 | Médico Gastroenterologista | 120h/mês | Cadastro Reserva - CR | - | CR | R$ 6.133,99 |
| 0094 | Médico Gastroenterologista Pediatra | 120h/mês | Cadastro Reserva - CR | - | CR | R$ 6.133,99 |
| 0096 | Médico Geriatra | 120h/mês | Cadastro Reserva - CR | - | CR | R$ 6.133,99 |
| 0097 | Médico Ginecologista/Obstetra | 120h/mês | Cadastro Reserva - CR | - | CR | R$ 6.133,99 |
| 0308 | Médico Ginecologista/Patologia Colo | 120h/mês | Cadastro Reserva - CR | - | CR | R$ 6.133,99 |
| 0304 | Médico Infectologista | 120h/mês | Cadastro Reserva - CR | - | CR | R$ 6.133,99 |
| 0100 | Médico Mastologista | 120h/mês | Cadastro Reserva - CR | - | CR | R$ 6.133,99 |
| 0101 | Médico Medicina do Trabalho | 120h/mês | Cadastro Reserva - CR | - | CR | R$ 6.133,99 |
| 0105 | Médico Neurologista | 120h/mês | Cadastro Reserva - CR | - | CR | R$ 6.133,99 |
| 0106 | Médico Neurologista Pediátrico | 120h/mês | Cadastro Reserva - CR | - | CR | R$ 6.133,99 |
| 0107 | Médico Oftalmologista | 120h/mês | Cadastro Reserva - CR | - | CR | R$ 6.133,99 |
| 0306 | Médico Ortopedista Traumatologista | 120h/mês | Cadastro Reserva - CR | - | CR | R$ 6.133,99 |
| 0111 | Médico Otorrinolaringologista | 120h/mês | Cadastro Reserva - CR | - | CR | R$ 6.133,99 |
| 0112 | Médico Patologista | 120h/mês | Cadastro Reserva - CR | - | CR | R$ 6.133,99 |
| 0113 | Médico Pediatra | 120h/mês | Cadastro Reserva - CR | - | CR | R$ 6.133,99 |
| 0114 | Médico Plantonista Cirurgião Geral | 60h/mês | Cadastro Reserva - CR | - | CR | R$ 83,18 HP[3] |
| 0116 | Médico Plantonista Pediatra | 60h/mês | Cadastro Reserva - CR | - | CR | R$ 83,18 HP[3] |
| 0117 | Médico Pneumologista | 120h/mês | Cadastro Reserva - CR | - | CR | R$ 6.133,99 |
| 0285 | Médico Psiquiatra | 120h/mês | Cadastro Reserva - CR | - | CR | R$ 6.133,99 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 0124 | Médico Reumatologista | 120h/mês | Cadastro Reserva - CR | - | CR | R$ 6.133,99 |
| 0309 | Médico Ultrassonografista | 120h/mês | Cadastro Reserva - CR | - | CR | R$ 6.133,99 |
| 0126 | Médico Urologista | 120h/mês | Cadastro Reserva - CR | - | CR | R$ 6.133,99 |
| 0130 | Nutricionista [2] | 220h/mês | Cadastro Reserva - CR | - | CR | R$ 4.895,34 |
| 0245 | Psicólogo [2] | 220h/mês | Cadastro Reserva - CR | - | CR | R$ 4.895,34 |
| 0269 | Terapeuta Ocupacional [2] | 180h/mês | Cadastro Reserva - CR | - | CR | R$ 4.895,34 |

**B. CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL - NÍVEL SUPERIOR – HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ**

| Código | Cargo | Carga Horária | Vagas Ampla Concorrência | Vagas PcD[1] | Total Vagas | Remuneração Base |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 0655 | Cirurgião Dentista Buco-Maxilo Facial | 120h/mês | Cadastro Reserva - CR | - | CR | R$ 4.895,34 |
| 0340 | Médico Cirurgião Cabeça - Pescoço | 120h/mês | Cadastro Reserva - CR | - | CR | R$ 6.133,99 |
| 0389 | Médico Plantonista Anestesiologista | 60h/mês | Cadastro Reserva - CR | - | CR | R$ 93,04 HP[3] |
| 0339 | Médico Plantonista Cardiologista | 60h/mês | Cadastro Reserva - CR | - | CR | R$ 93,04 HP[3] |
| 0627 | Médico Plantonista Cirurgião Colo-Proctologista | 60h/mês | Cadastro Reserva - CR | - | CR | R$ 93,04 HP[3] |
| 0406 | Médico Plantonista Cirurgião Geral | 60h/mês | Cadastro Reserva - CR | - | CR | R$ 93,04 HP[3] |
| 0342 | Médico Plantonista Cirurgião Geral/Transplante | 60h/mês | Cadastro Reserva - CR | - | CR | R$ 93,04 HP[3] |
| 0347 | Médico Plantonista Cirurgião Vascular | 60h/mês | Cadastro Reserva - CR | - | CR | R$ 93,04 HP[3] |
| 0115 | Médico Plantonista Clínica Médica | 60h/mês | Cadastro Reserva - CR | - | CR | R$ 93,04 HP[3] |
| 0626 | Médico Plantonista Hematologista | 60h/mês | Cadastro Reserva - CR | - | CR | R$ 93,04 HP[3] |
| 0350 | Médico Plantonista Hospitalista | 60h/mês | Cadastro Reserva - CR | - | CR | R$ 93,04 HP[3] |
| 0630 | Médico Plantonista Infectologista | 60h/mês | Cadastro Reserva - CR | - | CR | R$ 93,04 HP[3] |
| 0351 | Médico Plantonista Intensivista | 60h/mês | Cadastro Reserva - CR | - | CR | R$ 93,04 HP[3] |
| 0355 | Médico Plantonista Nefrologista | 60h/mês | Cadastro Reserva - CR | - | CR | R$ 93,04 HP[3] |
| 0394 | Médico Plantonista Neurologista | 60h/mês | Cadastro Reserva - CR | - | CR | R$ 93,04 HP[3] |
| 0359 | Médico Plantonista Oftalmologista | 60h/mês | Cadastro Reserva - CR | - | CR | R$ 93,04 HP[3] |
| 0420 | Médico Plantonista Oncologista | 60h/mês | Cadastro Reserva - CR | - | CR | R$ 93,04 HP[3] |
| 0631 | Médico Plantonista Oncologista Cirurgião | 60h/mês | Cadastro Reserva - CR | - | CR | R$ 93,04 HP[3] |
| 0364 | Médico Plantonista Ortopedista | 60h/mês | Cadastro Reserva - CR | - | CR | R$ 93,04 HP[3] |
| 0403 | Médico Plantonista Ortopedista Tumores Ósseos | 60h/mês | Cadastro Reserva - CR | - | CR | R$ 93,04 HP[3] |
| 0404 | Médico Plantonista Otorrinolaringologista | 60h/mês | Cadastro Reserva - CR | - | CR | R$ 93,04 HP[3] |
| 0633 | Médico Plantonista Radiologista | 60h/mês | Cadastro Reserva - CR | - | CR | R$ 93,04 HP[3] |
| 0635 | Médico Plantonista Radioterapeuta | 60h/mês | Cadastro Reserva - CR | - | CR | R$ 93,04 HP[3] |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 0405 | Médico Plantonista Urologista | 60h/mês | Cadastro Reserva - CR | - | CR | R$ 93,04 HP[3] |

**C. CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL - NÍVEL SUPERIOR**

| Código | Cargo | Carga Horária | Vagas Ampla Concorrência | Vagas PcD[1] | Total Vagas | Remuneração Base |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 0701 | Professor Educação Infantil | 100h/mês | Cadastro Reserva - CR | - | CR | R$ 1.733,82 |
| 0801 | Professor Educação Infantil | 200h/mês | Cadastro Reserva - CR | - | CR | R$ 3.467,61 |
| 0700 | Professor 1-5 Ensino Fundamental Séries Iniciais | 100h/mês | Cadastro Reserva - CR | - | CR | R$ 1.733,82 |
| 0706 | Professor 6-9 Ano Ensino Fundamental Ciências da Religião | 100h/mês | Cadastro Reserva - CR | - | CR | R$ 1.733,82 |
| 0710 | Professor Ensino Fundamental Arte | 100h/mês | Cadastro Reserva - CR | - | CR | R$ 1.733,82 |
| 0713 | Professor Ensino Fundamental Inglês | 100h/mês | Cadastro Reserva - CR | - | CR | R$ 1.733,82 |

**D. CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL - NÍVEL MÉDIO**

| Código | Cargo | Carga Horária | Vagas Ampla Concorrência | Vagas PcD[1] | Total Vagas | Remuneração Base |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 0023 | Auxiliar de Educador **(Formação: Magistério)** | 220h/mês | Cadastro Reserva - CR | - | CR | R$ 2.150,11 |

Referência:
1- Pessoa com Deficiência
2- Vagas que vierem a surgir no Quadro Único do Pessoal da Administração Direta e Indireta do Município de Joinville e/ou Hospital Municipal São José, de acordo com item 2.2
3- Hora Plantão

**Termo de Autorização para Publicação de Teses e Dissertações**

Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, autorizo a Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE) a disponibilizar em ambiente digital institucional, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/IBICT) e/ou outras bases de dados científicas, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o texto integral da obra abaixo citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data 25/01/2024.

1. Identificação do material bibliográfico: ( ) Tese (X) Dissertação ( ) Trabalho de Conclusão

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

Autor: Jeferson Andrade

Orientador: Aliciane Fusca Machado C. Coorientador: __________

Data de Defesa: 01/12/2023

Título: "Eu cheguei na escola": a inserção de psicólogos escolares na educação básica da rede municipal da cidade de Joinville.

Instituição de Defesa: Universidade da Região de Joinville

3.Informação de acesso ao documento:

Pode ser liberado para publicação integral (X) Sim ( ) Não

Havendo concordância com a publicação eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese, dissertação ou relatório técnico.

Jeferson Andrade
Assinatura do autor

Joinville, 25 de janeiro de 2024
Local/Data